

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Rogério Faé

OS DISCURSOS SOBRE DESENVOLVIMENTO COMO
RECURSOS POLÍTICO-ESTRATÉGICOS: O BANCO
MUNDIAL COMO ORGANIZAÇÃO CENTRAL NO CAMPO
DISCURSIVO DO DESENVOLVIMENTO

Porto Alegre, 2009

Rogério Faé

OS DISCURSOS SOBRE DESENVOLVIMENTO COMO
RECURSOS POLÍTICO-ESTRATÉGICOS: O BANCO
MUNDIAL COMO ORGANIZAÇÃO CENTRAL NO CAMPO
DISCURSIVO DO DESENVOLVIMENTO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Administração.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Maria Ceci Araujo Misoczky

Porto Alegre, 2009

Rogério Faé

OS DISCURSOS SOBRE DESENVOLVIMENTO COMO RECURSOS POLÍTICO-
ESTRATÉGICOS: O BANCO MUNDIAL COMO ORGANIZAÇÃO CENTRAL NO CAMPO
DISCURSIVO DO DESENVOLVIMENTO

Aprovado em 13 de abril de 2009

BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. MARCELO MILANO FALCÃO VIEIRA

PROF. DR. PAULO EMÍLIO MATOS MARTINS

PROF^a. DR^a. ROSIMERI DE FÁTIMA CARVALHO DA SILVA

Orientadora – PROF^a DR^a MARIA CECI ARAUJO MISOCZKY

AGRADECIMENTOS

À Professora Maria Ceci Araujo Misoczky, por seu acolhimento, compreensão, orientação e contribuição intelectual.

Aos colegas de doutorado, com quem troquei informações e dúvidas.

Aos meus Pais (Elmira e Mário) que me ensinaram a não desistir.

À Rosana, em especial, pelos vários momentos de apoio e outros em que abdicou de minha companhia.

RESUMO

Esta tese tem por foco analisar a estratégia discursiva do Banco Mundial, caracterizado como organização central no campo discursivo do desenvolvimento, a qual dissemina formulações com vista à estabilização e crescimento do mercado em escala mundial. Com esse objetivo, e através da análise crítica de discurso, são examinadas as principais ações discursivas que, no período do imediato pós-guerra, buscaram promover o processo de industrialização e, ao categorizar as diversas nações entre desenvolvidas ou subdesenvolvidas, atribuíram às primeiras uma posição de modelo a ser seguido. Essa estratégia atingiu seu ápice com a defesa de Rostow, em 1961, da sociedade de consumo de massa como estágio último de desenvolvimento, com base em um processo evolutivo em que os diversos países somente se diferenciariam por uma questão temporal. Já as ações discursivas que ganharam forma nos países periféricos buscaram resistir à simples aceitação dos padrões formatados nos países centrais; primeiro, em defesa do nacional-desenvolvimentismo e, a partir da identificação dos limites experimentados por essa estratégia, de um processo de desenvolvimento condicionado pela situação de dependência. A produção discursiva que teve por palco os países periféricos valorizou, também, uma análise influenciada pela produção teórica marxista que buscou dar visibilidade para os processos de apropriação de excedente com base em relações sócio-políticas. Essa ênfase ganhou novas variáveis através da teoria do sistema mundo, que atribuiu ao capitalismo um caráter monopólico com base em cadeias mercantis transnacionais. Nesse contexto, compreende-se a ação discursiva do Banco Mundial como resultado de uma lógica construída sob condições impostas pelos detentores dos meios de produção, objetivada sob premissas nacionais defendidas pelos países que primeiro se industrializaram, e constantemente reconstruída com vista à superação dos problemas que se apresentam à estabilização e disseminação dos mercados capitalistas e das pressões exercidas pelas ações discursivas que se contrapõem ao discurso dominante. Ao final, conclui-se que a posição assumida pelo Banco Mundial foi possível mediante uma estratégia de apropriação parcial de discursos específicos que emergiram em diversos contextos histórico-sociais e, posteriormente, através da produção de discursos originais que conferem maior coerência e força aos seus propósitos.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Banco Mundial, Estratégias Discursivas

ABSTRACT

This work focuses on the analysis of the discursive strategy of the World Bank, characterized as a central point in the development discursive field. Such a strategy disseminates formulations aiming at stabilizing and growing the world market. With this purpose, and through the discourse critical analysis, it is examined the main discursive actions that, in the immediate Post-War period, aimed at promoting the industrialization process and, by dividing the world into developed and undeveloped nations, attributed to the first ones the position of a model to be followed. This strategy reached its top when Rostow, in 1961, defended the mass consumption society as the last development stage, on the basis of an evolutionary process which would be different in the several countries only in terms of temporal factors. On the other hand, the discursive actions produced in the peripheral countries aimed at resisting to merely accept the central countries' patterns; first, in the defense of the national-development; and, from the identification of the limits experienced by this strategy, of a development process conditioned by the dependence status. The discursive production practiced in the peripheral countries also valorized an analysis influenced by the Marxist theoretical production, whose objective was to make visible the surplus appropriation process based on sociopolitical relationships. New variables were added to this emphasis through the world system theory attributing to the capitalism a monopolistic feature based on transnational trade chains. In this context, the World Bank's discursive action is understood as a result of a logic constructed under conditions imposed by the owners of production means, based on national premises defended by the first industrialized countries, and constantly reconstructed to solve problems affecting the stabilization and dissemination of the capitalist markets and the pressures exerted by discursive action contrary to the dominant discourse. Finally, the assumed position the World Bank were possible by means of a partial appropriation strategy of specific discourses emerged in several historical-social contexts and, afterwards, by the production of original discourses that confer greater coherence and power to its purposes.

Key Words: Development, World Bank, Discursive Strategies

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 O DISCURSO COMO RECURSO ESTRATÉGICO.....	16
2 A EMERGÊNCIA DA DÍADE DESENVOLVIMENTO/SUBDESENVOLVIMENTO: MARCO ESTRATÉGICO-DISCURSIVO	24
3 DESENVOLVIMENTO COMO CRESCIMENTO ECONÔMICO	31
3.1 O CRESCIMENTO EQUILIBRADO	33
3.2 A TEORIA DO CRESCIMENTO EQUILIBRADO REVISITADA.....	36
3.3 O GRANDE IMPULSO.....	40
3.4 DECOLAGEM PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO	43
3.5 A TEORIA DOS PÓLOS DE CRESCIMENTO OU DO CRESCIMENTO DESEQUILIBRADO.....	49
3.6 DESENVOLVIMENTO COMO CADEIA DE DESEQUILÍBRIOS	51
3.7 SÍNTESE E PRINCIPAIS CONCEITOS QUE DÃO SUPORTE ÀS AÇÕES DISCURSIVAS LIGADAS AO CRESCIMENTO ECONÔMICO	57
4 SUBDESENVOLVIMENTO OU DEPENDÊNCIA?	61
4.1 A EMERGÊNCIA DA COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE E O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTISMO.....	68
4.1.1 As Formulações Iniciais de Prebisch.....	73
4.1.2 A Ação Discursiva de Celso Furtado	77
4.1.3 Os Limites da Estrutura Produtiva da Periferia.....	89
4.2 DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA: UMA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA.....	93
4.3 SUBDESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA: UMA RUPTURA NECESSÁRIA.....	97

4.3.1	O Desenvolvimento do Subdesenvolvimento.....	98
4.3.2	A Influência de Paul Baran para uma Economia Política do Desenvolvimento.....	102
4.3.3	Samir Amin e a Problematização das Trocas Desiguais	107
4.3.4	A Teoria Marxista da Dependência.....	113
4.3.4.1	A dialética da dependência	114
4.3.4.2	A economia mundial e a revolução científico-tecnológica	120
4.3.5	A Polêmica no Espaço Discursivo da Dependência.....	126
4.3.6	Exploração, Colonialismo e Luta pela Democracia	130
4.4	SÍNTESE E PRINCIPAIS CONCEITOS QUE DÃO SUPORTE ÀS AÇÕES DISCURSIVAS PRODUZIDAS NOS PAÍSES PERIFÉRICOS.....	138
5	O SISTEMA MUNDO.....	142
5.1	O SISTEMA MUNDO E A ILUSÃO DO DESENVOLVIMENTO	146
5.2	SÍNTESE E PRINCIPAIS CONCEITOS QUE DÃO SUPORTE ÀS AÇÕES DISCURSIVAS LIGADAS AO SISTEMA MUNDO	152
6	DISCURSOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE DESENVOLVIMENTO: SUSTENTABILIDADE, ENDOGENIA E CAPACIDADES	156
6.1	O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	156
6.2	O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE SÉRGIO BOISIER.....	160
6.3	O DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES DE AMARTYA SEN.....	162
6.4	SÍNTESE E PRINCIPAIS CONCEITOS QUE DÃO SUPORTE ÀS AÇÕES DISCURSIVAS LIGADAS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AO DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES	165
7	O DISCURSO SOBRE DESENVOLVIMENTO E O BANCO MUNDIAL....	168
7.1	A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU).....	168
7.2	A EMERGÊNCIA DO BANCO MUNDIAL	170
7.3	OS PLANOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO	174
7.4	A INFLUÊNCIA DOS GASTOS MILITARES NORTE-AMERICANOS SOBRE A ECONOMIA MUNDIAL	183
7.5	O DECLÍNIO DA PRODUÇÃO NORTE-AMERICANA E A FORMALIZA- ÇÃO DO GRUPO BANCO MUNDIAL	187
7.6	A CONFLUÊNCIA ENTRE OS FATORES ECONÔMICO, AMBIENTAL E SOCIAL.....	194

7.7 O BANCO MUNDIAL COMO ORGANIZAÇÃO CENTRAL NO CAMPO	
DISCURSIVO DO DESENVOLVIMENTO	201
7.7.1 O Ajustamento Estrutural	207
7.7.2 A Macro-Estrutura Política	216
7.7.3 A Boa Governança	227
7.7.4 As Metas do Milênio	232
7.7.5 A Estratégia Discursiva Adotada pelo Banco Mundial a partir da Elaboração das Metas do Milênio	235
CONCLUSÃO	245
REFERÊNCIAS	248

LISTA DE FIGURAS

1	O discurso como recurso estratégico.....	23
2	A produção do conceito de subdesenvolvimento e a conformação do campo discursivo do desenvolvimento.....	28
3	O discurso do crescimento equilibrado de Rosenstein-Rodan	36
4	O discurso do crescimento equilibrado revisitado	40
5	O discurso teórico do grande impulso.....	43
6	O discurso da decolagem para a sociedade de consumo de massa: meta e modelo	47
7	O discurso dos pólos de crescimento de Perroux.....	51
8	O discurso do desenvolvimento como cadeia de desequilíbrios.....	56
9	Relações entre os conceitos ligados ao crescimento econômico	60
10	O discurso inicial de Prebisch: desenvolvimento via substituição de importações.....	77
11	O discurso de Celso Furtado, em 1961, sobre desenvolvimento	79
12	O discurso sobre o mito do desenvolvimento.....	86
13	O discurso sobre o capitalismo global.....	89
14	O discurso sobre as limitações da estrutura produtiva na periferia.....	92
15	O discurso do desenvolvimento dependente.....	97
16	O discurso do desenvolvimento do subdesenvolvimento.....	101
17	O discurso da economia política do desenvolvimento de Paul Baran	106
18	O discurso das trocas desiguais como produtoras de desenvolvimento desigual	112
19	O discurso da dialética da dependência.....	120
20	O discurso da civilização planetária.....	125

21	O discurso do colonialismo interno.....	134
22	O discurso da exploração global	136
23	O discurso da economia-mundo.....	146
24	O discurso do sistema mundo e a ilusão do desenvolvimento	152
25A	Abordagens desenvolvimentistas.....	155
25B	Abordagens críticas da relação desenvolvimento/subdesenvolvimento	155
26	O discurso do desenvolvimento sustentável.....	159
27	O discurso do desenvolvimento regional endógeno de Sérgio Boisier.....	162
28	O discurso do desenvolvimento de capacidades de Amartya Sen	165
29	O discurso sobre desenvolvimento do BIRD.....	174
30	O discurso do desenvolvimento integrado	179
31	O discurso dos planos integrados de desenvolvimento.....	183
32	O discurso da capacitação gerencial e de empreendedores	187
33	O discurso da modernização.....	193
34	O discurso da confluência dos fatores econômicos e sócio-ambientais	199
35	O discurso do Banco Mundial como órgão central ligado ao desenvolvimento .	205
36	O discurso dos programas de ajustamento estrutural.....	216
37	O discurso sobre as políticas nacionais	222
38	O discurso da boa governança	231
39	O discurso das Metas do Milênio.....	235
40	O discurso sobre as instituições	240
41	Relações entre os principais conceitos que oferecem suporte ao discurso do Banco Mundial.....	244

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD	Análise Crítica de Discurso
ADP	Atividades Diretamente Produtivas
AID	Associação Internacional de Desenvolvimento
AL	América Latina
AMGI	Agência Multilateral de Garantia de Investimentos
APD	Ajuda Pública ao desenvolvimento
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAD	Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento
CEA	Comissão Econômica das Nações Unidas para a África
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CESAO	Comissão Econômica para a Ásia Ocidental
CFI	Corporação Financeira Internacional
CFS	Capital Fixo Social
CIADI	Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
ECOSOC	Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FMI	Fundo Monetário Internacional
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFC	Corporação Financeira Internacional

MIT	Massachussets Institute of Tecnology
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
OECE	Organização Européia de Cooperação Econômica
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAE	Programa de Ajustamento Estrutural
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPC	Paridade do Poder de Compra
RCT	Revolução Científico-Técnica
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNESCAP	Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

INTRODUÇÃO

Em 2005, ano de início de minha vinculação com o Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na área de Recursos Humanos, tinha por objetivo aprofundar meus conhecimentos relacionados à esfera pública, principalmente, no que tange aos processos de gestão social como meio de promover práticas ligadas à inserção social e à suposta autonomia daí advinda.

Entretanto, ao estudar as conseqüências da reprodução cada vez mais acelerada do capital, implícita às práticas ligadas aos processos de desenvolvimento sob premissas hegemônicas¹ em escala mundial, assim como buscar compreensão sobre as formas como se organizam esses processos e os pressupostos que lhes dão suporte, entendi que pouco poderia contribuir para a construção e valorização de alternativas direcionadas para a construção geradora de autonomia dos sujeitos no âmbito sócio-político, mas refletiria os próprios pressupostos das práticas organizacionais comprometidas com o capital.

Essa percepção provocou conflitos intelectuais e, principalmente, relacionados às posições a serem adotadas, assim como influenciou na mudança, no meio do Curso de Doutorado, da área de estudos: de Recursos Humanos para Organizações. Conflitos que não foram facilmente resolvidos e, mesmo, permanecem parcialmente sem resolução.

A opção por analisar o campo discursivo² do desenvolvimento foi uma conseqüência de meu processo de doutoramento que conduziu à reflexão – e, por vezes paralisou a ação

¹ A hegemonia se caracteriza pela capacidade de subordinar intelectualmente, sendo necessário que se apresente como lógica que representa os interesses e valores de toda a sociedade, por conseqüência, obtendo consentimento voluntário e anuência espontânea que garantem certa unidade ao bloco social que, embora não seja homogêneo, se mantém, predominantemente, articulado e coeso (GRAMSCI, 1978).

² Na análise do campo discursivo “[...] trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação, de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui”. (FOUCAULT, 2000, p. 31).

prática – sobre minha própria construção discursiva. A produção que emergiu deste processo e que se objetiva nesta Tese é resultado das relações estabelecidas em contextos acadêmico e profissional³ que, por vezes, se articularam, mas que em muitas situações conflitaram e produziram situações de impotência e interrogação frente às situações experimentadas.

A escolha por entender o discurso do Banco Mundial, como organização central ligada ao tema do desenvolvimento a partir da década de 1970, refletiu a busca pela problematização das propostas desenvolvimentistas em termos sócio-políticos, em mútua-articulação com os interesses econômicos que se constroem sob premissas definidas em escala mundial. Em decorrência, a tese deste estudo é que **o discurso do desenvolvimento do Banco Mundial foi construído a partir da apropriação seletiva de categorias e de argumentos extraídos de discursos proferidos em diversos contextos históricos e em diferentes formações sociais. Essa estratégia de apropriação seletiva é um dos fatores que possibilita ao Banco Mundial tornar-se, na atualidade, a organização hegemônica no campo discursivo do desenvolvimento, no cenário internacional.** No entanto, para chegar à análise do discurso do Banco Mundial foi necessário percorrer uma longa trajetória de revisão e análise dos **discursos sobre desenvolvimento**, entendidos como **recursos políticos e estratégicos**.

Assim, a primeira parte desta Tese está direcionada para a apresentação do método que fornece estrutura à construção feita; para, em seguida, resgatar as condições em que emergiram as primeiras ações discursivas ligadas ao desenvolvimento como modelo evolutivo que deveria ser seguido pelos países qualificados como subdesenvolvidos.

O discurso inaugural do presidente Norte-Americano Harry S. Truman, em 1949, foi tomado como marco delimitador da categorização dos países entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, a partir do qual foram examinadas as premissas ligadas ao desenvolvimento equilibrado e como cadeia de desequilíbrios. O auge do discurso desenvolvimentista ligado ao crescimento foi alcançado através da teorização de Rostow (1961), ao defender a sociedade de consumo de massa como referência evolutiva.

O texto que segue examina as construções discursivas que emergiram nos países periféricos, com base em uma visão relacional, ao problematizar a divisão internacional do trabalho fundamentada na teoria das vantagens comparativas. Nesse aspecto, a construção histórico-estrutural desenvolvimentista que emergiu na Cepal, em relações de aproximação e contradição com a teorização marxista que desenvolveu uma economia política do subdesenvolvimento, constituiu um campo discursivo original e Latino-Americano que

³ Até a época em que defendi o projeto de doutorado exerci atividades ligadas à assessoramento técnico na Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Estado do Rio Grande do Sul.

continua relevante e atual além de estar, pelo menos parcialmente, presente na abordagem contemporânea do sistema mundo, que é analisado no capítulo cinco.

No capítulo seis, são examinadas as estratégias discursivas do desenvolvimento sustentável, do desenvolvimento regional de Sérgio Boisier e do desenvolvimento de capacidades de Amartya Sen.

Após, é analisado o discurso do Banco Mundial enquanto construção que, ao longo do tempo, buscou estabilização e ampliação dos mercados capitalistas e das posições privilegiadas dos principais mandatários do sistema, em escala mundial. Para isso, gradativamente, incorporou aspectos ligados aos âmbitos social, ambiental e político, como recursos equalizadores dos problemas que emergiram ao longo de sua construção. São, também, apresentadas as condições sob as quais o Banco Mundial se posicionou, na década de 1970, como organização central ligada ao desenvolvimento e os pontos de aproximação entre seu discurso e as estratégias discursivas examinadas anteriormente e que, em conjunto, compõem o campo discursivo do desenvolvimento. Por fim, se conclui com as aprendizagens efetivadas.

1 O DISCURSO COMO RECURSO ESTRATÉGICO

As estratégias prático-discursivas que produziram as condições para a emergência da conotação atual de desenvolvimento resultaram dos esforços para reorganizar o sistema do capital, após a Segunda Guerra.

As ações prático-discursivas que condicionaram tais esforços ligaram-se ao fortalecimento da capacidade produtiva e comercial dos Estados Unidos – em ascensão como potência – e dos países europeus ocidentais industrializados, e à pulverização do processo de industrialização de forma estrategicamente articulada com a ampliação do mercado consumidor, em escala global (ESCOBAR, 1995; ESTEVA, 2007; HOBBSAWM, 1995).

É sob tais premissas que o desenvolvimento emergiu como discurso, ou seja, como recurso estratégico com papel de difusão e articulação de idéias e práticas que se ligaram à estabilização e disseminação global da lógica do mercado.

Antes, porém, de avançar na revisão das principais idéias que constituíram o campo discursivo do desenvolvimento, é necessário considerar que um determinado discurso, ao emergir, caracteriza-se como reflexão sobre o mundo, como produção de significados construídos na relação com outros e, principalmente, traduzidos em linguagem e formas de agir no mundo, pois é através do movimento contínuo interno-externo, provocado pelo pensar, que tanto os atores sociais de forma individualizada, como a sociedade, se interconectam e se produzem em processo contínuo (FOUCAULT, 1990).

Entretanto, a valorização que determinado discurso alcança depende das regras de produção, adequação e circulação em um campo discursivo específico; da posição ocupada por quem emite determinado ato de linguagem; da conexão entre a construção em pauta e a situação específica experimentada no contexto; e da articulação político-estratégica que afeta

interesses, práticas e objetivos pré-existent e/ou que virão a ganhar relevância futura (HARDY, PALMER e PHILIPS, 2000).

É sob tais premissas que a ação discursiva ganha *status* de recurso estratégico, condicionando as construções possíveis em relação à experiência ao organizar as percepções sociais com base em determinada lógica que as antecede e que, ao mesmo tempo, é potencialmente re-estruturadora dessas mesmas organizações sociais, através de movimentos resistenciais⁴.

Assim, o desenvolvimento é entendido como um discurso gerado por uma construção discursiva, articulada com práticas sociais e materializado pelo esforço interessado de atores posicionados estrategicamente nos âmbitos econômico, político e social e localizados geo-historicamente.

Com o intuito de compreender tal articulação, faz-se necessária uma leitura histórica que inclua a análise das posições que conformaram o campo, ou seja, busque identificar o que foi valorizado nas ações discursivas e práticas ligadas ao desenvolvimento e, principalmente, entender as razões estratégicas que estão nas bases de tais qualificações.

Nesse sentido, é utilizado o modelo de análise proposto por Hardy, Palmer e Phillips (2000, p. 1229). Os autores buscaram identificar pontos de articulação entre estratégia e discurso, atribuindo ao último uma posição de recurso a ser apropriado pelos atores individuais em seus esforços por alcançar objetivos estratégicos. Estratégia, para os autores, é caracterizada como “[...] construção reproduzida por uma variedade de textos e práticas que servem para criar consenso sobre o mundo”. Já, discurso estratégico foi entendido como “[...] espaço onde linguagem e ação servem para constituírem-se mutuamente”.

Nesse sentido, cabe destacar que segundo os autores, planos estratégicos, missões, visões, regras, entre outros, são instrumentos através dos quais o discurso estratégico adquire objetividade e formata as possibilidades de construção de práticas sociais que os atores ali inseridos têm que considerar, mesmo que com objetivo crítico. Por conseqüência, tal

⁴ Ao pensar o conceito de resistência, interessa-nos salientar dois pontos: 1) toda posição deve ser pensada como participante de um campo específico e, por conseqüência, atravessada por determinados conhecimentos estabelecidos através de embates entre as partes que buscam o controle hegemônico e permanente no campo de lutas; 2) em relação ao termo “resistência”, propõe-se sua inversão; de uma lógica opositiva a determinadas práticas passa a colocar-se numa posição de defesa de outras lógicas, interesses ou pontos de vista (FOUCAULT, 1990). Assim, se há resistência não é, simplesmente, pelo desejo de se colocar contra – como freqüentemente se ouve –, mas porque o posicionamento contrário está fundamentado num outro olhar sobre o real, com base em interesses e visões que podem ser parcial ou totalmente incompatíveis com os valores contra os quais se está em confronto (SILVA, FAÉ e SILVA, 2006).

abordagem “[...] foca sua atenção no poder do discurso estratégico” (HARDY, PALMER e PHILLIPS, 2000, p. 1230).

Os autores adotaram como um de seus pressupostos teóricos a construção de Fairclough (2001), o qual atualizou a noção foucautiana de discurso e o entendeu, prioritariamente, como prática política que produz relações de poder e organizações coletivas; assim como prática ideológica que constitui e busca naturalizar uma realidade que tem emergência no próprio discurso. Este autor diferenciou os objetivos de sua produção teórica daqueles propostos por Foucault, já que esse último “[...] preocupou-se com as práticas discursivas como constitutivas do conhecimento e com as condições de transformação do conhecimento em uma ciência, associada a uma formação discursiva” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 62). Já, a análise proposta por Fairclough (2001, p. 62-63), está

[...] preocupada, em princípio, com qualquer tipo de discurso [...]. Em segundo lugar [...] enquanto a análise de textos de linguagem falada ou escrita é a parte central da ADTO⁵, ela não é uma parte da análise de textos de Foucault. Seu foco é sobre as condições de possibilidade do discurso, sobre as regras de formação que definem possíveis objetos, modalidades enunciativas, sujeitos, conceitos e estratégias de um tipo particular de discurso. A ênfase de Foucault é sobre os domínios de conhecimento que são constituídos por tais regras.

Assim contextualizada, a análise discursiva textualmente orientada (ADTO) buscou a compreensão de práticas sociais e organizacionais, com base nos intercruzamentos entre textos e acontecimentos discursivos, entendidos como meio de produção social realizada em determinado campo. A análise do texto considerou as relações internas e externas ao discurso, que se conectam com práticas e estruturas sociais, sendo ratificadas pela presença valorizadora de certos elementos lingüísticos ou, ao contrário, recusadas no campo.

Nesse aspecto, foram salientadas três dimensões à análise textual:

[...] análise do texto, análise dos processos discursivos e interpretação textual (incluindo a questão de quais tipos e gêneros de discurso são tomados e como eles são articulados), e análise social do evento discursivo, em termos de suas condições e efeitos sociais em vários níveis (situacional, institucional, societário). Assim, o que eu defendo é a análise textual em conjunção com outros tipos de análise. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 82)

⁵ “O que se busca é uma análise de discurso que focalize a variabilidade, a mudança e a luta: variabilidade entre as práticas e heterogeneidade entre elas como reflexo sincrônico de processos de mudança histórica que são moldados pela luta entre as forças sociais”. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 58-59)

Apesar das diferenças em relação aos objetivos e da tentativa de Fairclough (2001) em romper com a priorização do discurso sobre a prática, esse último autor ratificou a ênfase de Foucault no que tange à definição do discurso como jogo estratégico e polêmico, no qual o conhecimento ganha um caráter de produto que emerge como resultado das relações de força entre as partes. Relações, caracterizadas por movimentos de “[...] ação e reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquiva, como também de luta” (FOUCAULT, 1999, p. 9). São valorizados papéis e posições ocupados pelos diversos atores que compõem, no caso desta tese, portanto, o campo discursivo do desenvolvimento, assim como estratégias objetivadas discursivamente e utilizadas para controlar e direcionar as ações no campo em pauta.

Assim, parte-se do pressuposto de que toda sociedade engendra discursos, porém, essa produção é regulada por certo número de procedimentos que buscam controlar seus poderes e perigos. Razão pela qual Foucault (1993; 1996; 2000), identificou procedimentos internos e externos que regulam o acontecimento discursivo, ou seja, que possibilitam a produção de estratégias que busquem controlar e definir o campo como um todo, a partir de lógicas específicas.

Os procedimentos internos têm por propósito descrever a constituição do campo, entendendo-o como uma rede formada na inter-relação dos diversos saberes ali presentes, é exatamente nesta rede, pelas características que lhe são próprias, que se abre o espaço de possibilidade para a emergência de discursos. Já os procedimentos externos buscam as condições e motivações que estão na base da emergência dos discursos.

Os procedimentos internos e externos se constituem como dois conjuntos complementares, sendo sua diferença não tanto de objeto ou de domínio, mas de ponto de perspectiva e de delimitação. A arqueologia

[...] procura cercar as formas da exclusão, da limitação, da apropriação [...]; mostrar como se formaram, para responder a que necessidades, como se modificaram e se deslocaram, que força exerceram efetivamente, em que medida foram contornadas. (FOUCAULT, 1996, p. 60)

Por outro lado, o conjunto genealógico põe em ação outros princípios que se formaram através, apesar ou com o apoio da arqueologia:

[...] este concerne à formação efetiva dos discursos, quer no interior dos limites do controle, quer no exterior, quer, a maior parte das vezes, de um lado e de outro da delimitação. A crítica analisa os processos de rarefação, mas também de

agrupamento e de unificação dos discursos; a genealogia estuda sua formação ao mesmo tempo dispersa, descontínua e regular. (FOUCAULT, 1996, p. 65-66)

Essas duas tarefas são não somente complementares, mas também inseparáveis: por um lado, as formas da seleção, adequação, reagrupamento, alteração ou exclusão operam submetendo o discurso ao controle; por outro, a genealogia dá sustentação à análise da proveniência, que deve levar em conta as motivações e, principalmente, as estratégias postas em prática nas relações de força.

Com base nesses pressupostos, para Hardy, Palmer e Philips (2000, p. 1228), a análise de uma ação discursiva só seria possível a partir da história prévia e das condições que dali emergem, razão pela qual se justifica que “[...] devemos examinar o contexto como meio de averiguar o alcance de determinada ação, assim como seus limites”, direcionando-se para a identificação dos componentes e argumentos discursivos que podem ser utilizados como recurso estratégico para o alcance de determinado objetivo.

Cabe salientar que a ênfase atribuída por Hardy, Palmer e Philips (2000, p. 1230) se direcionou para o poder do discurso estratégico, já que “[...] a acumulação de textos e práticas por parte dos pesquisadores e gerentes em sua busca por estratégias produz um fenômeno do qual é difícil escapar”.

As estratégias construídas e adotadas se integram de tal forma ao cotidiano dos atores – através do qual elas ganham objetividade – que são facilmente aceitas como fator de sucesso ou insucesso, ignorando-se que se caracterizam como artefatos produzidos através de convenções sociais. Artefatos que ganham caráter de recursos a serem adotados de forma prática e direcionados ao alcance dos próprios objetivos num campo específico, assim como possibilitam a emergência de um consenso social que produz determinadas ações em detrimento de outras, legitimando o próprio discurso através da ênfase aplicada sobre os comportamentos que daí emergem. Por consequência, o discurso passa a ser ratificado e transformado em crença.

Assim, ao considerar o direcionamento desta Tese, há que entender as formas como as diversas estratégias presentes no campo discursivo do desenvolvimento se relacionam, mesmo que de maneira provisória, com a lógica dos mercados globais e, principalmente, com o processo de incentivo ao desenvolvimento que, partir da década de 1970, tem o Banco Mundial como instituição central. Relações essas que possibilitam a produção de determinadas formas de circulação do conhecimento no campo em pauta.

Neste ponto, o objeto de estudo passa a ser as estratégias que estão na base da construção das ações discursivas produzidas, de forma simultânea em termos práticos e textuais, através do confronto de forças que se atravessam no campo e que provoca, em consequência, a emergência de determinado conhecimento.

Esse processo se caracteriza por

[...] uma relação dual entre poder e conhecimento na sociedade moderna: por um lado, as técnicas de poder são desenvolvidas na base do conhecimento que é gerado [...]; por outro lado, as técnicas são muito relacionadas ao exercício de poder no processo de aquisição de conhecimento. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 75-76)

Já, em relação à legitimação do conhecimento, o autor identificou quatro estratégias mais usuais: autorização (referência à autoridade da lei, da instituição, do cargo, etc.); racionalização (referência à utilidade da ação institucionalizada e ao conhecimento acumulado pela sociedade para conferir validade cognitiva); avaliação moral (referência ao sistema de valores); e mitopoiesi (narrativa convincente). Essas estratégias teriam por função regular a produção social ou, melhor, criar estratégias organizacionais consensuais sobre o mundo, de forma a estabilizar a lógica hegemônica.

Cabe destacar, ainda, a ênfase atribuída por Fairclough (2001, p. 100-101) ao texto lingüístico, como produções

[...] práticas dos membros [...] moldadas de forma inconsciente, por estruturas sociais, relações de poder e pela natureza da prática social em que estão envolvidos, cujos marcos delimitadores vão sempre além da produção de sentidos. Assim, seus procedimentos e suas práticas podem ser investidos política e ideologicamente, podendo ser posicionados por eles como sujeitos (e membros). Argumentaria também que a prática dos membros tem resultados e efeitos sobre as estruturas sociais, as relações sociais e as lutas sociais, das quais outra vez eles geralmente não têm consciência. E, finalmente, argumentaria que os próprios procedimentos que os membros usam são heterogêneos, contraditórios e contestados em lutas de natureza parcialmente discursiva.

Sob premissas próximas às construídas por Fairclough (2001), Hardy, Palmer e Philips (2000) defendem que uma ação discursiva ao emergir influencia a realidade em que se insere, assim como os objetos, posições e papéis necessários à produção, perpetuação, legitimação ou problematização de determinada organização social, de forma a considerar – e se articular ou resistir – as práticas e estruturas pré-existentes.

Os autores chamaram a atenção, ainda, para a interdiscursividade como fator provocador de mudanças organizacionais, já que determinado discurso ao tomar contato e,

principalmente, ser influenciado por lógicas, valores e crenças presentes em outras formas discursivas pode ser confrontado com novos reais que problematizam a organização interna e potencializam a necessidade de mudanças, por consequência, possibilitam revisões na utilização do discurso como recurso estratégico.

Com base nesses pressupostos, defende-se a tese de que **o discurso do desenvolvimento do Banco Mundial foi construído a partir da apropriação seletiva de categorias e de argumentos extraídos de discursos proferidos em diversos contextos históricos e em diferentes formações sociais. Essa estratégia de apropriação seletiva é um dos fatores que possibilita ao Banco Mundial tornar-se, na atualidade, a organização hegemônica no campo discursivo do desenvolvimento, no cenário internacional.**

Assim, o modelo de análise proposto por Hardy, Palmer e Philips (2000), que entende o discurso como recurso estratégico e que é composto por três circuitos complementares que buscam a identificação: (i) da produção lingüística, (i) de sua apropriação em determinado campo, e (iii) da influência sobre o real e as produções futuras, se mostra adequado para a análise das estratégias discursivas ligadas ao desenvolvimento e, principalmente, daquelas levadas a cabo pelo Banco Mundial em seu processo de produção e aperfeiçoamento discursivo contínuo⁶.

Para Hardy, Palmer e Philips (2000), a possibilidade de um ator produzir ou influenciar um discurso é definida por sua capacidade em se inserir em um contexto pré-existente, em um relacionamento complexo onde interagem, entre outros aspectos: crenças, interesses, ações e regras sociais que estão em constante dinâmica. Contexto que é delimitado, ainda, por cadeias de significados e por formas específicas de comunicação e interação.

Assim embasados, Hardy, Palmer e Phillips (2000) buscaram compreender os aspectos estratégicos do discurso, ou seja, da construção interessada de realidades sociais por meio da produção de conceitos, práticas, objetos e posições sociais. É através dessas criações que se torna possível perceber e reagir ao mundo, assim como é pela utilização estratégica do discurso que os sujeitos se engajam em ações discursivas que influenciam suas relações e produzem, em consequência, um contexto social específico.

A partir dos pressupostos acima, Hardy, Palmer e Phillips (2000) desenvolvem um modelo de análise de discurso como recurso estratégico, que se compõe por três circuitos complementares: atividade, performatividade e conectividade.

⁶ Em artigo denominado como “O Banco Mundial e a Reconfiguração do Campo das Agências Internacionais de Saúde: Uma Análise Multiparadigmática”, Misoczky (2003) já havia realizado esta aproximação.

O circuito da atividade se refere à ação subjetiva de criação linguística conforme a intenção de quem produz, utilizando símbolos, narrativas, metáforas, etc. que se associem de modo particular com certas relações e/ou matérias, de forma a criar objetos. Nesse circuito são privilegiados aspectos políticos que facilitem o entendimento e aceitação do discurso, por parte de outros.

No circuito da performatividade os sujeitos da enunciação estão destituídos da possibilidade de livre utilização de conceitos, já que estão sempre imersos em um contexto amplo e os termos mais relevantes e conectivos possuem significados sociais relativamente fixos. Assim como, a posição social ocupada por quem emite a fala será determinante no grau de aceitação de determinado discurso.

Já, o circuito da conectividade se refere ao grau de aceitação e incorporação dos novos conceitos às relações subjetivas e materiais a que se referem, criando ou não novos objetos, posições e/ou práticas sob a perspectiva dos outros atores; assim como à capacidade de influência na construção de futuras ações discursivas (HARDY, PALMER e PHILLIPS, 2000).

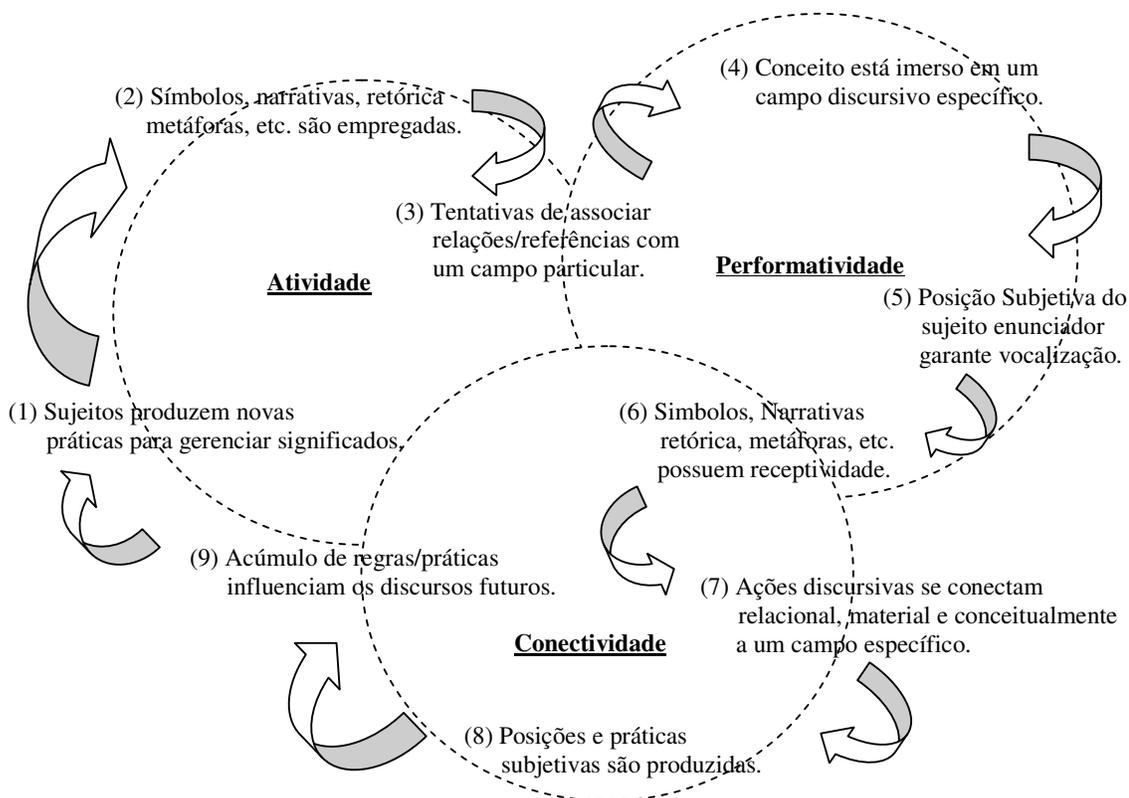


Figura 1 – O discurso como recurso estratégico

Fonte: Adaptado por Misoczky (2003, p. 94) a partir de Hardy, Palmer e Phillips (2000)

2 A EMERGÊNCIA DA DÍADE DESENVOLVIMENTO/ SUBDESENVOLVIMENTO: MARCO ESTRATÉGICO-DISCURSIVO

Nesse ponto, é relevante justificar a delimitação do estudo. Ao realizar uma releitura das ações discursivas ligadas ao desenvolvimento, se parte do discurso inaugural do presidente Norte-Americano Harry S. Truman, o qual, em 1949, provocou a emergência do conceito de ‘subdesenvolvimento’ em oposição ao modelo industrial dos países desenvolvidos. Este marco inicial de análise se justifica pelo seu impacto sobre nosso contexto de prática.

Truman (1949) definiu uma estratégia com propósitos qualificativos claramente definidos. A díade desenvolvimento/subdesenvolvimento categorizou as nações entre aquelas que, ao estarem no topo da pirâmide evolutiva, deveriam servir de modelo; e aquelas que, qualificadas como subdesenvolvidas, tornar-se-iam alvo de intervenção com vista à superação de sua condição de atraso. Esses conceitos, desde então, passaram a se constituir em marcos para a disseminação de teorias e práticas sociais que se destinaram à manutenção e estabilização da lógica dos mercados, como suporte ao crescimento econômico almejado pelos países que constituíam o núcleo decisório do sistema capitalista.

Truman (1949) utilizou o termo subdesenvolvimento⁷ para definir o estágio dos países que estavam às margens do progresso econômico, técnico e científico. Desde aquele momento o mundo passou a ser dividido em duas partes – desenvolvido e subdesenvolvido – e, automaticamente, dois bilhões de pessoas foram qualificadas como subdesenvolvidas.

⁷ “Truman não foi o primeiro a usar a palavra. Wilfred Benson, antigo membro do secretariado da Organização Mundial do Trabalho, foi quem provavelmente a inventou quando, em 1942, ao escrever suas bases econômicas para a paz se referiu às áreas subdesenvolvidas” (ESTEVA, 2007, p. 7). Entretanto, segundo essa autora, é a partir do discurso de Truman que o termo ‘desenvolvimento’ passa a ser valorizado institucionalmente como oposição e, ao mesmo tempo, modelo comparativo em relação ao subdesenvolvimento.

Estava aberta a era do desenvolvimento, através da criação de um objeto constituído como alvo de conversão: o subdesenvolvimento (ESTEVA, 2007).

O discurso de Truman ganhou relevância excepcional para aquela época pelo momento histórico que se desenhava: a) o mundo recém saía de dois conflitos mundiais que haviam destruído o poderio econômico, militar e comercial das maiores potências anteriores às guerras; b) as ex-colônias imperiais haviam experimentado um período de crescimento econômico autônomo do qual não desejavam abrir mão, e os meios tradicionais de persuasão – a mira das canhoneiras – exigiam recursos indisponíveis à época; c) a divisão do mundo entre ocidente capitalista e oriente comunista; d) os Estados Unidos pela condição privilegiada durante a Segunda Guerra – depositário de grande parte dos recursos financeiros globais e fornecedor de material bélico protegido territorialmente, pela distância marítima – adquiriu *status* de potência mundial do ocidente (HOBSBAWM, 1995; ESTEVA, 2007).

Pela importância que o discurso inaugural de Truman (1949) adquiriu, é relevante salientar alguns de seus pontos e, principalmente, as quatro estratégias de ação destacadas pelo então Presidente eleito para seus anos de governo:

Primeiro, nós vamos continuar fornecendo suporte às Nações Unidas e agências correspondentes, fortalecendo sua autoridade e aumentando sua eficiência. Acreditamos que as Nações Unidas se tornarão estratégicas para as novas nações que estão se formando e tornando autogovernáveis sob os princípios democráticos. Segundo, daremos continuidade ao nosso programa de reconstrução da economia mundial.

Isto significa, em primeiro lugar, que nós precisamos manter nosso esforço no programa de reconstrução européia. Confiamos no sucesso dessa ação maior em busca da reconstrução mundial. Acreditamos que nossos parceiros irão alcançar o *status* de auto-sustentabilidade, novamente.

Intentamos, ainda, levar adiante nossos planos para redução das barreiras ao comércio mundial e aumentar seu volume. A reconstrução econômica e a paz dependem do incremento do mercado mundial.

Terceiro, iremos fortalecer as nações amigas contra os perigos de agressão.

Estamos elaborando com alguns países um acordo desenhado para fortalecer a segurança na área do Atlântico Norte. Assim como, um acordo será feito de forma a criar uma defesa coletiva a partir dos termos defendidos pelas Nações Unidas. [...]

Quarto, será criado um novo programa para tornar os benefícios de nossos avanços científicos e progresso industrial acessíveis aos esforços por progresso e crescimento das áreas subdesenvolvidas. [...]

O antigo imperialismo – a exploração para lucro estrangeiro – não tem lugar em nossos planos. O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática. (TRUMAN, 1949, s/p)

Essas propostas foram o fio condutor das relações internacionais ocidentais e direcionaram a ação das diversas nações que deveriam manter sua posição de país desenvolvido ou direcionar suas ações para saírem da condição subalterna de economia subdesenvolvida (ESTEVA, 2007).

A possibilidade de passagem da condição de subdesenvolvimento para desenvolvimento dependia de categorias e critérios classificatórios que definiam as diversas posições. Posições que, ao serem construídas com base em critérios qualificativos, definiam *a priori* características que, caso não estivessem presentes, necessitavam ser incorporadas. Assim, as nações qualificadas como subdesenvolvidas deveriam adaptarem-se a padrões externos que definiam o que é desenvolvimento, necessitavam adequar suas práticas internas sob o predomínio das características percebidas como mais avançadas.

Nesse sentido, o discurso de Truman (1949) foi extremamente eficaz, pois articulou os esforços da recém criada ONU e das demais instituições que dali obtiveram condições para ocupar posições de destaque nas ações ligadas ao desenvolvimento, nas várias escalas. Ao integrar o termo subdesenvolvimento na agenda desenvolvimentista vigente à época, Truman além de criar um símbolo de sua política externa, colocou o desenvolvimento no centro de uma constelação semântica global.

Não há nenhum outro conceito no pensamento moderno que tenha influência comparável sobre a maneira de pensar e no comportamento humano. Ao mesmo tempo, poucas palavras são tão ineficazes, tão frágeis e tão incapazes de dar substância e significado ao pensamento e comportamento, como esta. (ESTEVA, 2007, p. 8)

A base de tal conceito, após a Segunda Guerra, esteve ligada à valorização das nações como unidades com identidades e valores próprios a serem preservados e, principalmente, como participantes do cenário internacional através de papéis pré-definidos e categorizados entre industrializados e desenvolvidos ou primário-exportadores e subdesenvolvidos (CLARK, 1953; LEWIS, 1954; ROSENSTEIN-RODAN, 1961; ROSTOW, 1961), levando a uma divisão internacional do trabalho.

Essa categorização tinha por suposto teórico inicial a teoria das vantagens comparativas formulada por Ricardo (1817) que defendia o comércio internacional como meio de maximização do bem-estar social, pois o aumento da produtividade que ali teria origem desvalorizaria os produtos sem diminuir as rendas. Para que esse processo ocorresse de forma efetiva era necessário que cada país se especializasse na produção de determinada mercadoria, com a qual tivesse maior vantagem comparativa e que possibilitasse relações de troca, ou seja, os produtos produzidos em determinado país deveriam ser necessários e escassos em outros, como pressuposto básico às relações comerciais. Dessa forma, o barateamento das mercadorias, proporcionado pela redução dos custos de produção em larga escala, não ameaçaria a produção de outros países. Por exemplo, o barateamento do tecido Inglês

favoreceria a compra por portugueses e, em contrapartida, o aumento da renda da Inglaterra possibilitaria um maior consumo de vinho português, relação comercial que, teoricamente, possibilitaria ganhos maiores para todos os atores envolvidos.

A lógica Ricardiana ganhou nova perspectiva através do modelo Ohlin-Samuelson, que propôs a especialização nacional não mais a partir das vantagens comparativas da produção, mas da dotação dos fatores produtivos, ou seja, a especialização dos países com elevada concentração de capital deveria se voltar para as atividades industriais. Já, os países que dispunham de recursos naturais e de mão-de-obra abundantes deveriam especializar-se em atividades agrícolas (MARTINS, 2006).

Ao analisar esse processo a partir do modelo proposto por Hardy, Palmer e Phillips (2000) pode-se considerar que Truman (1949), ao provocar a emergência do conceito subdesenvolvimento em seu discurso inaugural, iniciou um circuito da atividade discursiva que organizou as percepções sobre a temática desenvolvimentista, através da utilização fragmentária e categórica da dualidade desenvolvimento/subdesenvolvimento. Tal produção associou desenvolvimento aos países industrializados que almejavam a manutenção de práticas que lhes delegavam posições de controle sobre os processos de industrialização e de estruturação do mercado global. No circuito da performatividade, o conceito de subdesenvolvimento contribuiu decisivamente para a constituição de um campo discursivo específico – o do desenvolvimento. Além disso, o conceito de subdesenvolvimento, de modo estratégico transformou os países de base econômica agrícola-exportadora em partícipes não auto-sustentáveis e com mercados consumidores reduzidos em relação ao seu potencial, sob as premissas do mercado global. Truman (1949), como presidente norte-americano recém eleito, ocupou uma posição que lhe garantia voz enquanto representante da principal potência ocidental com interesse em estabilizar o cenário econômico mundial, essa posição lhe possibilitou institucionalizar a divisão pré-existente entre países industrializados e agrícolas e definir um modelo de desenvolvimento – o dos países industrializados que deveria ser reproduzido pelos demais.

No circuito da conectividade, se efetivou a configuração de um campo estratégico de ação: o do desenvolvimento, com base na divisão e categorização entre desenvolvimento e subdesenvolvimento e na emergência de posições distintas – países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Por último, essa construção provocou a emergência de determinada organização e da forma como ela passou a ser percebida e tratada pelos vários atores, principalmente, ao influenciar as produções futuras (figura 2).

Mais uma vez é preciso lembrar que o modelo adotado para análise identifica os três circuitos como mero recurso de sistematização. Na prática esses circuitos são interconectados recorrentes e complementares.

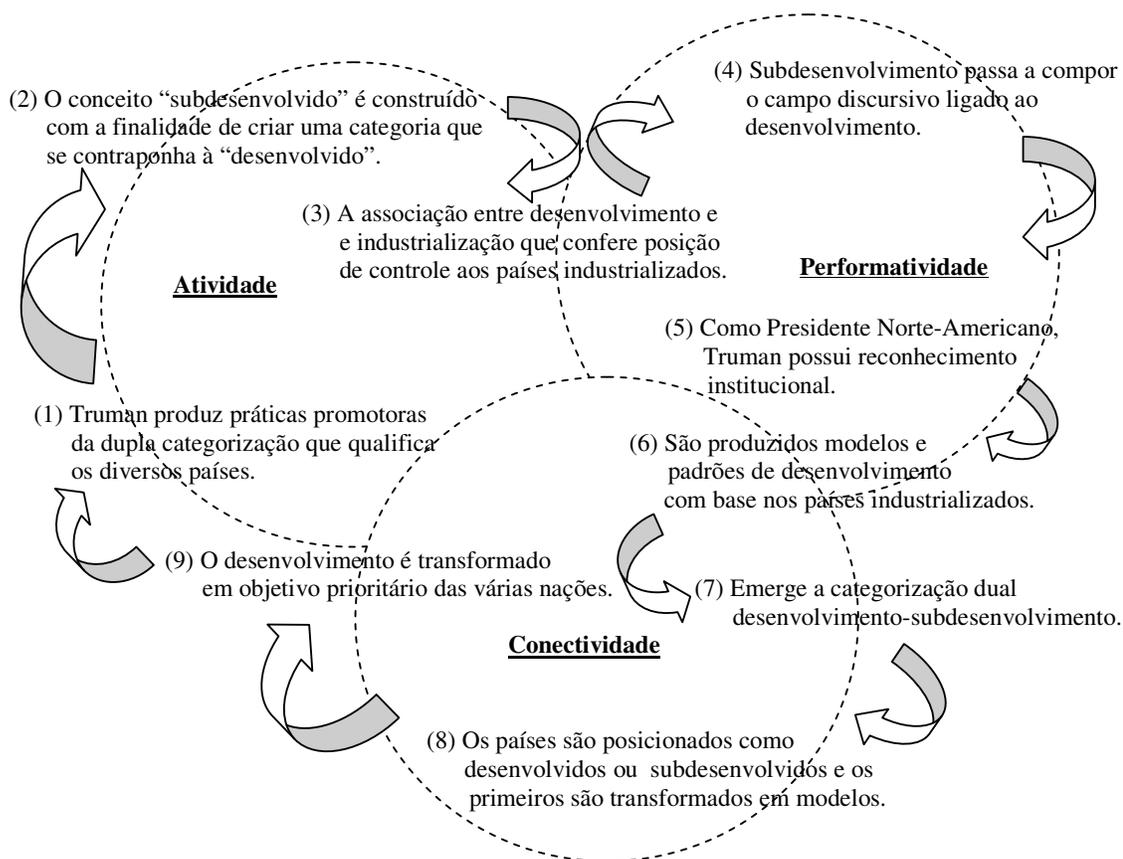


Figura 2 – A produção do conceito de subdesenvolvimento e a conformação do campo discursivo do desenvolvimento

Como já foi indicado, a emergência do campo discursivo do desenvolvimento articulou uma determinada divisão internacional do trabalho com pelo menos duas dimensões: organização da produção e as atividades comerciais de circulação.

Quanto à organização da produção, Furtado (1998), também, diferenciou duas dimensões da divisão social do trabalho: sincrônica e diacrônica. A dimensão sincrônica foi representada pela especialização interna a um grupo de trabalho, na qual as atividades individuais cobrem a totalidade do processo de um produto final. Nesse caso há domínio completo do processo produtivo. Já na dimensão diacrônica, a divisão do trabalho ganhou dimensão temporal, por exemplo, entre a produção de instrumentos de pesca por uma

indústria especializada e a utilização de tais instrumentos – transformados em bens de produção – por pescadores. Nessa última situação, a produção do equipamento ocorre em um processo diferenciado e, na maior parte dos casos, desconhecido por seus usuários. Sob tal lógica, a apropriação do excedente deixa de ser exclusividade do grupo que utiliza os instrumentos especializados, sendo dividido com o grupo diacrônico que passa a participar da atividade produtiva. A fração extraída do grupo primário é tanto maior quanto mais aprofundado for o processo tecnológico que dá origem aos instrumentos, assim como em razão das possibilidades de aumento da eficácia que os bens de produção proporcionaram aos integrantes do grupo primário. À medida que os processos produtivos com base na divisão diacrônica do trabalho social tomam forma e ganham espaço, se reduz a importância relativa dos processos artesanais e, pela perda da percepção da totalidade do processo produtivo, os grupos que utilizam tais bens de produção estariam cada vez mais dependentes dos instrumentos (FURTADO, 2000).

Assim, o poder de se contrapor aos processos diacrônicos de produção é gradativamente enfraquecido, e aqueles atores que não quiserem ou não puderem se inserir na nova ordem produtiva, sob um processo de categorização e de inclusão/exclusão que é mais facilmente visualizado no campo discursivo, são qualificados como atrasados, resistentes, ineficazes, etc.

Como consequência desse processo, que é articulado sob a lógica da competição mercadológica, perdeu-se de vista os objetivos sociais do trabalho. A produção final já não foca no atendimento das necessidades populacionais locais e o reconhecimento perde em valor social, ou seja, em relação ao benefício promovido numa determinada parcela da sociedade da qual o produtor participa. O trabalhador passa a ser recompensado, exclusivamente, pela remuneração do trabalho que diariamente lhe exige uma produção maior e sobre a qual já não tem controle em relação ao destino ou utilização. Nesse sentido, para Furtado (2000, p. 54) “[...] a racionalidade do próprio sistema econômico assumiu crescente autonomia, condicionando mais e mais os fins da vida social”.

Ao processo acima é adicionada a divisão geográfica do trabalho, ou seja, a confluência de esforços que se direcionam para a expansão do mercado na forma de escoamento da produção e intercâmbio externo. Nesse sentido, a produção de novos padrões de consumo se constitui globalmente sob a influência do discurso do progresso que, por um lado, defende um padrão imitativo em relação aos países centrais; por outro, busca a utilização dos recursos específicos pré-existentes nos vários territórios, fomentando a

especialização produtiva de forma articulada e complementar no sistema mundial. Essa é justificada pela crença de que o desenvolvimento seria alcançado de maneira linear, e que os países de ponta estariam apenas alguns passos à frente. Esse discurso viria a facilitar consideravelmente a pulverização global da lógica liberal⁸ e, posteriormente, neoliberal de mercado (CHANG, 2004; FURTADO, 2000; HOBSEBAWM, 1995).

⁸ O liberalismo econômico é uma concepção que recusa a intervenção do Estado no jogo econômico e coloca a existência de leis naturais capazes de garantir o equilíbrio da oferta e da procura, contanto que sejam respeitadas a concorrência e a propriedade privada dos meios de produção. O neoliberalismo é uma doutrina que, [...] diante do fracasso do liberalismo clássico, admite certa intervenção do Estado na economia, sem por isso recolocar em questão o princípio da concorrência e da livre empresa (DUROZOI e ROUSSEL, 1993, p.287).

3 DESENVOLVIMENTO COMO CRESCIMENTO ECONÔMICO

A temática do desenvolvimento como crescimento ganhou relevância a partir dos estudos realizados por um grupo de pesquisadores que direcionaram seus esforços para a superação dos problemas que ganharam evidência durante as conferências de Breton Woods, ocorridas em 1944 e que, mesmo antes do final da Segunda Guerra, buscavam meios de integrar os países atrasados às práticas mercadológicas experienciadas pelas economias dos países da Europa e dos EUA (ESTEVA, 2007).

Nesse sentido, é relevante o destaque que tais esforços mereceram, principalmente, após o discurso de posse do presidente Truman, já que a “[...] economia do subdesenvolvimento é tema de crescente importância tanto para as nações desenvolvidas quanto para as subdesenvolvidas de todo o mundo” (AGARWALA e SINGH, 1969, p. 10)⁹. Esses esforços tiveram por principal função articular a economia mundial, definindo regras para as relações financeiras e comerciais, em escala global.

O sistema Bretton Woods, que resultou das conferências acima, possibilitou a emergência de regras, instituições e procedimentos com vista à regulação político-econômica internacional. Entre as instituições que ali obtiveram as condições necessárias à sua viabilização, a mais importante foi a Organização das Nações Unidas (ONU) e, sob seus auspícios, foram criados o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Instituições que se tornaram operacionais em 1946 (ONU, 2008).

⁹ Trata-se de uma coletânea dos principais artigos que abordam o tema do desenvolvimento, tendo sua primeira versão no ano de 1959, em Inglês. Os textos que compõem a obra foram publicados originalmente entre os anos de 1943 e 1956, e é importante destacar que apenas um deles foi publicado antes do discurso de posse do presidente Truman e que, nesse texto, não foi encontrado o termo subdesenvolvimento.

Cabe lembrar que a criação dessas organizações ocorreu em um contexto de desorganização sócio-econômica Européia, de ascensão dos EUA à posição de potência ocidental única e, principalmente, sob o risco eminente de repetição de uma situação recessiva como a de 1929. A alternativa encontrada para evitar uma nova catástrofe, equivalente ou pior que o *crach* da bolsa, foi a criação de uma estrutura global negociada entre os países centrais, de maneira a buscar a estabilidade das relações econômicas (HOBBSAWN, 1995). Estratégia que buscou a disseminação de idéias ligadas ao processo de industrialização ao maior número de países; assim como a transformação da população não produtiva em mão-de-obra fabril, que passa a ser qualificada como fator de produção, à semelhança dos recursos naturais e do capital (LEWIS, 1954).

No que tange ao conceito de desenvolvimento, em 1953, em uma época em que este conceito já ocupava lugar de destaque na agenda político-econômica mundial, Viner (1953) ressaltou a preocupação em definir o que seria um país subdesenvolvido. Entre os fatores identificados para essa categorização foram utilizados critérios tais como: baixa população em relação ao território; escassez de capital; baixa co-relação comparativa entre produção industrial e produção total ou entre população industrial e população total; idade do país; potencial de utilização de capital em comparação com a mão-de-obra disponível e os recursos naturais. O esforço de Viner (1953) demonstra a dificuldade em definir com clareza o que é o subdesenvolvimento, entretanto, é necessário destacar que a ênfase dos processos de desenvolvimento ligava-se à priorização da urbanização e da industrialização que aparecem, de forma direta ou indireta, em quatro dos cinco critérios classificatórios.

Viner (1953), ao defender o processo de industrialização como fator de desenvolvimento, salientou as vantagens dos produtos manufaturados em relação aos produtos primários, já que os primeiros apresentavam menor flutuação dos preços, o que por conseqüência, diminuiria o grau de insegurança quanto aos valores dos produtos. Essa tese ganhou novas perspectivas com os estudos de Clark (1953), que buscou demonstrar que o crescimento industrial observado nos países considerados desenvolvidos teve como fator-chave a migração da população agrícola para o meio urbano, elevando a renda média. Esses estudos exerceram forte influência ao tornarem evidente, quantitativamente, as diferenças entre a Europa (industrializada) e o resto do mundo (agrícola), com base na renda *per capita*¹⁰.

¹⁰ Registre-se que o discurso que produziu as supostas bases científicas partiu da descrição quantitativa de aspectos escolhidos sobre as condições sociais e econômicas dos países. Por mera descrição e agrupação os atributos presentes nos países centrais foram tomados como referência para os demais.

Assim, estavam formadas as bases científicas de uma ação discursiva que estimulava a crença em um processo evolutivo que dependia, em grande parte, do direcionamento dos esforços das próprias nações subdesenvolvidas em relação à eficácia na exploração dos recursos existentes em seu interior. Essa crença articulava vários dos esforços desenvolvimentistas à época, como será visto a seguir.

3.1 O CRESCIMENTO EQUILIBRADO

Rosentein-Rodan (1943, p. 252) abriu seu artigo pioneiro em defesa do desenvolvimento da Europa Oriental e Sul-Oriental¹¹ argumentando que o processo de industrialização de áreas deprimidas¹² interessava ao mundo como um todo. “É o meio para que se alcance distribuição de renda mais eqüitativa entre diferentes áreas do mundo através da elevação de renda nas regiões deprimidas a uma taxa mais alta do que nas ricas”.

O autor defendeu, ainda, a estabilização e aperfeiçoamento dos “sadios princípios da divisão internacional do trabalho”, que trariam como vantagens às nações atrasadas: a) progresso mais rápido e ampliação do poder de consumo; b) implementação de indústrias leves e intensivas em mão-de-obra (aproveitando o desemprego disfarçado), complementares às indústrias pesadas dos centros industriais; c) importação de produtos intensivos em capital e tecnologia (ROSENSTEIN-RODAN, 1943, p. 253).

Nesse sentido, Rosentein-Rodan (1943) apontou dois caminhos diferentes para o processo de industrialização: que a mão-de-obra fosse encaminhada ao capital (emigração) ou que o capital fosse levado à mão-de-obra (industrialização). O autor afirmou que, em termos de renda mundial, o resultado de tais processos variariam apenas em relação aos custos de transporte, não havendo diferenças significativas. Entretanto, o processo de migração e colonização não poderia ser considerado em larga escala pela infra-estrutura que necessitaria ser criada. Assim, a resposta evidente seria a industrialização das áreas deprimidas com o conseqüente re-direcionamento do excedente de mão-de-obra agrícola para as atividades industriais.

O autor definiu como primeiro passo necessário para a industrialização, o treinamento e habilitação com vista à transformação dos camponeses em operários industriais.

¹¹ Em 1949 passaram a ser categorizadas como subdesenvolvidas.

¹² Nesse artigo é introduzida a analogia entre baixa industrialização/subdesenvolvimento/área ou região deprimida, muito usada até hoje.

O automatismo do *laissez-faire* nunca funcionou adequadamente nesse campo. E não funcionou porque não é lucrativo para um empresário privado fazer inversões no treinamento da mão-de-obra. Não há hipoteca sobre operários e o empresário que investir no treinamento de pessoal pode perder seu capital se os operários contratarem emprego com outra empresa. Embora este treinamento não seja boa aplicação de capital para a empresa privada, é o melhor tipo de investimento para o Estado. É também bom investimento para o conjunto de indústrias a ser criado, quando considerado um todo, ainda que possa representar custos irre recuperáveis para uma unidade menor. (ROSENSTEIN-RODAN, 1943, p. 254-255)

O autor sugeriu, então, a criação de uma rede de empresas com base em economias externas, onde a complementação proporcionada pelas diferentes indústrias constituiria um argumento fundamental a favor de um plano de industrialização em larga escala. Nesse sentido, Rosentein-Rodan (1943, p. 255-256) destacou que o próprio aumento dos custos de mão-de-obra requisitados pelo processo de industrialização seria um dos principais fatores de fomento dessa rede de indústrias, pois, se

[...] um milhão de trabalhadores desempregados fossem retirados do campo e colocados, não em uma indústria, mas em toda uma série de indústrias que produziram o grosso dos produtos em cuja compra os trabalhadores gastariam seus salários [...] seria criado o seu próprio mercado adicional, realizando-se assim uma expansão da produção mundial com um mínimo de perturbação do mercado mundial. As indústrias que produziram o grosso dos bens a serem adquiridos com salários poderiam ser chamadas, portanto, de complementares. A criação planejada de um sistema de indústrias complementares desse tipo reduziria o risco de insuficiência da procura e, visto que o risco pode ser considerado um custo, reduziria os custos. É, nesse sentido um caso especial de “economias externas”.

Outros dois tipos de economias externas poderiam ser criados: inter-empresas, naqueles casos em que havia complementaridade produtiva; e aquelas que surgem em função da criação de novas empresas a partir do núcleo inicial.

Cabe destacar que, para o autor, o investimento necessário para esse tipo de empreendimento extrapolava aquele direcionado diretamente para a produção, incluindo fatores ligados à infra-estrutura, tais como: transportes, energia, etc. Nesse aspecto, o investimento planejado e comum às várias empresas que se beneficiariam, mesmo em bloco, poderia não ser suficiente ou não estar disponível na velocidade adequada ao processo de crescimento, razão pela qual o Estado deveria ser chamado à participação. Se esse último complementasse os investimentos, de forma a disponibilizar capital suficiente para investimento em indústrias básicas, o efeito multiplicador levaria, “naturalmente, a uma crescente industrialização” (ROSENTEIN-RODAN, 1943, p. 258), criando determinado equilíbrio e padrão de investimentos exitosos.

Rosentein-Rodan (1943, p. 260) advertiu, entretanto, que a evolução provocada por esses programas levaria à necessidade de bens de capital e tecnologias provenientes dos países evoluídos que, em muitos casos, somente poderiam ser adquiridos através da redução da importação de bens de consumo e do aumento das exportações e/ou através de empréstimos externos. Nesse sentido, destaca que os países desenvolvidos teriam que pensar estratégias de auxílio, pois o “[...] objetivo da industrialização das áreas internacionais deprimidas é produzir equilíbrio estrutural na economia mundial, através da criação de emprego produtivo para a população agrária excedente”.

Cabe destacar, por último, que as idéias de Rosenstein-Rodan (1943), apesar de direcionadas para a superação da situação considerada de atraso da Europa Oriental e Sul-Oriental, influenciaram na construção das teses desenvolvimentista com base no processo de industrialização, em escala global.

Para uma análise utilizando o modelo de Hardy, Palmer e Phillips (2000) é necessário salientar que Rosentein-Rodan caracteriza-se por ser, senão o principal, um dos principais influenciadores do pensamento desenvolvimentista que passou a vigorar após a Segunda Guerra, ao defender a promoção da industrialização como recurso de estabilização e ampliação do mercado mundial com base em uma ação discursiva que utiliza como argumento central a prescrição da conversão dos camponeses em proletários, em trabalhadores urbanizados e da indústria.

O argumento elaborado para justificar essa prescrição supunha a existência de um excesso de mão-de-obra camponesa, o que geraria desperdício de potencial produtivo, com alto consumo relacionado à subsistência e com baixa lucratividade *per capita*. Assim, a passagem do circuito da atividade para o da performatividade dá-se através da indicação de soluções para um problema declarado como pré-existente: o do desemprego disfarçado. Como esse se caracterizaria pela baixa produtividade e renda das atividades agrícolas, a utilização da força de trabalho na produção industrial aumentaria a taxa de utilização e produtividade da mão-de-obra, provocando crescimento da renda nos países atrasados e, por consequência, geraria uma massa adicional de consumidores. Nesse ponto, o autor se insere de maneira estratégica no campo do discurso do desenvolvimento, ao oferecer soluções à estabilização da lógica dos mercados que adquirem reconhecimento e receptividade.

A introdução no circuito da conectividade é efetivada pela articulação desse discurso com as preocupações ligadas à expansão do mercado global, de forma a abrir novas possibilidades, principalmente, em um momento de crise com os atores econômicos centrais

demandando alternativas práticas. Nesse sentido, Rosenstein-Rodan (1943) propôs a criação de rede de empresas com base em economias externas e de investimentos maciços e conjuntos, sejam eles privados ou públicos. Essa lógica foi considerada nas construções posteriores ligadas ao campo discursivo do desenvolvimento, como será visto adiante.

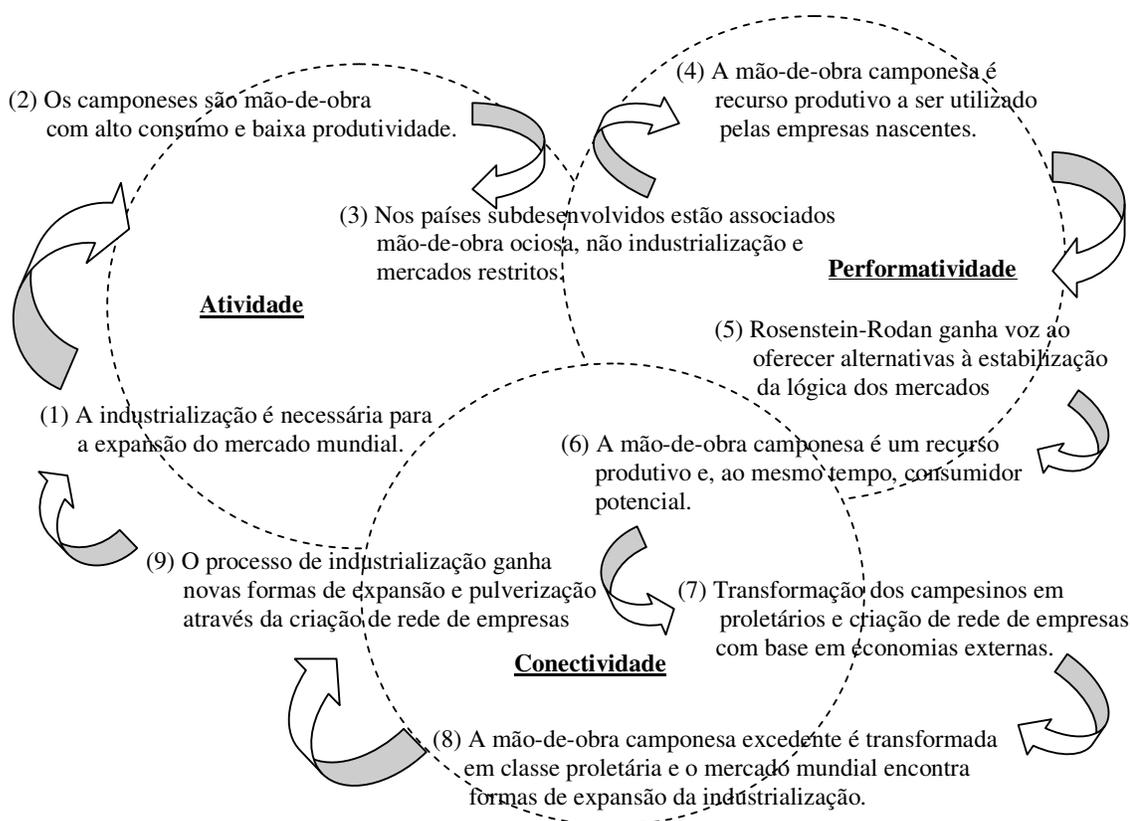


Figura 3 – O discurso do crescimento equilibrado de Rosenstein-Rodan

3.2 A TEORIA DO CRESCIMENTO EQUILIBRADO REVISITADA

A implementação das estratégias de industrialização propostas por Rosenstein-Rodan (1943) provocou a ampliação da tese do desemprego agrícola disfarçado, uma vez que a promessa de que a expansão da industrialização absorveria a totalidade do excedente de mão-de-obra que existia na atividade agrícola não se realizou. Assim, Lewis (1954), ao rever o referencial de Rosenstein-Rodan, defendeu que o desemprego disfarçado decorrente do excedente de mão-de-obra nas economias periféricas estaria pulverizado em atividades formais e informais de forma estrutural, ou seja, nas várias esferas econômicas.

Com base nessa observação, o autor argumentou que a principal diferença entre as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas se referia à utilização dos recursos produtivos: enquanto nas primeiras havia subemprego tanto de capital quanto de mão-de-obra; nas segundas havia apenas superabundância de mão-de-obra. Razão pela qual foi formulado o discurso de que seriam necessárias formas de compensar a escassez de capital – necessário à dinamização e efficientização das economias subdesenvolvidas em seus momentos iniciais – para que, no futuro, tais economias pudessem ser integradas às regras do mercado.

Nurkse (1953; 1953a), de forma sintônica com Lewis (1954), identificou nos países periféricos falta de capital, assim como atribuiu importância semelhante às limitações do mercado, qualificando-os como os seus dois principais problemas. Definiu, em consequência, o círculo vicioso da estagnação pela limitação do estímulo ao investimento em virtude da restrição do mercado e, de forma retroativa, a reduzida amplitude do mercado pela ausência de bens de capital na produção. A resposta ao problema, segundo o autor, seria provocar uma onda de novos investimentos em diferentes ramos da economia, de maneira que cada setor percebesse nos demais, ao mesmo tempo, fornecedores de insumos e compradores potenciais. A fonte dos recursos para os investimentos necessários teria por receita a poupança interna, através da redução do valor da mão-de-obra e do consumo, assim como a abertura do país ao capital externo.

Nurkse (1953), entretanto, defendeu formas de investimento diferenciadas daquelas utilizadas nos países centrais, pois nesses últimos a introdução tecnológica estava a cargo dos empreendedores capitalistas que dificilmente se interessariam em investimentos sem as mesmas taxas de retorno e, mesmo, com risco de perda do capital investido. Assim, o Estado dos países considerados subdesenvolvidos é chamado a empreender esforços, objetivando a organização e coordenação planejada dos investimentos complementares para, no momento seguinte – em que os principais obstáculos tiverem sido removidos e o mercado fosse suficientemente grande para garantir sua viabilização –, confiar ao interesse privado a coordenação do mercado.

Nurkse (1953) diagnosticou, ainda, a imitação dos padrões de consumo dos países considerados desenvolvidos como um fator restritivo à poupança interna das nações ditas subdesenvolvidas, uma vez que tais padrões seriam potencializadores de gastos que inviabilizariam a capacidade de poupança.

Já, em relação ao excedente de mão-de-obra, Nurkse (1953) manteve a estratégia de conversão dos camponeses em operários, pois pressupôs que a saída de parte dos

trabalhadores rurais ociosos iria materializar a poupança virtual daqueles que produzissem mais do que consumissem. O excedente produtivo que era desperdiçado com a manutenção dos trabalhadores ociosos poderia ser direcionado para a área urbana, gerado receitas para os trabalhadores agrícolas e fornecendo as condições para a manutenção alimentícia dos trabalhadores urbanos, ou seja, para a população que migraria do campo para a cidade, transformando o consumo improdutivo em consumo produtivo.

Essa tese foi ratificada por Clark (1953), que defendeu a existência de uma correlação negativa entre produtividade por trabalhador e concentração de mão-de-obra no setor primário, ou seja, a produtividade individual seria tanto menor quanto maior fosse a densidade demográfica de trabalhadores agrícolas. Nesse sentido, o autor defendeu que a expansão demográfica facilitadora do crescimento econômico deveria atender a três condições: a) emigração de zonas isoladas e superpovoadas; b) facilitação do processo de industrialização; e c) viabilização de formas de financiamento da industrialização.

Cabe destacar, em relação a esse último item, que, para Clark (1953, p. 61), nem todas as economias periféricas necessitariam de investimentos externos, podendo, entretanto, optar pela aceleração do crescimento através da ajuda externa: “[...] países que já atingiram o volume e a fase de desenvolvimento da Índia e do Brasil, por exemplo, serão, provavelmente, capazes de desenvolver sua indústria com seus próprios recursos, ainda que desse modo o processo seja muito mais lento do que se recebessem ajuda do exterior”.

Quanto ao desemprego disfarçado, a tese de Lewis (1954) – de que havia oferta ilimitada e generalizada de mão-de-obra nos países periféricos – forneceu subsídios para a defesa da redução do valor do trabalho para padrões de subsistência, facilitando novos investimentos produtivos. A manutenção do valor da mão-de-obra em baixos níveis apresentaria como ganho adicional a diminuição do acréscimo necessário à atratividade dos salários urbanos em relação à remuneração agrícola, favorecendo a eficiência dos investimentos direcionados para o deslocamento da população do campo para a cidade, já que um pequeno aumento salarial já seria representativo para provocar a sensação de melhora na qualidade de vida (LEWIS, 1954).

Por conseqüência, o potencial aumento da poupança (necessário ao investimento que redirecionaria os padrões de produção) estaria nas classes mais abastadas. Razão pela qual, Lewis (1954) qualificou as desigualdades percebidas em relação à apropriação do excedente como fator benéfico ao potencial de crescimento. Essa crença permeou toda a construção discursiva posterior, dando suporte à lógica presente na teoria do crescimento equilibrado,

uma vez que esse referencial se caracterizou pela elevação do potencial de investimento mediante a contenção do consumo e o aumento da poupança no curto e médio prazo, que se justificaria pelos efeitos de longo prazo: geração de um padrão produtivo que possibilitaria a geração de riqueza e de melhores condições de vida para a população em geral.

Os autores que buscaram revisar e adequar a construção que defendia práticas com base no crescimento equilibrado transformaram o desemprego disfarçado em característica estrutural dos países subdesenvolvidos, sendo essa uma situação que se contrapunha a um suposto equilíbrio entre capital e mão-de-obra nos países desenvolvidos. Essa atividade discursiva colocou em segundo plano a redução das desigualdades entre nações, defendida por Rosenstein-Rodan (1943), e o foco das atenções se voltou para a capacidade de poupança interna a ser direcionada para o financiamento da atividade produtiva. O excesso de mão-de-obra, agora qualificado como inevitável e estrutural, forneceu os argumentos para a defesa da redução de seu valor e foi o elo com a teorização precedente, ao manter a priorização do esforço para criar as condições para a industrialização.

O discurso dos autores ganhou visibilidade por suas posições como pesquisadores e interlocutores dos centros de pesquisa reconhecidos como legítimos no campo discursivo do desenvolvimento, a partir das quais argumentaram em favor de condicionar a melhoria das condições de vida e renda da população aos resultados econômicos auferidos internamente, principalmente, com base em processos de industrialização.

No circuito da conectividade a ênfase no crescimento econômico assumiu explicitamente o norte de condução, as melhorias sociais e a redução das diferenças de renda passaram a ser entendidas como resultado do desempenho econômico, mais do que como seus condicionantes ou seus objetivos. As práticas que dali emergiram justificaram as diferenças relacionadas com a qualidade de vida e renda das populações dos países categorizados como desenvolvidos ou subdesenvolvidos.

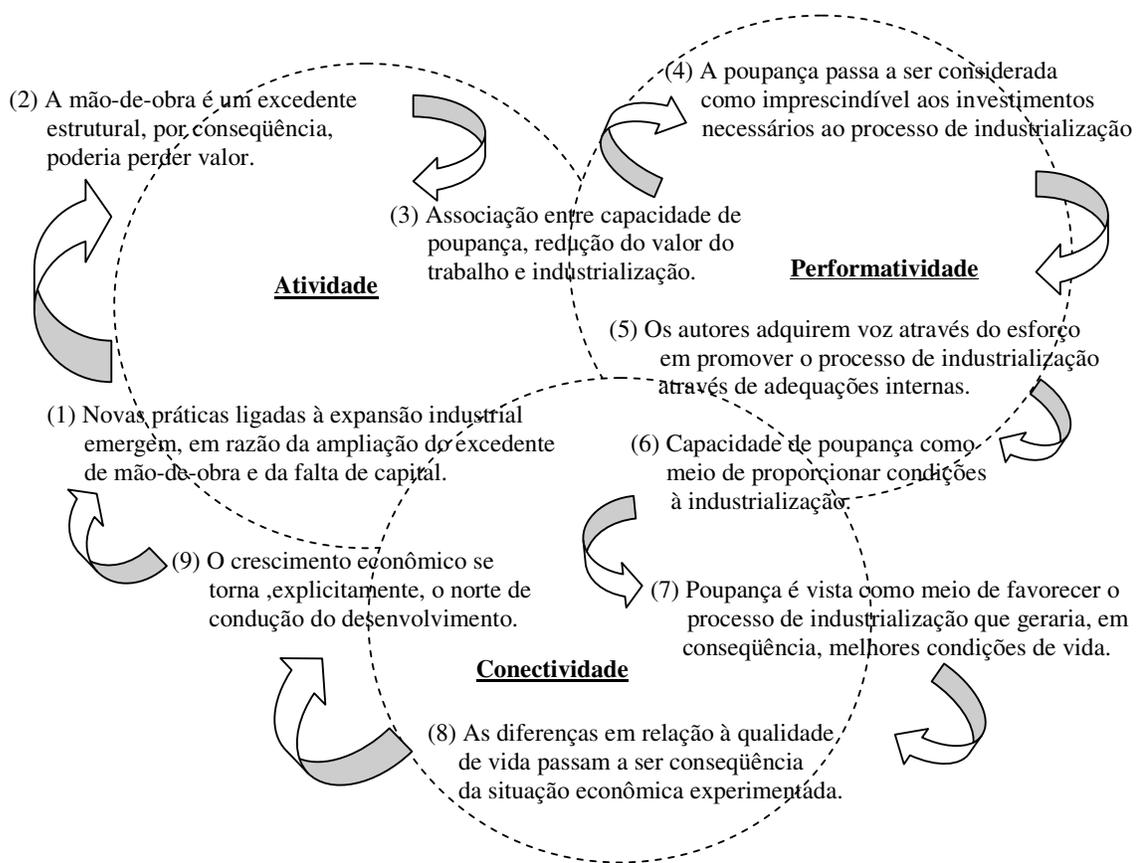


Figura 4 – O discurso do crescimento equilibrado revisitado

3.3 O GRANDE IMPULSO

A partir do contexto relatado acima, Rosenstein-Rodan (1961) re-avaliou seu discurso e incluiu novas variáveis, direcionando seus esforços para o movimento em prol de investimentos maciços destinados ao processo de industrialização dos países considerados subdesenvolvidos, razão pela qual definiu o conceito de *big push*, um investimento de grande porte capaz de fazer um determinado país saltar algumas etapas no processo de crescimento.

[...] lançar um país num crescimento sustentado é, de algum modo, como fazer decolar um avião. Há sobre a pista, uma velocidade crítica que deve ser ultrapassada antes que o aparelho se eleve [...] procedendo gradualmente, passo a passo, não se conseguirá um efeito igual à soma total dos passos isolados. Um *quantum* mínimo de investimento é condição necessária, embora não suficiente, para o êxito [...]. (ROSENSTEIN-RODAN, 1961, p. 74)

Os passos a que o autor se referiu podem ser sintetizados pela ampliação do volume de recursos com três finalidades específicas: 1) facilitar o estabelecimento de grandes empresas; 2) viabilizar investimentos concomitantes em vários setores complementares de forma simultânea e de maneira a viabilizar esforços com base na lógica das economias externas; e 3) promover uma escala mínima de produção, através do aumento do tamanho do mercado.

Pré-condições que foram justificadas através do conceito de indivisibilidade na função de produção, segundo o qual “[...] entende-se que uma empresa terá uma dimensão mínima de grande porte, exigida pela tecnologia e pelo processo produtivo inerente à fabricação de um determinado bem ou serviço” (MANTEGA, 1998, p. 27).

Os investimentos a que se referiu Rosenstein-Rodan (1961), principalmente em matéria energética, infra-estrutura e de serviços públicos, deveriam se antecipar à demanda. Cabe destacar que esse pressuposto, ao promover investimentos que não teriam retorno em curto ou médio prazo, diminuiria significativamente a atratividade do setor privado, pois colidiria com a lógica apregoada pelo mercado que requeria altas taxas de rentabilidade; assim como os investimentos estruturais exigiam um planejamento de forma a adequar a produção sem uma demanda pré-existente (MANTEGA, 1998). Nesse ponto, Rosenstein-Rodan utilizou o conceito de lucro social¹³, segundo o qual a atividade econômica teria por objetivo fornecer insumos com custos menores para outras empresas.

Entretanto, como a não atratividade econômica inviabiliza o investimento privado nas áreas subdesenvolvidas, Rosenstein-Rodan (1961) posicionou o Estado como um ator imprescindível com papel empreendedor e planejador, sob uma perspectiva que conduziria ao lucro social. A intervenção estatal seria tanto mais intensa quanto mais subdesenvolvido fosse o país alvo dos investimentos (ROSENTEIN-RODAN, 1961).

Sob tais premissas, o discurso de Rosenstein-Rodan (1961), em termos da economia interna dos países considerados subdesenvolvidos, valorizava fatores como a contenção do consumo e incorporação de investimentos externos, como formas de aumentar a poupança. Rosenstein-Rodan (1961), à semelhança de Nurkse (1953), defendeu, ainda, a tese de que o investimento e o controle estatal eram necessários até que as economias emergentes

¹³ Tibor Scitovsky retoma o conceito de economias externas e procura demonstrar que os lucros de uma empresa não dependem apenas de sua própria produção e do emprego de fatores, mas da produção e do uso de fatores de outras empresas. Assim, o investimento em uma indústria eleva sua capacidade produtiva e a sua produtividade, fornecendo insumos mais baratos para outras empresas, que poderão ter seus custos reduzidos e os lucros aumentados. (MANTEGA, 2008, p. 28)

alcançassem um determinado patamar, a partir do qual os fluxos de investimentos deveriam seguir os moldes das economias avançadas, ou seja, serem orientados pelo próprio mercado.

Rosentein-Rodan (1961), ao revisar sua posição anterior, por um lado, ratificou a importância de investimentos maciços como forma de dar suporte ao crescimento modelado pelos núcleos desenvolvidos; por outro, a ênfase na atratividade via lucros em prazos mais curtos ganhou vigor, principalmente, ao comparar as perspectivas de retorno dos investimentos dos países considerados subdesenvolvidos com os ditos desenvolvidos, considerando que esses últimos, ao longo das décadas anteriores, haviam recuperado seu potencial econômico.

A posição que daí emergiu foi de valorização do Estado nos países ditos subdesenvolvidos, de forma que esse ocupasse um papel planejador e investidor, ou seja, que reduzisse os riscos experimentados pelos investidores capitalistas ao arcar com parte dos custos de preparo do espaço interno com vista à redução do volume de investimentos necessários às empresas privadas entrantes, aumentando a atratividade dos seus países. Essa lógica ganhou difusão através de pressões que defenderam a inserção das várias economias nacionais em um macro-sistema auto-regulável e mutuamente dependente, característica que é valorizada desde a primeira versão discursiva de Rosentein-Rodan, ao definir as premissas relacionais entre investidores e receptores dos investimentos.

Cabe salientar que, sob tais premissas, a responsabilidade em relação ao desenvolvimento passou a ser delegada aos países classificados como subdesenvolvidos, que deveriam buscar aproximação com os países modeladores do desenvolvimento sob risco de estagnação, que levaria à deterioração das condições de vida de sua população. A redução das diferenças em termos de qualidade de vida e renda das suas populações foi considerada uma consequência do sucesso dos esforços de cada país para tornar-se atrativo e, por consequência, capaz de se inserir na lógica econômica em escala mundial.

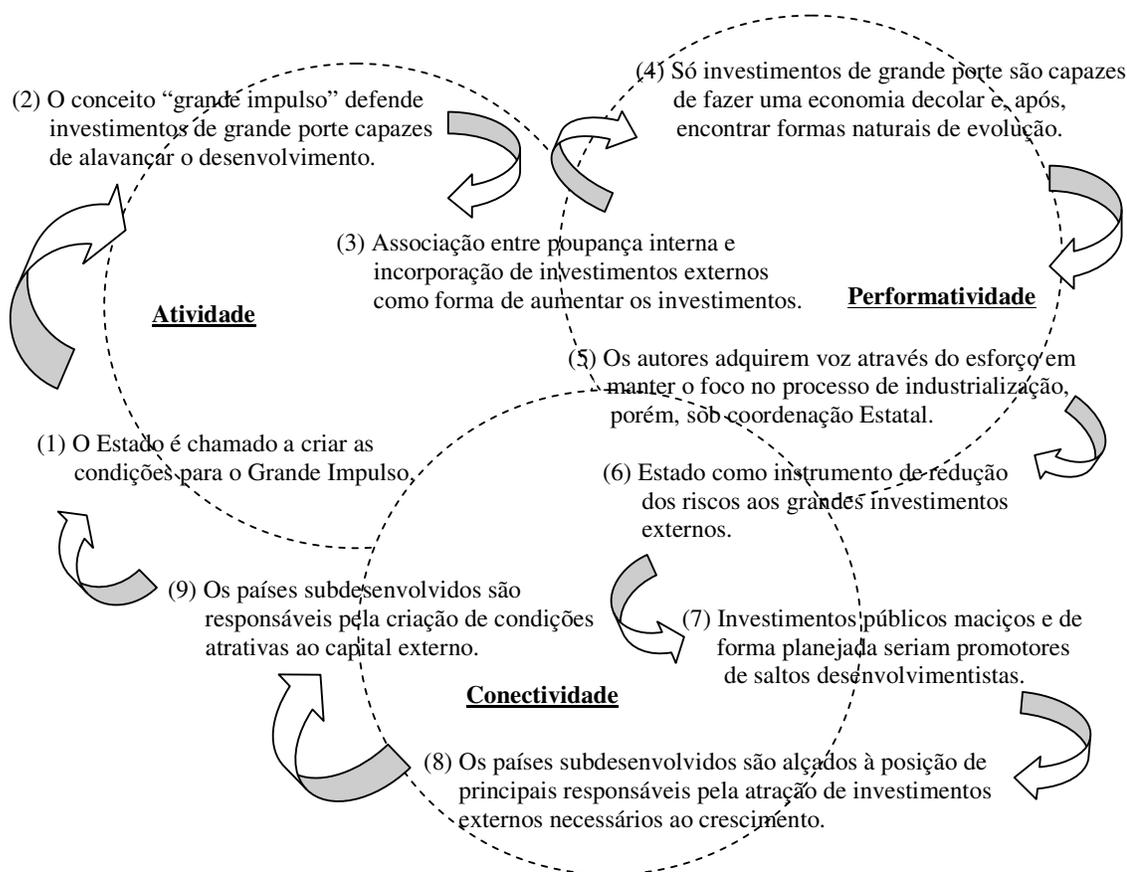


Figura 5 – O discurso teórico do grande impulso

3.4 DECOLAGEM PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO

Rostow (1956, p.159), ao ratificar as principais idéias dos autores que defendiam o desenvolvimento com ênfase no crescimento equilibrado, definiu a decolagem para o crescimento como um processo evolutivo que ocorreria “[...] num intervalo de tempo relativamente breve de duas ou três décadas, durante as quais a economia e a sociedade de que faz parte se transforma de tal modo que o crescimento econômico se torna, subseqüentemente, mais ou menos automático”.

Esse processo somente poderia ocorrer através da combinação de três fatores:

- um aumento na taxa de investimento produtivo de (digamos) 5% ou menos até mais de 10% da renda nacional (ou do produto nacional líquido);
- o desenvolvimento de um ou mais setores manufatureiros importantes com elevada taxa de crescimento;
- a existência ou surgimento rápido de uma estrutura política, social e institucional que explore os impulsos de expansão do setor moderno e os

possíveis efeitos das economias externas para a decolagem e que conceda ao crescimento um caráter de processo contínuo. (ROSTOW, 1956, p. 170)

Considerando a existência destas pré-condições, Rostow (1956) definiu o processo de decolagem como sendo composto por três fases sucessivas e evolutivas: a) o primeiro, relativamente longo, no qual se estabelecem as condições prévias à decolagem; b) a decolagem, processo que se estende por duas ou três décadas; e c) um período de tempo no qual o crescimento, ao impregnar o contexto sócio-cultural onde ocorre, ganha ares de normalidade e torna-se relativamente automático.

Apesar de manter a idéia central e os pré-requisitos para que ocorresse a decolagem, Rostow (1961) fez uma revisão das etapas do desenvolvimento, sugerindo cinco etapas gradativas que possibilitariam a identificação do grau de desenvolvimento atingido:

- a) A primeira etapa, a sociedade tradicional, foi caracterizada pelo predomínio de atividades agrícolas ligadas à subsistência e com funções produtivas bastante limitadas. A produção seria intensiva em trabalho e exigiria limitadas quantidades de capital, cuja forma de alocação era determinada majoritariamente pelos tradicionais métodos de produção, refletindo-se em um nível de produtividade também limitado.
- b) Na etapa de transição se estabeleceriam as pré-condições para o arranco, que objetivava afastar a fase dos rendimentos decrescentes característicos da sociedade tradicional. A especialização do trabalho geraria excedentes na comercialização, potencialmente aplicáveis em infra-estrutura de transporte como suporte ao mercado. Em decorrência do crescimento da renda, da poupança e da capacidade de investimento, emergiriam atividades de natureza empreendedora. Para Rostow (1961), nesse cenário, o comércio internacional de produtos primários passaria a ocorrer com maior intensidade. As atividades daí decorrentes se processariam em ritmo limitado, já que inseridas em economias e sociedades ainda caracterizadas, predominantemente, pelos métodos tradicionais de baixa produtividade, pela estrutura social e pelos antigos valores, bem como pelas instituições políticas com bases regionais. Em termos políticos:

[...] a formação de um Estado nacional centralizado eficaz – baseada em coligações matizadas pelo novo nacionalismo, em oposição aos tradicionais interesses regionais agrários, à potência colonialista ou a ambos – foi um aspecto decisivo do período das pré-condições. Isso também foi, quase universalmente, uma condição necessária para o arranco. (ROSTOW, 1961, p. 19)

- c) O arranco propriamente dito, representava o intervalo necessário à superação das obstruções e resistências ao desenvolvimento. A industrialização começaria a ganhar vulto, provocando a migração de trabalhadores do setor agrícola para o setor industrial e o crescimento concentrando em algumas regiões do país e em poucas indústrias. As transformações da economia andariam em sintonia com a emergência de novas instituições políticas e sociais:

No caso mais geral, o arranco aguardou não só a acumulação de capital social fixo e um surto de evolução tecnológica da indústria e da agricultura, mas também o acesso ao poder político de um grupo preparado para encarar a modernização da economia como assunto sério e do mais elevado teor político. (ROSTOW, 1961, p. 20)

Para o autor, nesse estágio do desenvolvimento, o crescimento gradativamente tornar-se-ia auto sustentado por investimentos motrizes que provocariam o crescimento continuado da renda e da poupança, parte deles re-investidos no próprio sistema produtivo.

- d) Na marcha para a maturidade, a economia ascendente buscaria a pulverização das modernas tecnologias para toda a atividade econômica, que se diversificaria em uma série de novas áreas produtivas. As inovações tecnológicas possibilitariam a disseminação de opções e oportunidades de investimento e, por conseqüência, a ampliação e diversificação dos bens e serviços produzidos na economia nacional, podendo, ainda, provocar a redução ou a seleção dos bens a serem importados.

A contextura da economia se modifica incessantemente à medida que a técnica se aperfeiçoa, novas indústrias se aceleram e indústrias mais antigas se estabilizam. A economia encontra seu lugar no panorama internacional: bens anteriormente importados são produzidos localmente; aparecem novas necessidades de importação, assim como novos artigos de exportação para se contraporem [...]. Podemos definir essencialmente a maturidade como a etapa em que a economia demonstra capacidade de avançar para além das indústrias que inicialmente lhe impeliram o arranco e para absorver e aplicar eficazmente num campo bem amplo de seus recursos – se não a todos eles, os frutos mais adiantados da tecnologia moderna. Esta é a etapa em que a economia demonstra que possui as aptidões técnicas e organizacionais para produzir não tudo, mas qualquer coisa que decida produzir. (ROSTOW, 1961, p. 22)

- e) Na etapa de consumo de massa, as indústrias produtoras de bens de consumo duráveis ganhariam vigor e o crescente setor de serviços tornar-se-ia preponderante para o desenvolvimento da estrutura setorial da economia do país.

Chegamos agora à era do consumo em massa, em que, no devido tempo, os setores líderes se transferem para os produtos duráveis de consumo e os serviços [...]. À proporção que as sociedades atingiram a maturidade no século XX, duas coisas aconteceram: a renda real por pessoa elevou-se a um ponto em que um maior número de pessoas conseguiu, como consumidores, ultrapassar as necessidades mínimas de alimentação, habitação e vestuário; e a estrutura da força do trabalho modificou-se de maneira tal que não só aumentou a produção da população urbana em relação à total, mas também a de trabalhadores em escritórios ou como operários especializados – conscientes e ansiosos por adquirir as benesses de consumo de uma economia amadurecida. (ROSTOW, 1961, p. 23)

Cabe destacar, ainda, que para Rostow (1961) os setores econômicos poderiam ser agrupados em três categorias: desenvolvimento primário, suplementar e derivado. Os setores de desenvolvimento primário com curto histórico de lucratividade ou ainda inexplorados seriam potencialmente favorecedores de um alto nível de desenvolvimento ao longo do tempo, assim como poderiam desencadear forças expansionistas em outras áreas da economia. Nos setores de desenvolvimento suplementar o crescimento poderia ocorrer de forma rápida como resposta a exigências dos setores de desenvolvimento primário através, por exemplo, do fornecimento de insumos e infra-estrutura de transportes. Já nos setores de desenvolvimento derivado, o progresso se daria em uma relação articulada com o

[...] crescimento da renda total, população, produção industrial ou outra qualquer variável global, de crescimento modesto. A produção de alimentos em relação à população e a disponibilidade de habitação em relação à formação da família são relações derivadas clássicas dessa espécie. (ROSTOW, 1961, p. 77)

Rostow (1961, p. 78) defendeu, ainda, que “[...] o impulso progressista [de uma economia] é sustentado como resultado da expansão rápida de um número reduzido de setores primários, cuja ampliação tem efeitos significativos nas economias externas e outros efeitos secundários [...]”. A partir do que poder-se-ia deduzir um efeito pulverizador na economia como um todo e, principalmente, nas cadeias produtivas e na ação multiplicadora do capital investido. O arranco, com ênfase tecnológica, buscava a alteração dos métodos de produção e, assim, condicionava o ritmo de desenvolvimento (SILVA, 2004).

Rostow (1956; 1961) articulou seu discurso em torno do pressuposto de um processo evolutivo no qual, em etapa avançada, o crescimento econômico se tornaria mais ou menos automático. Nesse sentido, propôs cinco estágios ao desenvolvimento, partindo da sociedade tradicional e atingindo seu ápice na sociedade de consumo de massa. Ao associar o processo de desenvolvimento à expansão do mercado global e tornar o próprio desenvolvimento

sinônimo de tal expansão, adquiriu legitimidade e voz entre os principais autores que delegam ao crescimento econômico o norte para a condução das estratégias desenvolvimentistas. A sociedade de consumo de massa passou a ser considerada o símbolo máximo do desenvolvimento e é a partir dessa meta que deveriam ser pensadas as posições e modelos que emanariam do campo discursivo do desenvolvimento.

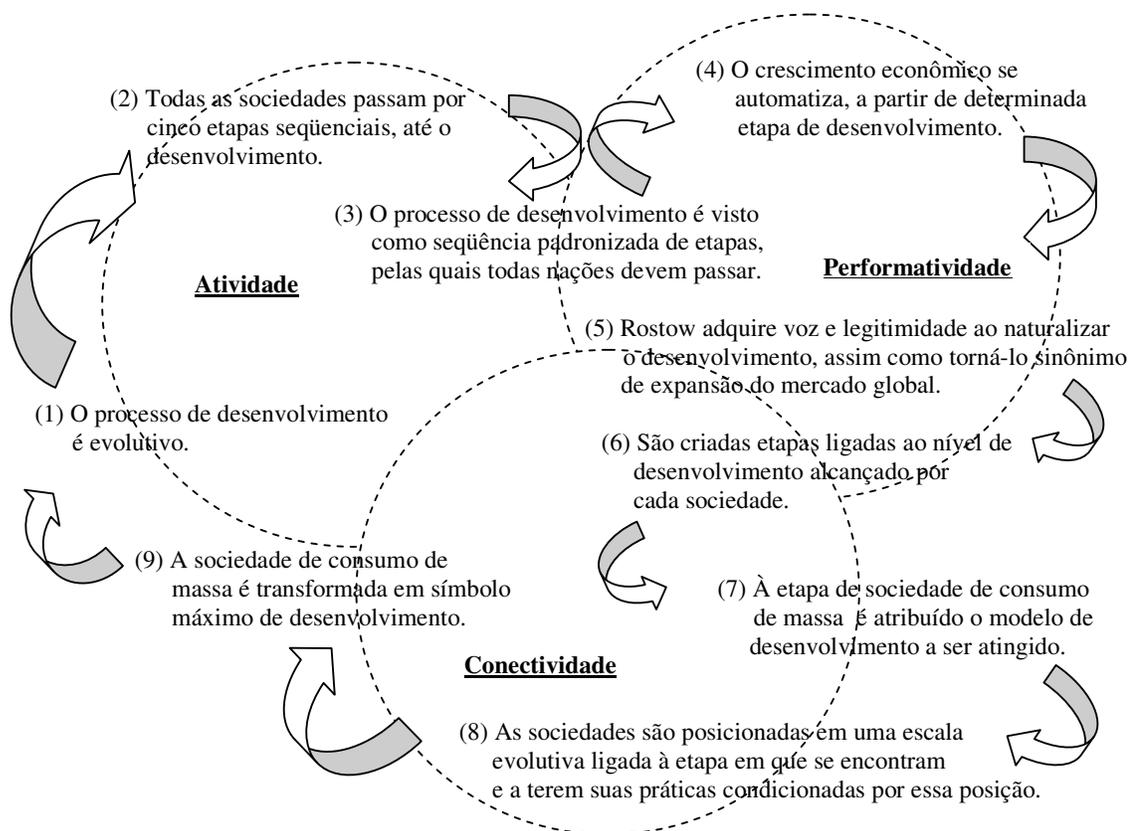


Figura 6 – O discurso da decolagem para a sociedade de consumo de massa: meta e modelo

Cabe destacar que, para Dos Santos (2000), a construção teórica de Rostow, principalmente posterior ao seu texto de 1961¹⁴, de forma articulada com a teoria do crescimento equilibrado, defendeu a necessidade de governos fortes nos países considerados subdesenvolvidos como meio para condicionar os padrões de desenvolvimento. Essa posição teria influenciado decisivamente a disseminação de ditaduras militares com posturas desenvolvimentistas que se abateu sobre grande parte das nações Latino-Americanas, entre as décadas de 1960 e 1980.

¹⁴ As etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto anti-comunista.

Em conseqüência desse discurso, as formas defendidas como as mais vantajosas para viabilizar os investimentos necessários nos países subdesenvolvidos, na falta de poupança interna suficiente, seriam empréstimos internacionais e a plena integração na economia mundial, sob a lógica da divisão internacional do trabalho. Ratificando, nesse aspecto, a prescrição inicial de Rosenstein-Rodan (1943) e dos autores que o seguiram.

Em relação à poupança interna, a proposta de crescimento com base na contenção do consumo e estímulo à poupança, que teve no Japão seu mais forte e bem sucedido modelo, levou alguns teóricos, entre eles Lewis, a considerar a concentração de renda como um atributo de fundamental importância para a obtenção da desejada poupança, com a finalidade de fomentar o processo de industrialização (DOS SANTOS, 2000).

Segundo Campos (1983), um dos ideólogos do desenvolvimentismo de corte liberalizante, no Brasil, onde a lógica com base no crescimento equilibrado encontrou fortes adeptos entre os principais articuladores da política econômica nacional – principalmente, durante o período militar – tal virtude econômica, ao contrário do Japão, foi desperdiçada pela falta de visão das elites econômicas, que adotaram padrões de consumo ostentatórios, seguindo modelos estimulados pelos países centrais, principalmente pelos Estados Unidos. Entretanto, ao considerar a influência que as ações discursivas conduzidas pelos norte-americanos – que ganharam ares de naturalidade ao desenharem-se sob um caráter evolucionista – exerceram na formação sócio-econômica pós-guerra dos países Latino-Americanos, seria de se esperar que os principais articuladores internos da lógica dos mercados globais se limitassem ao cumprimento daqueles aspectos indutores de melhoria econômica, sob as diretrizes centrais, sem que obtivessem alguns benefícios mínimos auferidos pelo sistema macro? Seria possível manter o direcionamento econômico sob diretrizes que privilegiassem os países centrais, sem que existissem atores internos que se identificassem com as benesses do sistema e acreditassem ter condições de participar do núcleo de decisão global, mesmo que de forma parcial?

Nesse ponto, é necessário lembrar que a atividade discursiva que prevaleceu não se direcionou para a defesa da diminuição das diferenças de renda entre as populações das diversas nações (ROSENTEIN-RODAN, 1943), que é claramente posta em segundo plano. O principal objetivo era estabilizar o sistema com base na divisão internacional do trabalho, de maneira a ampliar o mercado via processo de industrialização.

Nesse sentido, os principais articuladores do discurso ligado ao crescimento econômico, em escala transnacional, se posicionaram de maneira a manter ou ampliar os

benefícios conquistados pela disseminação de crenças ligadas às benesses da evolução econômica, através das quais a própria população das nações subdesenvolvidas – que teve sua subsistência condicionada cada vez mais pelas regras de mercado – se direcionou para a defesa de práticas ligadas ao processo de industrialização, como forma de manter seus padrões de consumo, seja no nível ostentatório ligado às elites, seja em níveis mínimos à subsistência.

Por último, cabe salientar que a tese ligada ao crescimento equilibrado, já no início da década de 1960, passou a ser questionada por autores que focaram sua atenção na dinâmica comercial interna à determinada região e em seus efeitos sobre o processo de crescimento. A partir de tal perspectiva, as relações comerciais passaram a ser consideradas indutoras do crescimento com base em pólos de crescimento, conforme será tratado a seguir.

3.5 A TEORIA DOS PÓLOS DE CRESCIMENTO OU DO CRESCIMENTO DESEQUILIBRADO

Para Souza (2007), a teoria dos pólos de crescimento emergiu no início da década de 1960 quando Perroux percebeu, como resultado do processo de industrialização induzido pelas práticas com base na teoria do crescimento equilibrado, a concentração industrial em pontos geográficos específicos, caracterizados pela pré-existência de aglomeração urbana e de fontes de matéria-prima, e/ou em locais que se caracterizavam por um fluxo comercial significativo e, principalmente, sob a influência de empresas motrizes que serviam de base aos complexos industriais¹⁵.

Para Perroux (1977), o crescimento não era homogêneo no território das nações que recebiam os investimentos financeiros com fins de industrialização, pois tal destinação de capital promovia a emergência de pontos geográficos específicos de crescimento. Esta polarização provocava o aumento das desigualdades regionais de forma proporcional ao avanço técnico e econômico.

Duarte, Moretti e Almeida (2005, s/p) atribuíram a Perroux a definição de

¹⁵ Um complexo industrial é um conjunto de atividades ligadas por relações de insumo-produto. Ele se torna um pólo de crescimento quando for liderado por uma ou mais indústrias motrizes; e se tornará um pólo de desenvolvimento quando provocar transformações estruturais e expandir o produto e o emprego no meio em que está inserido (SOUZA, 2007, p. 180).

[...] três tipos de espaços econômicos: espaço como conteúdo de um plano (relações entre fornecedores e clientes), espaço como conjunto homogêneo (homogeneidade topográfica ou econômica entre empresas) e o espaço como campo de forças, de onde vem a noção de pólo de crescimento. Isto demonstrava que a expansão econômica não ocorria de forma equilibrada [...].

No espaço como campo de forças as empresas motrizes ocupariam posição de destaque, capazes de induzir a expansão ou retração do conjunto de atividades de um complexo industrial. Entretanto, Breitbach (1988) afirmou que Perroux, apesar de contribuir para que outros autores avançassem na discussão sobre desenvolvimento regional, não aprimorou sua teoria dos pólos.

Assim, partindo da tese de Perroux, Boudeville (1973) propôs uma tipificação do espaço em três categorias: homogênea, polarizada e região-piloto. Na região homogênea cada uma de suas partes apresentaria semelhanças em relação às outras, o que significa dizer que os atores ali imersos dividiam vantagens e problemas que o espaço oferece, mas também supunha certa imutabilidade. A região polarizada pressupunha a noção de interdependência em função da difusão comercial com base em aglomerações urbanas e, era definida como “um espaço heterogêneo cujas diversas partes são complementares e mantêm entre si, e particularmente com o pólo dominante, um intercâmbio maior do que o estabelecido com a região vizinha” (BOUDEVILLE, 1973, p. 14). Por último, a região-piloto ou região-programa caracterizava-se pela dependência das partes em relação às decisões tomadas de forma centralizada, através de um ator dotado de certa autoridade, estivesse ele sediado ou não na região.

A ênfase, para Breitbach (1988, p. 39), recaía sobre o conceito de região polarizada, que “expressa-se num meio urbano em que as atividades industriais e comerciais preponderam e irradiam fluxos de troca de bens e serviços com o campo e cidades satélites que se encontram sob a influência do pólo”. Perroux (1977), ao produzir novas ações discursivas ligadas aos pólos de crescimento, procurou explicitar a forma como ocorriam as relações entre as diversas partes de uma região alvo de programas de desenvolvimento, com vista ao intercâmbio comercial. O conceito que emergiu não entrou em conflito com a tese que defendia o crescimento como princípio básico do desenvolvimento, mas buscou entender os fatores pelos quais o crescimento em determinado espaço se pulverizava ou se concentrava em pontos específicos, em detrimento dos demais.

Perroux assumiu uma posição que lhe assegurou receptividade ao se articular com a tese do progresso, principalmente, ao gerar novas alternativas ao investimento que poderia se focar em pontos específicos nos quais as formas de intercâmbio comercial favoreceriam o

crescimento de partes de determinada região, porém, considerando que a própria diferença é consequência da inter-relação entre tais partes complementares.

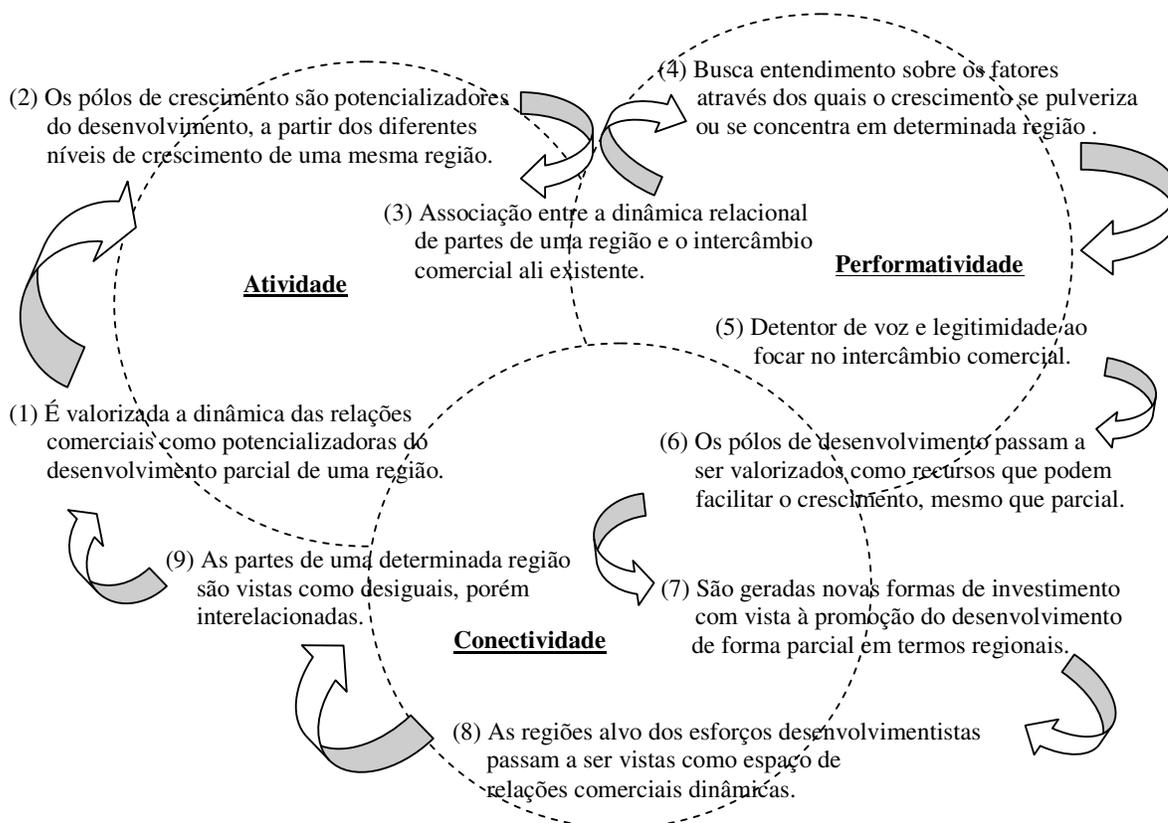


Figura 7 – O discurso dos pólos de crescimento de Perroux

3.6 DESENVOLVIMENTO COMO CADEIA DE DESEQUILÍBRIOS

Hirschman (1961), com base nas construções de Perroux (1977) e Boudeville (1973), partiu da crítica direta ao discurso do desenvolvimento equilibrado. Segundo o autor, nesse discurso o desenvolvimento só seria possível a partir da criação conjunta de grande quantidade de indústrias interligadas por relações comerciais entre elas, em decorrência da incorporação das idéias dos discursos do grande impulso (ROSENSTEIN-RODAN, 1961) e da decolagem para o crescimento (ROSTOW, 1961).

Neste ponto, Hirschman (1961, p. 86), ao apresentar sua tese sobre o que é desenvolvimento, examinou as limitações do projeto ligado ao desenvolvimento equilibrado:

O ponto principal, a meu ver, é que essa teoria [desenvolvimento equilibrado] falha como teoria desenvolvimentista. Desenvolvimento presumivelmente significa o processo de transformação de um tipo de economia em algum outro tipo mais evoluído. Entretanto, desiste-se de tal processo, porque se acha difícil visualizar como o equilíbrio do subdesenvolvimento pode ser desfeito em algum ponto.

Para o autor, o discurso do desenvolvimento equilibrado, ao pressupor uma evolução linear que sobreponha à economia tradicional outra inteiramente nova e moderna, daria vida a um conceito de desenvolvimento dualista, no qual as nações atrasadas não teriam outra opção senão direcionarem seus esforços para a superação da situação de subdesenvolvimento via industrialização e, principalmente, para um processo que possibilitasse a transformação da sociedade como um todo.

Hirschman (1961), em contraposição, entendeu que o desenvolvimento não dependia apenas da eficácia do encontro entre as várias formas de recursos necessários ao crescimento econômico e à industrialização, mas, principalmente, do aproveitamento dos potenciais (recursos e aptidões) pré-existentes nas nações consideradas subdesenvolvidas, em estado latente. Nesse sentido, à semelhança do desemprego disfarçado que já havia sido evidenciado pelos economistas, as nações subdesenvolvidas seriam capazes de aportar certo capital e atividade empreendedora, assim como todos os demais subsídios que se fizessem necessários ao desenvolvimento, uma vez que esse processo se achasse em andamento.

Assim, a tarefa principal a ser focada no desenvolvimento das nações consideradas subdesenvolvidas passaria a ser de facilitação em relação à união dos potenciais e recursos disponíveis, seja em estado latente ou, mesmo, daqueles supérfluos num primeiro momento. Para Hirschman (1961) era, exatamente, a identificação desses potenciais inexplorados que se traduziria em ponto inicial do processo de desenvolvimento, pois seu aproveitamento iria propiciar a construção de um novo contexto direcionado ao desenvolvimento, passível de expansão até um determinado ponto máximo, que seria limitado pela real falta de insumos.

Nesse aspecto, o autor se colocou em uma posição diferente daquela defendida pelos autores que embasavam o desenvolvimento equilibrado, pois os recursos que estariam ausentes nos países considerados subdesenvolvidos não eram colocados em primeiro plano, de forma a ajustarem o desenvolvimento a partir dos recursos excedentes nos países ditos desenvolvidos. Sob a lógica de Hirschman (1961) o capital financeiro e o maquinário – que pressupõe o processo de industrialização – ocupariam um papel não de impulsionador do desenvolvimento, mas de fator complementar ao processo desenvolvimentista, que teria em primeiro plano o aproveitamento dos recursos e condições pré-existentes.

O capital proveniente do exterior teria, para Hirschman (1961), dois papéis possíveis e diferenciados conforme o curso do processo de desenvolvimento. Enquanto as economias internas não se constituíssem em fator impeditivo do desenvolvimento, o capital estrangeiro poderia aportar habilidades e aptidões necessárias. Já, na fase em que o desenvolvimento atingisse o ponto máximo com base na poupança interna, o capital estrangeiro na sua forma monetária poderia favorecer a continuidade do processo. O autor salientava, ainda, a importância de um agente coordenador que direcionasse os esforços para a localização e aproveitamento dos vários elementos ocultos ou dispersos, assim como sua utilização de forma consciente e de maneira integrada e articulada. Esses fatores tornariam o desenvolvimento um processo menos espontâneo e mais refletido.

A espécie do *agente coordenador* – que, um tanto misteriosamente, se supõe dever organizar e efetivar a cooperação entre os muitos fatores, recursos e aptidões indispensáveis ao pleno êxito do desenvolvimento – torna-se agora mais clara. Parece consistir numa *perspectiva de crescimento*, que abrange não só o desejo de expansão econômica, mas também a percepção da natureza essencial da estrada que para lá conduz. (HIRCHMAN, 1961, p. 27)

Era a visualização das potencialidades existentes internamente que definiria as alternativas de transformação para os países considerados subdesenvolvidos, com suas necessidades, oportunidades e limitações; de forma a que o engenho humano voltasse a ocupar uma posição de relevo.

Em relação à posição do Estado nos países ditos subdesenvolvidos, o autor, novamente em contradição com os construtores do modelo equilibrado de desenvolvimento, defendeu que os governos estariam localizados no mesmo espaço sócio-geográfico em que as empresas buscam se situar, por conseqüência, se a iniciativa privada não tinha interesse ou condições de fazer os investimentos em infra-estrutura necessários à implantação de um parque fabril de grande porte, nada garantia que as autoridades públicas teriam condições de efetuar gastos nas proporções requeridas.

Neste ponto, Hirschman (1961, p. 108) defendeu a tese de que o objetivo do processo de desenvolvimento deveria ser “[...] antes conservar do que eliminar os desequilíbrios, de que são sintomas os lucros e perdas na economia competitiva. Se a economia desejar manter-se ativa, o papel da política desenvolvimentista é conservar as tensões, as desproporções e os desequilíbrios”.

O desenvolvimento seria, assim, induzido pela tentativa de superação de um desequilíbrio prévio, que geraria novos desequilíbrios. Processo que, em movimento contínuo,

produziria permanentemente a superação de desequilíbrios e, ao mesmo tempo, novos desequilíbrios, ganhando dinamicidade pela construção constante de soluções provisórias.

Alcança-se uma situação ideal quando [...] um desequilíbrio provoca um movimento desenvolvimentista que, por seu turno, cria um desequilíbrio similar, e assim por diante *ad infinitum*. Se tal cadeia de desenvolvimento não-equilibrado puder se estabelecer, basta aos criadores da política econômica observar ao largo o processo. Pode-se notar que, em tal situação, a capacidade privada de lucro e a deseabilidade social provavelmente coincidirão, não pela ausência de economias externas e sim porque o input e a produção de economias externas são os mesmos para cada empreendimento sucessivo. (HIRSCHMAN, 1961, p. 115)

O autor referenciou, ainda, a distinção entre capital fixo social (CFS) e atividades diretamente produtivas (ADP). Ao argumentar que essa classificação não convencia por sua lógica, disse ter utilidade teórica e prática, já que o investimento em CFS caracterizava-se por oferecer maior segurança que o investimento em ADP, pois “[...] é investimento diversificado no desenvolvimento geral da economia, antes que no desenvolvimento de uma atividade específica” (HIRSCHMAN, 1961, p. 134). Segundo o autor, o investimento em CFS, à época, caracterizava-se como abrangendo aquelas áreas definidas pelo Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) como preferenciais para financiamento e que possuíam como pré-requisitos: a) facilitar o desenvolvimento de uma grande variedade de atividades econômicas; b) os serviços serem mantidos, preferencialmente, pela administração pública ou sujeitos à fiscalização pública; c) não serem sujeitos à incidência fiscal e d) indivisibilidade técnica e razão capital-produção elevada.

Entretanto, para o autor, o principal objetivo dos investimentos em CFS era atrair para as nações subdesenvolvidas investidores ADP, de forma a criar as condições para que, em etapa posterior, os investimentos em ADP superassem os investimentos CFS.

Já, em relação às ADP, Hirschman (1961, p. 155-156) definiu dois processos:

- 1) O *input*-provisão procura derivada, ou efeito em cadeia retrospectiva, isto é, cada atividade econômica não primária induzirá tentativas para suprir, através da produção interna, os *inputs* indispensáveis àquela atividade.
- 2) A produção-utilizada, ou efeito em cadeia prospectiva, ou seja, toda atividade que, por sua natureza, não atenda exclusivamente às procuras finais, induzirá a tentativas de utilizar a produção como *inputs* em algumas atividades novas.

Com base nos processos acima, o autor definiu os conceitos de encadeamentos para trás e para a frente, como fatores que possibilitariam a articulação das atividades que integravam a estrutura produtiva de determinada economia. Por conseqüência, o efeito em

cadeia provocaria a conformação de uma capacidade econômica mínima, definida como “[...] capacidade que tem a firma do país, tanto para garantir lucros normais quanto para concorrer com fornecedores estrangeiros já existentes, levando-se em conta as vantagens e desvantagens locais, bem como, talvez, certa proteção à indústria incipiente [...]” (HIRSCHMAN, 1961, p.157).

Dessa cadeia prospectiva ou retrospectiva surgiu o conceito de indústria-satélite, que apresenta as seguintes características: possui vantagem de localização pela proximidade da indústria principal; emprega como *input* fundamental um produto ou subproduto da indústria principal ou a sua produção básica é um *input* da indústria principal; e a sua capacidade econômica mínima é menor que a da indústria principal.

Já, ao analisar as formas como ocorria o desenvolvimento em termos geográficos, Hirschman (1961, p. 276) argumentou que havia concentração espacial do desenvolvimento em torno dos seus pontos iniciais. Com base em Boudeville, defendeu que a “[...] desigualdade internacional e inter-regional do crescimento é condição concomitante e inevitável do próprio desenvolvimento”.

Nesse sentido, para Hirschman (1961), a própria diferenciação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos seria a evidência mais tangível desse processo. Entretanto, tal diferenciação poderia ocorrer, também, entre regiões de um mesmo país ou, simplesmente, entre atividades econômicas ou entre grupos humanos que coexistissem em termos territoriais. Essas diferenciações eram, para o autor, facilitadoras de dinâmicas que poderiam levar ao afastamento dos elementos mais progressistas em relação aos demais. Esse afastamento, ao se concretizar e se institucionalizar, favoreceria a emergência de processos nos quais as regiões ou grupos considerados mais evoluídos obteriam privilégios, principalmente em termos governamentais, pelas possibilidades de pressão econômica e/ou política. Esse processo, por sua vez, poderia dificultar a aplicação de um planejamento macro do desenvolvimento por parte do agente governamental.

O discurso de Hirschman (1961) provocou a emergência de novas práticas ao identificar estratégias ligadas à indução do desenvolvimento sob a perspectiva prioritária das potencialidades endógenas, onde a inversão de capital estrangeiro ocuparia posição complementar. Daí emergiu a valorização de variáveis ligadas à capacidade de articulação da firma nacional com a lógica dos mercados, assim como de influência dos atores qualificados como mais progressistas, principalmente, no que tange ao desenho das estratégias de desenvolvimento em escala nacional.

O autor se associou à lógica predominante no campo discursivo do desenvolvimento pela manutenção dos padrões de crescimento ligados à expansão dos mercados globais via industrialização e, principalmente, assumiu uma posição que lhe garantiu voz e receptividade ao ampliar a responsabilização dos países ditos subdesenvolvidos pelo seu crescimento, pois a base sobre a qual se assentava tal processo passou a ser buscada nas potencialidades internas. O capital externo – seja na forma de conhecimentos, habilidades ou, mesmo, em sua forma financeira – somente seria demandado a partir do momento em que o ambiente esgotasse suas possibilidades internas. Sob tal premissa, pode-se supor que o investimento externo ao ser aplicado nas áreas subdesenvolvidas somente seria efetivado em estágio mais avançado, com maior grau de atratividade pelo retorno em menor espaço de tempo. O papel do poder público seria de exploração máxima dos vários recursos potenciais pré-existentes, assim como de coordenador do crescimento econômico que já não demandaria, como no desenvolvimento equilibrado, vultuosos investimentos externos, mas investimentos localizados em pontos estratégicos.

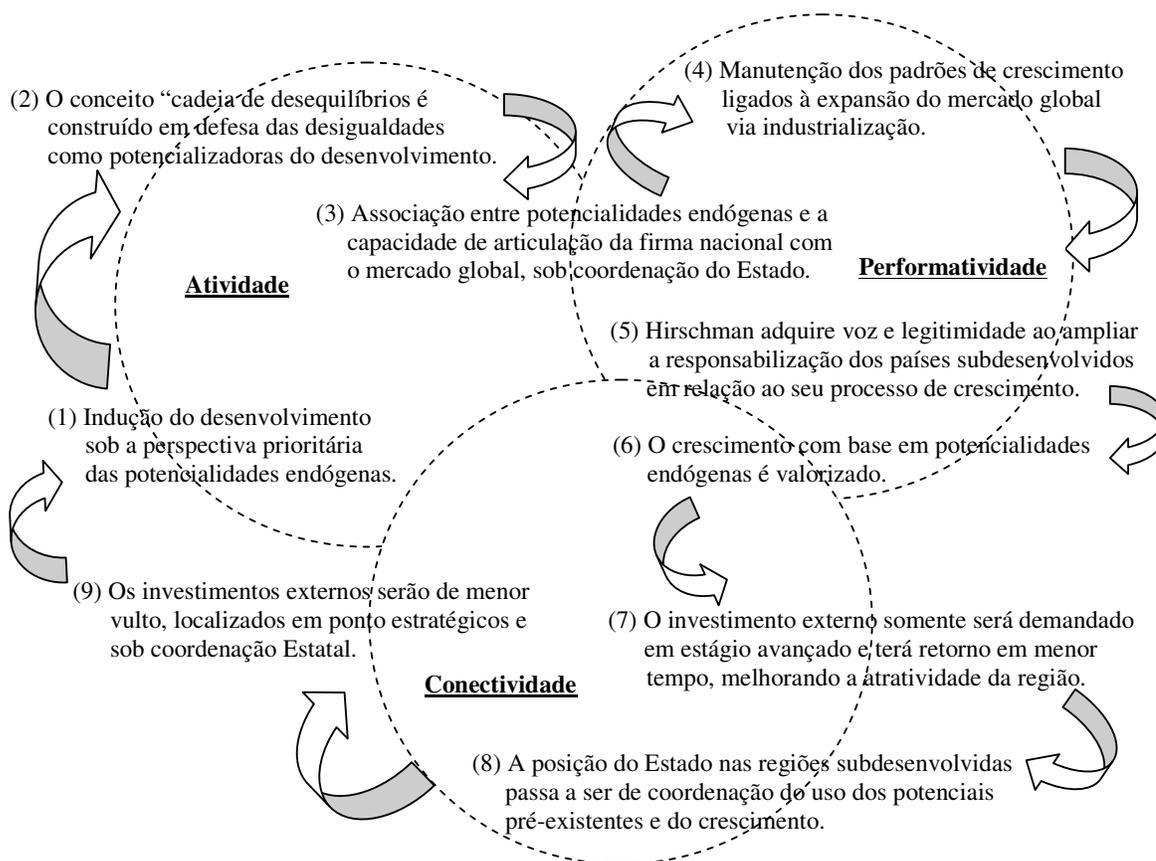


Figura 8 – O discurso do desenvolvimento como cadeia de desequilíbrios

3.7 SÍNTESE E PRINCIPAIS CONCEITOS QUE DÃO SUPORTE ÀS AÇÕES DISCURSIVAS LIGADAS AO CRESCIMENTO ECONÔMICO

Em busca de ampliação e estabilização do sistema capitalista em escala mundial, Rosentein-Rodan (1943) propôs a industrialização – de forma complementar àquela observada nos países desenvolvidos – das áreas deprimidas e o re-direcionamento do excedente de mão-de-obra agrícola para as atividades industriais. O autor enfatizou a formação de redes de empresas com base em economias externas como meio de reduzir os riscos e os investimentos necessários ao sistema produtivo, assim como atribuiu ao Estado uma posição de investidor complementar ao capital privado, principalmente em esferas não diretamente produtivas e ligadas à infra-estrutura básica.

A não absorção integral da mão-de-obra agrícola excedente, assim como sua disseminação ao ambiente urbano, levou Nurkse (1953) e Lewis (1954) a uma revisão da produção de Rosentein-Rodan na qual o excesso de mão-de-obra, nos países subdesenvolvidos, foi qualificado como inevitável e estrutural. A essa suposta deficiência das economias subdesenvolvidas foram acrescentadas outras como: falta de capital disponível para investimento e limitação do mercado. A produção discursiva que emergiu dessa percepção passou a defender a necessidade da poupança interna como viabilizadora dos investimentos necessários, via concentração de renda e redução do valor da mão-de-obra. Atribuíram, ainda, ao Estado uma posição de planejamento e coordenação dos investimentos complementares ligados ao desenvolvimento.

Sob influência da construção de Nurkse e Lewis, Rosentein-Rodan (1961) passou a defender que os países qualificados como subdesenvolvidos seriam beneficiados por volumosos investimentos que provocassem um impulso capaz de fazer decolar suas economias e, após, encontrassem formas naturais de evolução. Esses investimentos seriam potencialmente benéficos em três pontos: facilitariam o estabelecimento de grandes empresas; viabilizariam investimentos complementares em vários setores produtivos; e promoveriam uma escala mínima de produção exigida pela tecnologia e pelo processo produtivo. Esse processo deveria, ainda, ter por base investimentos públicos maciços, de forma planejada.

Já, Rostow (1961) definiu um processo de desenvolvimento que parte da sociedade considerada tradicional e, ao ultrapassar as etapas de transição, arranco, e marcha para a maturidade, alcança seu ápice na sociedade de consumo de massa. O desenvolvimento sob

tais premissas ganhou ares de processo natural ao qual todas as sociedades estariam fadadas, sendo diferenciadas apenas pela posição em uma escala evolutiva que condicionaria suas ações.

Se os autores acima defenderam um processo de desenvolvimento homogêneo a determinado território nacional, Perroux (1977) argumentou que a concentração de capital em determinados pontos geográficos seria promotora de desigualdades de forma proporcional ao avanço técnico e econômico. Essa construção foi atualizada por Hirschman (1961) ao defender que o desenvolvimento dependia do aproveitamento dos potenciais pré-existentes nas nações consideradas subdesenvolvidas.

Com base nesses pressupostos, Hirschman (1961) passou a defender a identificação e exploração dos potenciais internos como ponto inicial do processo de desenvolvimento, assim como o investimento externo foi transformado em complemento ao processo de base endógena, caracterizado pela singularidade regional. O autor atribuiu, ainda, ao Estado uma posição de coordenação e planejamento do desenvolvimento, de forma a explorar os recursos internos e buscar complemento técnico ou financeiro externo somente nos momentos em que não fosse possível atender internamente a demanda.

Apesar das constantes atualizações e revisões, os referenciais examinados acima se direcionaram para a defesa da expansão do mercado capitalista em escala mundial, para a contínua eficientização dos investimentos relacionados à produção, e para a participação do Estado de forma sintônica e gradativamente crescente no que tange ao papel de investidor e coordenador do desenvolvimento.

Os principais conceitos produzidos pelos autores acima são apresentados de forma sintética abaixo:

Autor	Conceitos Principais
Rosentein-Rodan (1943)	Industrialização, Excedente de Mão-de-Obra, Economias Externas.
Lewis	Excedente Estrutural de Mão-de-Obra.
Nurkse	Tamanho do Mercado, Disponibilidade de Capital.
Rosentein-Rodan (1961)	Grande Impulso, Lucro Social.
Rostow	Decolagem para o Crescimento, Evolução, Sociedade de Consumo de Massa.
Perroux	Pólos de Crescimento
Hirschman	Cadeia de Desequilíbrios, Comportamento Empreendedor, Regiões ou Grupos Privilegiados, Encadeamentos Produtivos

Quadro 1 – Principais conceitos ligados ao desenvolvimento como crescimento econômico

O fluxo apresentado na Figura 9 busca demonstrar algumas das relações entre os conceitos produzidos pelos autores examinados neste capítulo:

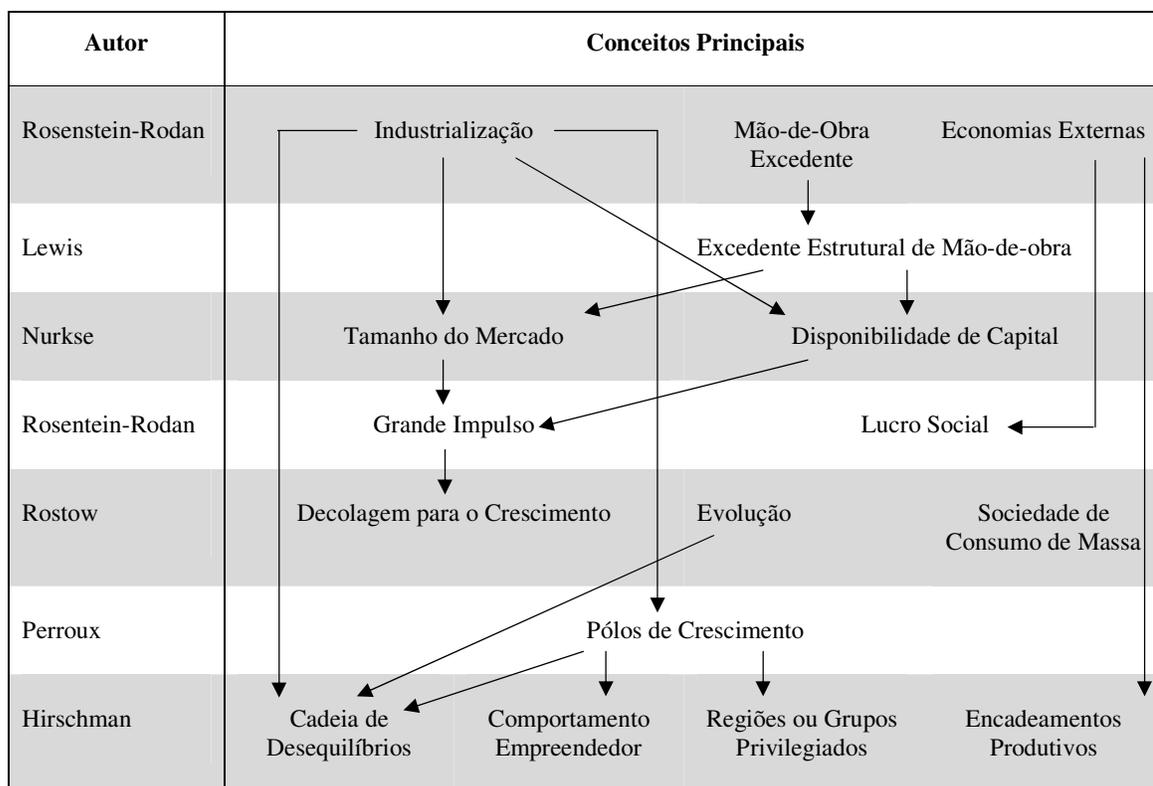


Figura 9 – Relações entre os conceitos ligados ao crescimento econômico

4 SUBDESENVOLVIMENTO OU DEPENDÊNCIA?

Até esse momento do texto foram abordadas teorias de autores localizados nos países considerados desenvolvidos e, na sua maioria absoluta, nos Estados Unidos. No entanto, desde o final da década de 1940, na América Latina e, inicialmente, sob os auspícios da CEPAL, foram produzidos discursos sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento por autores localizados em países qualificados como subdesenvolvidos. Esses discursos, apesar de suas diferenças, têm em comum uma abordagem relacional do tema e a reflexão crítica sobre a própria categoria subdesenvolvimento.

Apesar do foco desta tese dar maior destaque a tais produções, pela importância que essas ações discursivas tiveram na constituição do campo discursivo do desenvolvimento ao problematizarem a divisão internacional do trabalho com base na teoria das vantagens comparativas que predominava à época (PREBISCH, 1949; MARTINS, 2006); é necessário registrar que o mesmo processo reflexivo teórico-crítico acontecia em instituições acadêmicas e governamentais da Ásia e da África.

No que tange à produção Africana, a ação discursiva de Samir Amin¹⁶ merece destaque por propor uma leitura que colocou em questão a desigualdade das trocas comerciais entre nações com base na valorização social do trabalho; assim como por defender que desde 1880 se iniciou um processo de exportação de capitais que se articulou com a exportação de manufaturas dos países industrializados (AMIN, 1976; 1977).

Cabe destacar que a produção de Samir Amin esteve em sintonia com o espírito advindo da Conferência de Bandung, ocorrida em 1955. Essa Conferência, composta por governantes de países dos continentes Africano e Asiático que buscavam fortalecer sua

¹⁶ A ação discursiva de Samir Amin será melhor examinada adiante.

recente independência em relação aos ex-impérios, foi palco do confronto entre duas posições que dividiam os presentes:

[...] havia uma opinião majoritária dos que imaginavam o ‘desenvolvimento’ possível na ‘interdependência’ no seio da economia mundial, e outra, dos líderes comunistas, que defendia que sair do campo capitalista levaria a reconstruir – com a URSS, ou à sombra dela – um campo socialista mundial. Os líderes do Terceiro Mundo que não perspectivavam ‘sair do sistema’, ou ‘desligar-se’, não comungavam da mesma visão estratégica e tática do ‘desenvolvimento’. Mas, em estágios diferentes, acreditavam que a construção de uma economia e de uma sociedade desenvolvida e independente – assente numa intervenção global – implicava algum risco de ‘conflito’ com o Ocidente dominante. A ala radical entendia pôr termo ao controle da economia nacional pelo capital dos monopólios estrangeiros. Para mais, ciosos de preservar a independência reconquistada, recusavam entrar no jogo militar planetário e servir de base ao cerco dos países socialistas que o hegemonismo dos EUA tentava impor. No entanto, pensavam também que recusar a integração no campo militar atlântico não implicava a necessidade de se colocar sob a proteção do adversário deste, a URSS. Daí o ‘neutralismo’, o ‘não-alinhamento’, nome do grupo de países e da organização que iria sair do espírito de Bandung. (AMIN, 2008, s/p)

Naquele contexto emergiu, entre os países que se fizeram presentes à Conferência, a afirmação de uma perspectiva predominantemente pacifista e anti-colonialista. A mensagem de Bandung ganhou corpo através de sucessivos encontros internacionais que provocaram a criação do Movimento dos Não-Alinhados, durante a Conferência de Belgrado, em 1961, e influenciaram na emergência da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em 1964 (AMIN, 2008; DOS SANTOS, 1994).

Cabe destacar, ainda, que foram os países não-alinhados que transformaram a Assembléia Geral da ONU numa tribuna onde foram debatidas e condenadas as atuações de países dominantes, como por exemplo, dos franceses na Argélia, dos portugueses em Angola e Moçambique ou dos norte-americanos no Vietnã (KOCHER, 2008). Razões pelas quais, para Dos Santos (2000, p. 14), a “[...] conferência Afro-Asiática de Bandung [...] consagrou uma nova realidade política, econômica, cultural e civilizatória”.

Pela importância que as articulações entre os países Afro-Asiáticos adquiriram em termos de resistência às estratégias desenvolvimentistas impostas pelos países dominantes, para Amin (2008), o Movimento dos Não-Alinhados evoluiu de uma frente de solidariedade centrada nas lutas pela liberdade e de recusa dos pactos militares para uma espécie de sindicato de reivindicações econômicas em relação ao Norte. Sob tais premissas, os não-alinhados se aliaram aos países da América Latina formando o Grupo dos 77 que, ao ser criado durante a 1ª reunião da UNCTAD, em 1964, se traduziu numa grande aliança dos países do Sul.

Segundo Dos Santos (2000), a UNCTAD, criada sob inspiração de Raúl Prebisch¹⁷, além de possibilitar a emergência do Grupo dos 77, foi acompanhada por diversos movimentos que almejavam condições de troca mais equilibradas entre as nações.

Foi o governo venezuelano de Andrés Pérez que nacionalizou o petróleo venezuelano e originou a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), cuja ação de reabilitação do petróleo abalou a economia mundial em 1973. Foi o presidente Echeverría, do México, que, buscando retomar princípios do cardenismo, propôs e conseguiu aprovar nas Nações Unidas a Carta de Direitos Econômicos das Nações e criou o Sistema Econômico Latino-Americano (SELA). (DOS SANTOS, 2000, p. 99)

Se, por um lado, estes movimentos representaram uma “[...] batalha por uma nova ordem mundial” (AMIN, 2008, s/p.) e provocaram a percepção, em atores localizados nos mais variados países, da forma diferenciada como “[...] o imperialismo que penetrou na América Latina, em África e na Ásia criou uma realidade diferente: um sistema imperialista em que os povos e os territórios da periferia estavam remetidos a uma condição de constante dependência” (FOSTER, 2007, s/p); por outro, a criação da Trilateral (que visava unir os EUA, Europa e Japão) representou uma contra ofensiva que visava fazer frente ao movimento dos países do Terceiro Mundo e do campo socialista, em defesa da manutenção dos mecanismos que lhes asseguravam posições privilegiadas (DOS SANTOS, 2000).

Ainda na década de 1970, o Grupo dos 77 e a Trilateral, enquanto articulações estratégicas com perspectivas conflitivas, começaram a ser gradativamente enfraquecidas pela ação de organismos internacionais que buscaram integrar a agenda dos países do Sul à lógica do Norte, em prol da modernização. Estratégia “[...] levada a cabo pelas três instituições internacionais disso incumbidas, a OMC [Organização Mundial do Comércio], o Banco Mundial e o FMI [Fundo Monetário Internacional]” (AMIN, 2008, s/p).

Sob uma ótica semelhante, Kocher (2008, s/p) defendeu que a articulação entre as nações do terceiro mundo conheceu

[...] duas fases: a) durante vinte e quatro anos, até 1979, correspondeu ao surgimento e elaboração de propostas, consolidadas na Nova Ordem Econômica Internacional e, b) de 1979 até o presente, quando teve início a “contra-revolução internacional”, o que produziu a perda da efetividade (não o seu desaparecimento) do associativismo do Terceiro Mundo.

¹⁷ Economista, ex-Ministro da Fazenda da Argentina e autor da diferenciação entre centro e periferia com base em relação dinâmica entre as diversas nações, assim como da teoria da industrialização por substituição de importações, que forneceram as subsídios para a construção discursiva nacional-desenvolvimentista que predominou na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) em sua emergência.

Neste contexto, os órgãos regionais de desenvolvimento vinculados à ONU, como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) criada em 1948, tinham por atribuição fortalecer posições definidas pelos países dominantes, estimulando o crescimento com base na lógica capitalista e, em contrapartida, desestimulando ações que pudessem fortalecer a crença em práticas influenciadas pelo modelo advindo da URSS (DOS SANTOS, 2000; MARINI, 1994). Tais organismos, ao se caracterizarem como agências difusoras da lógica apregoada pelos EUA e Europa Ocidental, tinham por objetivo específico, em escala regional, “[...] responder à inquietude e à inconformidade manifestadas pelas novas nações que se iniciavam na vida independente, com base nos problemas gerados pelos processos de descolonização, ao perceberem as enormes desigualdades que caracterizavam as relações econômicas internacionais” (MARINI, 1994, s/p.).

Assim, as comissões regionais, por um lado, estimularam discursos articulados com a estrutura proposta pelos países dominantes, por outro, responderam ao contexto das nações em processo de transição – da posição de colônias dos impérios europeus para nações livres – ou, no caso da América Latina, de países que buscavam fortalecer-se na esfera política, de forma a viabilizar “[...] seus Estados nacionais, seu desenvolvimento e seu bem-estar” (DOS SANTOS, 2000, p. 14). Sob tais premissas, incentivaram

[...] a adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna, caracterizada pela busca máxima de produtividade, a geração de poupança, e a criação de investimentos que levassem à acumulação permanente da riqueza dos indivíduos e, em consequência, de cada sociedade nacional. (DOS SANTOS, 2000, p. 16)

Entretanto, mesmo com a ênfase capitalista que predominava nesses estudos, algumas referências às práticas dos países do bloco soviético não deixaram de ser valorizadas, mesmo que de forma fragmentada e utilitária. O primeiro plano quinquenal proposto pelo Estado Soviético serviu de modelo para processos de planejamento do desenvolvimento sob a liderança do Estado (HOBSBAWN, 1995; DOS SANTOS, 2000). Além disso, mesmo nos países centrais, emergiu uma abordagem marxista sobre apropriação do excedente e sobre o capitalismo como apenas um estágio da história da humanidade (BARAN, 1964).

Neste contexto, a produção de Prebisch (1949), ao examinar os vínculos estabelecidos entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos no sistema econômico mundial e ao atribuir ênfase relacional-estrutural ao processo de desenvolvimento, adquiriu

visibilidade e passou a influenciar o campo discursivo do desenvolvimento, em escala mundial.

É necessário destacar que para Falero (2006), Prebisch se caracterizava como um líder com posições radicais, iconoclastas e com talento singular para combinar teoria, criação de instituições e elaboração de políticas. Essas características se objetivaram em capacidade produtiva voltada para a construção de alternativas próprias e mais equânimes para os países da América Latina, em relação aos países desenvolvidos.

Se tratava, para Prebisch, de uma idéia ligada ao intercâmbio desigual derivado do progresso técnico dos centros industriais, seu conseqüente aumento de produtividade e sua capacidade para fixar os preços de exportação de tais produtos frente a produção de bens primários e a menor produtividade que caracterizava os países periféricos. Essa relação negativa para a periferia aumentava gradativamente e, a partir daí, se estabelecia a necessidade de gerar e ampliar uma margem de poupança capaz de aumentar a produtividade e dar suporte a industrialização da região, apesar de seus limites. (FALERO, 2006, p. 226)

Essa ênfase ganhou novas variáveis através da teorização de Celso Furtado no que tange à formação histórica do subdesenvolvimento como processo sócio-econômico complementar ao desenvolvimento. Se, num primeiro momento, esse autor entrou em sintonia com a proposta econômica de Prebisch, terminou por perceber os limites da industrialização substitutiva de importações para os projetos de desenvolvimento dos países latino-americanos, em função da alteração dos padrões de produção e consumo internos e, por conseqüência, da crescente participação do capital estrangeiro (FURTADO, 1954; 1961 e 2000).

Esses limites estiveram na base da argumentação de Tavares (1964), ao defender que o esforço ligado à industrialização por substituição de importações seria insuficiente para alterar o atraso experimentado pelos países periféricos e, posteriormente, valorizar o alinhamento de ações em âmbitos endógeno e exógeno, principalmente, de maneira a integrar as potencialidades internas ao processo macro-econômico (Tavares e Serra, 1972).

Já, Cardoso e Faletto (1969) ao considerarem evidente o fracasso dos projetos ligados ao nacional-desenvolvimentismo – ou melhor, mediante a internalização dos centros de decisão – produziram discursos que privilegiaram a articulação entre as condições sócio-econômicas endógenas aos países periféricos e os fatores exógenos que condicionariam a esfera econômica; atribuindo à dependência um caráter de adequação às condições macro-econômicas. Essa produção, mais tarde, iria fornecer elos de ligação entre as políticas econômico-sociais, internas aos países subdesenvolvidos, e as prescrições do Consenso de Washington.

No mesmo período histórico em que Cardoso e Faletto estabeleciam os pressupostos da dependência, Frank (1966), em uma abordagem marxista, defendeu a tese de que os países Latino-Americanos teriam se constituído como parte de um sistema macro-econômico que lhes extraia excedente econômico em benefício dos países desenvolvidos. Mais, os contrastes internos às nações da América Latina seriam resultado da reprodução em escala micro dos padrões vigentes em escala internacional. Com base em tal entendimento, o autor defendeu que o desenvolvimento dos Países da América Latina somente seria possível a partir do rompimento com a lógica predominante em escala mundial.

Cabe destacar que, a partir da produção discursiva de Frank (1966), o desenvolvimentismo passou a ser posto em questão, através de discursos que buscaram analisar o contexto experimentado a partir de construções discursivas influenciadas pelo referencial marxista.

Para Nahón, Enríquez e Schorr (2006, p. 341), as diversas teorias ligadas à dependência teriam em comum uma “[...] dívida impossível de negar com a teoria do imperialismo e, em particular, com a releitura realizada por Paul Baran a partir da década de quarenta, e com uma visão da periferia capitalista no contexto de uma economia global e hierarquizada herdada da escola estruturalista Latino-Americana”.

É necessário considerar, ainda, a mútua-influência estabelecida naquele período entre os discursos Latino-Americanos e Afro-Asiáticos. Em relação à produção Africana, destaca-se a ação discursiva de Samir Amin no que tange ao entendimento da desigualdade das trocas entre países centrais e periféricos com base na valorização social do trabalho.

Naquele contexto, Ruy Mauro Marini direcionou sua ação discursiva para o entendimento da dialética da dependência (MARINI, 1991). Já, Dos Santos (2008) dirigiu seus esforços para a análise das formas de existência de unidades econômicas locais, nacionais e regionais, em constante interação; assim como valorizou a revolução científico-técnica, como promotora de uma nova forma de divisão internacional do trabalho.

Em um contexto no qual a ênfase das construções discursivas de Marini (1991) e Dos Santos (2008) entraram em choque com as práticas discursivas de Cardoso e Faletto (1969), Tavares e Serra (1972) e Serra e Cardoso (1978), no que tange às conseqüências das estratégias econômicas adotadas, Casanova criticou a ênfase econômica e, principalmente, a priorização das elites dominantes em relação aos rumos nacionais, com base em relações de classes transnacionais, conforme pressuposto por Cardoso e Faletto (1969).

Cabe destacar, ainda, que as construções discursivas que tiveram por palco a América Latina, desde a produção inicial de Prebisch (1949), estabeleceram vínculos relacionais entre as nações centrais e periféricas. É com base no exame do gradativo aprofundamento – mesmo sob interpretações que se contrapõem – de tais relações que foram sendo construídos os vários referenciais que forneceram as bases das teorias da dependência e que, principalmente em sua corrente marxista, ao serem articuladas com a produção Afro-Asiática, deram suporte à construção da teoria do sistema mundo, conforme proposta por Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi.

Nesse sentido, Dos Santos (2000, p. 46) afirmou que

Samir Amin (1974) convocou uma reunião em Dakar, em 1970, para produzir um encontro entre o pensamento social Latino-Americano e Africano. Quatro anos mais tarde, Abelatif Benachenou chamará à realização de um congresso de economistas do Terceiro Mundo em Argel, que dará origem a uma associação internacional de economistas do Terceiro Mundo. Anteriormente, em Dar-el-Salaam, reuniram-se cientistas sociais de todo o mundo que tentavam um caminho teórico alternativo, muito influenciado pelo estruturalismo e pela teoria da dependência. Surge desse esforço o livro de Tamas Szentes (1971) sobre o desenvolvimento econômico que se converteu em clássico da região. Entre os estudos africanos surgem os trabalhos de Wallerstein e Giovanni Arrighi, que tanto impacto terão posteriormente, com sua fixação no *Fernan Braudel Center*, em Binghampton.

É preciso destacar, por último, que os discursos produzidos na América Latina, apesar de diferenciados por questões de organização do texto e foco do trabalho, mutuamente se complementaram, confrontaram e, principalmente, promoveram as condições para um contínuo repensar do contexto onde se inseriam. Fica evidenciada, ainda, sua relação com os demais discursos externos à América Latina, tanto em termos de influência sobre o campo discursivo do desenvolvimento, quanto em relação aos condicionamentos dali advindos.

Nesse sentido, ao considerar o contexto mundial em que foram criadas as organizações regionais propostas pela ONU, Marini (1994) atribuiu à Cepal uma situação diferenciada, já que os Países da América Latina, à época, já contabilizavam um século de independência dos ex-impérios, o que provocou a conformação de formas estatais e estruturas de classe próprias. Por conseqüência, a Cepal “[...] longe de se limitar à mera difusão, assume um papel de verdadeira criadora de ideologia, uma vez que busca captar e explicar as especificidades da América Latina. Essas especificidades, frente aos novos países que a colonização havia criado, eram indiscutíveis” (MARINI, 1994, s/p).

4.1 A EMERGÊNCIA DA COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE E O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTISMO

A problematização do desenvolvimento, com base na realidade experimentada nos países da América Latina, passou a ser valorizada a partir dos estudos econômicos realizados por Prebisch (1949) e que ganharam legitimidade por meio da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), instituída em 25 de fevereiro de 1948. É relevante destacar que, de forma articulada com a proposta da ONU para os órgãos regionais que estavam sendo criados à época,

Desde os seus primórdios, a CEPAL tem buscado promover o desenvolvimento econômico e social e a cooperação entre os países, mediante vários trabalhos que, sem ignorar as contribuições genéricas da análise econômica, contemplam as características particulares e os problemas específicos das nações da América Latina e do Caribe. (CEPAL, 2008, s/p)

Cabe lembrar que, no período histórico em que a Cepal foi criada, a Europa estava em franco processo de re-organização sócio-econômica e os EUA buscavam legitimar sua posição de potência ocidental única através da disseminação de idéias ligadas à pulverização do processo de industrialização ao maior número de países, com vista à ampliação do mercado (ESCOBAR, 1995; HOBBSAWM, 1995; LEWIS, 1954).

O processo de industrialização, ao emergir como um fenômeno tipicamente inglês e ganhar corpo na primeira metade do século XIX, buscou transformar a Inglaterra em “[...] uma grande fábrica e abrir as portas a produtos primários provenientes de todo o mundo” (FURTADO, 2007, p. 89). Por consequência, as relações entre os países que compunham a Europa passaram por um processo de esgotamento dos padrões mercantilistas, vigentes à época, definindo uma nova organização sócio-político-econômica, em escala mundial.

Em um processo alinhado com o movimento que ocorria no continente Europeu, as colônias Latino-Americanas, que naquele período se independizaram dos impérios espanhol e português, ao se constituírem como nações livres caracterizam-se como herdeiras de padrões sócio-culturais coloniais e, principalmente, mantiveram linhas comerciais dependentes que passaram a sofrer as consequências da alteração do centro dinamizador de suas economias, ou seja, dos respectivos ex-impérios para os núcleos de industrialização (FURTADO, 2007). Se, por um lado, os atores – em escala nacional – que ocupavam posições de difusão de padrões

sócio-econômicos se alteravam, por outro, a lógica relacional que atribuía aos países europeus papéis dinamizadores da economia, em escala mundial, se mantinha.

Pensar a forma como ocorreu o processo de inserção das nações livres da América Latina no sistema econômico mundial requereria um estudo histórico direcionado ao entendimento das características específicas de cada País e da forma como tais características foram articuladas com os interesses macro em termos sociais, políticos e econômicos; o que foge aos objetivos dessa tese. Entretanto, em linhas gerais, Furtado (2007, p. 80) defende que “[...] a penetração inglesa, nos primeiros decênios do século XIX, constituiu muito mais um elemento de desagregação da ordem social e econômica existente do que fator capaz de contribuir para consolidar os novos Estados em formação”.

As práticas inglesas priorizavam a importação de produtos primários e a exportação de manufaturas, provocando, assim, alterações nos hábitos de consumo de seus parceiros comerciais, ao oferecer produtos que agregavam tecnologias só existentes em seu parque fabril. Nesse contexto, a classe burguesa, interna aos países da América Latina, ao se inserir em ações negociais articuladas com a produção inglesa, freqüentemente enfrentava problemas relacionados com a incapacidade de pagamento no exterior, dado o desequilíbrio da balança comercial com claro predomínio para as importações.

A Revolução Industrial, nessa primeira fase, apresentou duas características que se refletiram negativamente nos países latino-americanos: a concentração na Inglaterra, país possuidor de colônias capacitadas para supri-lo de produtos primários, particularmente os tropicais, e a preponderância da indústria algodoeira, cuja matéria-prima pôde ser produzida em larga escala nos Estados Unidos, à base de mão-de-obra escrava e a uma distância muito menor, numa época em que os transportes marítimos eram precários. (FURTADO, 2007, p.81)

Furtado (2007) atribuiu o enfraquecimento percebido nos grupos urbanos que haviam defendido a independência dos impérios coloniais, no que tange à estabilidade de um sistema específico de poder, às dificuldades para abrir linhas comerciais nos mercados externos. Para o autor, esse contexto sócio-político-econômico não sofreu alterações significativas até 1914, apesar da gradativa importância que as relações comerciais com os EUA passaram a ter e do fluxo financeiro de que alguns países da América Latina foram alvo nas últimas décadas que antecederam a Primeira Guerra, principalmente, com vista à efficientização da produção em áreas/segmentos relacionados com a atividade exportadora.

Em decorrência da crise de 1929, segundo Pinto (1992, p. 17), no período “[...] entre 1930 e 1934, a América Latina viu se reduzir pela metade suas exportações e a um terço

suas importações”. Se, até então o “[...] desenvolvimento do setor industrial fora um reflexo da expansão das exportações; a partir desse momento, a industrialização seria principalmente induzida pelas tensões estruturais provocadas pelo declínio, ou crescimento insuficiente, do setor exportador” (FURTADO, 2007, p. 184).

O processo de industrialização, articulado com o setor exportador, que havia atingido seus maiores níveis em 1929 na Argentina, Brasil e México, propiciou a esses países condições de atenderem o mercado interno como fornecedores de produtos que, não só substituíram importações advindas dos centros tecnológicos, como ampliaram a demanda pré-existente ao criar um fluxo adicional de renda.

O aumento da produção manufatureira de bens de consumo corrente, que ocorreu ao se iniciar o processo de substituição, traduziu-se em aumento da demanda de produtos intermediários e de equipamentos em geral. Em face das limitações que representava a capacidade para importar, os preços dos insumos industriais tenderam a aumentar, abrindo novos setores aos investimentos. Nos países que já existia uma experiência matalúrgica importante, como o México, ou onde a ação do governo se fez sentir com mais eficácia na promoção da indústria de base, o processo de substituição prolongou-se e ganhou em profundidade. (FURTADO, 2007, p. 195)

Assim, em âmbito econômico e de forma resumida, o processo incipiente e parcial de disseminação do progresso técnico e de aperfeiçoamento da produção que, antes da Primeira Guerra, focava em áreas/segmentos que davam suporte à atividade agro-exportadora dos países Latino-Americanos, teve um período de crescimento em algumas nações, o que exerceu funções de equilíbrio da balança comercial e de atendimento das demandas internas que já não podiam ser supridas por produtos importados. Esse contexto se manteve de forma relativamente estável até o final da Segunda Guerra (FURTADO, 2007, CEPAL, 1949; PREBISCH, 1949).

Nesse ponto, é necessário considerar que, com base nesse entendimento histórico, não era possível pensar as categorias desenvolvimento e subdesenvolvimento como processos desvinculados ou como etapas de um processo linear ao qual todos os países estariam fadados, como fora proposto por Truman (1949) e por Rostow (1961); mas construídos em mútua-influência (PREBISCH, 1949 e 1952; FURTADO, 1961 e 2007). Essa percepção iria ser valorizada por vários autores que influenciariam decisivamente o campo discursivo do desenvolvimento.

Nesse sentido, segundo Paula (2006, p. 3):

Os trabalhos pioneiros de Raul Prebisch na CEPAL, no final da década dos 1940, abriram uma temporada de contribuições decisivas para a construção de uma “teoria do desenvolvimento econômico”, de que são manifestações exemplares os livros de W. Arthur Lewis, de 1955, Teoria do Desenvolvimento Econômico; de Gunnar Myrdal, de 1956, Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas; de Albert Hirschman – Estratégia do Desenvolvimento Econômico, de 1958.

Cabe destacar, ainda, que Hirschman iria posteriormente dar o título de “Manifesto Latino-Americano” ao texto “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais” escrito por Prebisch em 1949, em contraposição, segundo Dos Santos (2000), ao “Manifesto Anti-Comunista” de Rostow, no qual esse último autor defendia a tese da decolagem para o crescimento.

No contexto que se apresentava no final da década de 1940, ao ratificar a percepção de que a propagação do progresso técnico se caracterizava pela disseminação a partir dos núcleos industriais, Prebisch (1949) diferenciou o funcionamento entre os processos de industrialização dos centros industriais e o dos países periféricos, defendendo que, nos primeiros, a industrialização passou por fases sucessivas que construíram uma forma própria de articulação sócio-econômica. Já, os países periféricos se

[...] deparam com a necessidade de importar os mesmos equipamentos a que chegaram os países desenvolvidos depois de uma longa evolução. Assim, sucede que equipamentos com uma grande intensidade de capital por homem empregado, compatível com a elevada renda *per capita* dos centros industrializados, são igualmente oferecidos aos países menos desenvolvidos, nos quais a renda *per capita* e, portanto, a capacidade de poupança são evidentemente inferiores. (PREBISCH, 1952, p. 200)

Por conseqüência, o

[...] desemprego tecnológico que costuma aparecer naqueles países [ditos desenvolvidos], não se superpõe a um problema estrutural de grandes massas de potencial humano, com capital exíguo e produtividade inferior, como nos países menos desenvolvidos. Trata-se, antes, de um fenômeno transitório, até que novos investimentos reabsorvam os desempregados. [...] Em contrapartida, nos países menos desenvolvidos, onde falta capital suficiente para absorver com intensidade o potencial humano de produtividade inferior, a economia excessiva de mão-de-obra nos novos investimentos de capital, ou nas renovações da maquinaria, contribui para tornar mais agudo esse problema estrutural. (PREBISCH, 1952, 202-203)

Assim, os países subdesenvolvidos se encontravam em situação desfavorável em termos de seu desenvolvimento interno, situação que era agravada pela destinação dos lucros resultantes das reduções dos custos que, ao serem utilizados na aquisição de bens de capital,

eram transferidos para os centros industriais que os produzem. Em conseqüência, “[...] nos países sem indústrias de bens de capital, o investimento dos lucros não tende a reabsorver o desemprego, como nos grandes centros, mais do que na medida em que o investimento é feito na construção e nos poucos equipamentos fabricados nos referidos países” (PREBISCH, 1952, p. 204).

A construção discursiva das categorias centro e periferia se caracterizou, assim, por um duplo papel. Se, por um lado, permitia compreender que a estrutura econômica e institucional dos países da América Latina era resultado de um processo histórico que condicionava suas possibilidades de inserção no sistema econômico mundial, atribuindo-lhes atividades produtivas com demanda internacional pouco dinâmica e, ao mesmo tempo, padrões de consumo que somente seriam atendidos por produtos com nível tecnológico existente nos centros de desenvolvimento; por outro, defendia a construção de caminhos e projetos próprios aos países periféricos, no que tange à industrialização, crescimento, absorção da força de trabalho e distribuição de renda (PREBISCH, 1949; FURTADO, 1959).

Nesse sentido, ganha destaque a ênfase atribuída, por Bielschowsky (2000, p. 22), à especificidade do desenvolvimento nos países periféricos:

Não se tratava de comparar o subdesenvolvimento periférico com a história pretérita das economias centrais. [...] o desenvolvimento nas condições da periferia Latino-Americana não seria uma “etapa” de um processo universal de desenvolvimento – como era, por exemplo, em Rostow (1956) – mas um processo inédito, cujos desdobramentos históricos seriam singulares à especificidade de suas experiências, cabendo esperar-se seqüências e resultados distintos aos que ocorreram no desenvolvimento cêntrico.

A principal estratégia operacional, com vista à superação da situação de vulnerabilidade da periferia, no momento histórico em que emergiu a Cepal, focou na industrialização por substituição de importações, que necessitava estar articulada com uma intervenção ativa do Estado no que tange ao comércio exterior, direcionando as divisas da exportação para o financiamento da industrialização em detrimento da importação de bens de consumo suntuários (PREBISCH, 1949).

Nesse sentido, a ação político-discursiva que esteve na base da tese da industrialização substitutiva de importações, em um primeiro plano, buscou alternativas que possibilitassem a reversão da realidade experimentada pelos países periféricos, ou seja, que favorecessem o movimento de participação no mercado internacional sob premissas que acrescentassem, à posição de fornecedores de insumos primários, condições mais eqüitativas

em relação às trocas mercadológicas e ao usufruto dos benefícios daí decorrentes. Com base em tais objetivos, foram produzidas práticas discursivas direcionadas para a absorção da mão-de-obra excedente, assim como para a elevação da renda *per capita* auferida pelos trabalhadores, via aumento da produtividade e do consumo internos. Processo esse que será examinado, a seguir, através da produção discursiva de Prebisch.

4.1.1 As Formulações Iniciais de Prebisch

Em contraponto aos discursos que defendiam o crescimento econômico em escala mundial, sob premissas ligadas às vantagens comparativas, Prebisch (1949, p. 72) considerou

[...] que o raciocínio concernente aos benefícios econômicos da divisão internacional do trabalho é de incontestável validade teórica. Mas é comum esquecer-se que ele se baseia numa premissa que é terminantemente desmentida pelos fatos. Segundo essa premissa, o fruto do progresso técnico tende a se distribuir de maneira equitativa por toda a coletividade, seja através da queda de preços, seja através do aumento correspondente de renda. Mediante o intercâmbio internacional, os países de produção primária conseguem sua parte desse fruto. Sendo assim, não precisam industrializar-se. Ao contrário, sua menor eficiência os faria perderem irremediavelmente os benefícios clássicos do intercâmbio.

Com base em tal percepção, Prebisch (1952, p. 181), passou a defender que a industrialização havia se tornado uma “[...] forma de crescimento imposta pelo progresso técnico nos países latino-americanos que fazem parte da periferia da economia mundial [...]”, e que “[...] traz consigo algumas tendências persistentes de desequilíbrio externo”.

Esse desequilíbrio se traduzia em transformações nas formas de produção e consumo, assim como nas maneiras pelas quais a população produtiva se organizava para atender a demanda que daí emergia. Entretanto, se, por um lado, o desequilíbrio externo era resultado da dualidade do progresso tecnológico; por outro, sua eliminação seria requisito indispensável para que a economia dos países periféricos pudesse crescer de forma regular. Nesse sentido, Prebisch (1952, p. 182) apontou três fatores que estariam na base do desequilíbrio da balança comercial dos países periféricos:

a) As transformações técnicas, em sua criação incessante de novos produtos, elaboram, de maneira cada vez mais complexa ou refinada, as matérias-primas exigidas pelo processo produtivo, com isso diminuindo a proporção delas no valor do produto final. [...]

b) Os avanços técnicos permitem uma utilização melhor das matérias-primas, dos produtos correlatos e dos subprodutos, de modo que uma mesma quantidade de produtos primários traduz-se num valor proporcionalmente maior do que antes de produtos finais; [...]

c) Os materiais elaborados por processos sintéticos [...] substituem produtos naturais em campos cada vez mais importantes da atividade industrial.

Segundo Prebisch (1952), tais transformações nas formas de produção não estariam limitadas à redução ou perda de valor dos produtos primários utilizados na atividade industrial – fator que por si só já fragilizava a estrutura comercial dos países periféricos –, mas provocava alterações na demanda da sua população. Nesse sentido, as inovações técnicas adquiriram um papel fundamental como fator dinâmico que propiciaria alterações nos padrões de produção e consumo.

A valorização da inovação tecnológica, ao ser influenciada pelo crescimento da renda e da produtividade *per capita* nos países que se industrializavam, encontrou as condições para que a demanda por produtos industrializados buscasse produtos cada vez mais sofisticados.

É fator bem conhecido que, quando aumenta a renda, a demanda se diversifica e, enquanto aumenta relativamente pouco a dos alimentos habituais, depois de ultrapassado um certo limite, cresce consideravelmente a dos diversos artigos em que se vão traduzindo, sucessivamente, as inovações técnicas [...]. Nessa mesma tendência para a diversificação, cresce a demanda de serviços pessoais e, portanto, diminui a proporção em que os produtos primários entram no atendimento da demanda global da população.

A combinação de todos esses fatos, resultantes da evolução da técnica produtiva, tem uma conseqüência de importância primordial para a periferia, pois, em virtude deles, as importações de produtos primários nos centros industrializados tendem a crescer com menor intensidade do que a renda real. Em outras palavras, a elasticidade-renda da demanda de importações primárias dos centros tende a ser menor do que um. (PREBISCH, 1952, p. 183)

Prebisch (1949) demonstrou que, no período entre 1876 e 1938, o valor comparativo entre mercadorias manufaturadas e produtos primários baixou de 1/1 para 1/0,641, em favor dos primeiros, razão pela qual os países periféricos perderam renda e, principalmente, tiveram sua sustentabilidade dificultada.

Sob tais premissas, o autor passou a defender o processo de industrialização da periferia sob o pressuposto de que a produção interna de produtos importados contribuiria significativamente para o equilíbrio da balança comercial e, ao mesmo tempo, proporcionaria atendimento de demandas internas que não seriam supriáveis por meio de importações, dada a insustentabilidade do déficit da balança comercial.

É necessário destacar, ainda, a necessidade de industrialização com vista ao incremento do crescimento econômico, seja como meio de absorver a população disponível; seja como forma de aumentar a produtividade e renda *per capita* que traz consigo demanda por novos produtos e serviços. O processo de industrialização, assim, “[...] está ligado a fenômenos distintos [...] que são próprios do crescimento” (PREBISCH, 1952, p. 185).

Para Prebisch (1949), a industrialização era a base sobre a qual deveria ser pensado o processo de desenvolvimento nacional. Com tal diagnóstico e em contraponto à solução oferecida pelos discursos ligados ao crescimento equilibrado, que indicavam deflação e redução da demanda interna como meios de poupança, o autor propôs como um de seus pressupostos básicos que o crescimento da produtividade (como condição do desenvolvimento) seria possibilitado apenas mediante a industrialização substitutiva e planejada, que elevaria a renda e a demanda, principalmente, sob a condução do Estado nos países periféricos.

O projeto que se delineava, ao pretender superar os impasses que colocavam os países periféricos à margem das benesses do progresso técnico em termos de economia mundial, para Prebisch (1949), tinha dois eixos fundamentais: a) industrialização planejada; e b) o recurso ao capital estrangeiro, como complemento provisório dos esforços internos à geração de poupança.

A industrialização planejada tinha por principais objetivos o aumento da produtividade e a absorção da mão-de-obra excedente, que mutuamente se influenciariam em termos estruturais. A situação potencial de pleno emprego, mais do que reduzir a possibilidade de perda do valor do trabalho, em função da extinção do exército de reserva, seria potencializadora de um novo ciclo gerador de conflitos entre os detentores do capital e da força de trabalho, provocando um processo dinâmico que se aproximaria dos padrões centrais, ou seja, de valorização da produção interna, tanto por pressões em busca de elevação dos salários, quanto de não redução dos lucros. Essa dinâmica seria geradora de um processo social capaz de re-posicionar os países periféricos na estrutura macro-econômica.

É evidente que o crescimento econômico da América Latina depende do aumento da renda média *per capita*, que é muito baixa na maioria desses países, e do aumento da população.

O aumento da renda média *per capita* só poderá ser obtido de duas maneiras. Primeiro, através do aumento da produtividade, e segundo, dada uma determinada produtividade, através do aumento de renda por trabalhador na produção primária, comparada à renda dos países industrializados que importam parte dessa produção. Esse reajuste [...] tende a corrigir a disparidade de renda provocada pela forma como o fruto do progresso técnico é distribuído entre os centros e a periferia. (PREBISCH, 1949, p. 116)

Em relação à busca por capital estrangeiro, Prebisch (1949) argumentou que os baixos estoques de capital dos países periféricos não seriam suficientes para viabilizar o processo de industrialização substitutiva. Assim, o capital deveria servir de complemento à necessidade nacional, mas sua importância nas economias periféricas deveria ser gradativamente decrescente, conforme fossem se reduzindo as diferenças de produtividade e renda entre centro e periferia.

A ação discursiva de Prebisch (1949) transformou o processo de industrialização em solução para a situação de vulnerabilidade econômica experimentada pelos países periféricos, ao considerar a elevação da produtividade e da renda *per capita* em fatores-chave da formação de padrões de produção e consumo internos.

No circuito da performatividade o autor atribuiu ao Estado o papel de planejador do processo de industrialização substitutiva, com vista à elevação dos níveis de emprego, renda e demanda. Mesmo que, para isso, fosse necessária a utilização de capital estrangeiro como complemento provisório. No circuito da conectividade a posição delegada à industrialização planejada ganhou espaço no campo discursivo do desenvolvimento, como recurso que levaria os países periféricos a situações mais igualitárias àsquelas experimentadas pelos países centrais.

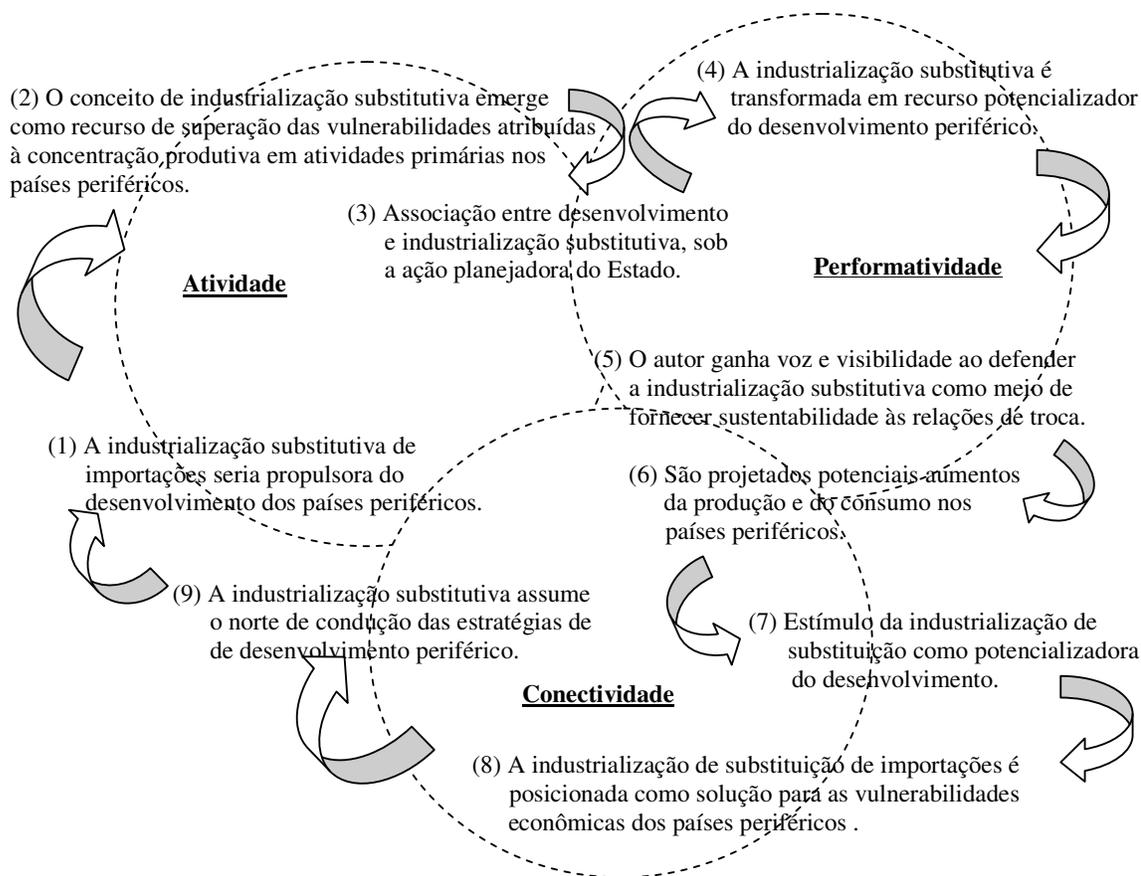


Figura 10 – O discurso inicial de Prebisch: desenvolvimento via substituição de importações

4.1.2 A Ação Discursiva de Celso Furtado

Ao buscar compreender os principais aspectos da ação discursiva de Celso Furtado é prudente lembrar que a construção de qualquer autor responde a fatores perceptuais localizados em termos geo-temporais e que, ao re-interpretar o passado a partir de novas variáveis, não se está apenas abrindo alternativas para o futuro, mas empreendendo a reconstrução da história pretérita (FOUCAULT, 2000). Nesse sentido, a produção de um mesmo autor pode expressar diferentes argumentos ao longo do tempo. Este é certamente o caso da obra de Celso Furtado.

A produção de Celso Furtado ganhou visibilidade no campo discursivo do desenvolvimento na primeira metade da década de 1950, época em que grupos modernizadores questionavam as práticas oligárquicas ligadas à agricultura exportadora. Sua obra foi influenciada pela construção político-social que emergiu na década de 1930, na qual

[...] o historicismo alemão, o culturalismo de Franz Boas, a sociologia de Max Weber e o marxismo, passaram a informar, em novas bases, o pensamento social do País. Foi, aliás, esse sopro de radicalismo intelectual o responsável por algumas obras essenciais que [...] descobriram o Brasil para os brasileiros, nos idos de 1930 – *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freire; *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Junior; e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. (VIEIRA, 2007, p. 16)

Em resultado dessa efervescência intelectual emergiram as bases intelectuais para projetos que buscavam valorizar a identidade brasileira. Esses projetos almejavam fazer frente à homogeneização sócio-cultural de matriz eurocêntrica (VIEIRA, 2007).

Naquele contexto, Furtado (1961, p. 241-242) argumentou que a idéia de desenvolvimento, como defendida nos pólos de progresso técnico, desconsiderava a dimensão histórica que a condicionava. Assim, uma “[...] teoria do desenvolvimento que se limite a reconstruir um modelo abstrato – derivado de uma experiência histórica limitada –, as articulações de determinada estrutura, não pode pretender elevado grau de generalidade”.

O autor defendeu que a Revolução Industrial, ao emergir na Inglaterra, provocou transformações nos padrões produtivos em escala mundial e, principalmente, que esse processo de efficientização da produção somente ganhou dinamismo através da elaboração de técnicas comerciais que articulavam oferta e procura, assim como da construção de novas classes sociais ligadas à produção industrial, distribuição e comercialização das manufaturas.

Se, nos países em que o processo de industrialização primeiro se fez presente, houve íntima interdependência entre os fatores tecnológicos e sociais na construção da realidade nacional, o mesmo não se podia afirmar em relação aos países da América Latina. Nesses últimos, o processo de industrialização, ao ser incentivado, teve como principal fator motivacional o aperfeiçoamento da produção ligada à exportação, ou seja, caracterizou-se como complementar ao processo experimentado nos países centrais. Essa lógica, em geral, desconsiderou as necessidades das nações que compunham as linhas comerciais em posição de importadoras de manufaturas e exportadoras de bens primários.

O resultado, para as economias Latino-Americanas, foi “[...] quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo” (FURTADO, 1961, p. 253). Nesse sentido, o subdesenvolvimento experimentado pelos países da América Latina teria provocado a reprodução, em âmbito regional interno, das desigualdades sócio-

econômicas entre países. Uma vez iniciado esse processo, “[...] sua reversão espontânea é praticamente impossível” (FURTADO, 1959, p. 331).

É necessário frisar, ainda, que, para Furtado (1961, p. 253), o “[...] subdesenvolvimento é [...] um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”.

A resposta de Furtado (1954), em âmbito econômico, ratificou a proposta de Prebisch (1949) no que tange à industrialização substitutiva como recurso gerador de nova dinâmica que levaria as nações Latino-Americanas, mais especificamente o Brasil, a uma situação de maior autonomia em relação aos países centrais, com base na ampliação do mercado interno, via crescimento da produção e renda *per capita*, que possibilitariam a participação nacional no sistema econômico internacional em condições menos desiguais. Já o planejamento do processo de desenvolvimento, ao ser atribuído ao Estado, teria por função reduzir o espontaneísmo pressuposto à industrialização periférica, como fator alheio a qualquer “[...] intenção consciente de romper com os esquemas tradicionais de divisão internacional do trabalho” (FURTADO, 1962, p. 38-39).

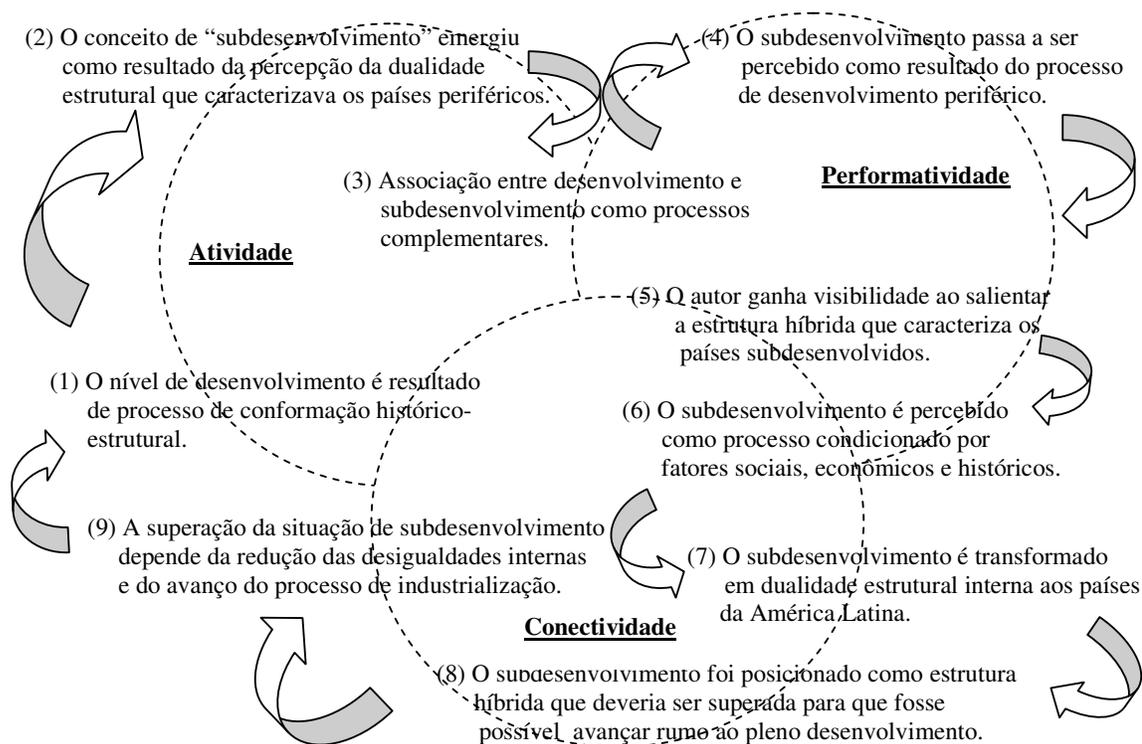


Figura 11 – O discurso de Celso Furtado, em 1961, sobre desenvolvimento

Vieira (2007, p. 385) argumenta que

Para Furtado, somente a ação planejadora e compensatória do Estado, guiada pela *intelligentsia* munida de uma racionalidade superior, é capaz de assegurar o interesse coletivo e, nessa medida, a dimensão democrática que na sua teoria passa pelo desenvolvimento econômico e pela nação soberana, finalmente construída.

Entretanto, ao contrário do que era esperado, o custo das importações demandadas pelo processo de industrialização substitutiva foi gradativamente evoluindo e exigindo participação crescente do capital estrangeiro, conforme foram se ampliando as necessidades, de forma a caracterizar-se em três estágios sequenciais: a) substituição de bens de consumo leves; b) substituição de bens de consumo duráveis; e c) substituição de bens de produção (FURTADO, 2000a). A passagem para níveis mais elevados de produção interna, se, por um lado, liberava a pauta importadora, por outro, criava novas necessidades de importação de insumos para alimentar a produção interna, fato que tornava o equilíbrio entre as divisas oriundas da exportação e os custos advindos da importação (de máquinas, bens intermediários e matérias-primas industrializadas) extremamente complexo, principalmente, ao considerar a relação crescentemente deteriorada entre produção primária e industrial (FURTADO, 2000; MARTINS, 2006).

Naquele momento, a concepção era que a acumulação seria indissociável da expansão capitalista em padrões internacionais, ou seja, seria parte de um processo de enriquecimento dos países centrais e da pequena elite periférica articulada a eles. Em resposta a essa percepção ganharam força, no início da década de 1960, processos de resistência articulados pelos movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores que lutavam por melhores condições de vida e renda à população em geral (BIELSCHOWSKY, 2000).

Ao constatar que a classe dirigente brasileira era passiva e intelectualmente alinhada com discursos externos, Furtado (2007a, p. 421) passou a defender a tese de que havia falta de vontade política para mudar a realidade experimentada. Razão pela qual passou a “[...] ver o mundo como um desafio. Fazer política é enfrentar desafios. Não cabe esperar por soluções espontâneas. Não pode haver infra-estrutura sem política, sem planejamento”.

Entretanto, a

[...] derrota e o banimento de Furtado, em 1964, no momento em que o capital monopolista internacional elegia o país como mais um de seus espaços de acumulação e reprodução ampliada, exigindo para isso o aprofundamento dos

aspectos antidemocráticos do Estado Brasileiro, era a evidência de que a burguesia industrial Brasileira, sem nenhuma ‘ilusão heróica’, tinha feito sua escolha: ser o sócio menor do grande capital externo. (VIEIRA, 2007, p. 390)

Considerando a ênfase discursiva que predominou na década de 1960 e que salientava os limites à industrialização sob premissas definidas em âmbito interno, Furtado (1974, p. 10) afirmou que seu discurso anterior à década de 1970 foi produzido em um contexto no qual se “[...] se manifestavam tendências policêntricas na economia mundial [...]”. Já a produção discursiva que começou a tomar forma teve por base a percepção da “[...] afirmação definitiva das grandes empresas no quadro de oligopólios internacionais, a rápida industrialização de segmentos da periferia do sistema capitalista no novo sistema de divisão internacional do trabalho”. Para o autor, a grande empresa passou a ocupar posição de elemento estruturador do sistema capitalista.

Razão pela qual Furtado (1974) ratificou sua produção discursiva com vista à problematização do conceito de desenvolvimento que, ao ser predominantemente identificado com o discurso em defesa da ampliação dos mercados, buscava a disseminação dos padrões de consumo experimentados por uma minoria privilegiada da população mundial. Essa crença teria direcionado muitos dos esforços ligados ao desenvolvimento para práticas que viam na tecnologia o principal fator de dinamismo, independente do contexto em que se inserisse.

Em decorrência,

Pouca ou nenhuma atenção foi dada às conseqüências, no plano cultural, de um crescimento exponencial do *stock* de capital. As grandes metrópoles modernas com seu ar irrespirável, crescente criminalidade, deterioração dos serviços públicos, fuga da juventude na anti-cultura, surgiram como um pesadelo no sonho de progresso linear em que se embalavam os teóricos do crescimento. Menos atenção ainda se havia dado ao impacto no meio físico de um sistema de decisões cujos objetivos últimos são satisfazer interesses privados. (FURTADO, 1974, p. 14)

Em contrapartida à ênfase tecnológica estimulada pelos centros difusores da lógica capitalista, o autor destacou a crescente dependência dos países centrais em relação à matéria-prima – muitas vezes advinda de recursos não-renováveis – produzida por outros países, como fator-chave na definição política de abertura econômica, principalmente, via disseminação de grandes empresas com tecnologias capazes de explorar os recursos naturais, em escala planetária.

Nesse aspecto, Furtado (1974, p. 16) destacou: “[...] como a política de defesa dos recursos não-reprodutíveis cabe aos governos e não às empresas que os exploram, e como as

informações e capacidade para apreciá-las estão principalmente com as empresas, o problema tende a ser perdido de vista”.

Em relação à desigualdade que daí advém, o autor salientou dois fatores mutuamente influenciáveis: a aceleração da acumulação de capital nos sistemas de produção; e a intensificação do comércio internacional, sob condições de troca que, como já discutido, ampliavam progressivamente a diferença entre o valor relativo dos produtos industrializados e dos produtos agrícolas ou matéria-prima. Assim, é a forma como esse excedente era apropriado e utilizado que era ratificada como problema para o estudo da formação e manutenção do sistema capitalista industrial. Em outras palavras, a ênfase de Furtado (1974) se centrava no entendimento da dinâmica que sustentava o sistema de divisão internacional do trabalho.

Nesse sentido, sua análise novamente recorreu aos fatos históricos que condicionaram a formação do sistema como o conhecemos, ou seja, o projeto inicial, inglês, que buscava concentração geográfica, logo sofreu resistência e se pulverizou na forma de sistemas econômicos de base nacional nos países que, no século passado, assumiram a liderança do processo de industrialização e, por conseqüência, centralizaram as decisões econômicas em escala mundial. Posições essas que não deixaram de se aprofundar, pois

Como a industrialização, em cada época, se molda em função do grau de acumulação alcançado pelos países que lideram o processo, o esforço relativo requerido para dar os primeiros passos tende a crescer com o tempo. Mais, ainda: uma vez que o atraso relativo alcança certo ponto, o processo de industrialização sofre importantes modificações qualificativas. Já não se orienta ele para formar um sistema econômico nacional e sim para completar o sistema econômico internacional. (FURTADO, 1974, p. 23)

Neste contexto, as indústrias nascentes se moldavam às necessidades do mercado de forma articulada com o sistema macro-econômico e remetiam as grandes empresas à posição de centro de decisão, com capacidade de influir na dinâmica interna dos diversos países, em âmbitos que extrapolavam a esfera econômica. Com base nessa visão problematizadora, à revelia das conseqüências do discurso econômico nas esferas sócio-culturais e ambientais, o traço mais característico do capitalismo seria a inexistência de um disciplinador geral do conjunto das atividades econômicas. A autonomia da macro-economia, à medida que fornecia estabilidade às relações comerciais transnacionais, em contrapartida, liberava o Estado para direcionar seus esforços para a esfera social. Essa última, entretanto, necessitava estar

articulada com a estratégia econômica, ou melhor, deveria oferecer atratividade ao investimento empresarial (FURTADO, 1974).

[...] o Estado tem [...] grandes responsabilidades na construção e operação de serviços básicos, na garantia de uma ordem jurídica, na imposição de disciplina às massas trabalhadoras. O crescimento do aparelho estatal é inevitável, e a necessidade de aperfeiçoamento de seus quadros superiores passa a ser uma exigência das grandes empresas que investem no país. (FURTADO, 1974, p. 60)

Com base na análise do último autor, as relações entre empresas e Estados nacionais eram condicionadas pelas grandes empresas, com base em quatro fatores: (i) a inovação, principal instrumento de expansão internacional através da introdução de novos processos e produtos, era controlada pelas grandes empresas; (ii) a maior parte das transações internacionais estava sob responsabilidade das grandes empresas; (iii) as grandes empresas operavam de forma a escapar da ação isolada de qualquer governo; e (iv) as empresas possuíam grande liquidez que fugia ao controle dos bancos centrais e tinham fácil acesso ao mercado financeiro internacional (FURTADO, 1974).

Para o autor, tais características das grandes empresas não caracterizavam o declínio da atividade política, mas a “[...] unidade de comando político, apoiado em um sistema unificado de segurança” (FURTADO, 1974, p. 34), que daria suporte à lógica macro-econômica.

Criou-se, assim, uma superestrutura política a nível muito alto, com a missão principal de desobstruir o terreno ali onde os resíduos dos antigos Estados nacionais persistiam em criar barreiras entre os países. A reconstrução estrutural se operou a partir da economia internacional. No plano interno os Estados nacionais ampliaram a sua atuação para reconstruir as infra-estruturas, modernizar as instituições, intensificar a capitalização, ampliar a força de trabalho, etc. Tudo isso contribuiu, evidentemente, para reforçar a posição das grandes empresas dentro de cada país. Mas foi a ação no plano internacional, promovida pela superestrutura política, que abriu a porta às transformações de fundo, trazendo as grandes empresas para uma posição de poder vis-à-vis dos Estados nacionais. (FURTADO, 1974, p. 36)

Nessa superestrutura que possibilitava a autonomização da esfera econômica, sob controle das grandes empresas, um Estado nacional isolado pouco poderia fazer, até porque a pressão por inserção no mercado mundial já não vinha apenas dos núcleos de desenvolvimento, mas também das empresas internas a seu território. Nesse sentido, “[...] como tanto a estabilidade e a expansão dessas economias dependem fundamentalmente das transações internacionais, e estas estão sob o controle das grandes empresas, as relações dos Estados nacionais com estas últimas tendem a ser relações de poder” (FURTADO, 1974, p.

33). As principais repercussões dessa nova dinâmica capitalista podiam, para Furtado (1974, p. p. 42-43) ser traduzidas por

Em primeiro lugar, [...] o processo de unificação abriu o caminho a uma considerável intensificação do crescimento no próprio centro. [...] Em segundo lugar, ampliou-se consideravelmente o fosso que já separava o centro da periferia do sistema, o que em grande parte é simples consequência da intensificação do crescimento no centro. Em terceiro lugar, as relações comerciais entre países centrais e periféricos, mais ainda do que entre países centrais, transformaram-se progressivamente em operações internas das grandes empresas.

As economias periféricas passaram, então, a enfrentar um processo de agravamento das disparidades internas de forma proporcional à sua industrialização – guiada pela substituição de importações –, então, amplamente estimulada pelo capital advindo dos oligopólios internacionais que, ao financiar a produção, buscavam melhores taxas de retorno aos seus investimentos. Nesta dinâmica foi ratificada a demanda aos países periféricos por mimetismo cultural e concentração de renda, de forma a possibilitar a uma minoria privilegiada padrões de consumo similares aos dos países centrais, que se diferenciam daqueles experimentados pela massa populacional.

A integração do centro permitiu intensificar sua taxa de crescimento econômico, o que responde, em grande parte, pela ampliação do fosso que o separa da periferia. Por outro lado, a intensidade do crescimento no centro condiciona a orientação da industrialização na periferia, pois as minorias privilegiadas desta última procuram reproduzir o estilo de vida do centro. Em outras palavras: quanto mais intenso for o fluxo de novos produtos no centro (esse fluxo é função crescente da renda média), mais rápida será a concentração da renda na periferia. (FURTADO, 1974, p. 45)

Assim, a crescente influência das grandes empresas se traduzia por uma tendência à homogeneização e disseminação dos padrões de produção e consumo vigentes no centro, que se traduziam na periferia por um aumento da distância entre as condições de vida de uma minoria privilegiada e a massa populacional que vive no limite da subsistência.

Nesse sentido, a orientação desenvolvimentista criaria, nos países periféricos, fossos que demonstrariam a insustentabilidade de sua lógica, tanto em termos sócio-culturais, quanto ambientais, pelo esgotamento dos recursos não-renováveis que fornecem o suporte ao desenvolvimento, sob premissas ligadas ao progresso. Razão pela qual, o autor atribui ao desenvolvimento, sob as premissas do progresso, um *status* de mito:

A conclusão geral que surge dessas considerações é que a hipótese de generalização, no conjunto do sistema capitalista, das formas de consumo que prevalecem

atualmente nos países cêntricos, não tem cabimento dentro das possibilidades evolutivas desse sistema. E é essa a razão fundamental pela qual uma ruptura cataclísmica, num horizonte previsível, carece de fundamento. O interesse principal do modelo que leva a essa ruptura cataclísmica está em que ele proporciona uma demonstração cabal de que o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. (FURTADO, 1974, p. 75)

A ação discursiva de Furtado (1974), ao defender a tese do mito do desenvolvimento, partiu da premissa de que as estratégias desenvolvimentistas originadas nos países centrais e que têm por base a ampliação dos mercados de produtos e de capitais seriam insustentáveis, predatórias e desiguais. A disponibilização de capitais pelos oligopólios empresariais teria por principal função o financiamento da produção e consumo de forma articulada com o sistema econômico mundial e, principalmente, a busca das melhores taxas de lucro.

No circuito da performatividade, o autor assumiu uma posição de denúncia em relação às estratégias produtiva e financeira impostas pelos países desenvolvidos, enquanto produtoras de situações de desigualdade entre nações e de insustentabilidade sócio-ambiental. No circuito da conectividade, as grandes empresas foram posicionadas como estruturantes do sistema macro, a partir de estratégias político-econômicas, que encontram seu suporte em práticas ligadas ao sistema financeiro, em escala mundial.

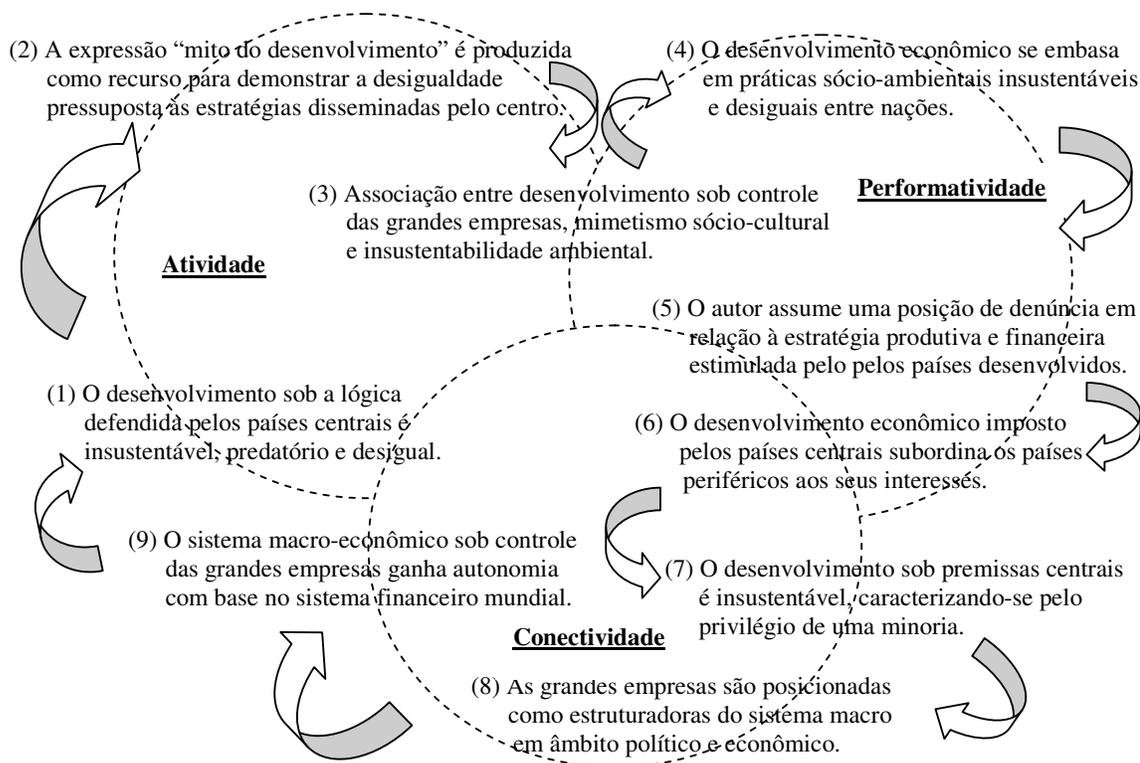


Figura 12 – O discurso sobre o mito do desenvolvimento

Cabe destacar que, em avaliação retrospectiva sobre a produção ligada ao mito do desenvolvimento, Furtado (1999, p. 98-99) argumentou que

Quando escrevi O mito do desenvolvimento econômico, foi um pouco como provocação. Eu vivia no estrangeiro, estudava o Brasil de longe, e quis mostrar aos brasileiros que, se não encontrassem caminhos próprios, se confiassem completamente nas forças do mercado, nas forças internacionais que atuavam aqui, não teriam saída. Abordei o tema de tal modo que muita gente me disse que eu andava pessimista com respeito ao Brasil. Eu, que sempre fui de um otimismo fundamental! De toda forma, aceitei a crítica. O que eu insinuava é que a classe dirigente brasileira não tem capacidade para enfrentar seus grandes problemas, assim como não teve capacidade para formular uma política de industrialização nos anos 30; esta veio na contramão, mas veio. Só tardiamente o país descobriu sua vocação para industrializar-se.

Em busca de alternativas à situação percebida, Furtado (1998, p. 63) passou a defender que o subdesenvolvimento não seria resolvido pela lógica de mercado, ao contrário, somente haveria superação desta condição “através de um projeto político voltado para a mobilização de recursos sociais, que permitisse empreender um trabalho de reconstrução de certas estruturas”.

Nesse sentido, Furtado (1998, p. 42), ao salientar que o nível de desenvolvimento de cada país é resultado de uma determinada “conformação estrutural produzida pela forma como se propagou o progresso técnico no plano internacional”, argumentou que o desenvolvimento ou o subdesenvolvimento de um país deveria ser pensado de forma estrategicamente alinhada com a lógica global, ou seja, como resultado da forma particular como a estrutura social é formatada, assim como pelas características através das quais se construíram os padrões específicos de produção e consumo.

Furtado (1998, p. 48) destacou, ainda, a dependência tecnológica como fator que, ao emergir de forma sintônica com este processo, caracterizou-se pela introdução de novas técnicas que impunham, na periferia, “[...] a adoção de padrões de consumo sob a forma de novos produtos finais que correspondem a um grau de acumulação e de sofisticação técnica que só existem na sociedade em questões na forma de enclaves”.

A reflexão suscitada por essa temática vem permitir circunscrever melhor o campo do estudo do subdesenvolvimento. De um lado, apresentam-se as exigências de um processo de mundialização, imposto pela lógica dos mercados, que está na base da difusão da civilização industrial. De outro, configuram-se os requerimentos de uma tecnologia que é fruto da história das economias centrais e que exacerba sua tendência original a limitar a criação de empregos. Por último, estão as especificidades das formas sociais mais aptas para operar essa tecnologia, ou seja, as formas de organização da produção e de incitação ao trabalho, as quais tendem a limitar a possibilidade de recursos aos sistemas centralizados de decisões. (FURTADO, 1998, p. 49)

É relevante lembrar que a problematização das questões acima tinha por objetivo principal a busca de alternativas que promovessem o desenvolvimento. Assim, na tentativa de pensar alternativas em relação à proposta neoliberal, com foco no crescimento econômico, para Furtado (1978, p. 48)

A idéia de *desenvolvimento*, referindo-se a uma sociedade, comporta, sabidamente, toda uma gama de ambigüidades. De um ponto de vista descritivo, ela se refere ao conjunto de transformações nas estruturas sociais e nas formas de comportamento que acompanham a acumulação no sistema de produção. Descreve-se, assim, o processo cultural e histórico cuja dinâmica se apóia na inovação técnica (fundada na experiência empírica ou em conhecimentos científicos).

Esse processo estaria direcionado à descoberta e/ou construção de caminhos que viessem ao encontro dos objetivos locais ligados ao desenvolvimento, tendo em conta o nível relativamente baixo de acumulação dos países periféricos, as mal-formações sociais

impulsionadas pela divisão internacional do trabalho e os constrangimentos impostos pela mundialização dos mercados.

A ciência do desenvolvimento preocupa-se com dois processos de criatividade. O primeiro diz respeito à técnica, ao empenho do homem de dotar-se de instrumentos, de aumentar sua capacidade de ação. O segundo refere-se ao significado de sua atividade, aos valores com que o homem enriquece seu patrimônio existencial. (FURTADO, 1998, p. 47)

O objetivo estratégico do desenvolvimento, sob esta lógica, era

[...] assegurar um desenvolvimento que se traduza em enriquecimento da cultura em suas dimensões e permita contribuir com criatividade para a civilização que se mundializa. No fundo está o desejo de preservar a própria identidade na aventura comum do processo civilizatório. (FURTADO, 1998, p. 54)

Sob as premissas acima, a ação discursiva de Furtado (1978; 1998) vinculou o processo de desenvolvimento aos sujeitos inseridos no espaço social e, principalmente, a uma visão política de mundo que objetiva a valorização das características e identidades singulares, seja no nível individual, grupal ou social, que é atravessada por pressões, lógicas e interesses de várias escalas: individual, grupal, regional, nacional e global. Essa proposta pressupunha esforço no sentido de construir alternativas que, ao mesmo tempo, considerassem as pressões e demandas do mercado globalizado, e abrissem possibilidades para a construção de práticas que progressivamente se afastassem do mimetismo cultural e, principalmente, dos padrões de consumo definidos pelas tecnologias importadas e dominados pelos países centrais (FURTADO, 1978; 1998).

Neste sentido, seriam necessárias alterações estruturais. Alterações que dificilmente iriam emergir sob a influência exclusiva da lógica de mercado, razão pela qual este processo dependeria da articulação política das sociedades civis nos países periféricos, em busca da manutenção do controle em relação à alteração/produção de determinada identidade, onde a criatividade humana “[...] orientada de forma obsessiva para a inovação técnica a serviço da acumulação econômica e do poder militar, seria reorientada para a busca do bem-estar coletivo, concebido este como a realização das potencialidades dos indivíduos e comunidades” (FURTADO, 1998, p. 65).

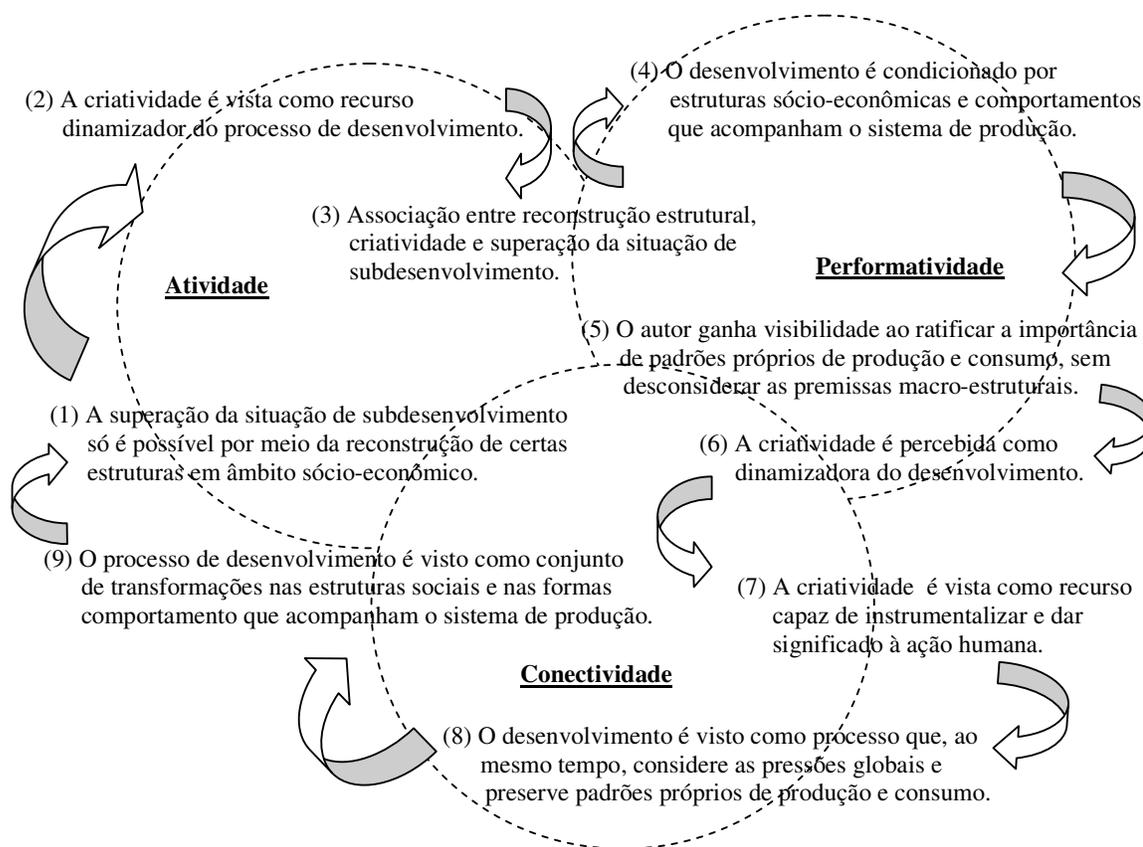


Figura 13 – O discurso sobre o capitalismo global

A produção teórica de Celso Furtado, em seus vários estágios, ofereceu subsídios para muitos autores que refletiram sobre o processo de desenvolvimento, seja de forma localizada – nos países que compõem a América Latina –, seja em escala mundial. No que tange à América Latina, o discurso construído no início da década de 1960, que ganhou novas nuances durante seu exílio e produção posterior, foi criticado por autores que buscavam formas de desenvolvimento sintônicas com os condicionamentos macro-econômicos. Vinculação essa que está na base da ação discursiva de Maria da Conceição Tavares (1964).

4.1.3 Os Limites da Estrutura Produtiva da Periferia

Tavares (1964) fez uma análise histórica comparativa sobre o papel das exportações nos países centrais e periféricos. Nos primeiros essa variável exógena era complementar ao investimento autônomo acompanhado de inovações técnicas de caráter endógeno, sendo a combinação destes dois fatores, endógeno e exógeno, o que “[...] permitiu que o

aproveitamento das oportunidades do mercado exterior se desse juntamente com a diversificação e integração da capacidade interna” (TAVARES, 1964, p. 220). Já, no caso das economias periféricas, as exportações se constituíram praticamente como único fator autônomo do crescimento da renda, assim como o setor exportador se constituiu como centro do dinamismo econômico. Por conseqüência, a possibilidade dos países periféricos influenciarem o sistema macro, ou mesmo, alterarem sua estrutura interna era forçosamente limitada.

De forma simultânea, as importações também apresentavam características destoantes entre as nações centrais e periféricas. Nas nações centrais as importações se destinavam às necessidades de alimentos e matérias-primas que não existiam ou não eram passíveis de produção em seus territórios; nas economias periféricas as importações deviam cobrir bens de consumo industrializados e, principalmente, bens de capital.

O cerne da problemática do crescimento “para fora” típico de nossas economias está evidentemente vinculado ao quadro de divisão internacional do trabalho que foi imposto pelo próprio processo de desenvolvimento das economias líderes e do qual decorria, para os países da periferia, uma divisão do trabalho social totalmente distinta do centro. (TAVARES, 1964, p. 221)

A autora considerava, ainda, no que tange o setor exportador dos países periféricos, que os principais recursos produtivos utilizados – terra e capital – se concentravam nas mãos de poucos, o que provocava uma dualidade social: enquanto a grande maioria da população possuía nível de renda extremamente baixo, as elites desfrutavam de padrões de consumo similares aos dos centros econômicos, ou seja, em sua maior parte atendidos por importações. Assim, da combinação entre divisão internacional do trabalho e desigualdade interna de renda emergiu uma profunda disparidade entre estrutura de produção e composição da demanda interna nos países periféricos.

Para a autora, este contexto ganhou novas variáveis com a crise do período entre guerras, onde a importância das exportações primárias foi parcialmente substituída pela variável endógena, que visou a reversão de investimentos com vista à diversificação da estrutura produtiva, via importação de equipamentos e bens de capital. Em virtude do caráter parcial da transformação estimulada – pois a estrutura agrícola teria permanecido sob os padrões tradicionais – foi preservada uma base exportadora precária e sem dinamismo, por conseqüência, emergiu um novo tipo de economia dual. Uma segunda conseqüência se referia ao caráter fechado do novo modelo, ou seja, os setores dinâmicos se expandiram apenas no

âmbito interno. O que, segundo a autora, caracterizaria uma mudança na estrutura interna sem que houvesse uma transformação equivalente na divisão internacional do trabalho, processo esse que apenas reforçou a estrutura internacional pré-existente.

Assim, o processo de substituição de importações se constituiu em perda de dinamismo do setor exportador, segundo Tavares (1964, p. 225), sob duas formas principais: “[...] uma de caráter ‘absoluto’, que corresponde a uma capacidade para importar estancada ou declinante; e outra de caráter ‘relativo’, que se identifica com uma capacidade para importar que cresce lentamente a um ritmo inferior ao do produto”. Dessa forma, dadas as características da crise, a partir do momento em que é atingido o limite do crescimento com base na substituição das importações só poderia haver melhoria das condições de troca mediante entrada de capital estrangeiro ou por incremento do poder de compra advindo das exportações.

Mesmo considerando essas questões, países (como o Brasil) nos quais o processo de industrialização substitutiva havia proporcionado o alcance de “[...] uma base material que lhes permitisse produzir os bens de produção necessários à realização de investimentos volumosos, intensivos em capital e tecnologicamente mais complexos” (TAVARES e SERRA, 1972, p. 604), teriam condições de “[...] passar a um esquema de expansão cujos estímulos emanavam do próprio sistema” (p. 605). Este processo poderia tornar mais estreitos os laços de dependência¹⁸ externa, mas proporcionaria crescimento.

O esquema proposto por Tavares e Serra (1972), ao articular aspectos exógenos e endógenos das economias periféricas, impunha ajustes na estrutura da demanda; acumulação de recursos para investimentos; definição de projetos rentáveis articulados com a capacidade produtiva já existente; formatação de política econômica específica; e adequação do sistema monetário.

No caso brasileiro, na década de 1960

Todos esses requisitos apontam para as transformações que acompanharam a recuperação econômica e foram objeto de ação do regime militar, nos seus primeiros anos. [...] um dos problemas mais importantes, ou seja, o dos recursos necessários ao financiamento dos novos investimentos e à expansão da demanda de bens duráveis (com evidente repercussão sobre a relação produto-capital das indústrias correspondentes), foi resolvido, no fundamental, pela compressão salarial. (TAVARES e SERRA, 1972, p. 605)

¹⁸ O conceito de dependência será examinado adiante, através da construção discursiva de Cardoso e Faletto (1969), de Marini (1991) e Dos Santos (2000).

A ação discursiva de Tavares (1964) problematizou a proposta de crescimento da periferia com foco no processo de substituição das importações, sendo considerado, pela autora, como insuficiente para alterar o atraso experimentado pelos países periféricos, com base na divisão internacional do trabalho que vinha se desenhando ao longo do tempo. Por consequência, Tavares (1964) e, posteriormente, Tavares e Serra (1972) valorizaram a articulação de formas de crescimento nos âmbitos endógeno e exógeno de maneira a integrar as potencialidades internas ao processo macro-econômico.

Os autores ganharam visibilidade e receptividade ao formular respostas para problemas já percebidos pelos núcleos decisórios. Através do entendimento que emergiu por meio desses autores, em relação à situação experienciada na periferia capitalista, foram ratificadas as limitações do projeto ligado à industrialização substitutiva – já apontadas por Celso Furtado –, assim como foram fornecidos subsídios para novas propostas que objetivaram a incorporação dos países periféricos à lógica macro-econômica, numa posição que delegava aos núcleos de desenvolvimento o norte de condução hegemônico do processo em escala mundial.

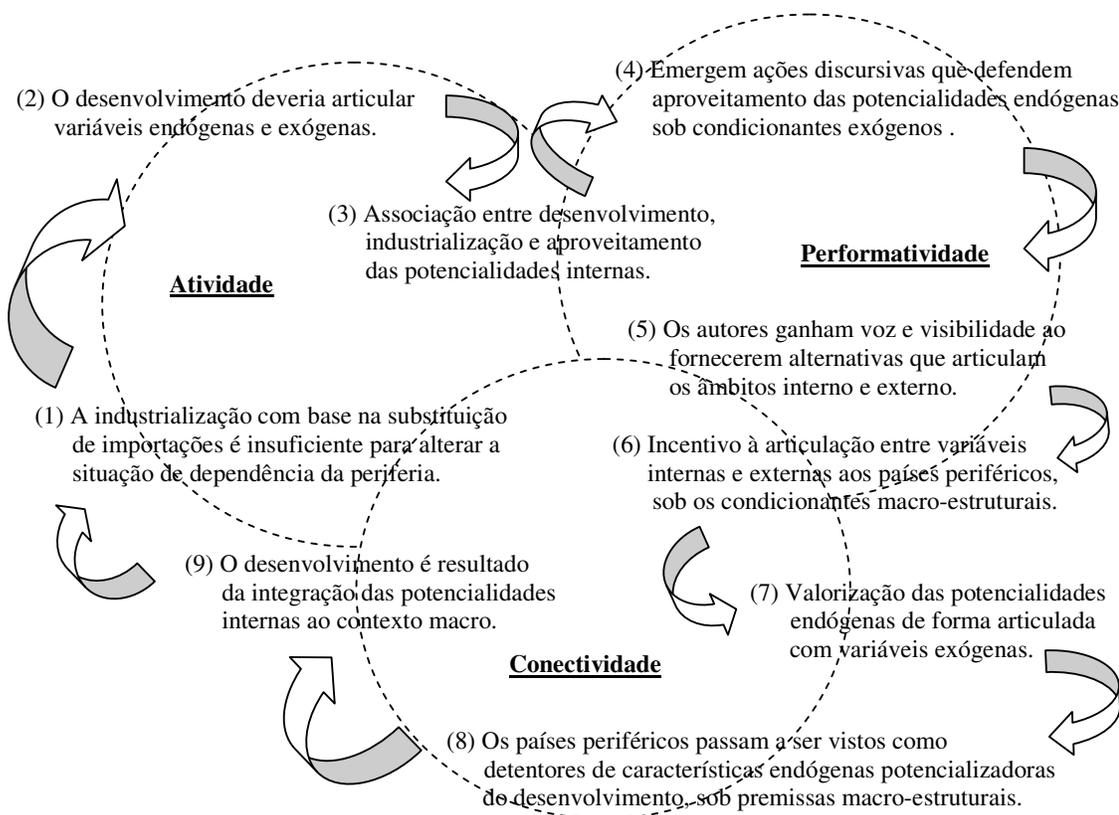


Figura 14 – O discurso sobre as limitações da estrutura produtiva na periferia

4.2 DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA: UMA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA

No final da década de 1960, Cardoso e Faletto (1969), ao analisarem os discursos que tiveram origem na Cepal – entre os quais os de Raúl Prebisch, Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares –, defenderam a tese de que a estratégia produtiva relacionada com a substituição das importações não era suficiente para proporcionar desenvolvimento aos países periféricos. Por conseqüência, os autores dirigiram seus esforços para a produção de proposições que considerassem os limites e problemas do desenvolvimento periférico e, mais especificamente, Latino-Americano¹⁹.

Com esses objetivos, defenderam que o desenvolvimento se caracterizava por ser um processo social, no qual “[...] mesmo seus aspectos puramente econômicos deixam transparecer a trama de relações sociais subjacentes” (CARDOSO e FALETTO, 1969, p. 497). Assim, na proposta dos autores,

[...] às análises baseadas nos esquemas econômicos de desenvolvimento (que pressupõem a viabilidade da passagem do subdesenvolvimento para o desenvolvimento, e reduzem este último à criação de um setor dinâmico interno capaz de determinar, por seu turno, tanto crescimento auto-sustentado como a transferência dos “centros de decisão”) somaram-se esforços de interpretação sociológica visando explicar a transição das sociedades tradicionais para as sociedades modernas. (CARDOSO e FALETTO, 1969, p. 497)

Cabe salientar que, para os autores, a categoria ‘tradicional’ atribuída às sociedades latino-americanas, ou a partes delas, pressupunha um processo de transição com vista à modernização. Por conseqüência, no “[...] curso do processo de mudança social pareceria que, antes de se constituir a sociedade moderna, forma-se um padrão intermediário, híbrido, que caracteriza as sociedades dos países ‘em desenvolvimento’” (CARDOSO e FALETTO, 1969, p. 498).

Nesse sentido, fatores como a sindicalização e a urbanização acelerada de alguns países da periferia, ao antecederem a maturidade industrial, teriam facilitado a produção de “[...] aspirações e de formas de comportamento político que favorecem a participação

¹⁹ Na época, a América Latina era palco de pressões sociais, em âmbito político e intelectual, que se contrapunham em relação à percepção de que o processo de desenvolvimento deveria ser articulado com vistas à manutenção das posições expropriadoras advindas dos países centrais e das elites locais a eles articuladas. Nesse sentido, Bielschowsky (2000) argumenta que o texto “Dependência e Desenvolvimento na América Latina”, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, “[...] foi escrito como reação teórica à tese corrente na época de que se estava gestando na região uma burguesia nacionalista potencialmente comprometida com um padrão de desenvolvimento que justificava uma aliança com a classe trabalhadora e que podia conquistar hegemonia política”. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 41)

crescente das massas no jogo do poder, antes que exista um crescimento econômico autônomo e baseado no mercado interno” (CARDOSO e FALETTO, 1969, p. 500). Razão pela qual o desenvolvimento, ao estimular a reprodução das etapas evolutivas experimentadas pelos países centrais, conforme proposto por Rostow (1961), tenderia a desconsiderar as singularidades das transformações históricas, principalmente das práticas sociais, dos países da periferia.

A participação no jogo de poder, conforme entendido por Cardoso e Faletto (1969), teria levado ao estabelecimento de pontes que assemelhariam as pautas sociais existentes nas economias centrais e nas periféricas. Processo esse definido como ‘efeito de demonstração’, supondo que a “[...] modernização da economia efetua-se através do consumo e que, em última instância, portanto, introduz um elemento de alteração no sistema produtivo que pode provocar um desvio em relação às ‘etapas’ da industrialização característica dos países adiantados” (CARDOSO e FALETTO, 1969, p. 501). Nesse ponto, os autores ressaltam que esse efeito econômico teria sua forma condicionada por características sócio-políticas, razão pela qual consideram

[...] mais adequado [...] um procedimento metodológico que acentue a análise das condições específicas da situação latino-americanas e o tipo de integração social das classes e grupos como condicionantes principais do processo de desenvolvimento. Em tal perspectiva, por exemplo, o “efeito de demonstração” incorporar-se-ia à análise como elemento explicativo subordinado, pois o fundamental seria caracterizar o modo de relação entre grupos sociais no plano nacional – que, por suposto, depende do modo de vinculação ao sistema econômico e aos blocos políticos internacionais que podem produzir conseqüências dinâmicas na sociedade subdesenvolvida. (CARDOSO e FALETTO, 1969, p. 502)

Sob as premissas descritas acima, os autores deram ênfase a uma lógica que articulou os componentes econômico e político-social na análise do processo em que se inseriam os diversos grupos sociais; assim como definiram o próprio desenvolvimento como “[...] resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema sócio-econômico” (CARDOSO e FALETTO, 1969, p. 503). A estrutura político-social, para os autores, seria modificada na medida em que grupos diferenciados conseguissem impor seus interesses e força, de modo a exercer ou influenciar práticas de dominação sobre o conjunto da sociedade.

Nesse sentido, Cardoso e Faletto (1969), criticaram a suposta naturalidade evolutiva do desenvolvimento e atribuíram historicidade à posição de subdesenvolvimento. Essa última

categoria ganhou *status* de produto da expansão do capitalismo, ou melhor, foi considerada o resultado de um processo que vinculou a um mesmo mercado economias com estágios diferenciados no que diz respeito ao sistema produtivo e, por conseqüência, proporcionou o estabelecimento de posições distintas no sistema capitalista mundial. Esta situação supunha uma estrutura de relações de dominação.

O reconhecimento da historicidade da situação de subdesenvolvimento requer mais do que assinalar as características estruturais das economias subdesenvolvidas. Há que assinalar, com efeito, como as economias subdesenvolvidas vincularam-se historicamente ao mercado mundial e a forma em que se constituíram os grupos sociais internos que conseguiram definir as relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe. Tal enfoque implica reconhecer que no plano político-social existe algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento e que essa dependência teve início historicamente com a expansão das economias dos países capitalistas originários. (CARDOSO e FALETTO, 1969, p. 507)

Cabe destacar que – em contraponto às ênfases dadas, seja à diferenciação em relação à evolução do sistema produtivo pressuposta na dualidade desenvolvimento ou subdesenvolvimento; seja às funções econômicas atribuídas pelas categorias centro e periferia – o conceito de dependência vincula-se “[...] diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo” (CARDOSO e FALETTO, 1969, p. 508).

Os autores defenderam, ainda, que o desenvolvimento, ao partir de um sistema mundial, não seria possível sem que esse mesmo sistema se modificasse de forma a produzir transformações ou condições que favorecessem o desenvolvimento periférico e, em contrapartida, sem que a periferia promovesse uma dinâmica que favorecesse a emergência de fatores internos com maior grau de autonomia, mas de forma a articular as relações internas e externas.

São justamente os fatores político-sociais internos – vinculados, como é natural, à dinâmica dos centros hegemônicos – os que podem produzir políticas que se aproveitem das ‘novas condições’ ou das novas oportunidades de crescimento econômico. De igual modo, as forças internas são as que definem o sentido e o alcance político-social da diferenciação ‘espontânea’ do sistema econômico. (CARDOSO e FALETTO, 1969, p. 510)

Os grupos e forças sociais internas necessitariam considerar os condicionantes externos e realizar alianças, em escala interna, influenciadas tanto por variáveis econômicas e político-sociais internas e externas aos países dependentes.

Nesse aspecto, Cardoso e Faletto (1969) atribuíram ênfase ao poder de influência das elites econômicas em relação à definição dos interesses e rumos nacionais, transformados em fatores que serviram de suporte para a defesa da inversão estrangeira – em termos de capital e tecnologia, nos países dependentes – com vista à efetivação das mudanças endógenas consideradas relevantes. Estavam, assim, estabelecidas as bases sobre as quais seriam justificadas ações com vista à adequação das estratégias de crescimento endógeno às diretrizes advindas do sistema mundial.

É necessário salientar que, a

[...] dependência da situação de subdesenvolvimento implica socialmente uma forma de dominação que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que, no sistema econômico, aparecem como produtores ou como consumidores. Essa situação supõe nos casos extremos que as decisões que afetam a produção ou o consumo de uma economia dada são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas. (CARDOSO e FALETTO, 1969, p. 508)

Os autores defenderam, assim, que a condição de dependência dos países que compunham a América Latina se mantinha a partir da estrutura de classes que se delineava nessas nações, ou seja, como resultado das formas pelas quais as elites sociais dos países em desenvolvimento se articularam ou conflitaram com interesses estrangeiros, influenciaram na organização do Estado, sustentaram ideologias ou buscaram implementar políticas ou estratégias para lidar com as práticas imperialistas nos vários momentos (CARDOSO e FALETTO, 1969).

É necessário salientar que, apesar da valorização da articulação entre os âmbitos econômico e sócio-político, para Cardoso e Faletto (1969), o fator econômico foi ratificado como prioritário em relação à temática política, já que “[...] o que se pretende ressaltar é que o modo de integração das economias nacionais no mercado internacional supõe formas definidas de inter-relação dos grupos sociais de cada país, entre si e com os grupos externos [...]” (p. 511).

Em contrapartida, as decisões possíveis às nações dependentes estariam condicionadas pelo funcionamento do sistema econômico mundial, no qual os grupos econômicos tendiam à articulação internacional. Os grupos/classes internos às diversas nações não eram apenas nacionais, mas transnacionais, ao entrarem em sintonia com a divisão internacional do trabalho sob premissas que privilegiavam a lógica predominante. Por consequência, “[...] a dinâmica que pode adquirir o sistema econômico dependente, no âmbito

da nação, está determinada – dentro de certos limites – pela capacidade dos sistemas internos de alianças para proporcionar-lhes capacidade de expansão” (CARDOSO e FALETTO, 1969, p. 517).

Os autores assumiram uma posição na qual a dependência dos países da América Latina resultava das formas pelas quais as elites sociais desses países se relacionavam com interesses estrangeiros, em busca da manutenção dos próprios privilégios. A conclusão que daí adveio foi que o desenvolvimento periférico somente seria possível de forma articulada com a situação de dependência experimentada.

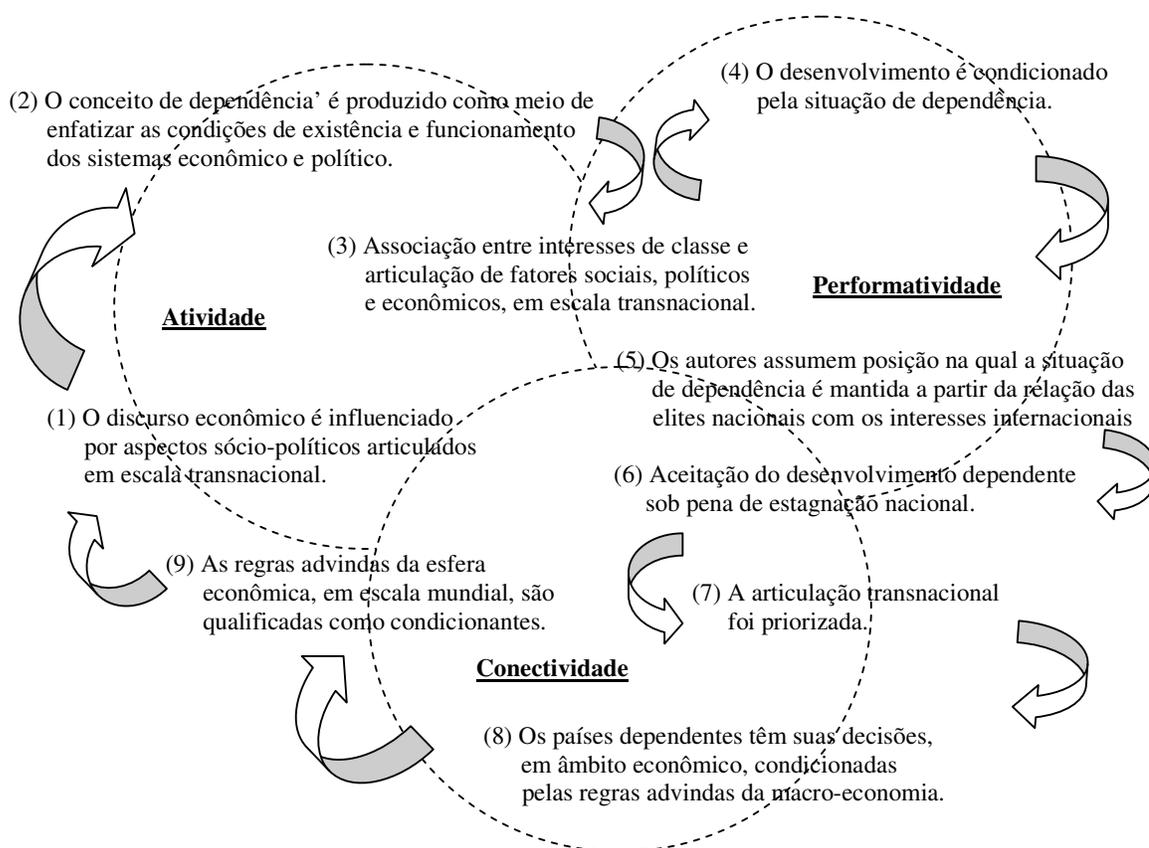


Figura 15 – O discurso do desenvolvimento dependente

4.3 SUBDESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA: UMA RUPTURA NECESSÁRIA

Para os autores que se identificaram com a produção teórico-discursiva de Cardoso e Faletto (1969) o insucesso do nacional-desenvolvimentismo não deveria ser confundido com a

inviabilidade do desenvolvimento capitalista nos países dependentes. Razão pela qual atribuíram a determinados grupos sociais e autores que defendiam análises reflexiva-críticas, de base marxista, práticas nas quais “[...] a alternativa ao nacional-desenvolvimentismo era a estagnação” (SERRA e CARDOSO, 1978, p. 40).

Em contraponto, Dos Santos (2008) argumentou que a ênfase desenvolvimentista, que possuía por base a construção de Cardoso e Faletto (1969), ao condicionar as perspectivas de desenvolvimento dos países dependentes às estratégias advindas da macro-economia seria mantenedora de uma estrutura mundial desigual e geradora de posições diferenciadas que mutuamente se reforçavam. Razão pela qual defendeu que

Não há um limite econômico absoluto para o pleno desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo dependente. Os limites são políticos. E a mudança das condições políticas e geopolíticas mundiais ou regionais pode alterar as condições políticas nacionais ou locais desses países, superando sua condição dependente. (DOS SANTOS, 2000, p. 137)

Por consequência, os autores que direcionaram seus esforços para a análise do contexto macro-estrutural de forma a incorporar aspectos da produção discursiva de base marxista no que tange ao entendimento sobre a apropriação de excedente ou que almejavam a produção de realidades mais equitativas entre as diversas nações assumiram uma posição na qual “[...] o endogenismo do paradigma da modernização, o enfoque global no contexto mundial da dependência aparecem mesmo como antíteses” (DOS SANTOS, 2008, p. 18).

A construção discursiva que emergiu desses últimos autores provocou uma re-leitura sobre a relação existente entre países centrais e dependentes. Sob essa lógica, Frank (1966) defendeu, como será visto a seguir, que o desenvolvimento existente no centro somente foi possível como resultado de práticas que acentuavam as diferenças entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A partir de suas formulações começou a se desenvolver uma vertente marxista da teoria da dependência.

4.3.1 O Desenvolvimento do Subdesenvolvimento

André Gunder Frank, ao analisar as consequências das estratégias desenvolvimentistas estimuladas pelos países centrais nos países periféricos, encontrou na América Latina e, mais especificamente, na cidade de Santiago do Chile, discursos que

vinham problematizando a lógica capitalista em termos de sistema mundial e, particularmente, as formas como os países da América Latina eram influenciados por esse sistema (BIEGEL, 2006).

Ao tomar contato com esses discursos, Frank (1966) desenvolveu uma concepção sistêmico-relacional que dividiu e classificou os diversos países entre metrópoles ou satélites. Essas posições seriam fruto de construção histórica que se reproduziria através de relações econômicas que envolvem a circulação de capitais. Enquanto as metrópoles possuíam o potencial de apropriação dos excedentes de capital, os satélites ocupavam posição de subordinação em relação às metrópoles que os descapitaliza.

Como a pesquisa histórica demonstra, os países subdesenvolvidos são, em grande parte, produtos do passado, mantidos através das relações econômicas entre os satélites subdesenvolvidos e as metrópoles desenvolvidas. Essas relações são uma parte essencial da estrutura e do desenvolvimento do sistema capitalista mundial, como um todo. (FRANK, 1966, p. 18)

Assim, em contraposição ao discurso dominante relacionado ao desenvolvimento, o autor argumentou que o processo histórico que formatou o contexto dos países centrais não deveria servir de modelo aos países da periferia capitalista, pois as economias avançadas passaram por um processo de transformação histórica do não-desenvolvimento para o desenvolvimento, mas nunca foram qualificados como subdesenvolvidos.

Frank (1966) destacou que o processo de descobrimento da América e de formação das livres nações Latino-Americanas esteve vinculado às diversas fases do capitalismo. Primeiro, como colônias fornecedoras de produtos agrícolas comercializáveis nos países da Europa; depois, como fonte de matéria-prima para as indústrias nascentes e, por último, como regiões que possibilitam a aplicação do capital excedente no centro (FRANK, 1966).

Dessa forma, o crescimento proposto pelo discurso dominante se caracterizaria pela criação de mecanismos relacionais que manteriam os países subdesenvolvidos sob o jugo dos países desenvolvidos, dos quais emanariam as diretrizes do sistema econômico mundial sob premissas que privilegiavam a manutenção da condição de desigualdade.

Um ponto de vista equivocado é o que defende que o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos [...] deve ser gerado ou estimulado pela difusão do capital, instituições, valores, etc., provenientes das metrópoles capitalistas [...]. A perspectiva histórica baseada na experiência passada dos países subdesenvolvidos sugere o contrário, nos países subdesenvolvidos o desenvolvimento econômico somente pode ocorrer de forma independente dessas relações de difusão. (FRANK, 1966, p. 18)

Frank (1966) denunciou, ainda, outro equívoco: a crença numa sociedade dual, ou seja, na divisão dos países subdesenvolvidos em áreas que, em contato com as formas capitalistas dominantes, tornaram-se progressistas e áreas que se mantiveram isoladas e atrasadas. Para o autor, a expansão capitalista foi eficaz em pulverizar-se, até mesmo, nas áreas mais isoladas do mundo subdesenvolvido, penetrando na estrutura dos países periféricos, inicialmente, na forma de enclaves.

[...] essas relações metrópole-satélite não se limitaram ao nível imperial ou internacional, mas penetraram a estrutura das colônias e países latino-americanos. Assim como se tornou o capital colonial e nacional – e seu setor exportador – satélite da metrópole [...] do sistema econômico mundial, esse satélite se tornou uma metrópole colonial e depois nacional em relação aos setores produtivos e à população do interior. Na estrutura metrópole/satélite, cada metrópole [...] serve como instrumento para sugar capital ou excedente econômico de seus satélites. (FRANK, 1966, p. 20)

Assim, o processo de desenvolvimento capitalista se caracterizaria pela manutenção de relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, nos vários níveis, onde os países e regiões qualificadas como subdesenvolvidas não são mais do que seu produto histórico. Mais, as práticas desenvolvimentistas recomendadas pelas teorias econômicas tradicionais, para Frank, “[...] servem somente para intensificar e perpetuar as muitas condições de subdesenvolvimento (1966, p. 19).

Frank (1966), ao analisar a situação de países latino-americanos – como Chile, Brasil e Argentina –, lançou novas luzes sobre o problema das áreas subdesenvolvidas, com vista à construção de melhores perspectivas para a formulação de teorias e políticas ligadas ao desenvolvimento. Nesse sentido, o autor formulou cinco hipóteses que almejavam entender como a estrutura metrópoles-satélites construiu as condições para o desenvolvimento das metrópoles e para o subdesenvolvimento dos satélites. São elas: a) o desenvolvimento de metrópoles era limitado pelo *status* de seus satélites; b) os satélites alcançaram seu mais alto grau de desenvolvimento econômico e, especialmente, seus mais clássicos momentos de desenvolvimento industrial capitalista, quando seus laços com as metrópoles eram fracos; c) as regiões consideradas como mais atrasadas seriam aquelas que possuíam laços mais próximos com as metrópoles, no passado; d) o latifúndio era resultado típico de um empreendimento comercial criado com a finalidade de responder ao crescimento da demanda mundial ou de mercados nacionais; pela expansão do valor de suas terras, capital e trabalho,

assim como para estoque de produtos; e) o latifúndio com base na subsistência e/ou semi-feudal era decorrência do declínio na demanda de seus produtos ou de sua capacidade produtiva.

Em sua atividade discursiva, Frank (1966) produziu uma narrativa histórica – desenvolvimento do subdesenvolvimento – que entrou em choque com a lógica advinda dos países desenvolvidos, ao defender que o processo de desenvolvimento como proposto pela perspectiva dominante se caracterizaria pela criação de mecanismos relacionais que manteriam os países subdesenvolvidos subordinados aos países desenvolvidos e mais, que essa subordinação era essencial para o desenvolvimento dos países metropolitanos.

O autor assumiu posição de defesa da alteração da forma como o processo de desenvolvimento vinha sendo percebido nos países subdesenvolvidos: movimento de aproximação ao modelo das metrópoles para participar no sistema mundial como satélite expropriado e necessário para manter os privilégios existentes nas metrópoles. No circuito da conectividade, o autor posicionou os diversos países como metrópoles expropriativas ou satélites expropriados e transformou o desenvolvimento, sob premissas globais, em relação de apropriação/expropriação.

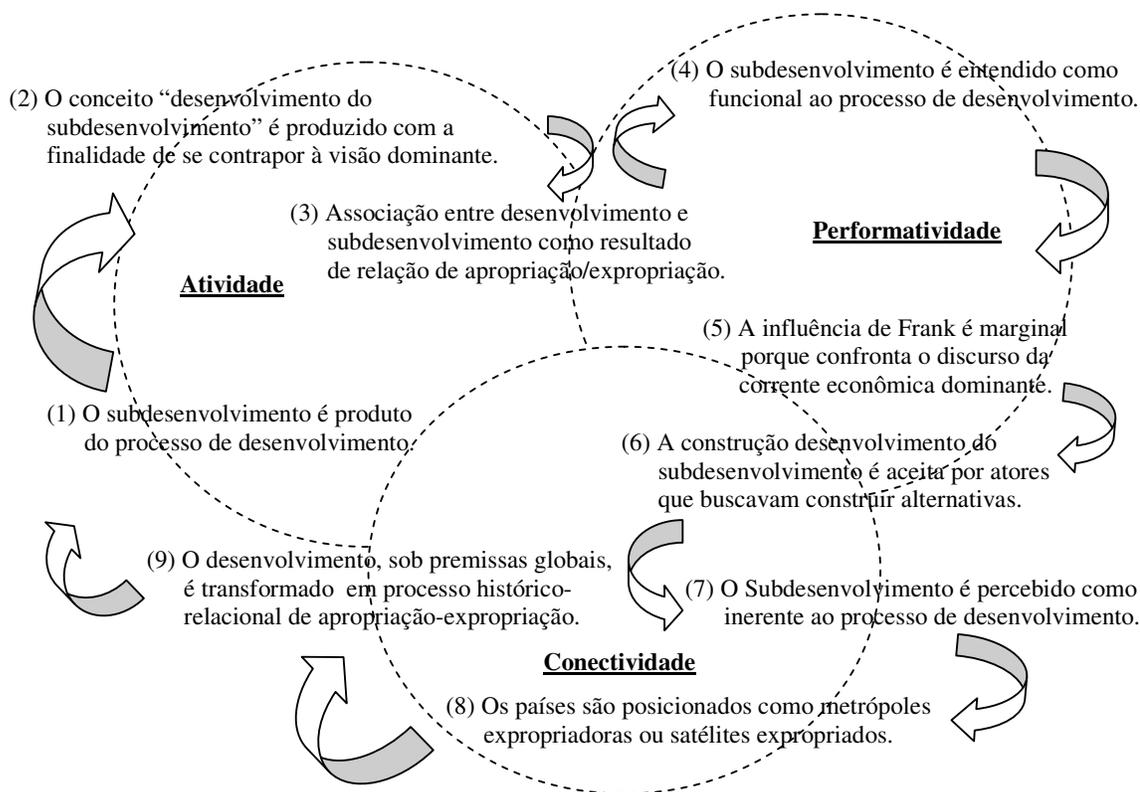


Figura 16 – O discurso do desenvolvimento do subdesenvolvimento

4.3.2 A Influência de Paul Baran para uma Econômica Política do Desenvolvimento

Em paralelo, no mesmo tempo que os trabalhos de Rosenstein-Rodan (1943) e Prebisch (1949), uma terceira vertente ligada aos estudos sobre desenvolvimento merece destaque pela influência que veio a exercer: a produção de Paul Baran. Esse autor, nascido em 1910 na Rússia, ganhou relevância no campo do discurso do desenvolvimento através da construção teórica que focava na importância dos aspectos políticos (MONTHLY REVIEW, 2008).

Cabe salientar que essa ênfase foi criticada por Agarwala e Singh, em 1959²⁰, na introdução de uma compilação de alguns dos mais valorizados discursos sobre desenvolvimento, ao dividirem as visões até então existentes em duas categorias: econômica e política. Essa classificação qualificou as teorias políticas como pouco científicas, imaturas e de interesse secundário²¹.

A partir de uma base referencial marxista, Baran (1964) focou sua análise na apropriação internacional dos excedentes gerados nos países subdesenvolvidos pelos monopólios produtivos e comerciais controlados nos/pelos países desenvolvidos. Defendeu a tese de que, apesar dos ciclos de avanço e retrocessos característicos do capitalismo, o modo de produção e a ordem social e política daí decorrentes foram propulsores de melhorias ligadas à produtividade e ao bem-estar material, quando correlacionado às formas feudais. Progresso, entretanto, que foi desproporcional em termos espaciais, pois predominou em alguns países da Europa e da América do Norte, relegando ao subdesenvolvimento o resto do planeta.

Em contraposição ao investimento privado ligado ao crescimento técnico dos países líderes do capitalismo, os países subdesenvolvidos teriam se constituído historicamente como mercados receptores de bens manufaturados que extraem recursos internos na forma de excedentes de capital. Baran (1964) definiu excedente dividindo-o em excedente econômico

²⁰ Nessa tese é utilizada a versão traduzida para português, com edição de 1969.

²¹ O problema do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos despertou a atenção geral principalmente a partir do final da Segunda Guerra. Este é, na verdade, um ponto de partida tardio, mas que foi marcado por uma grande atividade intelectual e por um acentuado entusiasmo acadêmico. Nos últimos anos a nova literatura sobre o assunto adquiriu proporções enormes e grande parcela dela não é facilmente acessível. Ainda que boa parte dessa literatura represente autêntico avanço do conhecimento, uma outra parte tem somente um interesse secundário, sendo por seu caráter orientado pela política, baseadas em conceitos nem sempre cuidadosamente definidos, carecendo, em geral, de análise científica e de tratamento maduro. (AGARWALA e SINGH, 1969, p. 9)

real, potencial e planejado. O excedente real seria a soma de todos os recursos econômicos disponíveis, do qual ao deduzir o consumo, restaria o excedente potencial. Esse último estaria, então, virtualmente disponível para ser investido. O excedente planejado só seria possível em uma sociedade socialista que eliminasse o lucro como fator de organização social. Assim, nas sociedades capitalistas os recursos seriam divididos entre aqueles destinados ao consumo e aqueles destinados à poupança e/ou investimento, esses últimos correspondendo ao excedente de capital. Nos países subdesenvolvidos o excedente de capital seria remetido para o exterior e o sistema produtivo e comercial seria organizado nos moldes dos países centrais.

Esses investimentos se vinculariam à montagem de um aparato produtivo e de serviços exportador, precariamente articulado ao mercado interno. Eles constituiriam um aporte inicial, que em grande parte é desembolsado para a compra de ativos nacionais – como as jazidas minerais –, mas se descontinuariam, mantendo-se por meio do reinvestimento dos lucros gerados internamente. A precária vinculação à economia nacional conduz a excessos de importações que se acentuam com a manipulação de preços praticada na relação entre matrizes e filiais. O apoio financeiro surge como mais uma fonte de descapitalização. (MARTINS, 2006, p. 177)

Para agravar essa situação, o excedente que permanecia no país se concentrava na pequena parcela detentora dos bens de produção, em detrimento da massa populacional que viveria à beira da miséria material e simbólica.

Se o capitalismo ocidental falhou em dar melhores condições materiais de vida aos habitantes dos países atrasados, gerou, em contrapartida, uma situação que afetou profundamente as condições políticas e sociais dessas áreas. Introduziu com espantosa rapidez todas as tensões econômico-sociais inerentes à ordem capitalista (...). Substituiu as relações paternalistas, existentes há séculos por relações contratuais de mercado. Reorientou as economias, parcial ou totalmente auto-suficientes dos países agrícolas, para a produção de bens vendáveis em mercado. Atrelou sua sorte econômica às incertezas do mercado mundial, ligou-as ao comportamento febril dos preços do mercado internacional. (BARAN, 1964, p. 83)

Nesse sentido, a garantia de condições mínimas de vida aos camponeses, que prevalecia sob o regime feudal, deixou de existir na transição para o capitalismo. A lógica que dali emergiu trouxe consigo a valorização da tecnologia como fator de efficientização da produção em detrimento da mão-de-obra, principalmente, nos países atrasados, em razão da pouca qualificação. Assim, a “[...] bonança supostamente representada pelo capitalismo, e a prosperidade da civilização industrial moderna, ficavam como que dispostas na vitrina, longe do alcance e protegidas do homem faminto das ruas” (BARAN, 1964, p. 85).

Se, por um lado, as conseqüências sociais do capitalismo se mostravam com intensidade crescente; por outro, a crença de que o sistema capitalista poderia formular suas próprias soluções ganhava voz através do discurso de jovens burgueses que, insatisfeitos com a estagnação experimentada, adotavam como modelos os padrões de produção e consumo vigentes nos países desenvolvidos, em um processo que adicionava à dependência econômica dos países subdesenvolvidos, dependência em termos ideológicos, culturais, sociais e comportamentais. Esses padrões alienígenas imputavam, então, formas de produção e consumo que não favoreciam o crescimento interno, mas intensificavam a relação desenvolvimento-subdesenvolvimento ao reduzir a margem de manobra para a construção de identidades sociais próprias nos países definidos como atrasados.

Baran (1964), apesar de sua percepção em relação ao processo social então vigente, defendeu uma lógica de desenvolvimento nos mesmos padrões delineados pelos países de economia avançada, principalmente ações iniciais voltadas ao fomento de empresas privadas com base em incentivos governamentais ligados à infra-estrutura, que incluíam meios de transporte, recursos energéticos e formação de mão-de-obra, entre outros. Ou seja, em suas formulações também se encontrava uma preocupação com o progresso nacional.

É importante destacar, entretanto, que o autor sugeriu como formas de estímulo à poupança interna, além da tradicional injeção de recursos externos, a contenção do consumo supérfluo através de um sistema tributário progressivo que absorvesse o poder de compra das classes mais abastadas, invertendo, assim, a lógica que buscava a contenção do consumo prioritariamente nas classes menos favorecidas. Na efetivação dessa última proposta, para Baran (1964, p. 95), residia um dos principais dificultadores do processo de crescimento dos países subdesenvolvidos.

O fato crucial que torna ilusória a realização de um programa de desenvolvimento reside na estrutura político-social dos governos no poder. Não se pode esperar que a aliança das classes proprietárias, que controla os destinos da maioria dos países subdesenvolvidos, planeje e execute uma série de medidas que vão de encontro a seus interesses mais imediatos.

Situação que ganha novos vetores de força, no momento que o autor discutiu a influência e interferência provocada pela articulação dos governos locais com as classes dominantes dos países de economia considerada avançada. Essas últimas, em busca do estreitamento das relações comerciais promoveriam ações que visavam auxiliar na

estabilização política e econômica dos países periféricos, sob determinadas condicionantes que manteriam os privilégios comerciais construídos ao longo do tempo.

Entretanto, para Baran (1964, p. 98), o processo de desenvolvimento que levaria à melhoria das condições de vida da população em geral poderia ser postergado, mas não suprimido.

Se a perspectiva capitalista mundial de progresso econômico-social, propalada pelo individualismo esclarecido, provar sua impossibilidade de vencer o conservadorismo das posições herdadas e privilégios tradicionais; se a promessa capitalista de progresso e recompensa aos seus membros mais eficientes, trabalhadores e industriais não suplantar a garantia feudal de segurança e poder aos bem-nascidos, bem-relacionados e acomodados, um novo *ethos* social se tornará o espírito e guia de uma nova era. Será o *ethos* do esforço coletivo, o credo do predomínio dos interesses da sociedade contra os interesses de uns poucos privilegiados.

Assim, da eficácia das estratégias capitalistas para atender as demandas sociais mínimas dependeria o sucesso e, conseqüentemente, a manutenção da hegemonia econômica do capitalismo.

Baran (1964), ao focar questões sócio-políticas ligadas ao capitalismo, se contrapôs à lógica econômica predominante e provocou a emergência de práticas discursivas críticas em relação ao desenvolvimento enfatizando a exploração sofrida pelos países subdesenvolvidos como meio para manter os privilégios dos países desenvolvidos. Entretanto, essa atividade discursiva se associava com as principais teses ligadas ao desenvolvimento ao manter a estratégia de ampliação dos mercados via industrialização, porém, sob controle estatal.

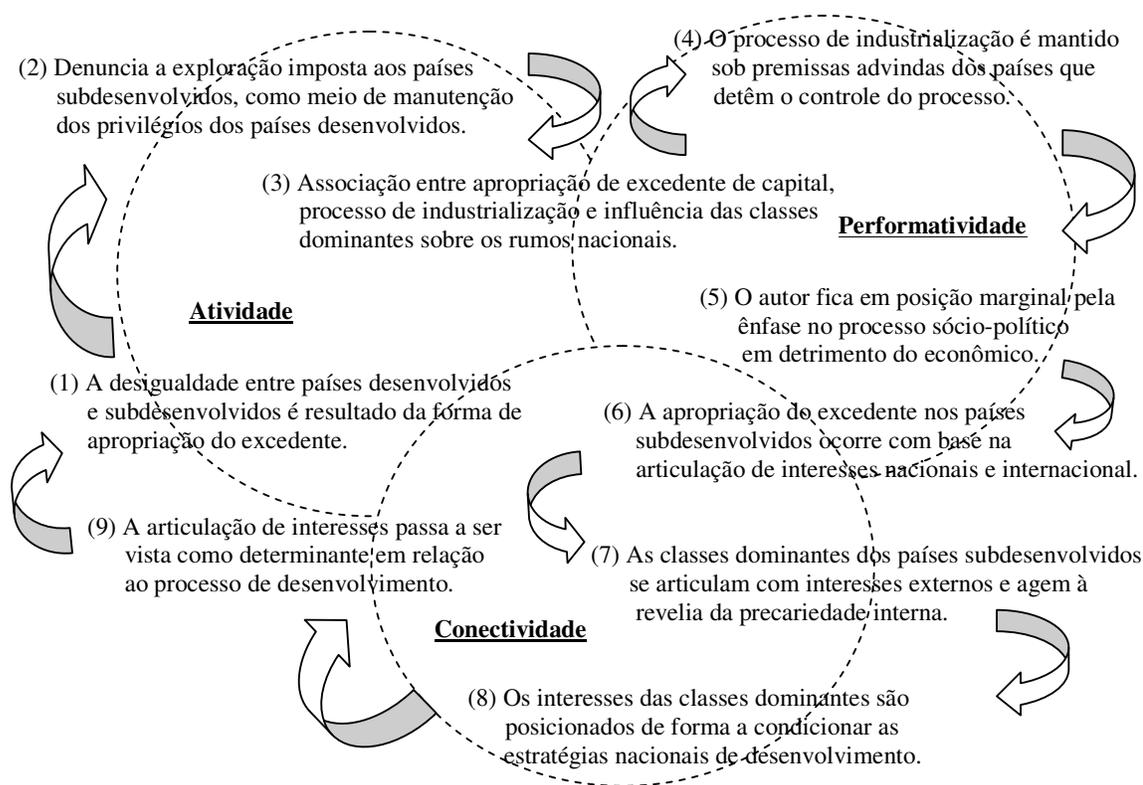


Figura 17 – O discurso da economia política do desenvolvimento de Paul Baran

Baran (1964) forneceu elementos que estiveram na base de ações discursivas que variaram da articulação entre dependência e desenvolvimento (CARDOSO e FALETTO, 1969); à que via no desenvolvimento, sob premissas mundiais, uma relação a ser superada para que os países subdesenvolvidos pudessem trilhar caminhos próprios (FRANK, 1966). Entretanto, foram autores como Samir Amin, na África, e Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, na América Latina, que tiveram suas leituras sobre o processo de desenvolvimento mais fortemente influenciadas pela releitura de Paul Baran sobre o imperialismo como forma de organização do sistema econômico mundial (NAHÓN, ENRÍQUEZ e SCHORR, 2006).

Samir Amin, como será visto a seguir, focou seus esforços teóricos na análise das formas pelas quais a desigualdade emerge com base nas diferentes produtividades nacionais. O autor atribuiu ao contraste entre a ampla mobilidade internacional de capitais e os limites impostos à livre circulação da mão-de-obra as bases sobre as quais se assentam relações onde uma menor quantidade de trabalho de uma economia nacional é permutada por uma quantidade superior de outra economia, em mesma escala.

4.3.3 Samir Amin e a Problematização das Trocas Desiguais

Amin (1976), ao problematizar o sistema de troca entre nações, argumentou que a teoria das vantagens comparativas provocava uma leitura estática sobre a relação entre dois parceiros. O autor salientou que somente “[...] ‘dinamizando’ a análise ricardiana é que a vantagem imediata proveniente da especialização orientará o desenvolvimento comparativo nos parceiros de tal maneira que aquele que aceita especializar-se nos ramos menos dinâmicos perderá a longo prazo” (AMIN, 1976, p. 114).

Com base nessa teoria objetiva do valor, a ênfase sobre a qual repousaria toda comparação possível entre as produtividades recai sobre o valor social do trabalho. Por conseqüência, é na diferença entre os níveis de desenvolvimento das forças produtivas que se tornaria possível entender a desigualdade necessária às trocas entre parceiros comerciais, no sistema capitalista. Já que, para Amin (1976, p. 116):

Se o capital é móvel e na hipótese de salários idênticos (iguais ao nível de subsistência), a troca só existe se as produtividades forem diferentes. Isso pode ocorrer devido a possibilidades “naturais” diferentes [...], seja por composições orgânicas diferentes, que traduzem o desigual grau de desenvolvimento do capitalismo. Mas, nestes casos, os salários não são iguais, porque “a força de trabalho guarda do ponto de vista do valor um elemento moral e histórico”.

Neste ponto, Amin (1976) ressaltou uma nova divergência em relação à teoria das vantagens comparativas: a idêntica mobilidade entre os fatores trabalho e capital levaria ao desaparecimento do comércio, pois a especialização seria um ótimo relativo que é contraposto por um ótimo absoluto no qual os capitalistas se deslocariam para as regiões que oferecem melhores condições com seus capitais.

Assim, a desigualdade das trocas, em escala mundial, traduz a desigualdade das produtividades entre nações. Sob esta lógica a integração do mercado provoca um duplo processo em relação a um mesmo produto disponibilizado por duas ou mais nações: a unificação do preço final pelo valor mais baixo e a desvalorização do trabalho ou a redução do lucro nos países com menores níveis de eficiência produtiva, com vista à manutenção da competitividade. A baixa mobilidade internacional da mão-de-obra se traduz, ainda, na possibilidade de diferenciar os níveis salariais entre nações – que é independente de diferenças em relação ao aperfeiçoamento da produção, apesar de poder a ela se associar com vista à intensificação do lucro ou redução do preço.

Amin (1976), ao associar os fatores acima, defendeu que nos países periféricos ocorria a utilização de alta tecnologia, sob controle dos países centrais, de forma a assemelhar os padrões produtivos e, em contrapartida, redução da remuneração do trabalho em comparação com os salários pagos nos países centrais. Assim, a “[...] questão reside na troca de uma menor quantidade de trabalho de um sistema econômico ou de um país contra uma quantidade superior de trabalho de um sistema econômico de outro país. A troca desigual torna-se, desde então, possível” (AMIN, 1976, p. 123).

Esta desigualdade que possuiria seu suporte na organização produtiva imposta à mão-de-obra pelo capital acumulado nos países dominantes e se objetivaria, na periferia, em especialização naquelas atividades que criam excedente permanente e crescente de mão-de-obra em relação à demanda.

Nesse ponto, é necessário destacar a ênfase de Amin (1976, p. 122) ao defender que a “[...] teoria das relações entre formações sociais diferentes não pode ser economicista, as correspondentes relações internacionais, que se situam precisamente neste quadro, não podem dar lugar a uma ‘teoria econômica’”. Por conseqüência, a desigualdade em relação à remuneração da mão-de-obra seria definida pela construção de formas específicas de especialização do trabalho e de sistema de preços internacionais que as perpetuam como resultado de determinada conformação histórica e inserção posicional das diversas nações na economia mundial.

Amin (1976) qualificou o período histórico entre as últimas décadas do século XIX e início do século XX como marco delimitador da emergência do capitalismo tornado sistema mundial. Desde então se poderia falar de especialização internacional, ou seja, em troca de produtos “[...] em que o valor é conhecido” (p. 132). Naquele período, em uma relação inversa, enquanto as trocas entre países centrais cresciam, decresciam entre países centrais e periféricos; assim como esses últimos se especializavam na exportação de produtos de base para um número reduzido de clientes.

É preciso, todavia, evitar algumas simplificações abusivas. Em primeiro lugar, os países subdesenvolvidos não têm o monopólio das exportações dos ‘produtos de base’ (primários: agrícolas e minerais). Existem países ricos exportadores de produtos de base [...], existem produtos primários cujo comércio provém principalmente de países desenvolvidos. (AMIN, 1976, p. 133)

Para o autor, a princípio, as exportações dos países subdesenvolvidos tinham por base produtos agrícolas exóticos e, as importações, manufaturas de uso corrente. É com a

evolução produtiva nos países desenvolvidos que os produtos agrícolas e, posteriormente, os manufaturados começaram a fazer parte da pauta exportadora dos países subdesenvolvidos. Entretanto, o que importa salientar é que o essencial do comércio dos países desenvolvidos era feito entre eles, destinando aos países da periferia as atividades complementares. Já, nesses últimos o processo é oposto, a economia nacional é cada vez mais dependente das relações de troca com os países centrais.

No que tange ao contraste entre os processos dos países centrais e periféricos é relevante destacar a observação de Amin (1976), segundo a qual havia nos países desenvolvidos uma correlação negativa entre o tamanho econômico do País e a relação das exportações com o produto, ou seja, percebia-se uma tendência a um crescimento autocentrado.

Se, no período entre 1800 e 1880, o crescimento se traduziu em desvalorização relativa das manufaturas em relação aos produtos primários; no período seguinte houve uma inversão, ou seja, os produtos primários passaram a sofrer deterioração em seu valor relativo. Se, no primeiro caso, havia um favorecimento dos países exportadores de matérias-primas, no segundo, os países desenvolvidos passaram a ser claramente beneficiados nas relações de troca. Essa predominância dos países desenvolvidos em relação às vantagens auferidas nas relações de troca, desde o final do século XIX não sofreu mais alterações, apenas iria gradativamente aprofundar as diferenças, como já havia sido apontado por Prebisch (1949), no período entre 1876 e 1938.

Entretanto, para Amin (1976, p. 142):

Os benefícios do progresso técnico podem traduzir-se de duas maneiras: ou os preços baixam, permanecendo as rendas monetárias estáveis, ou bem estas rendas elevam-se, permanecendo os preços constantes. Se, nos dois países os preços baixam como consequência do progresso, as modificações nos termos de troca traduzem simplesmente a desigual rapidez desse processo. Em contrapartida, é diferente se o progresso gera num país a baixa dos preços e no outro a alta da renda sem baixa dos preços. Prebisch afirma que foi o que se passou nas relações internacionais: no mundo industrializado, os assalariados obtiveram ganhos de salários, tornados possíveis pela elevação da produtividade; nos países com predominância agrícola, o excedente constante da oferta de trabalho impediu estas rendas de participarem na prosperidade. Mas esta observação incita-nos a fazer intervir um elemento novo, aparecido em 1880 e que escapa a Prebisch: a transformação do capitalismo no centro pelo aparecimento dos monopólios, o qual torna o sistema econômico rebelde à baixa. É o que explica que ao longo de todo o século XIX o progresso técnico se tenha traduzido pela baixa dos preços e à alta mais rápida da renda (salários e lucros) os quais traduzem o progresso.

Para Amin (1976), era o monopólio que possibilitava a alta dos salários nos países centrais, uma vez que a concorrência não se baseava nos preços. O contínuo re-investimento do capital garantia os lucros crescentes e a reabsorção parcial da mão-de-obra tornada excedente em função da mecanização. Em contraponto, na periferia, os rendimentos dos proprietários fundiários eram gastos, em grande parte, na compra de produtos importados ostentatórios que, gradativamente, provocaram a ruína dos produtores artesanais sem contrapartida em outro segmento produtivo local, resultando em aumento do excedente de mão-de-obra.

Nesse contexto, para Amin (1976), o direcionamento de parte do capital dos países centrais para a periferia deveria ser explicado com base na tendência ao aumento das esferas absoluta e relativa do comércio, como meio de garantir lucros crescentes. A necessidade de aplicação do excedente de capital que teria fornecido as bases para a construção de um mercado local e nacional, ao atingir seus limites ou visualizar condições de ampliar os lucros em ambientes externos, almejava realização em âmbito mundial.

Amin (1976) salientou, ainda, a contradição permanente entre uma produção capitalista sempre crescente e a capacidade de consumo como fator básico que levaria à contínua busca por aumento do mercado.

Mas esta contradição sempre superada é também crescente. Manifesta-se assim por um excedente crescente de capitais, ao mesmo tempo em que o controle destes capitais se concentra e que o mercado capitalista se estende ao mundo inteiro. A exportação de capitais em grande escala a partir dum determinado momento desse desenvolvimento é pois inelutável. (AMIN, 1976, p. 146)

Segundo o autor, foi a partir de 1880 que a tendência à ampliação dos mercados passou a ser objetivada por meio da exportação de capitais, que não se contrapôs à exportação de manufaturas, mas viabilizou seu financiamento. Se o aumento regular do consumo exigia aplicação de recursos que os países parceiros não possuíam, o capital necessário foi disponibilizado por meio de financiamentos externos.

Cabe destacar, entretanto, que o capital investido pelos países centrais possuiria funções diferentes quando direcionado a outros países centrais ou aos países periféricos. No primeiro caso, para proteção de privilégios e de mercados preferenciais e, principalmente, para a criação de superioridade tecnológica; no segundo, à procura de matéria-prima e mão-de-obra remunerada em níveis mais baixos (AMIN, 1976).

Foi somente quando as possibilidades do crescimento capitalista chegaram a um ponto crítico nos países europeus e na América do Norte que foi iniciada uma nova expansão geográfica na qual se constituiu a periferia que, à sombra dos padrões coloniais, colocou em contato formações sociais diferentes, caracterizadas como capitalismo central e capitalismo periférico (AMIN, 1976).

Por isso, para Amin (1976), as várias etapas do desenvolvimento do sistema capitalista mundial foram caracterizadas por relações comerciais e financeiras do centro com a periferia com a mesma dupla função: facilitar a ampliação do mercado com vista à absorção de excedente e elevar a taxa média de lucro.

A partir de 1880, os monopólios criam as condições para que, em primeiro lugar, a progressão dos salários no centro possa seguir a da produtividade, de acordo com as exigências da acumulação autocentrada, dado que a concorrência não se opera mais através dos preços, e que, em segundo lugar, seja possível a exportação de capitais para a periferia em grande escala. A primeira dessas transformações reduz o papel da periferia no mecanismo de absorção. Mas, ao mesmo tempo, reforça sua segunda função: reelevar o nível da taxa de lucro que tende a baixar mais depressa no centro. Isso torna-se possível graças à exportação de capitais que permite a instalação de uma produção moderna na periferia, beneficiando-se contudo de salários baixos. É então que aparece a troca desigual. (AMIN, 1976, p. 158)

Esse processo, para Amin (1976), ganhou novas variáveis através da concretização de três modificações estruturais no sistema capitalista, no período do pós-guerra: i) constituição de empresas transnacionais de grande porte que operam em escala mundial, com divisão de atividades entre estabelecimentos coordenados; ii) afirmação definitiva de uma revolução tecnológica que remete à ênfase produtiva para atividades altamente qualificadas; e iii) concentração do conhecimento tecnológico nas empresas transnacionais de grande porte.

A mudança mais significativa que ocorreu naquele momento foi a perda de importância relativa do capital físico em relação ao conhecimento técnico, no que tange à capacidade de proporcionar lucro. Essa capacidade permitiria a construção de uma nova forma de especialização internacional, na qual as atividades tecnologicamente mais avançadas ficaram concentradas nos países centrais e as atividades industriais clássicas foram redirecionadas para os países do terceiro mundo.

Esse processo ao caracterizar-se, também, para Amin (1976, p. 160), como

[...] ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’ [que] traduz-se por um agravamento das contradições internas próprias às formações periféricas: um distanciamento crescente nas produtividades setoriais no interior das economias periféricas que

importa levar em conta quando se analisa as formações sociais do subdesenvolvimento.

A ação discursiva de Samir Amin problematizou as diferenças entre os níveis de desenvolvimento da força produtiva – definidas com base nas diversas formações sociais em escala nacional – como fator-chave para que se pudesse entender a desigualdade nas trocas internacionais, mantida por estratégias político-econômicas que atribuíam alta mobilidade internacional ao capital e, em contraponto, baixa mobilidade à mão-de-obra.

No circuito da performatividade, o autor, ao associar subdesenvolvimento a um processo de formação social com ênfase histórico-relacional, atribuiu aos países periféricos papéis complementares no sistema capitalista em escala mundial, assim como condicionou sua participação à necessidade de ampliação dos lucros derivados dos investimentos de capital originados no centro.

Já, no circuito da conectividade, os países periféricos assumiram posição subordinada no sistema capitalista mundial, já que a ênfase político-econômica privilegiava a expansão da acumulação no centro, sob premissas que delegam aos países periféricos atividades complementares, sob controle tecnológico do centro e, principalmente, com baixa remuneração da mão-de-obra.

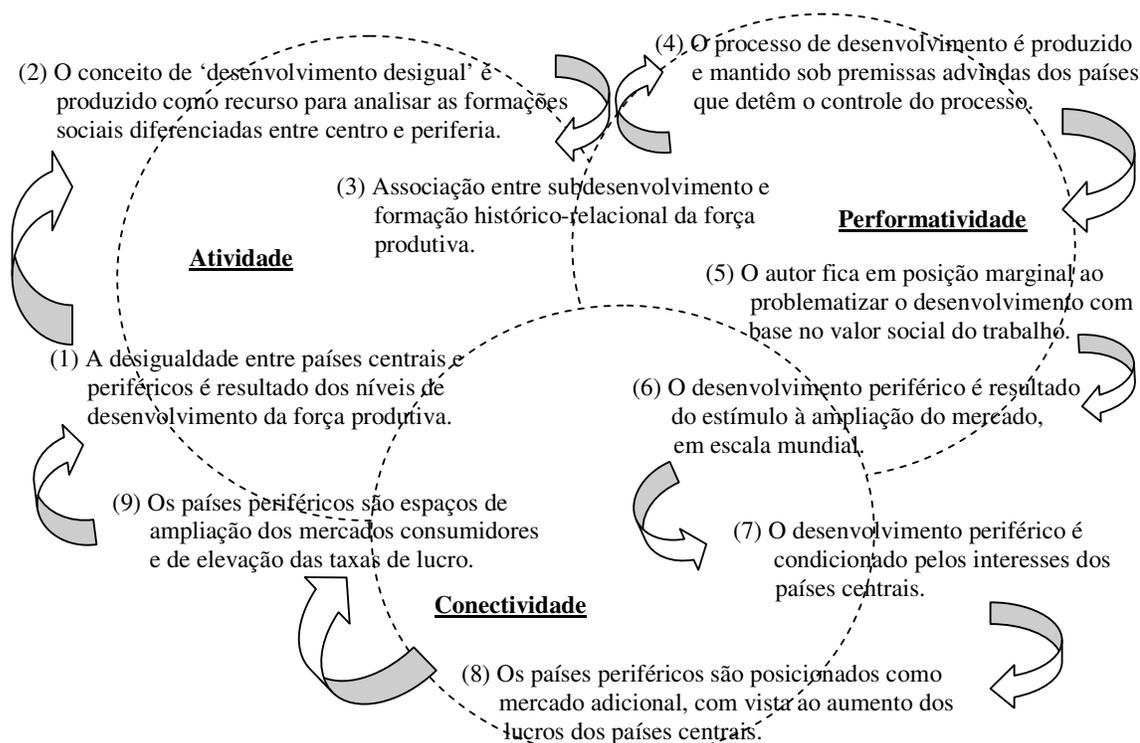


Figura 18 – O discurso das trocas desiguais como produtoras de desenvolvimento desigual

Samir Amin analisou, sob influência do marxismo, o processo de desenvolvimento dos países periféricos a partir da realidade experimentada nos países da África. Sob os mesmos pressupostos e de forma articulada podem ser salientadas as ações discursivas Latino-Americanas de Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos como produções que constituíram, de modo articulado, uma Teoria Marxista da Dependência.

4.3.4 A Teoria Marxista da Dependência

Para Dos Santos (2007, p. 2) o objeto de estudo da economia, na teoria marxista, se relacionaria com a análise da teoria do valor de forma articulada com o processo de trabalho em um sistema social dado, ou seja, “[...] às classes sociais, às formações sociais e, de maneira mais geral, a certos modos de produção que articulam as relações econômicas, sociais, políticas e ideológicas”. A especificidade de uma dessas esferas somente existe como resultado de um momento assumido pelo todo em um contexto histórico singular.

Dos Santos (2007), ao direcionar seus esforços para uma análise de base marxista, afirmou ser necessária uma revisão em relação às categorias definidas por Marx, assim como a incorporação de novas categorias, entre elas: monopólio, centralização de capital, internacionalização da produção, circulação capitalista, corporações internacionais e até globais, intervenção do Estado no funcionamento da economia, e de comércio internacional. Para o autor é, principalmente, sob influência do comércio internacional que o referencial marxista deve ser revisado; já que o próprio Marx, apesar de ter se proposto a escrever um volume sobre essa última temática, não teria tido tempo. Salientou, ainda, que o foco no comércio internacional provoca uma revisão de vários conceitos anteriormente elaborados por Marx (DOS SANTOS, 2007).

Dos Santos (1978, p. 39) defendeu, ainda, o “[...] caráter de classes das relações econômicas internacionais, para situar nelas o processo de integração monopólica mundial”. Para o autor o sistema econômico mundial se caracteriza pelo conflito, muitas vezes contraditório, entre dois blocos historicamente constituídos.

Em primeiro lugar, o conflito não é essencialmente um conflito entre dois blocos nacionais, senão entre duas classes sociais com base internacional e entre dois modos de produção distintos que elas representam.

Em segundo lugar, esse é um conflito com caráter antagônico, pois se trata de modos de produção com vocação universal cuja existência é historicamente limitada.

Em terceiro lugar, na luta entre esses dois modos de produção (que se expressa em conflito entre classes, nações e grupos sociais concretos) um deles está na defensiva, perdendo posição desde 1917.

Em quarto lugar, as formas históricas concretas que assumiram esses modos de produção são muito diversificadas. Não se exclui, por tanto, a possibilidade de que produzam graves conflitos entre unidades nacionais nas quais domina o mesmo modo de produção. (DOS SANTOS, 1978, p. 39-40)

É nesse contexto que as construções discursivas de Ruy Mauro Marini e do próprio Theotônio dos Santos se efetivaram, como será examinado na seqüência.

4.3.4.1 A dialética da dependência

Para Ruy Mauro Marini (1991), o desenvolvimento das relações capitalistas na América Latina provocou a experiência de uma realidade que não poderia ser assemelhada a etapas anteriores do processo vivenciado pelos países definidos como desenvolvidos, dadas as condições conjunturais, seja em escala nacional ou internacional. O processo desenvolvimentista vivido na América Latina foi, para Marini (1978), resultado da aplicação de determinados conhecimentos, de uma forma particular definida pelas condições de sua gestação e adequação a esse espaço singular.

O autor argumentou que a América Latina se desenvolveu em estreita articulação com a dinâmica do capital internacional. A dita descoberta da América fez parte de um processo de conquista de territórios geográficos que eram fonte de recursos naturais a serem explorados de forma mercantil (MARINI, 1991). A América Latina foi, portanto, fonte de insumos facilitadores das expansões comercial e bancária, assim como da criação das manufaturas e das grandes indústrias nos países metropolitanos.

A revolução industrial ocorrida na Inglaterra se relacionou à independência política de várias nações Latino-Americanas, no século XIX, ao possibilitar a desvinculação formal com os países da península ibérica e o início da gravitação em torno da primeira potência industrial européia. Os países Latino-Americanos, em termos de fluxos de mercadorias e de capitais, passaram a se articular de forma direta com a metrópole inglesa, muitas vezes, ignorando os países vizinhos. As trocas eram, preferencialmente, de produtos primários dos satélites por produtos industrializados e empréstimos da metrópole (MARINI, 1991).

Sob as bases deste processo se configurou a estrutura que definiria a divisão internacional do trabalho e que condicionaria o desenvolvimento posterior da região, ou seja, foi a partir desse processo que a dependência dos satélites globais se definiu

[...] como relação de subordinação entre nações formalmente independentes, nas quais as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência não pode ser outro, senão mais dependência, e sua eliminação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ali têm origem. (MARINI, 1991, s/p.)

Apesar da concordância com a tese de Frank (1966), sobre o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, Marini (1991) considerou que Frank se equivocou ao tornar sinônimos, em termos relacionais, os processos colonial e industrial. Mesmo que o processo de dependência seja contínuo ao processo colonial, não foram processos homogêneos, portanto, produziram resultados e realidades heterogêneas.

No que se refere ao processo de dependência, foi somente com o surgimento da grande empresa que a divisão internacional do trabalho se estabeleceu sob bases sólidas. Por consequência, o próprio processo de industrialização teria enfrentado vários obstáculos adicionais para sua expansão caso não tivesse contado com as nações latino-americanas como fornecedoras de alimentos e matéria-prima aos países que se industrializavam.

A América Latina gradativamente ocupou um papel que transcendia a mera resposta aos requerimentos em termos de suprimentos físicos; ela facilitava a efficientização do processo de acumulação, através do aumento da capacidade produtiva do trabalho. Em contrapartida, essa modificação produtiva que auxiliou o processo de acumulação dos países industriais, deu-se, primordialmente, sob as bases de uma maior exploração da mão-de-obra. “É esse caráter contraditório da dependência Latino-Americana que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista [...]” (MARINI, 1991, s/p.).

Nesse sentido, a

[...] inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigências dos países industriais, em acordo com a produção de mais-valia. Essa é entendida como uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta da desvalorização real da força de trabalho (MARINI, 1991, s/p).

É necessário destacar que, para Marini (1991), o acréscimo na taxa de mais valia era definido pela relação entre o tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário,

ou seja, seria o aumento do trabalho excedente em relação ao trabalho necessário que forneceria as condições para o incremento da taxa de mais-valia. Nas palavras de Marini (1991, s/p): a “[...] mais-valia relativa está ligada, indissolavelmente, com a desvalorização dos bens-salário, para o que contribui em geral, mas não necessariamente, a produção do trabalho”.

Isso ocorre em razão de que o aumento da produção via conhecimento, habilidade e/ou tecnologia, ampliaria a margem de lucro até o ponto em que tais diferenciais se pulverizassem entre os concorrentes de forma a provocar a redução dos preços unitários, o que remeteria/retornaria a possibilidade de manutenção ou incremento das taxas de lucro para o aumento da exploração do trabalho (MARINI, 1978 e 1991).

Esse processo, para Marini (1978 e 1991), foi reforçado pela oferta mundial de alimentos que a América Latina ajudou a criar e que possibilitou que os países metropolitanos delegassem a outros o papel de fornecedores de suprimentos para a subsistência de suas populações, sob premissas já salientadas por Prebisch (1949) e Singer (1952), provocando a perda do valor relativo dos produtos agrícolas. Em consequência da desvalorização relativa dos suprimentos básicos foi possível a redução do “[...] valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o crescimento da produtividade se traduza em taxas de mais-valia progressivamente crescentes” (MARINI, 1978, s/p). Nesse sentido, os “[...] baixos salários que a CEPAL observava na América Latina e destacava como um problema teórico do desenvolvimento não eram fruto da falta de industrialização, mas de como a dependência tecnológica atuava para produzi-los” (MARTINS, 2006, p. 180).

Entretanto, Marini (1978 e 1991) defendia que não haviam sido os abusos econômicos das nações desenvolvidas que enfraqueceram as nações definidas como subdesenvolvidas. Ao contrário, foi a debilidade econômica dos satélites que possibilitou a sua exploração por parte das metrópoles. A disseminação das práticas desenvolvimentistas provocou o aumento da dependência de forma proporcional à evolução do desenvolvimento metropolitano, de maneira a tornar supérfluas as intervenções com base na violência militar ou política; e priorizar o aprofundamento das relações econômicas que manteriam o *status* vigente: “[...] o uso da força para submeter a massa trabalhadora ao império do capital diminui à medida que entram em cena mecanismos econômicos que consagram essa subordinação” (MARINI, 1991, s/p.).

A expansão do mercado mundial é a base sobre a qual opera a divisão internacional do trabalho entre nações metropolitanas e dependentes, através da criação de uma estrutura

econômica – sobreposta às esferas política, social e cultural – que concentram o controle produtivo nos países industrializados. O suporte, nos satélites, dessa relação com as nações metropolitanas está no esforço dos países Latino-Americanos que, ao invés de buscarem a redução do desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias, tendiam a compensar a perda dos ingressos de exportação através da super-exploração do trabalho (MARINI, 1991).

[...] o problema que apresenta o intercâmbio desigual para a América Latina não é precisamente de dar suporte à transferência de valor implícita, mas, principalmente, compensar a perda de mais-valia, que, incapaz de impedir em nível de relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna. O aumento da intensidade do trabalho aparece, assim, como um aumento de mais-valia alcançado através de uma maior exploração do trabalhador e de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prorrogação da jornada de trabalho, quer dizer, do aumento da mais-valia em sua forma clássica; à diferença do primeiro, se trata aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é o que o trabalhador segue produzindo depois de ter criado um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Há que considerar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do trabalhador além de seu limite normal, pelo qual o fundo de consumo do trabalhador se converte de fato, dentro de certos limites, num fundo de acumulação de capital, implicando, assim, um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente. (MARINI, 1991, s/p.)

Marini (1991) destacou que os três mecanismos considerados acima têm em comum uma característica essencial: a negação ao trabalhador das condições necessárias à reposição da força de trabalho, seja pelo dispêndio de energia superior ao que deveria – o que provoca um esgotamento prematuro –, seja pela impossibilidade de consumir aquilo que seria necessário à conservação de sua força em estado normal. Para o autor, estas práticas de acumulação, fundadas na super-exploração do trabalho, constituíam a essência da dependência Latino-Americana. Nesse mesmo sentido, Marini (1991) salientou que, para atender as exigências de circulação das metrópoles capitalistas, com base no mercado mundial, a produção Latino-Americana operava sob o ponto de vista de uma economia dependente, ao separar dois momentos complementares do ciclo de capital – produção e consumo –, razão pela qual o potencial do mercado interno não influenciava decisivamente a forma como se organizava o sistema mundial de mercado.

Por conseqüência, em relação à forma de circulação de capital nos países dependentes, Marini (1991) argumentou que a aparente contradição entre as formas de valorização do trabalho e incorporação dos salários nas economias latino-americanas e nos países metropolitanos não se caracterizava em interpretações equivocadas de referenciais

macro-econômicos (MANTEGA, 1998) ou por ser um meio para favorecer o processo de industrialização que traria, em médio ou longo prazo, condições mais igualitárias entre os povos (LEWIS, 1953; ROSENSTEIN-RODAN, 1961), mas por estratégias ligadas ao funcionamento do sistema capitalista global, com vista à maximização de mais-valia. Esse processo ocorria, por um lado, pela importância do mercado latino-americano como fornecedor de alimentos e matéria-prima para os países metropolitanos; por outro, pela desvalorização do mercado consumidor latino-americano, que possibilitou o rebaixamento do custo de mão-de-obra a limites que, muitas vezes, ultrapassaram o mínimo necessário à subsistência como meio de reduzir os preços finais dos produtos exportados.

Esta forma de entender o contexto lançou, ainda, novas luzes à diferença entre as classes trabalhadora e burguesa nos países da América Latina: os donos dos meios de produção buscavam formas de maximizar seus lucros, tendo como resultado a alteração de sua expectativa de consumo, sem contrapartida no mercado interno. Desse modo, a dependência econômica atingia outras esferas, como a social e cultural, através da disseminação de padrões de produção e consumo que inexistiam previamente (MARINI, 1978).

Cabe destacar, ainda, o subimperialismo caracterizado como a forma que assumem as economias dependentes, com base em dois componentes básicos:

[...] por um lado, uma composição orgânica média em escala mundial dos aparatos produtivos nacionais; por outro, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que não só é acompanhada de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista senão que se mantém sob o marco da hegemonia exercida pelo imperialismo em escala internacional (MARINI, 1977, p. 17).

Marini (1977) afirmou que o subimperialismo não é resultado exclusivo de uma lógica econômica, mas da luta de classes e do projeto político em escala nacional que são condicionados pela conjuntura política e econômica mundial. Enquanto os condicionamentos políticos se objetivam em estratégias imperialistas com vista à integração hierarquizada no sistema predominante; os condicionamentos econômicos se relacionam com a expansão do capitalismo mundial.

Nesse contexto, o

[...] problema de fundo é outro: precisamente por assumir conscientemente a decisão de submeter-se à tendência integradora imposta pelos centros imperialistas, a burguesia dos países dependentes necessita concentrar e organizar suas forças para fazê-lo com proveito. Suas desvantagens frente à burguesia imperialista são

demasiado grandes para que ela queira ir diretamente à negociação, por isso opta pelo reforço do Estado nacional como instrumento de intermediação. Isso, somado ao aumento do processo de concentração e centralização de capital que se verifica nas economias dependentes [...] conduz à reprodução do fenômeno de 'aglomeração' de capital com o Estado nacional [...], envolvendo tanto o capital nacional como o externo (MARINI, 1977, p. 21).

Esse processo, ao preservar uma situação de relativa autonomia do Estado em relação aos diversos grupos capitalistas promove uma política subimperialista que confere um grau de racionalidade (ao posicionar o Estado como protagonista da organização e arbitragem da vida econômica) capaz de conferir estabilidade à implementação dos projetos capitalistas. A partir dessas premissas, o subimperialismo “[...] além de ser uma categoria analítica “[...] é um fenômeno histórico e, assim, seu estudo exige o exame cuidadoso de seu processo de desenvolvimento” (MARINI, 1977, p. 21).

Marini, ao direcionar sua atividade discursiva para a análise da formação da dinâmica político-econômica que caracterizava a América Latina, trouxe à tona uma forma de olhar que se contrapõe às vertentes que justificam o crescimento econômico sob premissas mundiais. Desvelou de forma enfática a forma como a dependência dos países satélites era legitimada pelo discurso hegemônico e, principalmente, a exploração inerente a essa dinâmica; pois é com base no suporte em termos de matéria-prima e trabalho, assim como por meio da apropriação do lucro originado nos satélites, que as metrópoles mantêm as condições econômicas e a legitimidade de suas posições.

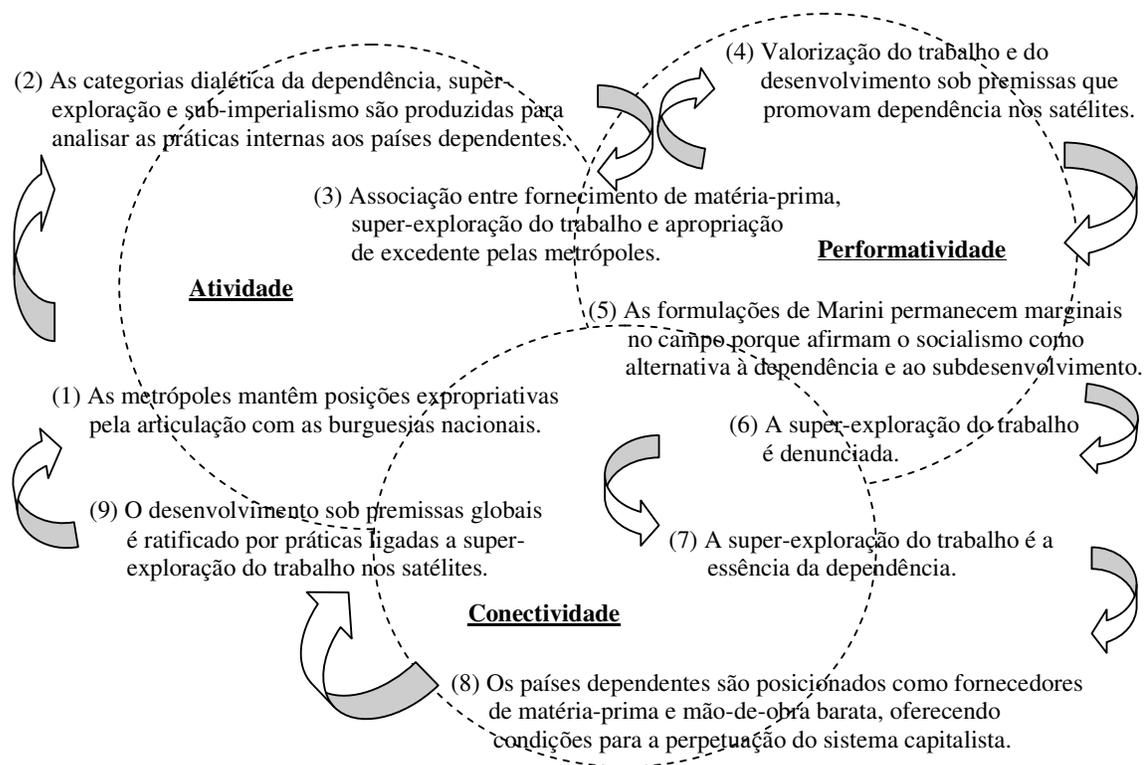


Figura 19 – O discurso da dialética da dependência

4.3.4.2 A economia mundial e a revolução científico-tecnológica

A teoria das vantagens comparativas conforme proposta por David Ricardo definiu como objeto de análise as economias nacionais, negando qualquer fenômeno que viesse a ser “[...] entendido como uma economia internacional diferente da relação entre as economias nacionais, a qual pudesse ser analisada como uma realidade em si mesma” (DOS SANTOS, 2008, p. 4).

Esse entendimento, para Dos Santos (2008), se constituía em um distanciamento da experiência histórica da humanidade. Para esse autor, foi somente através do mercantilismo ocorrido entre os séculos XV e XVII que as diversas nações encontraram as condições para se constituírem de forma vinculada ao comércio mundial.

A história nos mostra que o comércio internacional precede as modernas economias nacionais, sendo mesmo um dos seus elementos constitutivos. Não podemos falar da constituição da economia portuguesa e espanhola como economias nacionais sem o processo dos descobrimentos marítimos nos quais se fundou sua constituição. Seria mesmo absurdo pensar na sua constituição independente do comércio mundial, fruto da expansão lograda através das guerras contra os mouros

e dos descobrimentos marítimos da navegação. Portanto, o pressuposto de uma economia nacional pensada internamente e independentemente desse comércio mundial é, evidentemente, um pressuposto heróico, uma violência metodológica, que foi possível de ser aceita no século XVIII por que a Inglaterra se consolidava como economia manufatureira e industrial. E era esta consolidação de uma economia nacional que lhe permitia assumir sua posição hegemônica a nível internacional. (DOS SANTOS, 2008, p. 5)

Essa violência histórico-metodológica teria sido obscurecida na medida em que algumas economias nacionais foram adquirindo certo grau de independência diante da economia mundial. Independência, para Dos Santos (2008, p. 7), “[...] não no sentido de deixar de estar relacionado ou de deixar de ser interdependente dessa economia mundial, mas sim de ser, cada vez mais, determinadora dessa economia mundial”.

Foram os sistemas nacionais que alcançaram alto grau de produtividade, por meio da divisão do trabalho e da adoção da moderna manufatura, que construíram Estados nacionais fortes. Esses Estados, com a organização social a eles relacionada, obtiveram as condições para a imposição de uma estruturação produtiva baseada em uma divisão internacional do trabalho específica que se instalou em escala mundial. Essa escala foi [...] criada durante os descobrimentos marítimos iniciados no século XV e continuados nos séculos XVI e XVII, primeiro por Portugal e Espanha, depois pela Holanda, e depois pela própria Inglaterra (DOS SANTOS, 2008, p. 7).

Assim, essa economia mundial formatou

[...] uma divisão internacional do trabalho onde os setores mais dinâmicos da acumulação de capital se encontram no centro do sistema, enquanto os setores dependentes da demanda e do avanço tecnológico dos setores mais avançados se submetem aos seus mercados, aos seus capitais, alimentando a formação do seu excedente econômico e da sua capacidade de organizar e determinar essa economia mundial. Essa concepção afirma também o papel da economia monopólica na formação das relações econômicas em escala mundial, bem como a presença dos Estados nacionais no processo de integração dessa economia mundial, enfatizando a evolução do sistema empresarial, desde as companhias comerciais do século XVI ao XVIII até a formação dos *trusts* e cartéis do século XIX e começo do século XX. Por fim, há a formação das empresas multinacionais depois da Segunda Guerra Mundial, que evoluem para empresas transnacionais, sendo que hoje parte delas já são empresas globais. (DOS SANTOS, 2008, p. 36-37)

O sistema empresarial citado acima formaria a célula da economia mundial, operando a partir da lógica dos oligopólios e monopólios e de forma articulada aos Estados nacionais no que tange ao processo de acumulação internacional de capital. Este processo esteve na raiz da definição do conceito de imperialismo como um estágio do capitalismo mundial (DOS SANTOS, 2007).

Ao buscar as origens e as condições nas quais emergiu o modo de produção capitalista, o autor enfatizou a Revolução Industrial e a formação do proletariado moderno, ou seja, do assalariado. O trabalho assalariado, ao iniciar-se no setor industrial e se difundir, gradativamente, ao setor de serviços, transformou-se na forma fundamental de relação de produção, relação que ganha novas variáveis com a revolução científico-técnica, após as guerras, pois

[...] a relação assalariada começa a assumir uma forma nova porque ela vai se separando das atividades diretamente produtivas para converter-se num pagamento dos meios necessários para a sobrevivência dos mais distintos setores da população, dedicados uma parte a atividades diretamente produtivas, mas em sua grande maioria já separados dessas atividades. A relação salarial, então começa a entrar em crise como relação capitalista, originando-se uma nova visão do salário, cada vez mais visto como atendimento das necessidades da população e não mais como o pagamento de uma mão-de-obra utilizada pelo capital. (DOS SANTOS, 2008, p. 38)

No que tange à revolução científico-técnica, o autor defendeu que, desde 1945, a natureza das mudanças que vêm acontecendo em direção a uma civilização planetária é definida a partir do novo papel que o conhecimento científico passou a ocupar em relação à organização das atividades produtivas, ou seja, de auxiliar na produção para uma posição de condicionante de atividades cada vez mais relevante à manutenção do sistema capitalista. Assim, o “[...] conceito de revolução científico-técnica (RCT) tenta articular essas mudanças numa visão integrada” (DOS SANTOS, 1994, p. 26).

A emergência de ramos de produção dependentes do conhecimento científico provocou o surgimento e a expansão das atividades de pesquisa e desenvolvimento no interior das empresas, assim como sua associação com a atividade produtiva determinou o aparecimento de novas atividades econômicas ligadas à formação e atualização de profissionais associados à criação, aperfeiçoamento e utilização desses conhecimentos.

A atividade produtiva passou a ser cada vez mais um momento determinado de um amplo processo social de pesquisa e desenvolvimento, invenção e inovação, planejamento macro e micro-econômico, publicidade e mercados. O processo de produção, a organização do trabalho e da força de trabalho passaram a exigir amplos processos de gestão das relações sociais da educação, do treinamento, da saúde, da habitação, do lazer, da comunicação social global e específica. Em todos esses setores, a forma científica do conhecimento passou a ocupar um papel central e articulador do conjunto da vida econômica, social, política e cultural. (DOS SANTOS, 1994, p. 27-28)

Dos Santos (1994) defendeu que a revolução científico-técnica caracterizava uma nova etapa histórica do desenvolvimento das forças produtivas, com base nos seguintes movimentos: (1) substituição do trabalho diretamente produtivo e divisão natural do trabalho pelas máquinas; (2) formação de complexos produtivos nos planos internacional, transnacional e/ou planetário que concentram e centralizam a produção; (3) surgimento e crescimento do tempo de trabalho não diretamente produtivo e de tempo livre na sociedade; (4) submissão da produção ao conhecimento científico; (5) surgimento de novos ramos derivados diretamente da aplicação dos conhecimentos científicos revolucionários; (6) alteração da estrutura de empregos, com redução dos produtores diretos e ampliação dos trabalhadores na área de serviços; (7) redução da jornada de trabalho ou do número de trabalhadores no setor diretamente produtivo; (8) emergência de uma nova estrutura definidora da divisão internacional do trabalho, de forma que os países mais desenvolvidos dediquem-se às novas atividades e que os países de desenvolvimento médio assumam a produção industrial, que exige mão-de-obra com baixo custo e degrada o meio-ambiente.

É necessário retomar que no processo de integração da economia mundial, assim como de sua regionalização produtiva, os Estados nacionais permaneceriam sendo a unidade econômica, política e cultural sobre a qual se assentam os fenômenos mais gerais (DOS SANTOS, 2004). Razão pela qual, através da cessão de sua soberania geo-política, assumem posição de mediação.

As empresas multinacionais, que hoje percebem a si mesmas como transnacionais ou mesmo como globais, não poderiam operar uma economia mundial diretamente sem o financiamento e o apoio dos Estados nacionais, seja nos países de onde se expandem para o exterior, seja nos países que os hospedam. A idéia de um processo de globalização sob condição de uma nova unidade empresarial de tipo metanacional é sugestiva, mas pode conduzir a uma visão ilusória do processo de mundialização em vigor. (DOS SANTOS, 1994, p. 57-58)

Ao considerar que as bases do processo de mundialização da economia encontram-se na revolução científico-técnica, o autor atribuiu aos Estados nacionais o apoio econômico direto e necessário à expansão dos mercados, seja em áreas não diretamente rentáveis como segurança, infra-estrutura, criação de centros de pesquisa e laboratórios universitários, seja através de renúncia fiscal ligada a projetos específicos de determinada empresa.

Cabe destacar, ainda, que, sob o impacto da revolução científico-técnica, os diversos ramos do setor de serviços (principalmente, aqueles ligados ao conhecimento e comunicação) passaram a ser posicionados como centros direcionadores do conjunto das atividades

econômicas (DOS SANTOS, 2008). Sob as premissas acima, o autor salientou que, em paralelo ao conceito de economia mundial, estaria o conceito de sistema mundo como conceito que

[...] busca integrar as realidades nacionais, internacionais, transnacionais, multinacionais e globais que formam a economia mundial. A noção de sistema indica que esses distintos elementos estão integrados e são interdependentes entre si, e que a economia mundial que integra esse sistema é capaz de se auto-reproduzir tendo nos Estados nacionais e nas economias a sua principal base de auto-reprodução, sem esquecer, contudo, que as economias nacionais estão formadas de economias locais, com maior ou menor grau de interação entre elas, posto que muitas economias locais, nesse sistema global, podem se integrar, às vezes, mais com economias externas do que com a sua economia nacional. (DOS SANTOS, 2008, p. 39)

Para o autor, se, por um lado, a noção de sistema mundial se mostrou mais abrangente do que a de economia mundial ao permitir, na análise, a adição de movimentos anti-sistêmicos aos aspectos econômicos em termos de acumulação, por outro, os dois conceitos seriam herdeiros de um caráter universal e integrador característico do sistema capitalista mundial. Salientou, ainda, o conceito de economia-mundo como o conjunto das relações econômicas; assim como os conceitos de globalização ou de mundialização que procuravam “[...] essencialmente referir-se às mudanças que vêm se operando no sistema econômico-político-social mundial nos últimos 20 ou 30 anos” (DOS SANTOS, 2008, p. 42).

Ao argumentar que tais conceitos se direcionavam para uma gradativa autonomia diante dos processos relacionais que consideram os conceitos de economia e sistema nacional, o autor defendeu o conceito de civilização planetária, como noção que [...] se baseou na idéia de convergência de culturas e civilizações em torno de um convívio plural num sistema planetário único, no qual as forças transnacionais e globais seriam capazes de produzir fatos econômicos, sociais, políticos e culturais hegemônicos (DOS SANTOS, 2008, p. 43).

O conceito de economia planetária, conforme defendido pelo autor, superaria o de economia mundial na medida em que essa última tornou improvável a existência de várias economias-mundo em competição. A economia planetária não exclui a existência de unidades econômicas locais, nacionais e regionais, com grande corte civilizacional, sendo uma economia plural.

A ação discursiva de Theotônio dos Santos atribuiu ênfase ao processo de construção da economia mundial a partir do mercantilismo, já que esse último teria fornecido as condições para a constituição das diversas nações de forma vinculada ao comércio mundial. Salientou, ainda, a produção de posições de controle do sistema econômico a partir

dos países que estabeleceram em seus territórios setores mais dinâmicos, em relação à acumulação internacional de capital.

No período pós-guerra tais posições se caracterizaram pelo domínio de atividades ligadas aos setores tecnológicos e de serviços, principalmente naqueles ligados ao conhecimento e a comunicação. Às nações periféricas, em contraponto, foram destinadas atividades diretamente produtivas, principalmente, com o objetivo de baixar o valor do trabalho e de reduzir, nos países centrais, atividades que degradam o meio-ambiente.

No circuito da performatividade, o autor foi posicionado de forma marginal no campo discursivo do desenvolvimento ao promover a noção de civilização planetária, com vista à valorização de aspectos sócio-culturais nacionais e regionais. Ao adentrar no circuito da conectividade, Theotônio dos Santos posicionou o processo de desenvolvimento da periferia como complementar aos padrões de produção e consumo vigentes nos núcleos capitalistas.

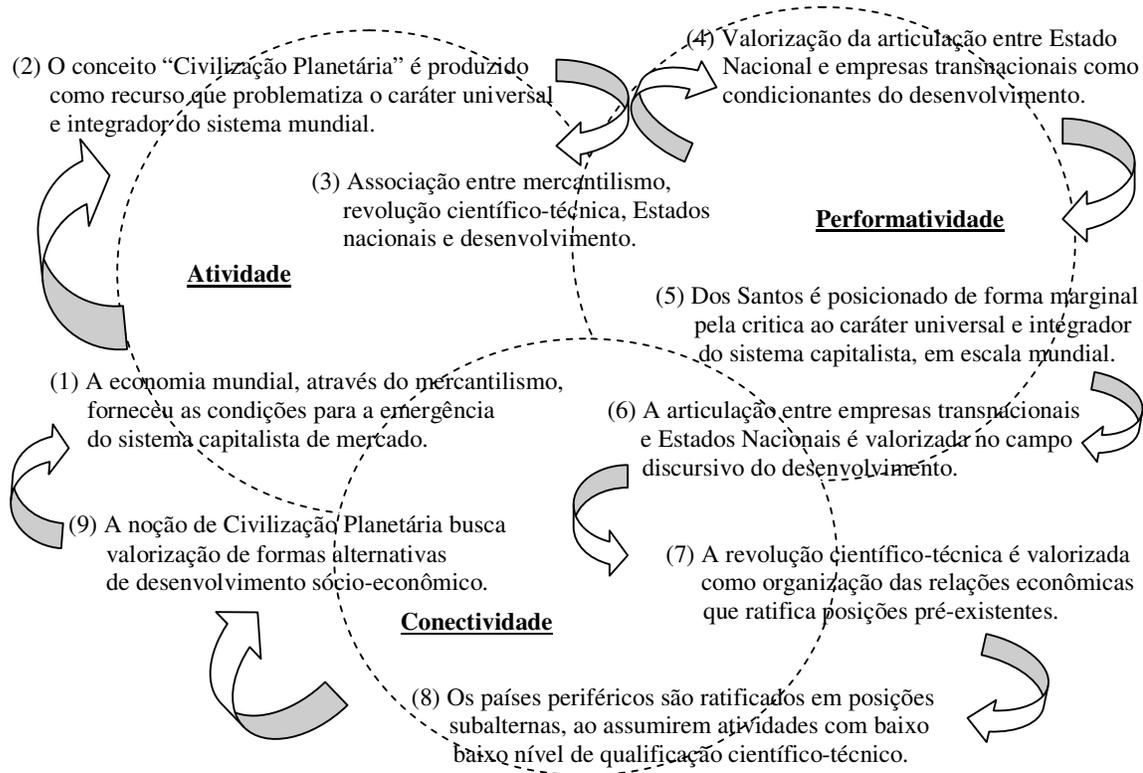


Figura 20 – O discurso da civilização planetária

4.3.5 A Polêmica no Espaço Discursivo da Dependência

No final da década de 1970, em um momento no qual o Banco Mundial já ocupava uma posição central no campo discursivo do desenvolvimento²², a produção discursiva de Serra e Cardoso (1978) ganhou ênfase ao oferecer pontos de articulação com as crenças que começavam a predominar em escala mundial, principalmente, em relação à defesa de que os aspectos políticos internos às nações ditas periféricas seriam condicionados pelos limites impostos pela esfera macro-econômica.

No mesmo texto, com base em uma interpretação classista da construção discursiva de Marx (DOS SANTOS, 2000), os autores se contrapuseram a uma suposta leitura equivocada do referencial marxista adotada por Marini no texto sobre a dialética da dependência. Afirmaram, ainda, que se “[...] no plano da análise econômica os equívocos podem ser sanados pela crítica, as políticas inspiradas por essas mesmas análises podem levar a desastres cuja ‘correção’ passa muitas vezes pelo sacrifício, até físico, de setores importantes de toda uma geração” (SERRA e CARDOSO, 1978, p. 38).

A ênfase analítica adotada por Marini (1991) foi qualificada por Serra e Cardoso (1978) como promotora de estagnação e de crise em virtude da ênfase político-relacional que o autor assumiu, assim como pela defesa da insustentabilidade da articulação entre desenvolvimento e dependência.

Serra e Cardoso (1978), ao argumentarem que a percepção dos limites do nacional-desenvolvimentismo foi promotora da busca por alternativas que possibilitassem o desenvolvimento dos países dependentes, defenderam que os centros de decisão política internos deveriam observar os condicionamentos advindos do contexto macro-econômico e buscar a construção de estratégias que se articulassem à dependência experimentada e que aproveitassem as oportunidades daí advindas, principalmente, no que tange à ação de classes sociais com potencialidade de estabelecerem pontes de ligação transnacionais.

Essa vinculação ao articular o dinamismo das sociedades consideradas dependentes ao contexto macro-econômico foi justificada, segundo Martins (2006), por um processo no qual a “[...] maior desigualdade se combinaria com o maior crescimento e o modelo político deveria garantir as liberdades democráticas que permitiriam aos diversos grupos sociais negociarem a distribuição dos frutos do progresso técnico” (p. 191). Visão essa que, para o

²² O Discurso do Banco Mundial será examinado em capítulo posterior.

último autor, explicaria um dos pontos de aproximação de Cardoso (1983) com o neoliberalismo, apregoadado pelo Consenso de Washington, dos anos 1990.

Assim, a lógica que emergiu da proposta de Cardoso e Faletto (1969) e que, posteriormente, foi ratificada por de Serra e Cardoso (1978) ligou-se à aceitação dos padrões estruturais gerados nos centros dominantes para, a partir deles, buscar formas de inserção em escala mundial. Ação discursiva que ganhou objetividade através da elaboração de políticas nacionais, nos países periféricos, vinculadas com a defesa da abertura dos mercados nacionais à circulação internacional de capitais e produtos (MARTINS, 2006).

Nesse aspecto, cabe especificar a crítica de Cardoso (1976, p. 382-383) às teorias que viam os condicionamentos impostos pelos países desenvolvidos como fatores restritivos do processo de desenvolvimento dependente:

[...] convém começar indicando o ponto mais polêmico: a nova forma de dependência está baseada na exploração da mais-valia relativa e no aumento da produtividade. [...] Ao afirmar isto, oponho-me à interpretação de André Gunder Frank sobre o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Ao mesmo tempo, à interpretação de Ruy Mauro Marini sobre a natureza fundamental das relações de dependência como forma de reprodução da exploração da mais-valia absoluta [...]. A tese que desejo indicar [...] insiste em que o novo caráter da dependência (depois da internacionalização do mercado interno e da nova divisão internacional do trabalho que franqueia a industrialização às economias periféricas) não colide com o desenvolvimento econômico das economias dependentes. Por certo, quando se pensa que o desenvolvimento capitalista supõe redistribuição de renda, homogeneidade regional, harmonia e equilíbrio entre os vários ramos produtivos, a idéia de que está ocorrendo um processo real de desenvolvimento econômico na periferia dependente (ou melhor, nos países da periferia que se industrializaram, pois não é possível generalizar o fenômeno) parece absurda. [...]. Esta [acumulação capitalista] é contraditória, espoliativa e geradora de desigualdades. Nesses termos, não vejo como recusar o fato de que a economia brasileira ou mexicana estejam se desenvolvendo capitalisticamente. Nem se alegue que existe apenas um processo de “crescimento”, sem alterações estruturais. A composição das forças produtivas, a alocação dos fatores de produção, a distribuição da mão-de-obra, as relações de classe. Estão-se modificando no sentido de responder mais adequadamente a uma estrutura capitalista de produção. Assim, parece-me que existe simultaneamente um processo de dependência e de desenvolvimento capitalista.

Cardoso (1983) ao, posteriormente, fazer uma re-leitura dessa construção defendeu que a evolução do sistema econômico dominante, via grandes empresas, teria atingido um patamar tal que a dependência se caracterizaria como situação dos Estados (em geral) em relação à circulação do capital financeiro mundial, razão pela qual as políticas nacionais seriam reféns dos interesses econômicos em escala global. O capital econômico ocupava, então, posição de propulsor do financiamento internacional e das novas tecnologias, sem os quais a alternativa seria o estancamento do processo de desenvolvimento.

Já, para Marini (1991) – cabe retomar esse ponto, em função da ênfase que esta questão ganhou na polêmica com Fernando Henrique Cardoso –, o acréscimo na taxa de mais valia não era definido pela produtividade do trabalho por si, mas pela relação entre o tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário, ou seja, era o aumento do trabalho excedente em relação ao trabalho necessário que fornecia as condições para o incremento da taxa de mais-valia; já que o aumento da produção via conhecimento, habilidade e/ou tecnologia ampliava a margem de lucro até o ponto em que tais diferenciais se pulverizassem entre os concorrentes de forma a provocar a redução dos preços unitários, o que remetia/retornava a possibilidade de manutenção ou incremento das taxas de lucro para o aumento da exploração do trabalho (MARINI, 1978 e 1991).

Marini (1978) argumentou, ainda, que Serra e Cardoso (1978) identificaram de forma equivocada os conceitos de estagnação e crise. Segundo Marini (1978, s/p) “[...] para um marxista, as crises correspondem a saltos do capitalismo em direção a sua destruição, porém, não se confundem com estagnação; ao contrário, resultam da acumulação capitalista mesma, ou seja, do desenvolvimento capitalista”.

Dos Santos (2000, p. 51) ao apontar novos equívocos em relação à interpretação sobre a produção discursiva de Marx feita por Cardoso, de forma articulada com Marini (1978), defendeu que

Marx jamais autorizaria uma concepção classista que colocasse em oposição a análise das economias nacionais e o estudo de sua articulação com a economia mundial. Ele sempre entendeu a formação do capitalismo como a dialética entre a economia mundial, como fenômeno independente, e o conjunto de economias nacionais em competição, apoiando-se em seus Estados nacionais.

Com base no entendimento acima, Dos Santos (2008) argumentou que o condicionamento econômico global se direcionava para a destruição do setor industrial e da produção de bens para consumo interno das nações periféricas. O objetivo que daí advinha se traduziria em criação de um mercado dual, por um lado, através do direcionamento da produção industrial dependente para produtos complementares àqueles produzidos nos centros de desenvolvimento; por outro, pela formação de padrões de consumo internos que somente poderiam ser atendidos por mercadorias importadas dos países centrais.

Por conseqüência, para Dos Santos (2000), a posição atribuída à lógica econômica global como condicionante do desenvolvimento das diversas nações provocaria exclusão das

nações dependentes em relação aos fluxos de tecnologia, assim como os níveis de desenvolvimento social estariam à mercê dos condicionantes econômicos.

Sob tais pressupostos, autores como Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos direcionaram seus esforços para uma produção discursiva que tinha por principais objetivos a análise da situação experimentada, assim como buscaram fornecer subsídios teóricos para práticas nas quais: a atividade produtiva se direcionasse para o atendimento e crescimento da demanda interna; a erradicação da pobreza; e a elaboração de políticas em escala regional que pudessem articular os esforços com base grupos de nações (BIEGEL, 2006).

É necessário destacar que, na década de 1980, a atenção dos teóricos que buscavam conciliar desenvolvimento e dependência – à semelhança de Serra e Cardoso (1978) – se voltou para o interior das nações periféricas, com vista à superação de obstáculos e construção de caminhos possíveis ao desenvolvimento sob premissas hegemônicas. Sob essa lógica, uma das principais propostas ligadas ao desenvolvimento endógeno mantinha suas bases na articulação de classe em escala transnacional. Nesse sentido, a posição de Tavares e Serra (1972, p. 593) é esclarecedora:

Após observarem que grande parte da população da América Latina está e tende a permanecer marginalizada dos benefícios do crescimento, mantendo-se subempregada e a baixíssimos níveis de produtividade, afirmam que tal situação demonstraria a incapacidade dinâmica do capitalismo da região. A constatação pode ser correta, mas sua utilização naqueles termos passa por cima da diferenças entre os interesses dos grupos dominantes na América Latina e o interesse nacional. Marginalidade, desemprego estrutural, infraconsumo, entre outros, não constituem em si mesmos, nem necessariamente, problemas fundamentais para a dinâmica econômica capitalista, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com os problemas referentes à absorção de poupanças, oportunidades de investimento, etc.

Para Serra e Cardoso (1978), a posição conquistada pelas elites nacionais, assim como a insuficiente resistência das classes trabalhadoras formataram as condições para que se estabelecessem alianças desenvolvimentistas transnacionais com base na reciprocidade de interesses entre os fomentadores internos e externos de ações pró-industrialização e pulverização do mercado global, de forma a gerar situações desiguais. Nesse sentido, os “[...] grupos dominantes empenharam-se na reorganização do sistema interno, para facilitar a implementação de uma nova modalidade de dependência [...]” (CEPAL, 1985, p. 837) que oscilava entre o sistema produtivo e o sistema financeiro mundial.

O Estado, por sua vez, passou a ocupar um papel democrático articulado às premissas globais e uma posição de instrumento estratégico na articulação de programas

políticos ligados ao atendimento das demandas sociais e, de forma encadeada, como condição ao sucesso dos processos de industrialização (CASTRO e SOUZA, 1985).

Nesse sentido, segundo Martins (2006) o “[...] endogenismo [...] preparou o terreno para isolar o interno de sua articulação ao externo” (p. 195). Ou melhor, ao mesmo tempo em que a democratização do Estado nacional foi vista como pré-condição ao atendimento das necessidades da população em geral, foi o processo de inserção na lógica econômica global, numa posição de dependência, que condicionou a elaboração de políticas internas sob diretrizes que priorizavam as estratégias financeiras em escala mundial.

Novamente a crítica à corrente desenvolvimentista que predominava foi oferecido, entre outros, por Theotônio dos Santos (2000), segundo o qual o Estado nacional dependente ao buscar alinhamento às estratégias macro-econômicas apenas aumentou o fosso existente entre a periferia e os centros de decisão que criou, entre outros, imensas dívidas interna e externa, com altíssimos juros e alta rotação.

O confronto aberto essas duas principais estratégias discursivas produzidas na América Latina, durante o século XX, permanece até os dias de hoje em movimentos de mútua-influência que condicionam a produção de reais nos países periféricos e que oscilam entre a perpetuação de práticas articuladas ao ambiente macro-econômico e aquelas direcionadas à análise crítica da situação experimentada (MARTINS, 2006).

4.3.6 Exploração, Colonialismo e Luta pela Democracia

Na década de 1970, Casanova (1976), em contraponto à ênfase econômica atribuída ao desenvolvimento e, principalmente, em oposição ao discurso defendido por Cardoso e Faletto (1969) no que tange à articulação dos grupos econômicos, utilizou a construção discursiva de Frank (1966) como recurso para afirmar que a sociologia em sua vertente predominante estava ligada à ideologia burguesa, sendo escassos os estudos que procuravam dar visibilidade às conseqüências sociais dos processos de exploração econômica (ROSENMANN, 2002). É sob essa perspectiva que Casanova (1976, p. 119) argumentou que a assimetria proposta pela divisão de classes

[...] está ligada à idéia de poder e domínio; é analisada indiretamente como pré-domínio ou dependência, como monopolização da economia, do poder, da cultura de uma nação por outra, ou diretamente como influência econômica, política e

psicológica, que os homens ou as nações com poder, riqueza e prestígio exercem sobre os que carecem deles ou os têm em menor grau.

Com base em tal pressuposto, o autor identificou uma busca pela naturalização da assimetria, por consequência, de justificação em relação à sua irreversibilidade. Dessa ação discursiva emergiria a necessidade de uma díade que colocasse em categorias diferenciadas desigualdade e assimetria, nas quais a desigualdade foi transformada em indicador com base em características que se fazem presentes, enquanto a assimetria implicava na leitura da relação concreta entre dois ou mais indivíduos ou nações, com base na intensidade ou quantidade de tais características.

O conceito de desenvolvimento econômico, sob premissas liberais e empiristas, se vincularia ao movimento em uma direção desejada, ou “[...] em direção a uma mudança continuada ‘para algo melhor’” (CASANOVA, 1976, p. 120). Sendo essa, uma característica em comum com a idéia histórica vinculada ao conceito de progresso.

A idéia de progresso no liberalismo se refere [...] a uma melhoria acumulativa inevitável, que ‘somente uma catástrofe pode impedir’; ‘que é um perpétuo ir além e ao mesmo tempo uma perpétua conservação’ [...] e que corresponde a uma etapa da história humana que se inicia com o nascimento do mundo burguês e se dirige para uma maior riqueza e uma maior igualdade. (CASANOVA, 1976, p. 121)

À semelhança do conceito de progresso, o conceito de desenvolvimento se alicerçaria em uma melhoria constante, entretanto, caracterizava um fenômeno diferenciado em relação aos conceitos de “[...] dessimetria e desigualdade, ao enquadrá-los em um tempo semidinâmico no qual as constantes não se alternam” (CASANOVA, 1976, p. 122).

Constância se constituiria em um contexto no qual as relações estariam direcionadas para a produção de coisas com valor econômico, no qual o homem se caracterizaria como mero recurso produtivo. Situação da qual emergiu uma contradição complementar entre os proprietários dos bens de produção e os produtores, esses últimos expropriados de parte do valor de seu trabalho. Por consequência, qualquer dualidade que adviesse dessa forma de relação somente poderia ser entendida como vinculada à exploração, que ganha caráter histórico e leva ao questionamento sobre as razões do desenvolvimento.

O porquê da desigualdade, o para quê do poder e o desenvolvimento para quem, são explicados pela relação entre os proprietários e não-proprietários. Mas, então, a desigualdade não parece como um fenômeno natural, ou individual, ou metafísico, mas sim como um fenômeno ligado à exploração e concretamente ligado à relação social determinada entre os proprietários dos meios de produção e os não

proprietários. As relações de força e poder – a liberdade e a falta de liberdade – tampouco aparecerem como fenômenos naturais, ou metafísicos, mas aparecem como fenômenos históricos ligados à relação social de exploração entre proprietários e desapropriados; o progresso também não aparece como fenômeno natural ou individual, ou metafísico, mas como um fenômeno vinculado à relação de exploração, às classes que ao longo da história se beneficiaram dele. (CASANOVA, 1976, p. 131)

Nesse sentido, para o autor, o tema do valor do trabalho somente poderia ser analisado e discutido com base em uma economia que se caracterizasse pela concorrência monopolista e, principalmente, na qual se percebesse a existência de conjuntos diferenciados, entretanto, não diferenciáveis no que tange ao fenômeno que lhes origina.

Casanova (1976) se embasa no discurso de Frank (1966) e se contrapõe à construção de Marini (1991) defendendo a tese de que o colonialismo caracteriza-se por ser um fenômeno que se mantém historicamente, um fenômeno que se destaca no interior das fronteiras nacionais das ex-colônias tornadas nações independentes, mas que possui caráter internacional. Com a independência das nações latino-americanas, por um lado, desapareceu a colônia em termos políticos, por outro, se iniciou um processo neocolonial com a criação do Estado-Nação e suas demandas desenvolvimentistas em termos tecnológicos, mão-de-obra capacitada e de capital que necessitavam serem trazidos de fora. O domínio e a exploração, que antes emanavam do império, passaram a ser exercidos pelos nativos em relação aos seus concidadãos que desfrutavam de menor capacidade expropriativa.

Nesse sentido, Hoselitz (1962, p. 148), considerou que “[...] as classes altas, incluindo vários intelectuais do governo, estão preparadas para manipular as massas desamparadas de uma forma muito semelhante à que os senhores estrangeiros empregavam, cujo domínio elas destruíram”.

Para Casanova (1976), tal intercâmbio de colônia imperial externa para uma condição colonial interna era necessária para o domínio não apenas econômico, mas subjetivo, de uns sobre outros, e tinha na relação colonizado-colonizador sua mais profunda raiz. Nesse sentido, o colonialismo interno correspondia a uma estrutura de relações sociais de dominação e exploração entre grupos heterogêneos. Casanova (1976) colocou, então, como questão chave sobre a qual se assenta a possibilidade do desenvolvimento na América Latina, a construção da democracia de forma integrada com as relações de produção e com a reconstrução das estruturas sociais de poder e domínio. Democracia, sob tal lógica, se referia à luta pela democracia com poder, “[...] com poder de povos soberanos e com poder de povos trabalhadores, que impõem sua vontade majoritária e humanista a impérios e minorias

oligárquicas, a esse curioso tipo de burguesia mais ou menos inepta ou corrompida, associada às transnacionais” (CASANOVA, 1986, p. 170).

Para o autor, ao se referir à democracia, era necessário considerar ao menos cinco categorias qualificatórias: repressão, negociação, representação, participação e mediação. Tais categorias teriam por função o reconhecimento de que o processo democrático é atravessado, entre outros, pela dependência externa, pela repressão dos proprietários em relação aos não-proprietários, e pela possibilidade real ou não de participação do povo na propriedade dos bens de produção e no consumo.

Casanova (1976) valorizou aspectos sociais e políticos em relação ao tema do desenvolvimento e articulou sob o conceito de exploração a ênfase econômica de base dialética proposta por Frank (1966) e fatores sócio-psico-culturais que formatariam a percepção e, por consequência, condicionariam a construção de crenças, discursos e práticas sociais nos/pelos diversos atores inseridos no campo discursivo do desenvolvimento. Processo que, ao ser definido pela internalização da perspectiva dos colonizadores, é nomeado como colonialismo interno.

Casanova se associou aos autores que compunham o campo discursivo do desenvolvimento sob premissas críticas que almejavam o desvelamento da dinâmica subjacente à lógica hegemônica, assim como assumiu uma posição de defesa da democracia, que se contrapôs à mera incorporação de padrões alienígenas. Essa estratégia discursiva questionou a ênfase econômica e valorizou aspectos sócio-culturais como recursos políticos.

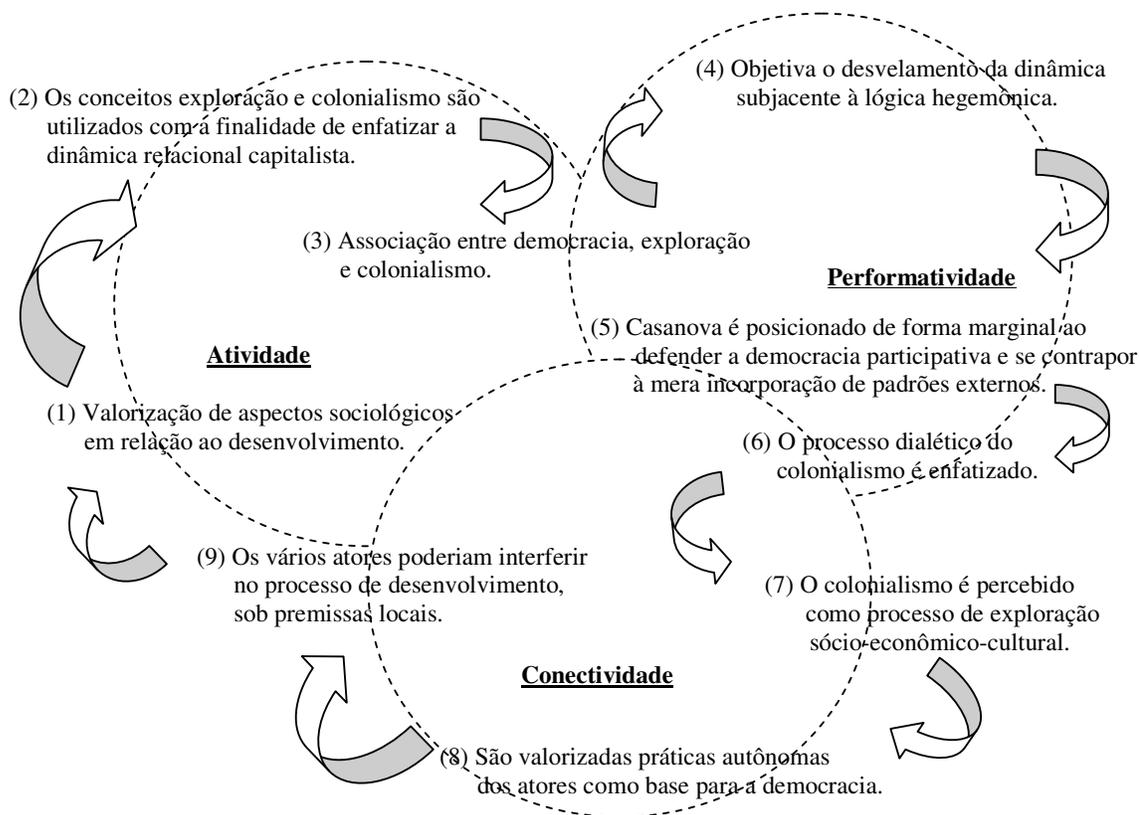


Figura 21 – O discurso do colonialismo interno

Na década de 1990, Casanova (1998) renovou seu compromisso com a democracia com poder e, em contraponto às vertentes que colocavam o fator econômico na dianteira do processo de desenvolvimento, defendeu que a ênfase do processo de exploração – como motor do capitalismo – sempre esteve ligada ao poder político que emanava das relações que se estabelecem no campo.

As lutas que deram lugar a novas divisões e distribuições na “formação do capital” sempre se preocuparam com a preservação e o aumento do poder em torno das grandes empresas monopólicas e seus Estados: deram prioridade a essas empresas, assim como aos aparelhos e bases sociais dos Estados penetrados por elas e que protegiam-nas no campo militar, financeiro, comercial, industrial, tecnológico e científico. (p. 145-146)

Foi a partir desse processo que as grandes empresas passaram a exercer influência sobre o Estado e a estabelecerem uma relação de dominação no que tange aos processos de distribuição e apropriação da riqueza, principalmente através do mercado financeiro que foi transformado em dispositivo estratégico de poder, não somente sobre o Estado, mas em relação à população em geral.

Nesse sentido, Casanova (1998) argumentou que as novas estratégias políticas de distribuição, incentivadas em escala mundial, visavam o rompimento com o caráter aglutinante dos movimentos sociais, ao estratificar os trabalhadores e provocar a emergência de estruturas políticas que fragmentavam os movimentos sindicais, tornando seus integrantes co-partícipes do capitalismo global. A lógica daí emergente, se por um lado, mantinha a exploração por parte da classe hegemônica; por outro, fazia com que os explorados já não atuassem como classe organizada, mas em movimentos parciais ou individuais em prol de seus interesses particulares, que gradativamente possuíam menores probabilidades de serem atendidos. Por consequência, observava-se a articulação progressiva em relação às estratégias macro-econômicas disseminadas pelas transnacionais e, em contraponto, o enfraquecimento da capacidade trabalhadora em se opor ao sistema de forma organizada.

Entretanto, o autor salientou que os novos movimentos de luta pelo poder social já haviam descoberto que necessitavam enfrentar não apenas “[...] as políticas de distribuição do produto, mas também de distribuição dos meios e sistemas de produção, alguns relacionados com as forças oligárquicas locais e nacionais e com as redes do capitalismo global” (CASANOVA, 1998, p. 149).

Assim, para o autor, a ênfase da luta contra a exploração continuava a posicionar os trabalhadores como protagonistas, mas os trabalhadores unidos na forma de movimentos sociais que tendiam a se transformar em uma nova forma de luta pela democracia para todos, principalmente no que tange à distribuição dos meios de produção e serviços que se referiam ao conhecimento.

O autor salientou, porém, que a luta pela democracia para todos só poderia ocorrer com

[...] liberdade eleitoral e com participação política [que] torne realidade uma melhor distribuição do produto e dos sistemas de produção de bens e serviços. Uma democracia assim precisa denunciar o mito liberal dos ‘custos sociais’ de uma suposta ‘modernização necessária’ que ‘resolva’, ‘se for bem dirigida pelos líderes e pelo povo’, os ‘problemas da humanidade’. (CASANOVA, 1998, p. 150)

Destarte, para o autor, a luta pela democracia para todos passaria pela edificação de sistemas político-sociais de forma a criar: (i) políticas econômicas alternativa; (ii) política hegemônica alternativa; e (iii) políticas anti-sistêmicas alternativas. A construção de políticas alternativas deveria ter por base as experiências históricas pré-existentes em termos tempo-geográficos e objetivar a democracia de todos com aspirações universais.

Essas lutas necessitariam ocorrer na própria sociedade civil, direcionadas à construção de Estados democráticos, levando “[...] à reestruturação democrática das bases sociais e dos aparelhos estatais” (CASANOVA, 1998, p. 159), que adquirissem ares de luta hegemônica da sociedade civil em prol do controle dos sistemas de dominação, acumulação, apropriação e distribuição, em escala mundial.

A ação discursiva proposta por Casanova, na década de 1990, manteve a ênfase na exploração como categoria central e se integrou aos esforços que buscavam ligar desenvolvimento e redução das desigualdades. Problematização que ganhou abrangência e discussão em escala planetária, principalmente, ao focar as questões sócio-psico-culturais como fatores que condicionariam as relações capitalistas e, por conseqüência, o processo de desenvolvimento econômico. A questão de base que daí emergiu foi em relação ao direcionamento do desenvolvimento, ou seja, desenvolvimento para quem?

O autor buscou, ainda, posicionar os atores sociais de forma crítica, ou seja, com condições de fazer escolhas refletidas e avaliativas em relação às conseqüências que advinham, assim como produzir condições para que as escolhas políticas pudessem ser construtoras de novos reais articulados com visões mais igualitárias.

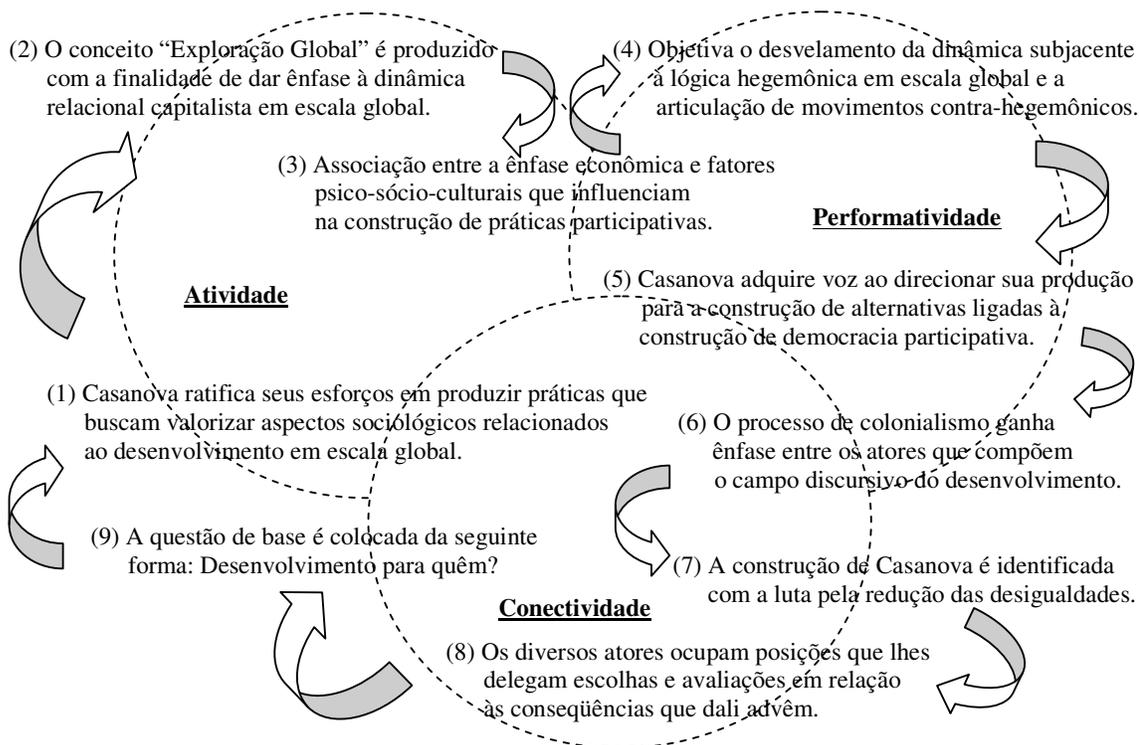


Figura 22 – O discurso da exploração global

As ações discursivas produzidas por autores Latino-Americanos e Afro-Asiáticos, apesar de conflitarem em muitos pontos, ofereceram resistência à simples aceitação dos discursos advindos dos países centrais e, em sua maioria, buscaram alternativas que viabilizassem caminhos próprios, com vista à criação de condições mais equitativas entre o centro e a periferia. No que tange à América Latina, desde o surgimento dos primeiros discursos que buscaram problematizar o subdesenvolvimento experimentado, adotou-se uma perspectiva relacional em escala mundial.

Raúl Prebisch, desde seu texto escrito em 1949, promoveu uma leitura com base na relação de intercâmbio entre países centrais e periféricos. Já, Frank (1966) ganhou visibilidade ao afirmar que os países da América Latina eram parte de um sistema macro-econômico que lhes sugava excedentes de capital, assim como valorizar uma perspectiva histórica com vista ao entendimento sobre a formação dos satélites.

A teoria da dependência, principalmente, em sua vertente marxista forneceu elementos que colocaram em xeque a lógica modernizadora que prevalecia em escala mundial, seja através do argumento de Marini (1991), ao defender que a super-exploração do trabalho nos países periféricos estaria na base do processo de acumulação experimentado pelos países centrais; seja por meio do discurso de Dos Santos (2008), ao argumentar que a posição privilegiada dos países sede do desenvolvimento era resultado de uma relação construída com base no comércio mundial e, principalmente, a partir de posições que concentram as atividades mais dinâmicas, em termos de acumulação de capital.

Sob tais premissas, Dos Santos (2008, p. 25) considerou que

O elemento radicalmente novo que a teoria da dependência vai trazer é o de mostrar que essa idéia de refazer o caminho do desenvolvimento econômico que havia sido realizado pelas nações européias, pelos EUA e pelo Japão era impossível de ser repetido, porque a conformação do subdesenvolvimento nas economias latino-americanas e, da mesma forma, na Ásia e na África, não era simplesmente um resultado da conservação de economias pré-capitalistas, mas sim um resultado da forma como essas economias foram integradas na economia mundial.

A partir da releitura de tais produções, assim como, entre outras, das ações discursivas de Casanova (1976), no que tange à democracia com poder, e de Amin (1976), sobre as trocas desiguais, emergiu o discurso do sistema mundo, cunhado por Wallerstein e Arrighi (MARTINS, 2006).

Nesse sentido, cabe destacar que Arrighi (1998) chegou a considerar a teoria do sistema mundo como herdeira das teorias da dependência, ao propor fluxos transnacionais de forma articulada entre os âmbitos econômico e político. É, exatamente, essa ação discursiva que será alvo de exame no capítulo seguinte.

4.4 SÍNTESE E PRINCIPAIS CONCEITOS QUE DÃO SUPORTE ÀS AÇÕES DISCURSIVAS PRODUZIDAS NOS PAÍSES PERIFÉRICOS

Em contraponto à teoria das vantagens comparativas, Prebisch (1949) promoveu a construção das categorias centro e periferia como recurso, por um lado, para compreender a estrutura econômica e institucional dos países da América Latina como resultado de processos históricos; por outro, em busca de caminhos próprios através da internalização dos centros de decisão e da conquista de condições mais eqüitativas entre as nações Latino-Americanas e as centrais. Em consequência, defendeu o processo de industrialização por substituição de importações sob o pressuposto de que a produção interna de produtos, até então, importados contribuiria para o equilíbrio da balança comercial; assim como a industrialização absorveria a mão-de-obra excedente através do aumento da produção, da renda *per capita* e da demanda interna. Com base nessas premissas o Estado foi posicionado como planejador do processo de desenvolvimento e o capital internacional deveria ocupar posição complementar à necessidade nacional, porém, de forma gradativamente decrescente.

No mesmo período histórico, Furtado (1954), que primeiramente compartilhou o discurso nacional-desenvolvimentista de Prebisch (1949), ao perceber que o custo das importações demandadas pelo processo de industrialização por substituição de importações foi gradativamente evoluindo e exigindo participação crescente de capital e de tecnologia externos e que a burguesia periférica dominante havia optado em ser o sócio menor do capital externo, mesmo que para isso fosse necessário comprometer os projetos de desenvolvimento ligados à autonomia nacional, atribuiu ao desenvolvimento um caráter de mito.

Furtado (1974) argumentou, ainda, que havia se criado uma superestrutura política articulada pelas grandes empresas com a finalidade de facilitar o processo de crescimento econômico sob premissas definidas em escala mundial que condicionava as ações estatais. Com base nesse entendimento e, novamente, em busca de alternativas viabilizadoras do desenvolvimento nacional, Furtado (1998) propôs que o desenvolvimento, ou o

subdesenvolvimento, fosse pensado como o resultado da forma particular como se organizavam os padrões específicos de produção e consumo em nível global. Esse projeto buscava os objetivos locais ligados ao desenvolvimento de forma a provocar a construção de práticas que progressivamente se afastassem do mimetismo cultural e dos padrões de produção e consumo definidos nos países centrais.

No mesmo período histórico em que Furtado apontou os limites do projeto nacional-desenvolvimentista, Tavares (1964) numa releitura histórica sobre a influência das exportações, caracterizadas como único fator autônomo do crescimento da renda e como centro dinamizador da economia periférica, argumentou que o projeto de industrialização por substituição de importações não seria suficiente para promover o desenvolvimento periférico.

Esse mesmo argumento foi utilizado por Cardoso e Faletto (1969) que, ao buscarem alternativas ao pessimismo percebido em relação ao desenvolvimento periférico, defenderam a articulação entre dependência e desenvolvimento. Ao definirem a dependência como vinculada às condições de existência e funcionamento dos sistemas econômico e político em âmbitos interno e externo, atribuíram à esfera macro-econômica uma posição de condicionante da esfera política em escala nacional. Cardoso e Faletto (1969) definiram, ainda, o desenvolvimento como resultado da articulação de grupos e classes, em escalas nacional e internacional, com capacidade de impor seus interesses a outros grupos e classes sociais, num jogo de força e poder que abrangeria o conjunto da sociedade.

No mesmo período histórico e de forma conflitante com a proposta desenvolvimentista em defesa da articulação entre dependência e desenvolvimento, conforme proposta por Cardoso e Faletto (1969), André Gunder Frank (1966) argumentou que a condição de subdesenvolvimento – ao se caracterizar por mecanismos relacionais de apropriação-expropriação entre países metropolitanos e satélites – somente seria superada por meio do rompimento com o que denominou de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, ou seja, com os padrões de acumulação estabelecidos em escala mundial.

A ênfase de Frank (1966) foi influenciada, entre outros, pela análise de Paul Baran (1964), que se caracterizou pelo foco na economia política vinculada aos processos de apropriação do excedente e que utilizou elementos da teorização marxista. Essa última construção influenciou, também, autores como Samir Amin, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos.

Amin (1976) dirigiu sua ênfase para o entendimento das formas pelas quais a desigualdade entre nações emerge com base na produtividade nacional, definida pelo valor

social do trabalho. Para o autor, seria através das diferenças entre os níveis de desenvolvimento das forças produtivas que se tornaria possível entender a forma como uma quantidade menor de trabalho é permutada por uma maior quantidade de outra nação, como condição que proporcionaria estabilidade ao sistema capitalista de mercado, principalmente, ao ser complementado por estratégias políticas e financeiras definidas em escala macro.

Sob essa lógica, ao atribuir alta mobilidade internacional ao capital e baixa mobilidade à mão-de-obra, assim como concentrar as atividades com maior valor agregado nos países centrais, haveria um fluxo de capital que se direcionaria para as nações com maior produtividade. Estratégia essa que, ao restringir o comércio internacional em função dos limites financeiros dos países periféricos, ganhou novas variáveis através do fluxo de capitais dos países centrais para os periféricos, de forma a financiar a demanda ali existente. Assim, o desenvolvimento do sistema capitalista se caracteriza por relações comerciais e financeiras do centro com a periferia com uma dupla função: facilitar a ampliação do mercado com vista à absorção do excedente pelos países centrais e elevar progressivamente a taxa média de lucro.

Já, Marini (1991) argumentou que os países Latino-Americanos, ao se desenvolverem em estreita articulação com a dinâmica capitalista em escala mundial, posicionaram-se como fornecedores de insumos facilitadores das expansões industrial, comercial e bancária nos países metropolitanos.

Para Marini (1991), o processo de dependência resultou de papéis complementares em termos de divisão internacional do trabalho e da facilitação do processo de efficientização da acumulação através da super-exploração do trabalho. Ou seja, a dialética da dependência se caracteriza pela modificação da estrutura produtiva dos países metropolitanos sob as bases de uma exploração progressivamente maior da mão-de-obra dos satélites. Relação da qual resultam, também, práticas subimperialistas, ou seja, de disseminação das relações de exploração pressupostas à lógica capitalista, a partir da situação de dependência experimentada nos satélites e sob os condicionantes políticos e econômicos estabelecidos nos núcleos decisórios em termos mundiais.

Dos Santos (2000), em uma construção sintônica com Marini (1991), defendeu que a estrutura macro-econômica vigente seria resultado da imposição de condições comerciais por parte dos Estados nacionais que primeiro se industrializaram, de forma articulada com os setores mais dinâmicos de suas economias. Essa lógica macro-econômica se, a princípio, encontrou seu suporte numa relação que se estabeleceu com base no trabalho assalariado, posteriormente, ganhou novas variáveis com a revolução científico-técnica que,

gradativamente, passou a caracterizar o salário como meio de atender as necessidades da população.

A partir do momento em que o conhecimento científico ganhou predomínio, a atividade produtiva passou a ser um momento determinado de um amplo processo de pesquisa e desenvolvimento no qual a organização do trabalho e das relações sociais exigia estratégias ligadas à gestão das relações sociais. Essas estratégias, gradativamente, assumiram posições centrais e articuladoras da vida econômica, social política e cultural; com tendência à homogeneização em escala mundial.

Em contraponto à essa tendência, Dos Santos (2000) argumentou em defesa de uma civilização planetária na qual a economia planetária não excluiria a existência de unidades econômicas locais, nacionais e regionais, com grande corte civilizacional, sendo uma economia plural.

Já, Casanova (1976), ao se opor à ênfase econômica atribuída por Cardoso e Faletto (1969) no que tange à articulação dos grupos econômicos, defendeu a tese do colonialismo como um fenômeno que se mantém historicamente, no interior das fronteiras nacionais das ex-colônias tornadas independentes, através de relações de produção que reconstruiriam as estruturas sociais de poder, domínio e exploração. Essas estruturas seriam mantidas não somente em termos econômicos, mas subjetivos; tendo na relação colonizado-colonizador sua mais profunda raiz.

Em contraponto, o autor defendeu a luta pela democracia, caracterizada pela edificação sistemas político-sociais de forma a criar: (i) políticas econômicas alternativa; (ii) política hegemônica alternativa; e (iii) políticas anti-sistêmicas alternativas. A construção dessas políticas alternativas deveria ter por base a crítica relacionada às experiências históricas pré-existentes e objetivar a democracia de todos com aspirações universais.

5 O SISTEMA MUNDO

Fernand Braudel, ao propor uma estratégia discursiva com vista à construção de uma ‘história total’, isto é, uma história que buscasse abranger os vários aspectos de uma “[...] civilização, analisando todas as manifestações da vida e das atividades dos homens” (ROCHA, 2003, p. 26), produziu uma tripla classificação do tempo: a) curta duração, momento fugaz de um evento ou da vida de um indivíduo; b) história lenta, como tempo social, das conjunturas e dos ciclos econômicos; e c) longa duração, ligado ao tempo quase imóvel das estruturas.

A partir desses pressupostos, Braudel (1977) atribuiu às atividades da vida material, ao mesmo tempo, um caráter local, já que se realizam em um raio muito curto e sob o signo do valor de uso; e uma característica de estrutura básica sobre a qual se assentam as demais dimensões históricas. Através da objetivação das atividades da vida material, gradativamente, ganharam forma relações de troca e, principalmente, as formas superiores ligadas ao capitalismo que estão na base do nascimento de sistemas econômicos mundiais.

Em resumo, Braudel propõe o seguinte esquema:

[...] a vida material, na condição de estrutura, regida pela inércia, arrasta consigo o nível 1 da economia de mercado, constituído por feiras, lojas e tendas; o nível 2, no entanto, “o mais elementar capitalismo”, é dotado de mobilidade relativa; ocorre que o seu desenvolvimento e seus modos de atuação implantam sistemas econômicos internacionais – as economias-mundo [...]; é este último plano que fornece ao historiador uma seqüência cronológica. Por esse caminho, Fernand Braudel submetia [...] a história a uma divisão tripartite [...]: longa duração na vida material, mudanças lentas na economia de mercado e no capitalismo, [...] e, finalmente, a curta duração nos eventos das economias-mundo (ROCHA, 2003, p. 33).

Cabe destacar que Braudel (2002, p. 144) atribuiu aos ciclos longos de Kondratiev uma posição de “[...] ponte ou a porta entre o conjuntural e a tendência secular, ou, melhor,

entre conjuntura e estrutura”. A partir de tais ciclos se estabeleceriam regularidades que determinam uma série de reações e interações que influenciam os movimentos particulares.

Cumpra salientar,

Que a palavra *ciclo*, que poderia ser igualmente empregada a propósito do movimento sazonal não nos confunda: ela designa apenas um duplo movimento, subida-decida, e entre os dois um ápice, que um vocabulário estrito denomina *crise* [...]. A crise é uma ruptura, uma descontinuidade, um instante... (BRAUDEL, 2002, p. 130).

Braudel (1977, p. 5) atribuiu, ainda, à economia de mercado “[...] o nexa de união, o motor, a zona estreita porém viva em que surgem as incitações, as forças vivas, as novidades, as iniciativas, as múltiplas formas de consciência, o desenvolvimento e, inclusive, o progresso”, sob a ação dos indivíduos caracterizados como agentes que se encontrariam inclusos naquilo “[...] que denominei vida econômica, para contrapô-la à vida material, e para distingui-la também [...] do capitalismo”.

Segundo o autor, o intercâmbio que se estabeleceu sob a lógica da economia de mercado se iniciou com base em trocas básicas com vista à subsistência e, gradativamente, conquistou novas bases através do comércio que se estabeleceu nas cidades, caracterizadas em centros geográficos onde se encontravam os produtores para disponibilizarem seus produtos e, em contrapartida, adquirirem outros produtos ou moedas com as quais passaram a comprar produtos que, mais tarde, seriam denominado bens de capital, como por exemplo: arado para ser puxado por tração humana ou animal.

O comerciante emergiu nesse contexto como o intermediário que superaria a limitação temporal das trocas entre os próprios produtores, já que ao dedicar-se exclusivamente ao processo de venda poderia disponibilizar produtos de diversas fontes todos os dias e não apenas em períodos intercalados com a produção. Assim como, apresentou solução para a limitação financeira, ao articular o crédito à atividade de intermediação comercial (BRAUDEL, 1977).

Ao estarem assim definidas as premissas básicas sobre as quais se estabeleceu a economia de mercado, a partir do século XV ocorreu um avanço da “[...] economia em benefício das cidades que, favorecidas pelo aumento dos preços ‘industriais’, ao mesmo tempo em que os preços agrícolas se estabilizam ou baixam, crescem mais rápido que o campo” (BRAUDEL, 1977, p. 7). Esse processo estimulou, ainda, o acréscimo das atividades

de crédito que passaram a se caracterizar em escala internacional ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII.

[...] naquele período de consumo e de crescentes intercâmbios, os mercados urbanos e o comércio se encontravam mais animados que nunca. [...]. Finalmente, se desenvolveu aquilo que a historiografia inglesa denominou o mercado privado, opondo-o ao mercado público que passou a ser controlado pelas autoridades públicas. O mercado privado passou a organizar em toda a Inglaterra, mesmo antes do século XVIII, as compras diretas e, freqüentemente, antecipá-las aos produtores e à compra dos campestinos – fora dos circuitos do mercado – de lã, trigo, etc., e consistiu na montagem [...] de cadeias comerciais autônomas e muito extensas, com grande liberdade de movimento e que, além disso, se aproveitava sem nenhum escrúpulo dessa dita liberdade. (BRAUDEL, 1977, p. 9)

Esse processo não se limitou ao contexto europeu, mas esteve presente em várias organizações comerciais que se formaram nos vários locais geográficos, com a natural alteração dos protagonistas e características específicas. Naquele contexto, a Europa deveu seu maior avanço à superioridade de seus instrumentos e instituições ligadas às bolsas e instituições de crédito.

Referindo-se àquele momento histórico, o autor destacou que

[...] esses dois grupos de atividade – economia de mercado e capitalismo – eram minoritários até o século XVIII, e que a maioria das ações dos homens permaneciam ligadas ao imenso campo da vida material. Se bem a economia de mercado se encontrava em plena expansão, alcançando já vastas superfícies e colhia êxitos espetaculares, adoecia com bastante freqüência por falta de densidade. (BRAUDEL, 1977, 11)

Argumentou também que, em termos de comércio internacional, era o mercado nacional que deveria ser protegido de forma a manter os privilégios conquistados, através da formação de preços com base em monopólios de fato e de direito. Assim, o conceito de capitalismo foi introduzido para “[...] designar aquelas atividade que se revelavam como diferentes. Minha intenção não era ‘introduzir o lobo na manada’. Sabia muito bem que esse termo conflitivo é ambíguo, terrivelmente carregado de atualidade e, virtualmente de anacronismo” (BRAUDEL, 1977, p. 13).

Cabe ressaltar que o capitalismo, sob a lógica braudeliana, se diferencia da construção marxista pela existência de unidades autônomas que se distanciam do modo de produção com base na exploração do trabalho; assim como por sua gênese na circulação e não na produção.

[...] o capitalismo para Braudel é uma estrutura superior, constituída por grupos sociais privilegiados que se ocupam com cálculos e atuam em áreas da circulação desconhecidas pelo homem comum. [...] sua regra não é da concorrência, mas sim do monopólio, e o seu espaço é o do mundo inteiro. O setor capitalista, pelo seu próprio caráter, age com liberdade para selecionar os domínios em que irá intervir, estimulando uns ou abandonando outros à sua própria sorte. (ROCHA, 2002, p. 33)

Assim, quanto mais extensas fossem as cadeias comerciais privadas, e principalmente ao alcançarem escalas internacionais, mais escapavam das regras e controles habituais e mais claramente se caracterizava o processo capitalista. Os principais articuladores das cadeias comerciais, ao acumularem recursos se articularam ao poder de Estado nos seus países de origem como meio para influenciarem as decisões estatais no que tange à economia de mercado (BRAUDEL, 1977). Nesse sentido, para o autor, não seria possível diferenciar claramente capitalismo e economia de mercado, pois ambos foram construídos em um movimento mútuo e, principalmente, sobre os ombros da organização social ligada à vida material.

Entretanto, o capitalismo caracterizado como privilégio de uma minoria “[...] é impensável sem a cumplicidade ativa da sociedade. Constitui necessariamente uma ordem social, uma realidade política e, inclusive, civilizacional” (BRAUDEL, 1977, p. 19). Essa realidade só foi possível pela disseminação e fortalecimento da esfera econômica nos âmbitos social, cultural e político. Sob essas premissas, o capitalismo somente poderia triunfar ao se identificar com o Estado.

Na sua primeira grande fase, das cidades-Estado da Itália, em Veneza, na Gênova e em Florença, a elite do dinheiro é a que exerce o poder. Na Holanda, no século XV, a aristocracia dos Regentes governa seguindo o interesse e, inclusive, as diretrizes dos homens de negócio, negociantes ou provedores de fundos. Na Inglaterra, com a revolução de 1688, se chega a um compromisso semelhante ao Holandês. A França mantém um atraso de mais de um século: só com a revolução de julho, em 1830, se instalaria por fim comodamente a burguesia dos negócios no Governo. (BRAUDEL, 1977, p. 20)

Além da articulação com o Estado, o autor salientou a necessidade de certa tranqüilidade relacionada à ordem social e de uma forma hierárquica que desse suporte ao avanço do capitalismo. A hierarquia existente em todas as sociedades se caracteriza no capitalismo pelo signo da desigualdade; objetivada, por exemplo, na categorização entre proprietários e trabalhadores ou entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Em busca de explicações sobre as razões dessa desigualdade, o autor diferenciou os termos “economia mundial” e “economia-mundo”. O primeiro toma a economia do mundo

em sua totalidade; já, no segundo, a economia é uma parte de nosso planeta, na medida em que faz parte de um todo econômico. A economia-mundo se caracteriza, ainda, por uma tripla realidade: a) ocupa um espaço geográfico determinado, influenciado por variáveis internas e externas; b) aceita um ou mais centros dinâmicos ligados ao todo econômico; c) se divide em zonas sucessivas em torno do(s) centro(s) (BRAUDEL, 1977).

Braudel (1977, p. 30) definiu economia nacional como “[...] espaço político transformado pelo Estado, em razão das necessidades e inovações da vida material, em espaço econômico coerente e unificado cujas atividades podem se dirigir, juntas, numa mesma direção”.

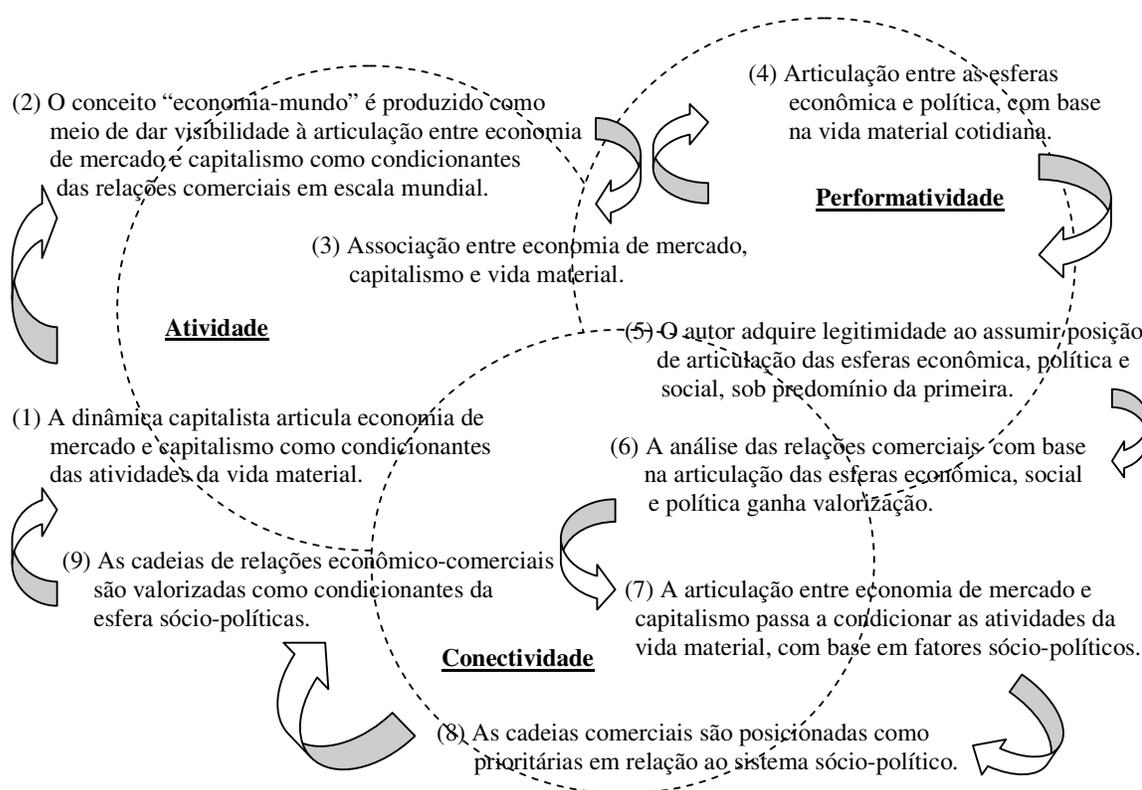


Figura 23 – O discurso da economia-mundo

5.1 O SISTEMA MUNDO E A ILUSÃO DO DESENVOLVIMENTO

A ação discursiva de Fernand Braudel influenciou na construção do discurso do sistema mundo de Wallerstein, principalmente, sob cinco aspectos: a) abordagem do presente

a partir de uma visão histórica, que lhe situou em um registro temporal que considerou a tripla classificação: curta duração ligada aos acontecimentos, tempo lento das conjunturas e ciclos econômicos, e longa duração das estruturas; b) contextualização dos problemas atuais, investigados sob uma perspectiva globalizante; c) aplicação de um método comparativo; d) a desconfiança sistemática dos lugares comuns; e e) o papel ocupado pelos ciclos de Kondratiev como fatores posicionados entre os tempos conjunturais e estruturais e, principalmente, como potenciais dinamizadores das atividades ligadas à vida econômica e material (AGUIRRE, 2003).

Ao legado de Braudel, Wallerstein (2003) propôs intercruzamentos com aspectos da teoria marxista pertinentes à dinâmica da acumulação de capital, à centralidade das lutas de classe e à alienação do homem dentro do sistema capitalista. Cabe destacar que, a essas duas principais bases teóricas, foram incorporados, entre outros, aspectos da construção discursiva ligada à teoria da dependência. Em relação a essa última construção, Arrighi (1998) chegou a considerar a teoria do sistema mundo como herdeira das teorias da dependência, principalmente, de base marxista.

A partir das construções discursivas acima, para Wallerstein (2001), a diferença existente entre proprietários e trabalhadores, no sistema capitalista, configurava-se em relação às posições ocupadas, já que ambos se caracterizariam pelo direcionamento de suas ações com vista à acumulação econômica. Essa situação teria criado a primeira contradição vital do sistema capitalista, pois no momento em que o interesse comum entre os capitalistas categorizados em classes distintas se dirigiu para a redução dos custos de produção, tal redução acabou por favorecer uns em detrimento de outros.

Uma segunda contradição que advém como conseqüência da primeira se refere ao processo de mercantilização cada vez maior, provocado pelo desejo de acumulação e objetivado através do aumento da produção e do número de compradores. Entretanto, os esforços com vista à redução dos custos de produção, em contraponto, diminuía também a circulação e distribuição do dinheiro, fator inibidor da expansão no número de compradores (WALLERSTEIN, 2001).

Essa dinâmica condicionou os proprietários do capital, como classe social, a agir em conjunto no que tange ao aumento da rede de compradores, em escala mundial. Razão pela qual se criaram longas cadeias mercantis transnacionais que se caracterizaram pela luta pelo preço ao longo dos seus elos, ou seja, por um esforço que tinha origem nos compradores com a finalidade de reduzir os preços e, assim, arrancar parte do lucro previsto.

A luta pelo preço, como mecanismo central à construção teórica de Wallerstein (2001), estaria implícita à própria estrutura do sistema mundo capitalista, ou melhor, na divisão entre economia em escala global e política em escala nacional:

[...] as mercadorias se deslocam através das regiões de tal modo que a região dotada do artigo menos escasso vende seus bens para outra região a um preço que incorpore mais insumo real (custo) do que um bem de preço igual que se desloque na direção oposta. Parte do lucro total (ou do excedente) produzido numa área transfere-se então para outra. [...] Podemos chamar a área perdedora de “periferia” e a área ganhadora de “centro”, nomes que na verdade refletem a estrutura geográfica dos fluxos econômicos. (WALLERSTEIN, 2001, p. 29-30)

Para o autor, foi a concentração de capital nas áreas centrais que possibilitou a criação tanto da base fiscal, quanto da motivação política para que se erigissem aparelhos estatais fortes, assim como para transformá-los em meios estratégicos através dos quais foi impossibilitado, aos países periféricos, constituir dispositivos que possibilitassem a superação do monopólio tecnológico e da posição de nações fracas.

Assim, é nessa relação centro-periferia que dever-se-ia buscar as razões pelas quais os países periféricos são levados a constituir, no seu interior, uma especialização em tarefas produtivas inferiores e/ou complementares àquelas que ocorrem nos países centrais. Cumpre salientar que, para Wallerstein (2001, p. 34), tais arranjos produtivos somente “[...] poderiam ser chamados de ‘desenvolvimento’ se fosse possível demonstrar que se associam a uma redução da polarização global do sistema”.

É necessário destacar que, para Wallerstein (2001, p. 13), o processo de acumulação capitalista possui sua base não apenas na lógica econômica, mas tratava-se de “mercantilização de tudo”. Nesse mesmo sentido, para Arrighi (1998, p. 20),

[...] as atividades de produção de proteção dos Estados, as atividades de produção de subsistência dos domicílios e as atividades de produção de mercadorias das empresas constituem uma teia de ações interdependentes. No interior dessa teia mais ampla, as relações insumo-produto entre empresas constituem uma teia menor, e mais apertada, a que nos referimos sistema Interempresas. Por sistemas inter-Estados, em contrapartida, nos referimos ao conjunto de relações através das quais os estados definem a soberania uns dos outros.

O autor supôs, ainda, que tal interdependência global provoca nos atores envolvidos propensão para estabelecerem normas e regras de interação, como forma de garantir o fluxo da vida econômica.

Essa tendência a gerar ordens costumeiras é o que o capitalismo tem em comum com todos os sistemas sociais anteriores (e presumivelmente futuros). O que diferencia o capitalismo de todos os sistemas anteriores é a intermediação das empresas capitalistas no fornecimento de subsistência e proteção. Enquanto produtoras de mercadorias, as empresas capitalistas estão tão interessadas quanto os Estados e os domicílios em estabelecerem acordos costumeiros que assegurem a estabilidade das operações. (ARRIGHI, 1998, p. 21)

Entretanto, com base numa rede de relações econômicas intermediada pelas empresas e que se caracteriza pelo controle desigual do excedente, os atores posicionados em situação vantajosa buscariam constantemente novos escoadouros para o capital, e os atores expropriados se esforçariam por erigir novas formas de apropriação de capital que lhes favorecesse. Nesse ponto, o autor, com base em Schumpeter (1983), retomou a importância da inovação como arma ofensiva ou defensiva que provocaria um fluxo dinâmico e que poderia levar a novas rodadas inovativas, com intenção de prorrogar ou reduzir os ciclos econômicos em vigor.

Porém, Arrighi (1998, p. 24) salientou, ainda:

Mesmo os inovadores, talvez, não colham quaisquer dos benefícios iniciais. A maioria desses benefícios advém para quem quer que tenha a sorte de estar assentado sobre os recursos (mão-de-obra, terra, equipamento, organizações) para os quais a nova combinação gera uma demanda. Mas quando aumentam as pressões para “economizar” e para “substituir”, os benefícios são apropriados pelas empresas que têm a maior capacidade de “economizar” e de “substituir” e o fazem imediatamente – empresas que podem ou não incluir os inovadores.

Independentemente das possibilidades abertas aos inovadores em usufruir o excedente que adviria de seu trabalho, o processo acima tende à geração de maior especialização através da qual as empresas capitalistas fortalecem sua vantagem competitiva em relação ao atendimento de demandas e, ao mesmo tempo, condicionam as expectativas dos Estados e domicílios em relação aos meios de proteção e de subsistência/usufruto. As empresas, em contrapartida, delegariam aos Estados e domicílios a oferta, respectivamente, de proteção e de força de trabalho. Relação de onde surgiriam pressões-mútuas.

É de tais pressões que resultaria a dinâmica econômica que necessitou colocar entre os países do núcleo orgânico e a periferia uma categoria intermediária, que Wallerstein (1979) denominou semiperiferia e que Arrighi (1998) buscou aperfeiçoar através da delimitação de cada categoria com base na renda *per capita* e, inclusive, colocando intervalos entre o núcleo orgânico e a semiperiferia – perímetro do núcleo orgânico –, assim como entre a semiperiferia e a periferia – perímetro da periferia.

Cabe destacar que, para esses dois últimos autores, todos os Estados possuem em seu território atividades tanto do núcleo orgânico, como da periferia; a classificação em uma ou outra categoria se dá pelo predomínio do tipo de atividade. Já, os países semiperiféricos caracterizam-se pela presença relativamente próxima de atividades das duas naturezas, ou seja, haveria um equilíbrio entre atividades expropriativas e apropriativas. Razão pela qual, os Estados semiperiféricos teriam condições de resistir à sua queda em direção à periferia, mas não apresentariam condições de ascender ao núcleo orgânico.

Nesse sentido, Arrighi (1998) apresentou dados históricos, relativos aos cinquenta anos posteriores a segunda guerra, que demonstram a estabilidade posicional dos países que pertencem a cada uma das três categorias, com exceção dos tigres asiáticos, que tiveram seu salto como satélites da metrópole japonesa – num momento histórico em que esse país gerou alternativas aos problemas experimentados pelos centros mundiais –; o próprio Japão e a Itália.

A existência da semiperiferia, neste contexto, seria essencial à manutenção da estabilidade da economia capitalista por duas razões: i) política, pois um sistema polarizado entre um setor pequeno, que concentraria muitas atividades do núcleo orgânico, e outro de grande abrangência populacional expropriado levaria a lutas profundas; ii) a semi-periferia aliviaria o congestionamento de capital sem aplicação no núcleo orgânico (ARRIGHI, 1998; WALLERSTEIN, 1979).

Arrighi (1998) atribuiu ao Estado um papel que se aproxima daquele definido por Cardoso e Faletto (1969), ao defender que o comando econômico possuía prioridade sobre o comando político, pois o caráter cumulativo do primeiro é um fator relevante na luta pela legitimidade entre Estados, assim como entre os Estados e seus cidadãos. Para o autor, o diferencial entre os resultados auferidos pelas atividades de núcleo orgânico e as da periferia seria consequência da capacidade dos Estados em: “(1) controlar o acesso de todas as principais cadeias de mercadorias aos escoadouros que garantam melhor remuneração; (2) fornecer a infra-estrutura e os serviços exigidos por atividades típicas de núcleo orgânico; e (3) criar um clima político favorável à capacidade empresarial capitalista” (p. 155).

Arrighi (1998) defendeu, ainda, que se o processo de industrialização da periferia não alterou a estrutura orgânico-periferia, em contraponto, foi parte de uma revolução social sem precedentes. A semiperiferia, também ali, ocupou uma posição imprescindível, pois se tornou o epicentro de suas tensões e contradições, definidas pela “[...] combinação de poder social proletário e privação relativa” (ARRIGHI, 1998, p. 232). Características que, por

exemplo, ao ameaçarem a estabilidade do sistema foram motivadoras de articulações, entre as classes dominantes, que estiveram na base das ditaduras militares que iniciaram em 1964 no Brasil e se pulverizaram por grande parte dos países semiperiféricos, nas décadas de 1970 e 1980 (ARRIGHI, 1998).

Com base na atividade discursiva do sistema mundo, a abrangência sócio-política que o processo de crescimento econômico atingiu torna-se explícita, trata-se da formatação de determinada lógica que tem por objetivo inserir os mais variados atores, de corpo e alma, nas práticas econômicas predominantes. Nesse sentido, a teoria do sistema mundo deu relevo, com o pano de fundo da lógica capitalista, às relações comerciais com base no compromisso entre classes sociais transnacionais, assim como à divisão internacional do trabalho que ali possui suas origens. A economia-mundo, através das redes comerciais, se tornou o foco da acumulação capitalista, porém, articulada com uma superestrutura política com base no sistema inter-Estados (MARTINS, 2006).

A partir dessas premissas, o Estado deslocou para si as pressões sociais, gerenciando-as de forma compatível com seu padrão econômico. Nesse processo, as melhorias das condições de vida da população ficam condicionadas às reservas econômicas alcançadas por cada Nação, o que confere lentidão à resolução dos problemas sociais dos países periféricos, mas em contraponto cria expectativas contínuas em relação aos saltos paralelos à aceleração do crescimento econômico. Crença que, dada a macro-estrutura econômica, não passaria de ilusão (ARRIGHI, 1998).

Assim, as estratégias predominantes têm por função colocar a população em compasso de espera, através do atendimento gradual de algumas das demandas sociais vistas como pré-condições mínimas para que o sistema vigente se perpetue, ou seja, por meio da contenção do potencial revolucionário, conforme denunciado anteriormente por Baran (1964).

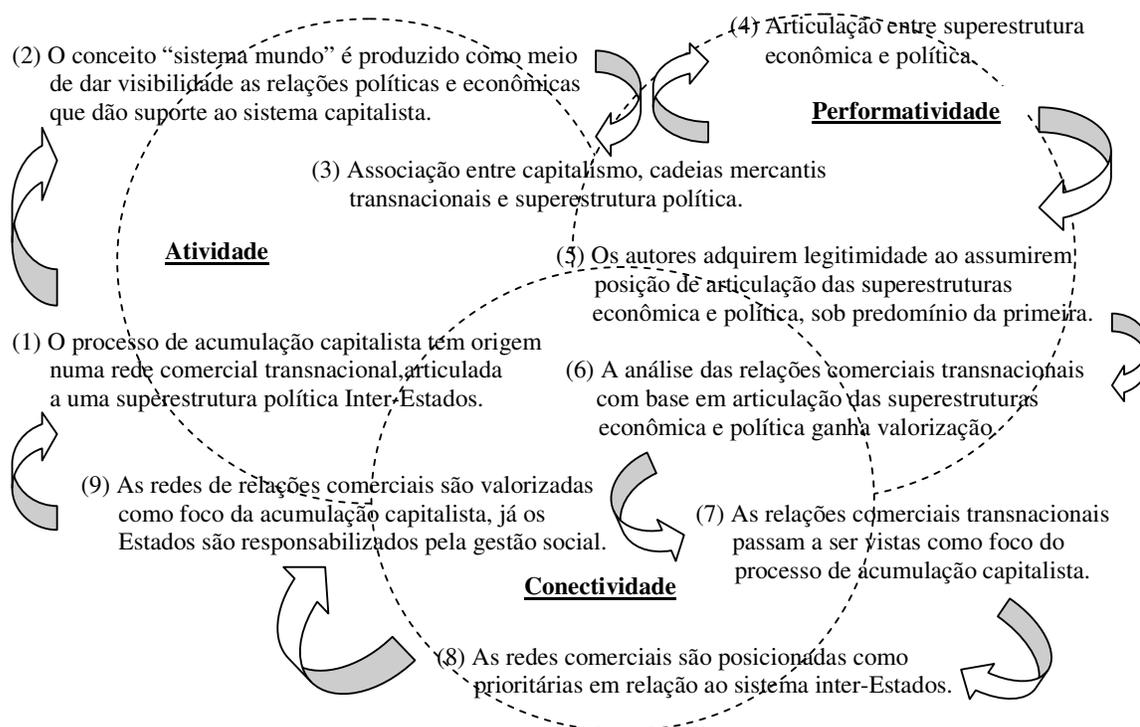


Figura 24 – O discurso do sistema mundo e a ilusão do desenvolvimento

5.2 SÍNTESE E PRINCIPAIS CONCEITOS QUE DÃO SUPORTE ÀS AÇÕES DISCURSIVAS LIGADAS AO SISTEMA MUNDO

A produção discursiva de Braudel (1977) posicionou a economia-mundo como construção histórico-comercial – ao articular dinamicamente os meios de subsistência individuais e familiares, a produção privada e o Estado – que, no capitalismo, caracterizou-se por uma determinada ordem social que naturalizou a desigualdade com base na capacidade de formação de monopólios. Atribuiu, ainda, aos ciclos econômicos um papel dinamizador em termos históricos e uma posição intermediária entre o tempo semi-imóvel das estruturas e a história lenta das conjunturas econômicas de forma a condicionar as ações individuais.

A dinâmica dali advinda, posicionada como organização social, política, econômica e cultural, ao ser re-interpretada por Wallerstein (1979) forneceu as bases para uma categorização dos vários sujeitos entre proprietários e trabalhadores que se, por um lado, tinham em comum o direcionamento de suas ações para práticas que facilitassem a acumulação econômica; por outro, criou contradições vitais ao sistema capitalista, ao:

favorecer os proprietários em detrimento dos trabalhadores; diminuir a circulação e distribuição do capital; e reduzir o número de compradores. Essas últimas conseqüências provocaram a criação, pelos proprietários do capital, de longas cadeias mercantis transnacionais com vista à expansão do mercado e dos lucros dali advindos (TERLOUW, 1995).

Cabe destacar que para Wallerstein (2001), assim como para Arrighi (1997; 1998), essa cadeia mercantil seria sustentada não só por uma lógica econômica, mas por sua articulação com um sistema político inter-Estados que lhe forneceria suporte e estabilidade. O resultado dessa articulação seria a emergência de um sistema-mundo direcionado para a mercantilização das mais variadas esferas da vida humana.

Os principais conceitos produzidos pelos autores localizados nos países periféricos, examinados no capítulo anterior, e que abordam as teorias da economia-mundo e do sistema mundo são apresentados de forma sintética abaixo:

Autor	Conceitos Principais
Prebisch	Relação Centro-Periferia, Industrialização Substitutiva de Importações, Planejamento Estatal.
Furtado (1961)	Subdesenvolvimento (como Resultado do Desenvolvimento Periférico).
Furtado (1974)	Mito do Desenvolvimento.
Furtado (1999)	Reconstrução Estrutural, Criatividade.
Tavares	Exportações (como Único Fator de Dinamização das Economias Periféricas), Articulação entre Fatores Endógenos e Exógenos.
Cardoso e Faletto	Dependência, Alianças de Classe ou Grupos Sociais, Países em Desenvolvimento.
Frank	Desenvolvimento do Subdesenvolvimento.
Baran	Apropriação de Excedente de Capital, Economia Política do Desenvolvimento.
Amin	Trocas Desiguais, Fluxos de Capitais (Articulados com o Incentivo à Ampliação dos Mercados).
Marini	Dependência, Super-Exploração do Trabalho, Subimperialismo.
Dos Santos	Mercantilismo, Revolução Científico-Técnica, Civilização Planetária.
Casanova	Exploração, Colonialismo, Democracia Participativa.
Braudel	Capitalismo (como atividades diferentes), Cadeias Comerciais Privadas, Ciclos Econômicos, Economia-Mundo.
Wallerstein	Luta pelo Preço, Semiperiferia, Mercantilização de Tudo, Sistema Mundo.
Arrighi	Inovação

Quadro 2 – Principais conceitos produzidos nos países periféricos e ligados ao sistema mundo

As figuras 25A e 25B, a seguir, buscam demonstrar algumas das relações entre os principais conceitos examinados nos dois últimos capítulos:

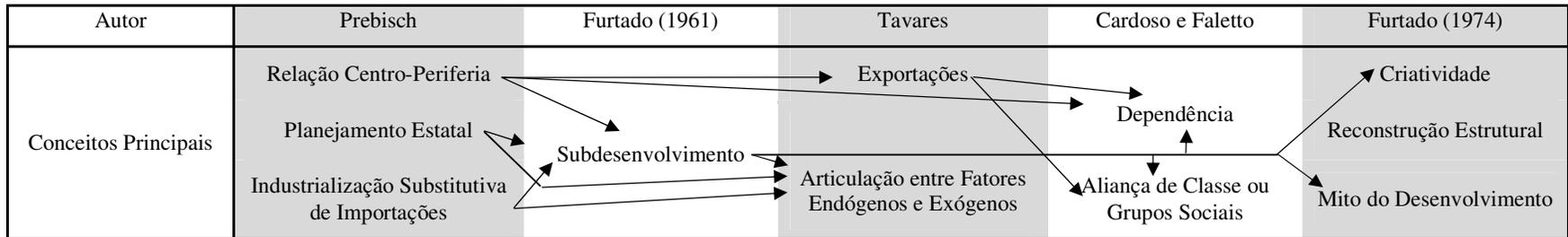


Figura 25A – Abordagens desenvolvimentistas

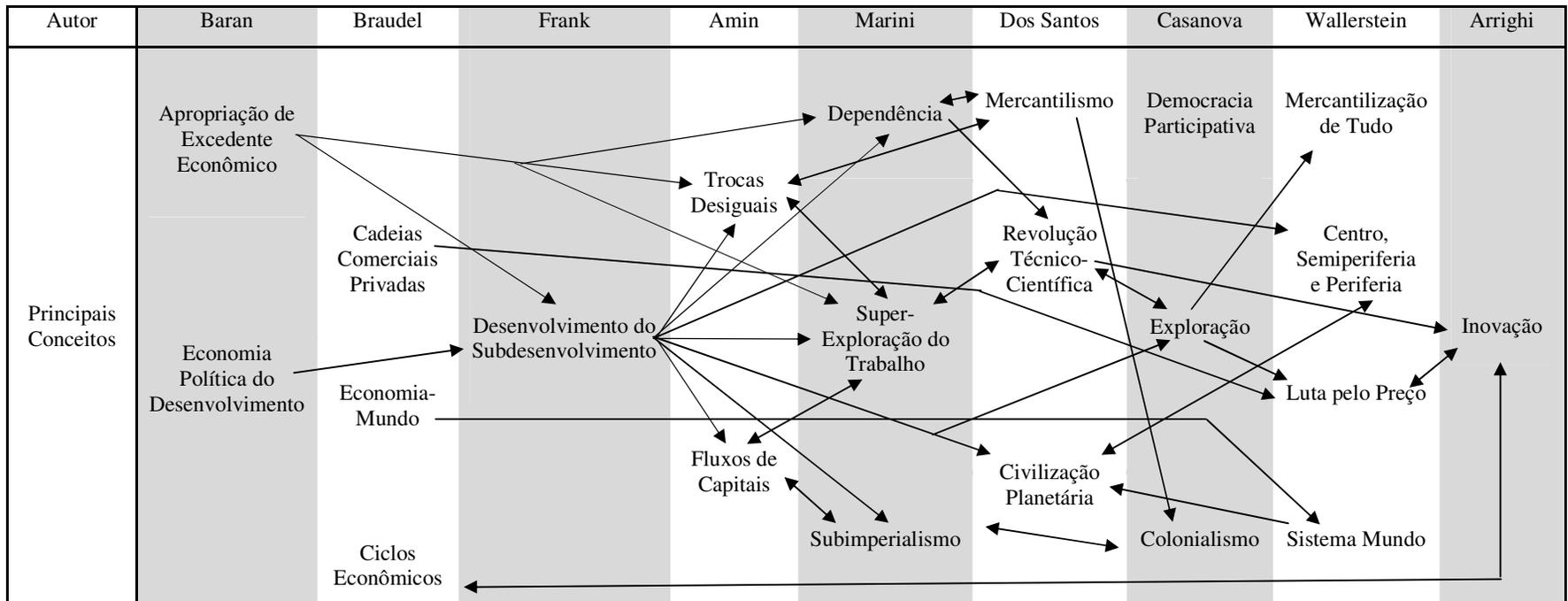


Figura 25B – Abordagens críticas da relação desenvolvimento/subdesenvolvimento

6 DISCURSOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE DESENVOLVIMENTO: SUSTENTABILIDADE, ENDOGENIA E CAPACIDADES

A partir da década de 1980, novas estratégias discursivas articuladas com as premissas predominantes em escala mundial ganharam visibilidade no campo discursivo do desenvolvimento. Entre tais produções, cabe dar destaque aos discursos dirigidos para o Desenvolvimento Sustentável, à construção de um modelo de desenvolvimento regional, com base na teorização do economista chileno Sérgio Boisier, e à articulação entre liberdade individual e desenvolvimento, conforme proposta pelo economista indiano Amartya Sen.

6.1 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As origens da construção discursiva em defesa de práticas ligadas ao desenvolvimento sustentável remontam às pressões de grupos ambientalistas desde a década de 1960 e à sua incorporação ao discurso das organizações internacionais, em 1972, através da produção, pelo Clube de Roma, de um relatório denominado ‘limites ao crescimento’ (AFONSO e FERNANDES, 2005; OLIVO e MISOCZKY, 2003).

Naquele mesmo ano, em um contexto no qual a escassez de alimentos, energia e, principalmente, o caráter esgotável de alguns recursos naturais utilizados como matéria-prima na produção industrial passaram a ameaçar a manutenção da lógica predominante ligada ao mercado capitalista, foi criado o PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – como resultado da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo. O PNUMA é uma agência do sistema ONU responsável por catalisar a ação internacional e nacional para a proteção do meio ambiente no contexto do

desenvolvimento sustentável. (PNUMA, 2009; ONU, 1974; DOS SANTOS, 2004; ESCOBAR, 1995).

Entretanto, foi em meio a crise econômica mundial da década de 1980 que o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser incorporado com maior ênfase na agenda ligada ao desenvolvimento. Em 1983 foi criada, durante a Assembleia Geral da ONU, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMMAD) e, sob responsabilidade dessa Comissão, em 1988, foi apresentado o relatório Brundtland. Através desse relatório, o desenvolvimento sustentável adquiriu posição de categoria-chave nos discursos das agências internacionais que buscavam influenciar na formulação de políticas públicas em escala nacional (OLIVO e MISOCZKY, 2003; ESCOBAR, 1995).

Naquele contexto, o desenvolvimento sustentável foi definido como “[...] aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988, p. 46-48). As principais preocupações que estiveram na base desse conceito foram com a destruição do ambiente ecológico, como fornecedor de insumos básicos necessários à continuidade do processo de crescimento econômico; com o aumento da pobreza, como base de práticas predatórias relacionadas aos recursos naturais; e com a diminuição dos níveis de qualidade de vida, como criadora de tensões potencialmente desestabilizadoras do sistema mundial.

No que tange à estratégia ligada à destruição ambiental percebida à época, a CMMAD (1988) destacou a necessidade de adoção de medidas com vista ao incentivo de formas de produção suportadas pelo meio-ambiente, tanto em relação à racionalização e efficientização da exploração dos recursos naturais, quanto em relação à redução e controle da poluição industrial.

Já, em relação à pobreza, a CMMAD (1988, p 30-34) destacou que:

O aumento da pobreza e o desemprego vêm pressionando ainda mais os recursos ambientais [...]. A própria pobreza polui o meio ambiente, criando outro tipo de desgaste ambiental. Para sobreviver os pobres e famintos muitas vezes destroem seu próprio meio ambiente: derrubam florestas, exaurem as terras marginais [...]. Se as pessoas destroem a vegetação para ter alimento, forragem ou madeira, o solo perde sua proteção.

Assim, a pobreza foi considerada um dos fatores responsáveis pela destruição ambiental. Num movimento de inversão, os pobres deixaram de ser resultado de estratégias desenvolvimentistas excludentes que tinham por modelo os países desenvolvidos e passaram a ocupar uma posição de obstáculo à manutenção do crescimento econômico, assim como suas

práticas foram consideradas primitivas e irracionais, tornando-se, novamente, alvo de conversão (ESCOBAR, 1995; OLIVO e MISOCZKY, 2003).

A redução dos níveis de qualidade de vida, por sua vez, foi posicionada como causa da diminuição da possibilidade humana de produzir e consumir, a partir da qual foram propostas práticas de incentivo, entre outros, à educação e à saúde como fatores viabilizadores, respectivamente, de recursos cognitivos mínimos exigidos para a produção e de condições físicas adequadas à eficiência humana. As estratégias discursivas em prol da educação e da saúde tiveram, também, papéis significativos em relação ao controle das populações, principalmente, nos países considerados em desenvolvimento. Nesse aspecto, cabe ressaltar a aproximação entre desenvolvimento sustentável e crescimento populacional incentivada pela CMMAD (1988, p. 60):

A sustentabilidade do desenvolvimento está diretamente ligada à dinâmica do crescimento populacional. É mais fácil buscar o desenvolvimento sustentável quando o tamanho da população se estabiliza num nível coerente com a capacidade produtiva do ecossistema. [...]. Como o tempo é escasso, os países em desenvolvimento terão que adotar medidas diretas e baratas para reduzir a fecundidade (acesso aos serviços de planejamento familiar), a fim de não ultrapassar de modo radical seu potencial capaz de sustentar suas populações.

Sob a lógica acima, na construção de caminhos direcionados ao desenvolvimento sustentável, fica evidenciado que a estratégia discursiva enfatiza a proteção ecológica, a superação da pobreza e o atendimento das necessidades básicas da população a partir do pano de fundo orientado para a estabilização do crescimento econômico.

Nesse aspecto, a CMMAD (1988, p. 47) defendeu que as “[...] necessidades são determinadas social e culturalmente, e o desenvolvimento sustentável requer a promoção de valores que mantenham os padrões de consumo”. Ressaltou, ainda, a deterioração do ambiente como fator potencialmente impeditivo do crescimento econômico: “O necessário, agora, é uma nova era de crescimento econômico, um crescimento convincente e ao mesmo tempo duradouro do ponto de vista social e ambiental [...] é preciso buscar segurança através da mudança” (CMMAD, 1988, p. 346).

A ênfase econômica que advém desse raciocínio é reforçada, ainda, pela valorização das novas tecnologias e pelo necessário empenho político, em escala nacional, direcionados para a superação dos obstáculos encontrados no caminho.

O desenvolvimento sustentável não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos

investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional, estão de acordo com as necessidades atuais e futuras. Esse não é um processo fácil, sem tropeços e, em última análise, sua viabilidade depende do empenho político. Os desafios são interdependentes e complementares, exigindo abordagens abrangentes e ampla participação popular. (CMMAD, 1988, p. 10)

A ação discursiva do CMMAD (1988) se direcionou para a construção de uma estratégia, sob o signo do desenvolvimento sustentável, articuladora de variáveis sociais e ecológicas orientadas para o crescimento dos mercados e, principalmente, direcionada para a edificação de uma agenda consensual que norteasse as mudanças relacionadas aos padrões de produção e consumo.

A partir dessas premissas, foram valorizadas práticas racionais em relação à preservação e exploração dos recursos naturais utilizados como matéria-prima industrial, assim como de redução dos riscos ambientais atribuídos à pobreza e às culturas supostamente primitivas e predatórias dos pobres, principalmente, daqueles localizados nos países periféricos. Dessa lógica, emergiram práticas que buscaram o controle do ambiente sócio-ecológico e a redução do impacto produzido pela produção industrial, com base em novas tecnologias e no empenho político como fatores potencializadores das mudanças com vista à estabilização do crescimento econômico.

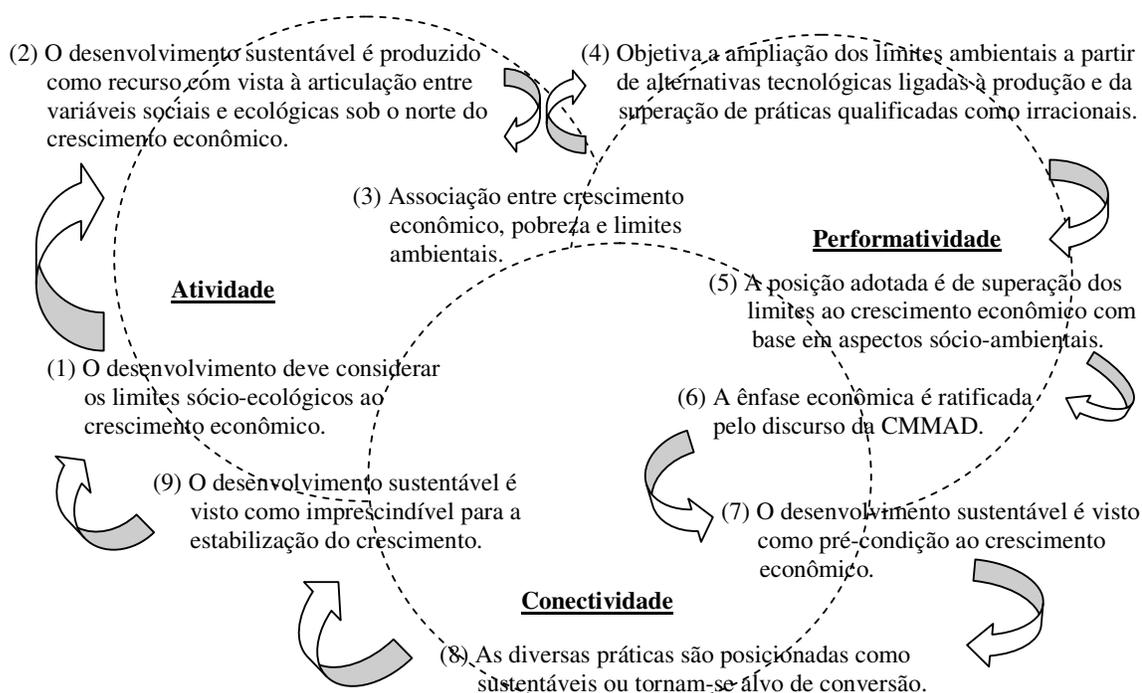


Figura 26 – O discurso do desenvolvimento sustentável

6.2 O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE SÉRGIO BOISIER

Boisier (1982) direcionou sua ação discursiva para a construção de um modelo de desenvolvimento regional, no qual os principais aspectos a serem considerados seriam: a) destinação (inter)regional de recursos; b) efeitos regionais diferenciados do quadro da política econômica nacional; e c) capacidade de organização social da região. O autor diferenciou, ainda, crescimento (econômico) de desenvolvimento (social) e, ao priorizar esse último, sugeriu a interação entre dois grandes atores: o Estado, de natureza política, e a região, predominantemente social.

Ao qualificar o crescimento como definido por premissas exógenas e o desenvolvimento como possuidor de caráter endógeno, defendeu a articulação entre fatores internos e externos como faces de uma mesma moeda e, principalmente, a conscientização dos atores internos em relação à sua parcela de responsabilidade no que tange ao desenvolvimento da região, qualificada como fator que condicionaria o crescimento (BOISIER, 1982).

Com tais propósitos, o autor voltou seu interesse para a questão do desenvolvimento através da valorização da “[...] inter-relação entre conhecimento científico, consenso social e poder político coletivo, como tripé básico que dá suporte aos processos de crescimento e desenvolvimento regional” (BOISIER, 1999, p. 41). O que estava em pauta era o papel do Estado enquanto coordenador do desenvolvimento, entretanto, sob o pressuposto de que sem o norte de condução advindo do mercado “[...] a maioria das regiões enfrentaria um futuro que lhes converteria em ‘regiões perdedoras’” (p. 41).

Com base nessas premissas, Boisier (1999) argumentou que, ao contrário do crescimento que é mensurável por indicadores objetivos, o desenvolvimento possui resultados intangíveis que interferem no processo de crescimento econômico. Razão pela qual o autor propôs o conceito de capital sinérgico como elo de ligação entre as várias formas de capital existentes no território onde se almeja o desenvolvimento.

O capital sinérgico foi definido como capacidade de uma sociedade em promover ações conjuntas que se direcionam para fins aceitos, de forma coletiva, democrática e, principalmente, com a finalidade de obter um produto final que é maior do que a soma dos seus componentes. Essa capacidade estaria latente em toda sociedade organizada, tornando-se explícita pelo direcionamento de energia que objetivaria sua utilização. Cabe salientar, ainda, que o capital sinérgico aumenta de forma proporcional ao uso (BOISIER, 1999).

O conceito de capital sinérgico como recurso estratégico foi posicionado como articulador, com função integrativa e potencializadora, de outras nove formas de capital, são eles: econômico, cognitivo, simbólico, cultural, institucional, psicosocial, social, cívico e humano (BOISIER, 1999). Essas formas de capital disponíveis em determinada região se referiam, respectivamente: ao estoque de recursos financeiros com a finalidade de inversão; à dotação de conhecimentos científicos e técnicos, seja em âmbito interno ou externo; ao poder da palavra e ao poder do discurso para mobilizar energia social latente; à ética particular de um grupo social localizado territorialmente e, ao mesmo tempo, ao conjunto de atitudes em relação ao trabalho, ao ócio, ao esforço, ao risco, à cooperação, à competência, etc.; à existência e quantidade de instituições públicas e privadas, assim como em relação aos atributos dessas instituições e suas relações interorganizacionais; à relação entre o pensamento e a ação; à capacidade de associação entre atores sociais e à existência de confiança entre eles; à existência de práticas políticas democráticas, de confiança nas instituições públicas e de preocupação pessoal com os negócios públicos; e, finalmente, aos conhecimentos e habilidades que os indivíduos possuem.

A partir da produção discursiva de Boisier (1999) ficaram cimentadas as bases para que, por meio dos fluxos mercadológicos e das redes de relacionamento comercial em escala mundial, houvesse possibilidade de crescimento econômico em qualquer escala desde que os Estados se responsabilizassem pela coordenação do desenvolvimento social.

A posição adotada pelo autor foi de reforço da lógica dos mercados capitalistas globais sob pena de estagnação regional, agora sob nova categorização: “regiões perdedoras”. Essa qualificação salientou a dualidade entre regiões que têm sucesso em seus esforços de articulação e integração com a lógica dos mercados e aquelas que fracassam e seriam posicionadas às margens do sistema.

Nesse contexto, os atores internos foram responsabilizados pelo sucesso ou insucesso das ações que ali tinham origem. Tais responsabilizações, entretanto, adquiririam abrangência crescente de tal forma que todas as esferas ligadas à organização da vida deveriam ser articuladas e pensadas sob o norte do crescimento econômico.

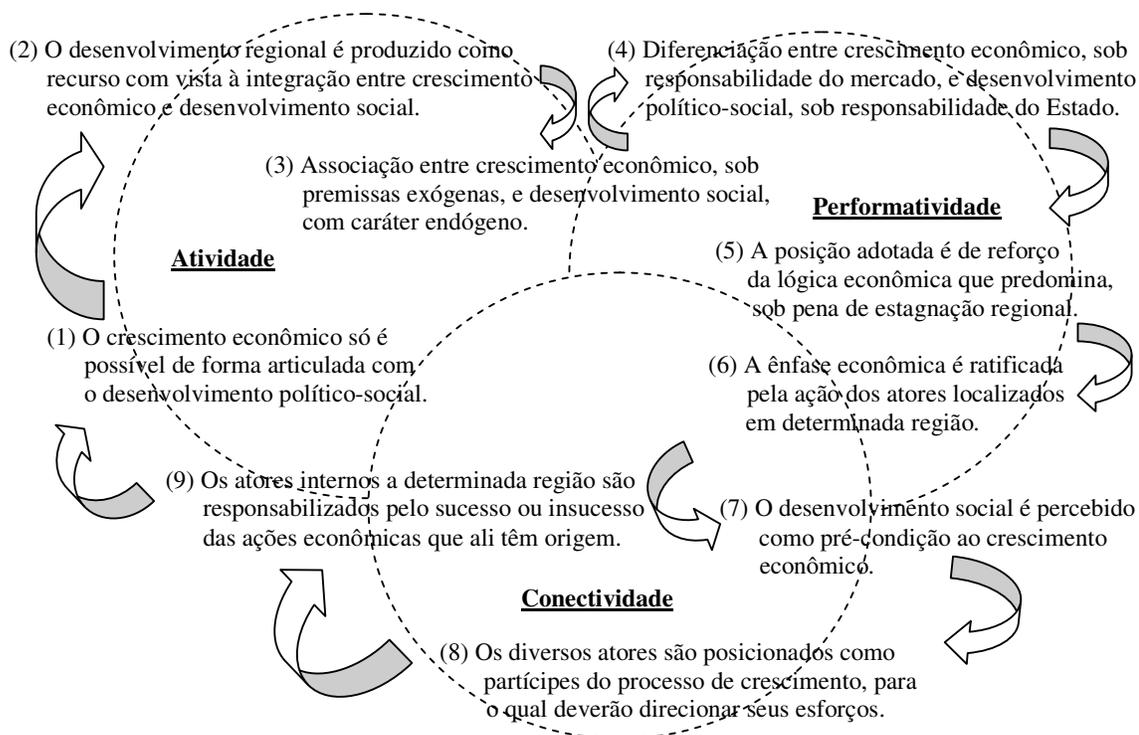


Figura 27 – O discurso do desenvolvimento regional endógeno de Sérgio Boisier

6.3 O DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES DE AMARTYA SEN

O economista indiano Amartya Sen, ao enfatizar a liberdade como meio e finalidade última do desenvolvimento, obteve reconhecimento internacional e foi homenageado, em 1998, com o prêmio Nobel de economia.

Seus esforços se direcionaram para a defesa da tese de que o desenvolvimento de qualquer país está ligado às oportunidades que sua população possui para fazer escolhas livres. Entretanto, para que essas possibilidades se concretizem é necessária a garantia de direitos sociais elementares, entre os quais: saúde, educação, segurança, habitação e cultura.

A ligação entre liberdade individual e realização de desenvolvimento social vai muito além da relação constitutiva – por mais importante que ela seja. O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e aperfeiçoamento de iniciativas. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelas liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades. (SEN, 2000, p. 19)

Cabe destacar que essas idéias estiveram na base da lógica adotada no Relatório de Desenvolvimento Humano, publicado anualmente pelo PNUD desde 1990, assim como influenciaram os programas de desenvolvimento de uma forma geral e, mais especificamente, as Metas do Milênio propostas pela ONU em 2000 que, como será visto no próximo capítulo, lançaram oito objetivos a serem alcançados até o ano de 2015 (ONU, 2008).

Sen (2000) propôs alternativas ao desenvolvimento que não limitaram esse conceito à ótica econômica, ou mesmo, exclusivamente com base em indicadores que mensurem a produção de valor de troca e/ou a acumulação de capital. O princípio organizador, a partir do qual deve ser pensado o conceito de desenvolvimento de Sen, está vinculado à preocupação com o aumento das alternativas individuais e com o comprometimento social para que as escolhas sejam respeitadas e entendidas como resultado da diferença entre os vários indivíduos inseridos em determinado contexto.

Com base nos pressupostos acima, Sen (2000, p. 31) argumentou que a liberdade individual, ao envolver “[...] tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm [...]”, se traduz nas capacidades que cada um possui para que possa realizar escolhas direcionadas para a realização de seu potencial.

Assim, ao considerar as liberdades individuais como elementos constitutivos básicos,

[...] atenta-se particularmente para a expansão das ‘capacidades’ das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam [...]. Essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública, mas também, por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo. Essa relação de mão dupla é central na análise aqui apresentada (Sen, 2000, p. 32).

Nesse ponto, a pobreza foi definida pelo autor como privação de capacidades básicas e não apenas como baixo nível de renda. A partir dessas premissas, Sen (2000, p. 112) argumentou que embora

[...] seja importante distinguir conceitualmente a noção de pobreza como inadequação de capacidade da noção de pobreza como baixo nível de renda, essas duas perspectivas não podem deixar de estar vinculadas, uma vez que a renda é um meio importantíssimo de obter capacidades. E, como maiores capacidades para viver sua vida tenderiam, em geral, a aumentar o potencial de uma pessoa para ser mais produtiva e auferir renda mais elevada, também esperaríamos uma relação na qual um aumento de capacidade conduzisse a um maior poder de auferir renda, e não o inverso.

O autor defendeu, ainda, que as políticas públicas ligadas à redução da pobreza deveriam estar vinculadas com práticas em defesa da justiça social e que possibilitassem liberdade substantiva, entendida como capacidade “[...] de escolher uma vida que se tem razão para valorizar” (SEN, 2000, p. 94).

O autor direcionou sua atividade discursiva, primordialmente, para a defesa da disponibilização de meios materiais/cognitivos como recursos que possibilitassem escolhas individuais. Entretanto, ao caracterizar as capacidades, ao mesmo tempo, como constitutivas e instrumentais, atribuiu à liberdade substantiva condicionamentos advindos da macro-economia. Nesse aspecto, Sen (2000, p. 141) argumentou que o “[...] mercado de trabalho pode ser libertador em muitos contextos diferentes, e a liberdade básica de transação pode ter uma importância crucial [...]”, assim como a liberdade substantiva se refere a escolhas, embora definidas por razões subjetivas, eficientes entre as alternativas disponíveis.

A ação discursiva de Amartya Sen promoveu determinadas práticas que, por um lado, incentivaram um papel constitutivo ou de enriquecimento da vida humana, através do desenvolvimento de capacidades elementares; por outro, atribuiu um caráter instrumental às capacidades, ao considerar que “[...] essas liberdades e direitos também contribuem muito eficazmente para o progresso econômico” (SEN, 2000, p. 53).

Assim, ao buscar a articulação entre variáveis ligadas ao estímulo da liberdade substantiva e de estabilização e crescimento do mercado, o autor entrou em sintonia com as práticas predominantes e criou a ilusão de que a desigualdade pressuposta à lógica capitalista poderia ser superada por meio do esforço individual. Esse processo resulta na invisibilização da relação estabelecida e, por consequência, na criação de uma ética social que está na base da própria lógica predominante (KRAYCHETE, 2005).

As posições e práticas que emergiram do discurso que co-relaciona liberdade e desenvolvimento, apesar de valorizarem discursos ligados à redução das situações de privação sócio-econômica, promoveram a produção de rotinas e hábitos articulados com a lógica do mercado mundial ao condicionar as ações individuais à macro-estrutura econômica nos moldes predominantes.

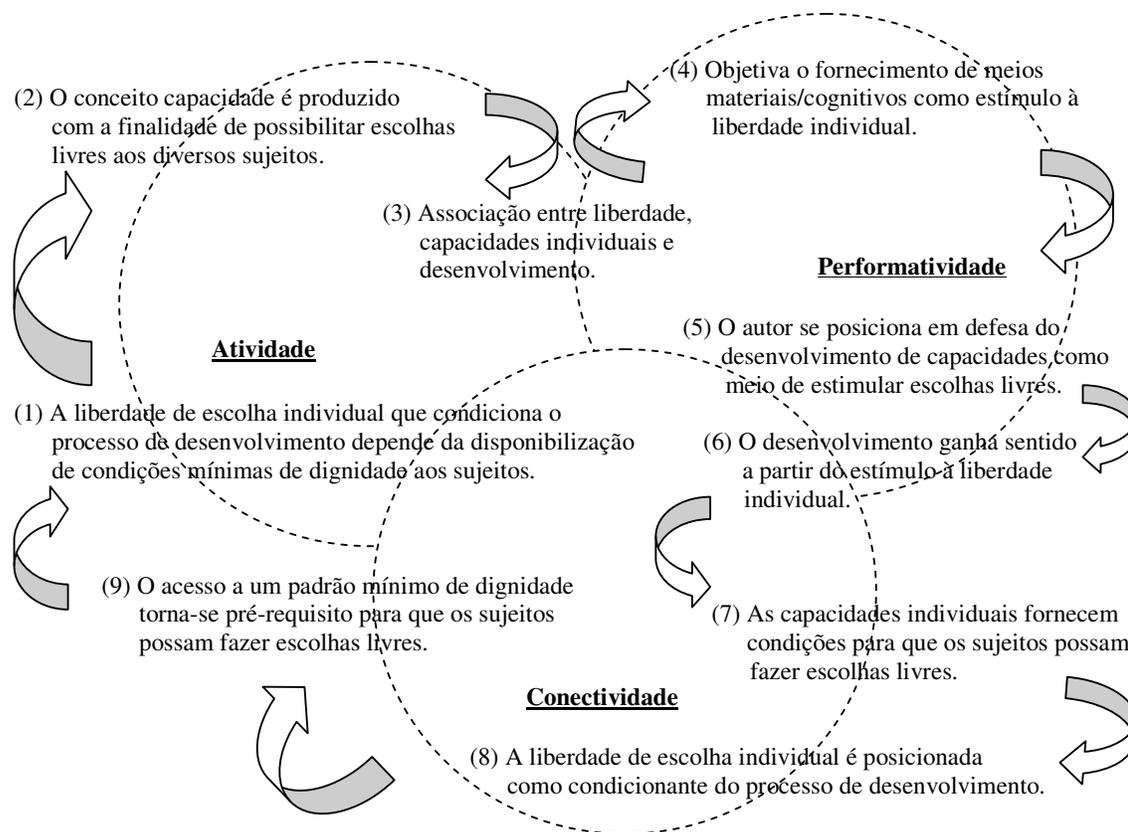


Figura 28 – O discurso do desenvolvimento de capacidades de Amartya Sen

6.4 SÍNTESE E PRINCIPAIS CONCEITOS QUE DÃO SUPORTE ÀS AÇÕES DISCURSIVAS LIGADAS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AO DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES

A produção discursiva em defesa do desenvolvimento sustentável valorizou práticas racionais em relação à preservação e exploração do meio-ambiente como fonte de recursos naturais utilizados como matéria-prima industrial, assim como de redução dos riscos ambientais atribuídos à pobreza, principalmente, aos pobres localizados nos países periféricos. Dessa lógica, emergiram ações discursivas que buscaram o controle do ambiente sócio-ecológico e a redução do impacto produzido pela produção industrial, com base em novas tecnologias e no empenho político como fatores potencializadores das mudanças com vista à estabilização do crescimento econômico.

A ação discursiva de Boisier (1982) se direcionou para a construção de um modelo de desenvolvimento regional que diferenciou crescimento – sob premissas econômicas condicionadas por variáveis exógenas – e desenvolvimento – com caráter social e composto

por aspectos endógenos. Entretanto, ao qualificá-los como as duas faces de uma mesma moeda, salientou a articulação entre os fatores endógenos e exógenos e, principalmente, a necessidade de observar o condicionamento advindo do mercado mundial, sob pena de que o espaço geográfico em pauta fosse qualificado como uma ‘região perdedora’.

Boisier (1999) argumentou, ainda, que o conceito de capital sinérgico, entendido como elo de ligação entre as diversas formas de capital existentes em determinada região, tem por função potencializar o desenvolvimento de uma sociedade e dar eficiência a suas ações, através da articulação e direcionamento dos esforços para fins aceitos de forma coletiva e democrática.

Sen (2000), por sua vez, ao argumentar sobre a importância das capacidades individuais como recurso prioritário de desenvolvimento, valorizou a ampliação de oportunidades econômicas, sociais e políticas aos diversos indivíduos e, principalmente, para os mais pobres, no mercado.

As liberdades substantivas são o suporte a partir do qual o autor construiu sua idéia de desenvolvimento. Entretanto, ao caracterizar as capacidades por um duplo papel – constitutivo e instrumental – atribuiu à lógica dos mercados uma posição de pano de fundo que fornece os mecanismos avaliativos em relação à eficiência de determinada escolha.

Nesse aspecto, a ênfase atribuída à liberdade individual como o instrumento e a finalidade última do desenvolvimento deve considerar a riqueza a ser produzida e acumulada como facilitadora da melhoria das condições de vida dos homens. Lógica que traz consigo o pressuposto de que o aumento da capacidade produtiva individual gerará maior possibilidade de consumo, de forma sintônica com os padrões de produção e consumo predominantes e de maneira a invisibilizar a relação desigual pressuposta à lógica capitalista.

Os principais conceitos produzidos pelos autores examinados neste capítulo são apresentados de forma sintética abaixo:

Autor	Conceitos Principais
CMMAD	Desenvolvimento Sustentável, Pobreza (como condicionante de práticas ecologicamente predatórias), Meio Ambiente
Boisier	Desenvolvimento Regional, Regiões Perdedoras, Capital Sinérgico.
Sen	Liberdade, Capacidades, Pobreza (como falta de capacidades elementares).

Quadro 3 – Principais conceitos produzidos nas décadas de 1980 e 1990

7 O DISCURSO SOBRE DESENVOLVIMENTO E O BANCO MUNDIAL

As ações discursivas denominadas de apoio ao desenvolvimento se iniciaram após a Segunda Guerra, através do apoio técnico oferecido pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) com vista à reconstrução da Europa e, de forma complementar, ao desenvolvimento dos países que passaram a ser definidos como subdesenvolvidos (BIRD, 1947; TRUMAN, 1949; BANCO MUNDIAL, 2008; AFONSO e FERNANDES, 2005; KOSHIMA, 2006; KRAYCHETE, 2005; MILANDO, 2005).

O BIRD foi criado como órgão integrante do sistema das Nações Unidas, concebido naquele momento como instrumento para a manutenção da paz mundial. Os primeiros esforços desenvolvimentistas expressaram objetivos voltados para a modernização e incorporação dos países menos industrializados na divisão internacional do trabalho. Esses objetivos, apesar das atualizações que ocorreram ao longo do tempo, se mantêm até hoje, principalmente, através de agências especializadas como Banco Mundial, UNESCO, PNUMA, PNUD, entre outras (ONU, 2008; AFONSO, 2005; FRIEDEN, 2008).

Entretanto, antes de abordar o discurso do desenvolvimento produzido pelo Banco Mundial é necessário considerar o processo de constituição e legitimação da ONU, como instrumento estratégico com vista à articulação de uma nova ordem internacional.

7.1 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

A ONU teve sua denominação sugerida em 1942 – durante a Segunda Guerra – pelo então presidente Norte-Americano Franklin Roosevelt, tendo sido criada através da Declaração das Nações Unidas de 12 de janeiro de 1942, quando representantes de 26 países

se comprometeram a articular esforços e continuar lutando contra as potências do Eixo. Apesar do objetivo inicial voltado à articulação armamentista de um dos pólos em conflito contra o outro, a ONU somente foi formalmente fundada em outubro de 1945, ou seja, após o final da Segunda Guerra (ONU, 2008).

A partir daquele momento, a ONU ganhou relevância ao direcionar suas ações para a manutenção da paz e da segurança mundial, através de uma ação discursiva que defendeu o fomento à cordialidade relacional entre as Nações e à promoção do progresso social com vista à melhoria dos padrões de vida e direitos humanos (ONU, 2008). Sua estrutura inicial foi composta por seis órgãos principais: a Assembléia Geral; o Conselho de Segurança; o Conselho Econômico e Social (ECOSOC); o Conselho de Tutela; o Tribunal Internacional de Justiça; e o Secretariado.

Entre estes órgãos internos, o Conselho de Segurança, composto por quinze países membros, dos quais cinco permanentes (Estados Unidos, Rússia, Grã-Bretanha, França e China) e dez eleitos pela Assembléia Geral por prazo de dois anos, é o único com poder de decisão (os demais formulam recomendações) (ONU, 2008). Para Magnoli (2006), a força da ONU encontra-se justamente na fusão de potências mundiais que foi formalizada no Conselho de Segurança, principalmente, através da regra que possibilita o veto aos membros permanentes.

O ECOSOC, por sua vez, ganhou importância ao direcionar-se para a construção de estratégias político-discursivas que enfatizavam a melhoria das condições sócio-econômicas experimentadas pela população mundial, como “(...) antídoto recomendado para fazer frente às ações conflituosas” (MARQUES, 2006, p. 179).

Cabe destacar que os diversos organismos que compõem a ONU possuem autonomia operacional; entretanto, as ações estratégicas, caracterizadas como inter-organismos, são coordenadas pelo ECOSOC. Na base do discurso especializado da ONU e, mais especificamente, do ECOSOC, estão organismos como o Banco Mundial, FMI, OMC, OMS, UNESCO, PNUD, PNUMA, CEPAL, entre outros (ONU, 2008; MARQUES, 2006).

Para Afonso e Fernandes (2005), a estrutura do ECOSOC foi moldada e periodicamente redesenhada para atender às diversas demandas que foram emergindo como desafios a serem superados no caminho da manutenção da paz mundial e das posições privilegiadas dos países que compõem o núcleo capitalista central, em escala mundial. Sob essa lógica, as principais ações ligadas ao tema do desenvolvimento, no período do imediato pós-guerra, se caracterizaram pelo incentivo à **industrialização** como meio de expandir o

mercado em escala mundial. As práticas teórico-discursivas que, naquele período, fundamentaram essas ações encontraram em **Rosenstein-Rodan** (1943) seu principal suporte.

Entretanto, dado o objeto de estudo desta tese, antes de examinar as articulações que emergiram da aproximação entre a construção de Rosentein-Rodan (1943) e os objetivos da ONU, cabe contextualizar o Banco Mundial enquanto organização que progressivamente ganhou importância no campo discursivo do desenvolvimento de forma a tornar-se, na atualidade, o órgão central.

7.2 A EMERGÊNCIA DO BANCO MUNDIAL

O Grupo Banco Mundial é composto por cinco organismos que têm por objetivos o financiamento e a disseminação de conhecimentos técnicos ligados ao desenvolvimento. À organização original – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), que entrou em operação no dia 25 de junho de 1946 –, foram agregados outros quatro órgãos: Corporação Financeira Internacional (IFC), criada em 1956; Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), em 1960; Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CIADI), em 1966; e Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (AMGI), em 1988 (BIRD, 1946; 1956; 1962 e 1968; BANCO MUNDIAL, 2008).

O BIRD e o FMI (Fundo Monetário Internacional) foram criados como resultado das conferências de Bretton Woods, ocorridas de 01 a 22 de julho de 1944, com vista à estabilização econômica e financeira em nível mundial (BIRD, 1946; BANCO MUNDIAL, 2008). Apesar de terem funções complementares, a diferença entre eles, segundo apresentação do próprio Banco Mundial (2008, s/p), é que esse é uma organização que “[...] promove o desenvolvimento econômico e social e a redução da pobreza, enquanto o Fundo Monetário Internacional busca manter um sistema ordenado de pagamentos entre as nações”. Por consequência, enquanto o FMI oferece empréstimos financeiros para todos os seus países membros com vista ao equilíbrio da balança de pagamentos e ao apoio de programas de ajuste, estabilização e crescimento do comércio; o Banco Mundial se direciona, prioritariamente, para o incentivo ao processo de desenvolvimento dos países qualificados como em desenvolvimento.

Para o Banco Mundial (2008, s/p), um país em desenvolvimento

[...] é um país onde as pessoas vivem com muito menos dinheiro e, freqüentemente, carecem de serviços públicos básicos em comparação com as pessoas que vivem nos países altamente industrializados. [...] Para fins relacionados com o financiamento, o alívio da dívida, a assistência técnica e os serviços de assessoria do Banco, classificamos como países em desenvolvimento: os países pobres muito endividados; os países com renda média; os países com baixa renda e em dificuldades; e os pequenos Estados.

No conceito defendido pelo Banco Mundial (2008), as melhorias nas condições sócio-econômicas propostas para os países em desenvolvimento têm como referência a comparação com os países considerados desenvolvidos. Estes últimos são posicionados como modelos a partir dos quais ganha vigor uma lógica evolucionista de desenvolvimento que, em última instância, teria por objetivo o atingimento de uma condição próxima àquela proposta por **Rostow** (1961) que defendia a tese da **sociedade de consumo de massa** como último estágio evolutivo ligado ao desenvolvimento.

Essa lógica, incentivada pelo Banco Mundial, está diretamente ligada com sua estrutura, já que a regra que historicamente deu forma ao Banco Mundial ligou o poder de influência ao capital disponibilizado ao Banco, para que este pudesse cumprir com seus objetivos – um dólar, um voto (BIRD, 1950). No que tange à organização inicialmente adotada pelo BIRD (1946, p. 22):

O presidente e a diretoria executiva do Banco, ao serem indicados pelos Estados Unidos estão, por isso, direcionados para a pronta obtenção de uma interpretação oficial do Banco como autoridade para fazer ou garantir empréstimos para programas de reconstrução econômica e de reconstrução dos sistemas monetários, incluindo empréstimos de longo prazo.

Já, em relação à sua estrutura, o

Banco Mundial funciona como uma cooperativa na qual seus 185 países membros são acionistas. Esses acionistas são representados por uma Junta de Governadores [...] encarregados de formular as políticas do Banco. Habitualmente, os governadores são os ministros da fazenda ou do desenvolvimento dos países membros. Se reúnem uma vez por ano nas Reuniões Anuais da junta de Governadores do Grupo Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Como os governadores somente se reúnem uma vez por ano, delegam responsabilidades específicas para 24 diretores executivos que trabalham na sede do Banco. Os cinco principais acionistas — Alemanha, Estados Unidos, França, Japão e Reino Unido — indicam um diretor cada, e os demais países são representados por outros 19 diretores executivos. (BANCO MUNDIAL, 2008, s/p)

Cabe destacar, ainda, as bases políticas da articulação posterior que ocorreu entre as estratégias discursivas adotadas pelo BIRD e a construção proposta por **Truman** (1949) no

que tange à formatação de categorias classificatórias que diferenciaram os diversos países. O próprio termo **subdesenvolvimento** aparece nos textos originais do BIRD em 1947, ou seja, dois anos antes do discurso inaugural do Presidente Norte-Americano que lançou a díade discursiva desenvolvimento-subdesenvolvimento como marco referencial para o delineamento das estratégias político-econômicas ligadas ao processo de desenvolvimento.

Os objetivos que articularam a construção discursiva proposta pelo BIRD (1946, p. 23) foram definidos em cinco pontos:

- i) Assistir a reconstrução e o desenvolvimento de territórios dos membros via facilitação de investimentos de capital ligados à produção, incluindo a reconstrução das economias destruídas ou desorganizadas pela guerra, a reconversão das facilidades produtivas às necessidades do tempo de paz e o encorajamento do desenvolvimento de facilidades produtivas e recursos nos países menos desenvolvidos.
- ii) Promover o investimento privado externo, por meio de garantias ou participação nos empréstimos ou outros investimentos feitos pelos investidores privados; e quando o capital privado não está disponível em condições razoáveis, suplementar os investimentos privados pela provisão financeira, em condições sustentáveis, para propostas produtivas.
- iii) Promover o crescimento do comércio internacional e a manutenção do equilíbrio da balança de pagamentos, encorajando o investimento internacional destinado ao desenvolvimento dos recursos produtivos dos membros, com vista ao aumento da produtividade, do padrão de vida e da melhoria das condições de trabalho em seus territórios.
- iv) Fornecer empréstimos ou garantias em relação aos empréstimos internacionais através de outros canais, àqueles projetos mais necessários e urgentes.
- v) Conduzir suas operações considerando os efeitos do investimento internacional no território dos membros e, no imediato pós-guerra, fornecer capacitação que facilite a transição da economia de guerra para o tempo de paz.

É relevante destacar, não só a ênfase atribuída por Truman (1949) no que se refere ao suporte oferecido às Nações Unidas, mas a aproximação entre as quatro estratégias destacadas como prioritárias para seu governo e os cinco pontos enfatizados pelo BIRD (1946), no que tange: à reconstrução da Europa e ao desenvolvimento dos países considerados menos desenvolvidos; à estabilização e disseminação da lógica dos mercados capitalistas; e ao incentivo ao fluxo internacional de capital e tecnologia existentes nos Estados Unidos.

Com base nos objetivos descritos acima, em relação à efetivação dos empréstimos estimulados pelo BIRD (1946), foram criados procedimentos específicos com a finalidade de avaliar a adequação dos pedidos às políticas do Banco, assim como a viabilidade da execução dos projetos e do pagamento da dívida a ser contraída pelos requerentes.

As condições impostas pelo BIRD (1946, p. 24-25) para a liberação dos empréstimos foram: i) o País membro deveria oferecer as garantias de pagamento do principal e das taxas

dos empréstimos para todos os projetos aprovados e localizados em seu território, mesmo quando não fosse o próprio tomador; ii) o Banco buscava atender, prioritariamente, aquelas situações em que o tomador era incapaz de obter empréstimos no mercado, sob condições consideradas razoáveis; iii) o comitê competente do BIRD havia emitido relatório recomendando o projeto, após cuidadoso estudo dos méritos da proposta; iv) as taxas eram razoáveis e a agenda de pagamentos do principal apropriadas, conforme avaliação do BIRD; v) o projeto deveria estar localizado integralmente em território dos países membros; vi) o Banco deveria receber adequada compensação pelos riscos assumidos em contrapartida à garantia dos empréstimos feitos por outros investidores; vii) os empréstimos feitos ou garantidos pelo Banco, exceto em circunstâncias especiais, deveriam se destinar para projetos específicos de reconstrução ou desenvolvimento.

O BIRD, ao se caracterizar por um funcionamento cooperativado com vista ao fornecimento de empréstimos de forma complementar ao mercado financeiro, direcionou seus esforços para o suporte econômico e técnico de projetos específicos ligados à reconstrução dos países atingidos pelas guerras e para o desenvolvimento dos países considerados menos desenvolvidos.

No circuito da performatividade, o discurso do BIRD estimulou a reconstrução dos países da Europa e o desenvolvimento das nações menos desenvolvidas de forma articulada com a estrutura de mercado em escala mundial, através do suporte técnico e financeiro para ações específicas dos países membros. O BIRD assumiu, então, a posição de principal financiador da reconstrução e do desenvolvimento, em escala mundial.

Já, no circuito da conectividade, a reconstrução e o desenvolvimento ganham objetividade e posicionam os países em três grupos: EUA (principal financiador) e Inglaterra; países europeus industrializados que necessitavam reconstruir sua estrutura sócio-econômica fragilizada pelo período de guerra; e países menos desenvolvidos.

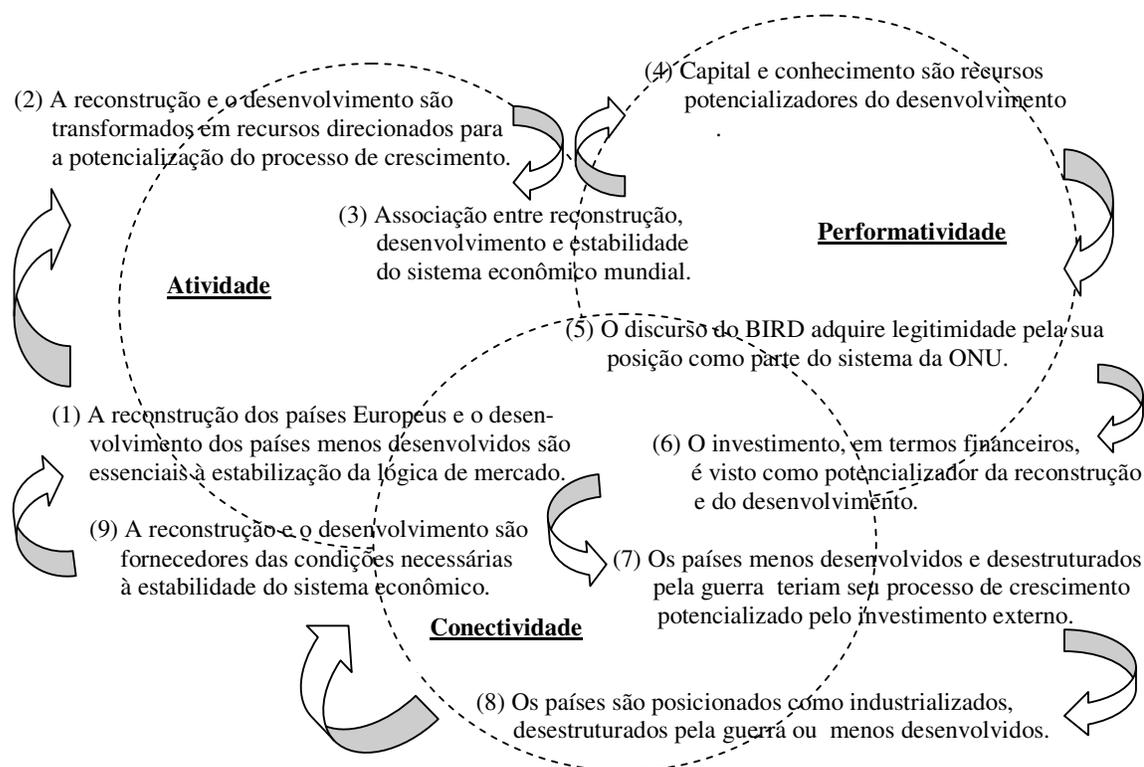


Figura 29 – O discurso sobre desenvolvimento do BIRD

7.3 OS PLANOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

No segundo relatório anual relativo às atividades do BIRD, referente ao período entre julho de 1946 e junho de 1947, o Banco foi alvo de uma avaliação em relação às políticas levadas a cabo até então, oportunidade na qual se concluiu que, em contraponto à ênfase que direcionava os recursos disponibilizados para projetos setoriais específicos dos países membros,

[...] o problema é mais profundo e mais difícil do que o imaginado em Bretton Woods. Os efeitos da completa e prolongada desorganização do mercado foram mais sérios do que parecia em 1944, a demora em atender as mais elementares necessidades por alimentos e combustíveis, a desarticulação do mecanismo industrial, da organização governamental, e dos recursos humanos, tiveram a mais profunda significação (BIRD, 1947, p. 7).

A reconstrução pretendida necessitava, portanto, re-habilitar as economias nacionais como um todo. Mais, o problema não se concentrava apenas nas áreas devastadas pela guerra, pois muitas outras nações haviam sido influenciadas pelas demandas geradas nesses países no

período de guerra e necessitavam re-estruturar seu sistema produtivo com vista ao atendimento das novas demandas do tempo de paz, atingindo, assim, a economia mundial como um todo (BIRD, 1947).

Sob premissas econômicas, em escala mundial, o foco se dirigiu para o ‘problema do dólar’ (BIRD, 1947, p. 8):

A grande necessidade de dólares americanos reflete simplesmente os seguintes fatos: (1) o resto do mundo não é suficientemente produtivo para obter os produtos e serviços necessários através da produção doméstica ou das linhas comerciais internacionais; (2) conseqüentemente esses produtos e serviços são comprados em grande parte dos Estados Unidos porque, com seu imenso mecanismo intacto, os Estados Unidos são um dos poucos países, e o mais importante deles, com capacidade de suprir esses bens e serviços; e (3) essa procura nos Estados Unidos requer dólares. O problema do dólar será resolvido quando, e somente quando, a produção em outros países do mundo crescer de forma a aumentar a necessidade de produtos que podem ser obtidos através de um fluxo normal do mercado internacional, com exportação de produtos e serviços capazes de pagar pelas importações essenciais.

Nesse ponto, a aproximação com a produção discursiva em defesa do processo de **industrialização**, conforme proposto por **Rosentein-Rodan** (1943), torna-se evidente. Principalmente no que tange ao estímulo de parques fabris com base em **economias externas** que, ao mesmo tempo, promovessem formas de aumento da renda *per capital* nacional com base em acréscimos do valor do trabalho industrial em relação ao trabalho agrícola, assim como produzissem aumento da produção e criação de um mercado adicional constituído pelos trabalhadores que se transferissem do campo para a cidade.

Sob essa lógica e com a justificativa de que não havia condições de atender todas as solicitações de empréstimos, os investimentos do BIRD (1947) foram direcionados para aqueles projetos que demonstrassem maior capacidade de fomento à atividade produtiva. Naquele momento histórico, a ênfase discursiva que prevaleceu posicionou o próprio Banco, através de seu quadro técnico, como construtor de planos nacionais de desenvolvimento, não somente com a finalidade de facilitar projetos específicos, mas articulando-os com premissas que levassem à disseminação de uma estratégia integrada, em escalas nacional e internacional (BIRD, 1947).

Em relação à estratégia de desenvolvimento, os países subdesenvolvidos²³, qualificados como economias que “[...] não possuem renda nacional para prover investimentos na magnitude requerida pelos programas de desenvolvimento” (BIRD, 1947, p.

²³ Em relação aos relatórios anuais do BIRD, o termo “underdeveloped” aparece pela primeira vez em 1947.

13), foram alvo de programas de assistência financeira, com vista à modernização de sua produção e capacitação de sua mão-de-obra.

É relevante salientar, no que tange aos encargos cobrados pelos empréstimos fornecidos ou garantidos pelo BIRD, a resistência oferecida pelas nações subdesenvolvidas que é reconhecida pelo discurso do próprio Banco, assim como a defesa desse último em relação à necessidade de atratividade ao investimento privado:

Está correto e apropriado que as nações subdesenvolvidas utilizem mecanismos de proteção contra a exploração econômica como resultado do fluxo de capital externo, já que no passado a exploração e os abusos com frequência acompanharam os investimentos feitos nesses países. Mas, a necessidade de proteção contra a exploração não pode ser requerida ou justificada pelo injusto tratamento do capital externo. O ressarcimento do risco do investimento de capital, quer na forma direta ou lucro, é essencial para o processo de empréstimo de capital; muitos investimentos não podem ser atraídos sem segurança e oportunidade de obter retorno razoável (BIRD, 1947, p. 14).

O Banco, ao se caracterizar como agente intermediário entre investidores e tomadores, defendeu uma posição na qual os investidores privados deveriam reconhecer as necessidades dos países subdesenvolvidos e, em contrapartida, esses países teriam que reduzir o “[...] extremo protecionismo que resulta em tratamento diferenciado do capital externo privado [...] que é prejudicial ao desenvolvimento de suas economias” (BIRD, 1947, p. 14).

Ao se posicionar como definido acima, o discurso do BIRD (1947) considerou duas premissas em relação aos países subdesenvolvidos: a já salientada escassez de recursos disponíveis para atendimento de todas as demandas consideradas viáveis pelo BIRD; e, principalmente, o direcionamento prioritário dos recursos próprios para a reconstrução dos países Europeus, por sua importância como mercado produtor e consumidor em termos mundiais. Essa priorização foi justificada, ainda, pelo menor fluxo de investimentos necessários à reconstrução de países que possuíam qualificação de mão-de-obra e *know-how* tecnológico, do que aquele destinado ao desenvolvimento que parte de situações de precariedade.

Diferentemente de outras áreas, a Europa caracteriza-se em sua maior parte como economia madura; no que tange à suas necessidades de importação, se direcionam menos para bens de capital do que para alimentos, combustíveis e matérias-primas; e o investimento é mais direcionado para a modernização, expansão e uso mais eficiente das facilidades produtivas do que à construção de novas facilidades ou introdução de novas indústrias. (BIRD, 1948, p. 7)

Em contraponto à priorização dos países com melhores condições econômicas, cognitivas e tecnológicas no que tange aos empréstimos com menores custos financeiros, foi diagnosticada dependência dos países europeus em relação à matéria-prima, alimentos e combustíveis produzidos em outras partes do mundo. Foi, então, sob tais premissas que o desenvolvimento de países da América Latina, Ásia, África e Leste da Europa passou a ser incentivado, ou seja, em termos de efficientização da produção de suprimentos e da industrialização de forma articulada com a produção de bens primários (BIRD, 1948).

É relevante, neste ponto, destacar a sedimentação de uma divisão internacional do trabalho como base de um processo de crescimento proposto pelo discurso dominante que se caracterizou pela criação de mecanismos relacionais que mantinham os países subdesenvolvidos sob o jugo dos países desenvolvidos, dos quais emanavam as diretrizes do sistema econômico mundial sob premissas que privilegiavam a manutenção da condição de desigualdade e que foi, posteriormente, qualificado por **Frank** (1966) como **desenvolvimento do subdesenvolvimento**.

Cabe, ainda, destacar o contraponto oferecido por **Prebisch** (1949) em relação à divisão internacional do trabalho pressuposta à lógica defendida pelo Banco Mundial: os **países periféricos**, ao se constituírem como exportadores de insumos básicos e importadores de bens manufaturados, se posicionavam como partícipes de uma relação comercial que lhes atribuía pouco dinamismo econômico e que gradativamente desvalorizava seus produtos de exportação em relação aos de importação.

Essa análise, para Tavares (1964), forneceu os elos de ligação com a estratégia em defesa da industrialização que – mesmo sob uma lógica que defendia a **industrialização por substituição de importações** de forma **planejada pelo Estado** como meio de fornecer maior equidade e autonomia aos países Latino-Americanos em relação ao centro (**PREBISCH**, 1949) – resultou na intensificação da divisão internacional trabalho sob as premissas predominantes, ao se caracterizar pelo desenvolvimento de um processo interno, sob a influência de variáveis externas, de ampliação e diversificação da capacidade produtiva de forma a dinamizar a economia através de crescente participação dos fluxos externos de capital e tecnologia. Cabe destacar, ainda, que a estratégia ligada à **industrialização substitutiva de importações** (**PREBISCH**, 1949) seria, na década de 1980, incentivada pelo próprio Banco Mundial (1980), de forma articulada com os programas de ajuste estrutural.

Já, **Amin** (1976), ao reavaliar a construção discursiva de Prebisch (1949), argumentou que os fluxos comerciais se articulavam com **fluxos de capitais financeiros** em

busca da diferenciação e estabilização das relações entre países centrais e entre países centrais e periféricos. Enquanto as relações entre nações centrais se davam sob o signo da proteção de interesses em comum, as nações periféricas ocupavam posições complementares e progressivamente dependentes do centro.

A construção discursiva de **Prebisch** (1949) foi parcialmente incorporada pelo discurso do BIRD sob sistematizações elaboradas por autores como Nurkse (1953) e Lewis (1954), que serão analisadas adiante; assim como as formulações de **Cardoso e Faletto** (1969), influenciados pela produção discursiva de **Tavares** (1964), propuseram uma industrialização que **articulasse variáveis endógenas e exógenas**, ou seja, como estímulo à produção interna de forma alinhada com a lógica dominante no cenário internacional.

Em relação ao BIRD, foi através de ação discursiva facilitadora da divisão internacional do trabalho, nos moldes predominantes em escala mundial, que lhe foi possível assumir posição de líder planejador e disseminador de padrões de desenvolvimento de forma a incentivar o mercado mundial através da articulação comercial entre os vários países. Nesse sentido, no que tange aos países subdesenvolvidos, o discurso do BIRD (1948) ratificou a proposta de desenvolvimento integral da economia nacional a partir da identificação de quatro obstáculos à incorporação no sistema mundial: i) a falta de capital para financiar a estratégia de aumento da produtividade; ii) o despreparo tecnológico e gerencial da população economicamente ativa; iii) o processo inflacionário; e iv) o baixo nível educacional.

Apesar de defender que as estratégias operacionais a serem estimuladas para a superação de tais obstáculos deveriam variar conforme as características específicas de cada país, em linhas gerais e de forma a ratificar e atualizar alguns dos pontos da construção discursiva de **Rosentein-Rodan** (1943), em prol da **industrialização** de áreas deprimidas, assim como estabelecer aproximações com a produção de **Prebisch** (1949), no que tange ao **planejamento Estatal** e ao papel complementar do capital externo, a ação do Banco relacionou-se com três objetivos: primeiro, a formação de um modelo de desenvolvimento; segundo, a disponibilização de assistência técnica; e, terceiro, estímulo ao investimento com base nos recursos do próprio país, principalmente em áreas não diretamente produtivas, que seriam complementados por empréstimos do BIRD e de investidores privados externos.

Cabe destacar, ainda, que a prioridade dos investimentos do BIRD (1948, p. 18), nos países subdesenvolvidos, foi direcionada para “[...] o provimento de um estímulo inicial ao desenvolvimento, de forma que o capital privado sintasse atraído”. Razão pela qual foram

salientadas áreas como transportes, comunicação e infra-estrutura, como de interesse central ao Banco.

Em sua atividade discursiva, o BIRD, ao perceber as dificuldades existentes para o fortalecimento de uma estratégia macro-estrutural que fornecesse estabilidade ao sistema econômico mundial com base no incentivo de propostas setoriais específicas, passou a defender a construção de planos de desenvolvimento em escala nacional.

Ao promover a construção de planos nacionais de desenvolvimento e associá-los a estratégias de crescimento econômico em escala mundial, o discurso do BIRD incentivou a emergência de práticas produtivas diferenciadas entre as diversas nações. Enquanto aos EUA e países Europeus industrializados foram indicadas atividades produtivas que necessitavam de maior especialização e *know-how*; aos países subdesenvolvidos foram direcionadas atividades complementares e de suporte à efetivação das estratégias macro-estruturais.

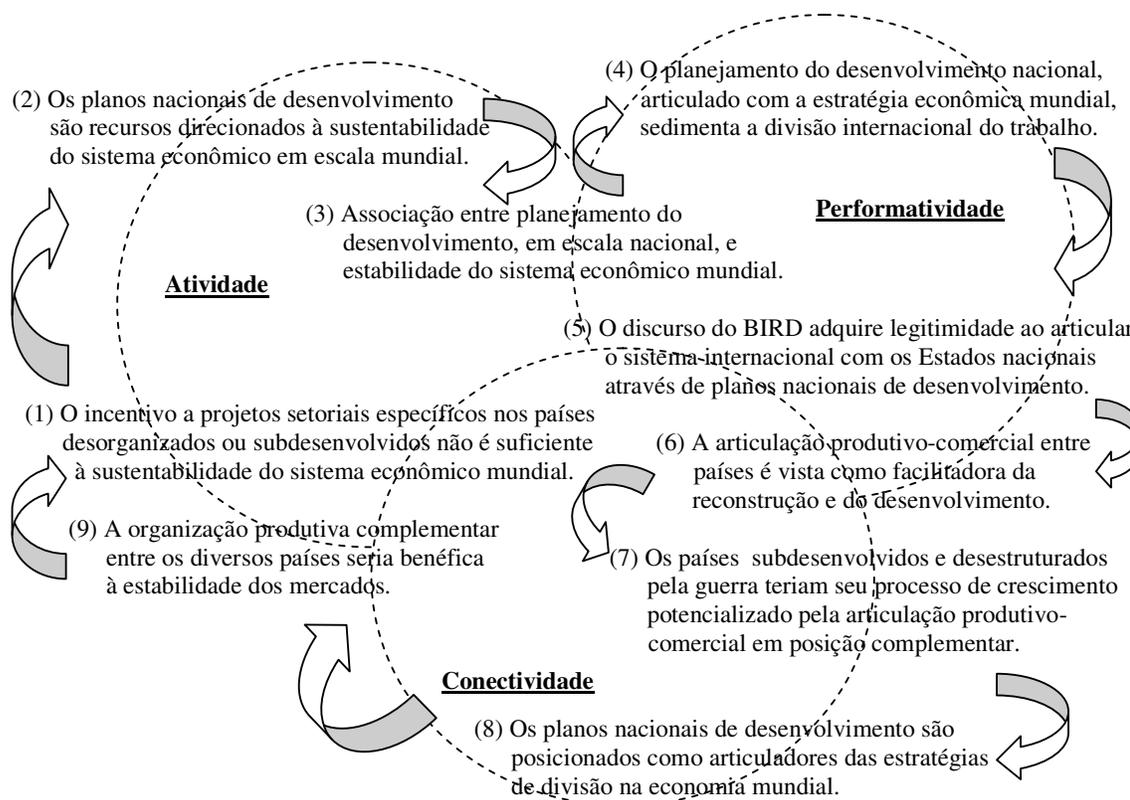


Figura 30 – O discurso do desenvolvimento integrado

É relevante lembrar que, no mesmo período histórico em que os planos nacionais de desenvolvimento predominaram, emergiram as comissões regionais de desenvolvimento –

como a Cepal –, qualificadas como organismos que, como visto anteriormente, visavam articular as características e demandas nacionais e regionais com a estratégia de organização dos mercados, em escala mundial (ONU, 2008; CEPAL, 2008).

A lógica que predominava, em escala mundial, ao atribuir aos países subdesenvolvidos posições complementares e de suporte à continuidade do crescimento econômico mundial, por consequência, mantinha os países desenvolvidos como principais articuladores e beneficiários do sistema econômico (PRESBICH, 1949; FURTADO, 1954; AMIN, 1976). O objetivo é explicitado pelo próprio BIRD (1949), que defende a necessidade de expansão da produção e a melhoria nos padrões de vida nos países subdesenvolvidos como óbvia,

[...] não somente porque as condições gerais de pobreza nas áreas subdesenvolvidas criam tensões sociais e políticas que têm sérias consequências. Mas também, porque o pleno emprego e a efetiva utilização dos recursos nos países desenvolvidos dependem da contínua expansão do mercado mundial; produção crescente nas áreas subdesenvolvidas é um dos principais meios para esse fim (BIRD, 1949, p.7).

No que tange às estratégias ligadas ao desenvolvimento adotadas pelo BIRD, o relatório anual referente ao período de julho de 1949 a junho de 1950 propôs uma nova atualização das principais políticas operacionais do Banco, ao considerar que, apesar de ser considerada uma organização recente, sua

[...] experiência em investimentos internacionais é suficiente para permitir o estabelecimento de certas conclusões gerais sobre o problema enfrentado e sobre as políticas adotadas para lhe fazer frente. Essas políticas não podem se caracterizar como fixas, mas sob constante evolução, sob as luzes da experiência anterior (BIRD, 1950, p. 5).

A ênfase do BIRD (1950), mantendo a sintonia com a ação discursiva de **Rosentein-Rodan** (1943) em prol do processo de **industrialização** e potencializada pelo discurso político de **Truman** (1949), em defesa da **díade desenvolvimento/subdesenvolvimento**, ratificou a priorização de projetos que eram requeridos em antecedência aos investimentos privados, como por exemplo: serviços públicos, transportes, irrigação e habitação para os trabalhadores. Já, naquelas situações em que fossem aprovados empréstimos ligados ao incentivo de atividades diretamente produtivas deveriam ser priorizadas as situações que dependiam de inversão de bens de capital advindos do exterior.

Em relação às atividades diretamente produtivas é relevante destacar a afirmação de Marini (1991), segundo o qual os países periféricos – e, mais especificamente Latino-Americanos –, após um determinado estágio de desenvolvimento dos países centrais, foram estimulados a constituírem um mercado de bens de capital, cuja importância cresce em função do próprio desenvolvimento industrial. Nesse aspecto, as funções que a América Latina passou a cumprir na economia capitalista mundial transcenderam o papel de fornecedores de matéria-prima e gêneros alimentícios, contribuindo para a alteração dos processos de acumulação que passam a depender predominantemente da mais-valia relativa, ou seja, do aumento da produtividade do trabalho.

As situações de pedidos de empréstimos ligados à importação de bens de consumo e matéria-prima, somente deveriam ser atendidas se: (i) estivessem ligadas a alguma emergência econômica; (ii) não existissem reservas econômicas que dessem suporte aos gastos; e (iii) que a utilização dos recursos externos para tais fins não gerassem riscos de inflação (BIRD, 1950). Ou seja, somente seriam atendidas de forma a priorizar a estabilidade e disseminação do sistema econômico em escala mundial.

Quanto aos procedimentos para análise dos pedidos de empréstimos, quando uma proposta de empréstimos era feita por um país subdesenvolvido com o qual o Banco “[...] ainda não possui operações, o primeiro estágio, freqüentemente, requer estudo intensivo da situação nacional em termos agrícolas, industriais e recursos minerais [...], do estado de seu comércio exterior, da balança de pagamentos e das condições financeiras internas” (BIRD, 1950, p. 12). Quando a investigação era concluída pelo Banco, era feita a indicação dos pontos prioritários ao investimento.

Ou seja, os procedimentos adotados tiveram por base o incentivo ao desenvolvimento sob premissas explicitamente advindas do próprio Banco. Esse procedimento, freqüentemente, levou a negociações com os governos dos países que buscavam empréstimos, seja com vista ao aperfeiçoamento do projeto apresentado ao Banco ou, mesmo, alteração do foco do projeto original. Assim como, junto com o empréstimo se estabeleciam relações de longo prazo com os países tomadores, com dois objetivos:

Primeiro, o banco se assegura que o empréstimo está sendo utilizado somente para produtos e serviços autorizados na contratação [...]. Segundo, o Banco se mantém, durante todo o período em que o empréstimo está em vigor, informado sobre os resultados econômicos e financeiros do processo de desenvolvimento [...] (BIRD, 1950, p. 16).

Parte desse processo foi o envio, em julho de 1949, de uma missão à Colômbia com o objetivo de propor “[...] um programa integrado de desenvolvimento” (BIRD, 1950a, p. ix). Essa missão pioneira foi transformada, posteriormente, em modelo para o desenho de projetos integrados em escala nacional, conforme apontado pelo Banco em Relatório sobre o período de julho de 1950 a junho de 1951 (BIRD, 1951).

O aperfeiçoamento de suas estratégias levou o Banco a defender que o desenvolvimento, ao se caracterizar como um processo contínuo, deveria ser planejado e que a “[...] a técnica de planejamento do desenvolvimento consiste, em essência, do inventário de todos os recursos disponíveis em cada economia para, após, decidir a ordem em que os vários projetos de desenvolvimento serão executados” (BIRD, 1951, p. 12).

Nesse ponto é relevante destacar a aproximação com a ação discursiva de **Prebisch** (1949) no que tange ao **planejamento estatal** como variável definidora das estratégias ligadas ao desenvolvimento nacional. Entretanto, sem a internalização dos centros de decisão sugerida por Prebisch (1949), pois as imposições que acompanhavam os crescentes fluxos financeiros e tecnológicos controlados pelo BIRD inviabilizavam projetos que visassem o fortalecimento da autonomia nacional ou a alteração da relação centro-periferia.

A ação discursiva do BIRD evidenciou uma mudança de estratégia, ao afirmar que as ações desenvolvimentistas em escala nacional deveriam passar pelo crivo dos Estados, já que era deles a responsabilidade pela implementação dos programas. Além disto, o discurso do Banco ratificou a associação entre programas integrados de desenvolvimento, em escala nacional, e crescimento econômico em escala mundial. Ao fazê-lo ocupou posição de definidor em relação às ações operacionais a serem efetivadas nos países membros, assim como de fiscalizador da correta utilização e dos resultados dos recursos investidos.

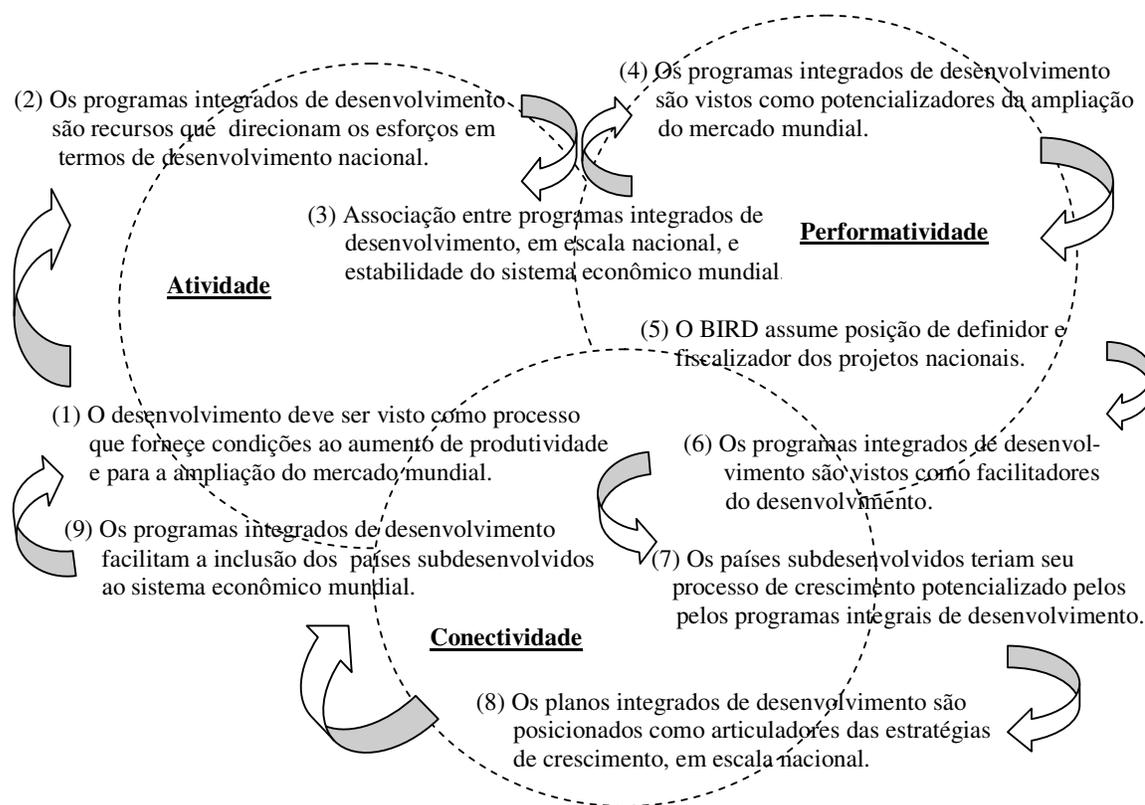


Figura 31 – O discurso dos planos integrados de desenvolvimento

7.4 A INFLUÊNCIA DOS GASTOS MILITARES NORTE-AMERICANOS SOBRE A ECONOMIA MUNDIAL

No início da década de 1950 o discurso sobre o problema do dólar ganhou novas variáveis, dada a erupção da guerra da Coreia e o início do dispêndio financeiro Norte-Americano em ações militares que estimularam a compra de matéria-prima e, por consequência, o aumento da disponibilidade de dólares nos países exportadores de mercadorias primárias ou produtos necessários ao suporte dos exércitos norte-americanos.

A demanda por matéria-prima provocou o crescimento das exportações de muitos dos países membros do Banco. Esse crescimento combinado com o desaparecimento dos déficits em dólares de muitos países reforçou a capacidade dos países subdesenvolvidos em arcarem com os serviços das dívidas externas. Ao mesmo tempo, o aumento dos preços da matéria-prima dificultou os termos de troca com os países desenvolvidos, que buscaram aumentar a rentabilidade de seus recursos. (BIRD, 1951, p. 9)

Para o Banco, o rápido crescimento nos preços da matéria-prima e dos gêneros alimentícios demandados pelos países desenvolvidos combinados com o aumento da produtividade dos EUA e dos países da Europa Ocidental promoveram um novo contexto econômico. Para o BIRD (1951, p. 16), “[...] o investimento no incremento da produtividade e na melhoria da qualidade de vida das áreas menos desenvolvidas do mundo derivaram do movimento das nações mais avançadas em fortalecerem suas próprias economias e seus investimentos em defesa militar”.

É necessário salientar, entretanto, que no período do imediato pós-guerra até a primeira crise do petróleo (e, mesmo depois), os preços dos bens primários tenderam a perder valor em comparação com os produtos industrializados. Mesmo nos anos em que os produtos primários tiveram seus preços aumentados, os índices de reajuste foram menores do que dos bens de consumo industrializados ou de capital (BIRD, 1954; 1957 e 1966).

Naquele contexto, a tendência à deterioração no valor relativo dos bens primários foi reforçada pela ação discursiva em defesa da manutenção dos salários industriais, nos países subdesenvolvidos, em baixos patamares como meio de diminuir os investimentos necessários à implementação de atividades produtivas, aumentar a **disponibilidade de capital** a ser aplicado na produção (NURKSE, 1953) e, por consequência, reduzir o impacto dos salários sobre o preço dos produtos para exportação de forma que se aprofundou um processo que, posteriormente, foi definido por Marini (1991) como **super-exploração do trabalho**.

A estratégia de manutenção da remuneração do trabalho em baixos patamares foi justificada pela suposição de que o acúmulo de poupança nos grupos sociais mais abastados levaria ao investimento nos processos de industrialização incentivados em escala mundial, dados o desinteresse do capital privado em investir em países com **mercados menores** e baixa rentabilidade (NURKSE, 1953) e o contraste entre o **excedente de mão-de-obra, qualificado como inevitável e estrutural** (LEWIS, 1954) e a **falta de capital** (NURKSE 1953).

Foi promovida, então, uma inversão em relação à teorização de Prebisch (1949): o potencial fortalecimento da autonomia nacional, via acréscimo do valor do trabalho e da demanda nacional deu lugar a estratégias discursivas que forneceram elementos para o aumento da desigualdade entre grupos sociais ao defender que o processo de industrialização seria facilitado pela incorporação de poupança nacional e que, após o atingimento de determinado estágio de desenvolvimento, esse se reverteria em benefício para a população em geral (NURKSE, 1953).

Em relação às estratégias discursivas adotadas pelo BIRD – ao objetivarem prioritariamente o crescimento nos países centrais e reproduzirem a construção de pesquisadores vinculados à ONU como Ragnald Nurkse e Arthur W. Lewis –, o relatório anual referente ao período de julho de 1954 a junho de 1955 demonstrou o sucesso alcançado em relação à abertura de condições favoráveis ao investimento privado; já que a composição do capital do Banco, que era inicialmente governamental, passou a ser composta por, aproximadamente, 50% de capital privado. Razão pela qual a missão do Banco foi ratificada: “[...] assistir à reconstrução e o desenvolvimento de seus países membros através do estímulo ao investimento de capital para propostas produtivas” (BIRD, 1955, p. 29).

Cabe destacar, ainda, que naquele momento o BIRD (1955), por um lado, salientou o sucesso da ênfase na infra-estrutura como pré-requisito para a instalação de parques fabris; por outro, considerou que o financiamento, assim como as técnicas de planejamento ligadas ao desenvolvimento eram apenas parte dos requisitos necessários ao sucesso das propostas. Outra parcela essencial, de forma sintônica com a produção discursiva de **Hirschman** (1961), se referia à qualificação das pessoas em âmbito gerencial e, principalmente, ao favorecimento da **capacidade empreendedora** dos atores locais, para que esses pudessem assumir a liderança do seu próprio processo.

É prudente, nesse ponto, lembrar que no ano de 1955 ocorreu a Conferência de Bandung, que se tornou fonte de influência sobre os movimentos posteriores dos não-alinhados e do grupo dos 77 que buscaram, entre outros, condições de troca menos desiguais entre os diversos países e melhorias nas condições de vida de suas populações. Assim, pode-se inferir que houve um movimento no sentido de reforçar as práticas capitalistas internas aos países tomadores dos empréstimos do BIRD como meio de se contrapor às resistências construídas nos países da África e Ásia, assim como às que emergiram nos países Latino-Americanos e que buscavam a construção de padrões próprios de produção e consumo ao entenderem o **subdesenvolvimento** como resultado do processo de desenvolvimento estimulado nos países periféricos (FURTADO, 1961).

Nesse sentido, o discurso do BIRD (1955, p. 39) argumentou que o desenvolvimento econômico “[...] requer mais do que máquinas, mais do que dinheiro. Ele não necessita apenas de fontes de energia, portos e rodovias. Ele precisa ser um objetivo consciente na mente de milhões de pessoas [...] um objetivo que se direcione para formas de produção mais eficientes”.

Razão pela qual, em 1956,

Um novo tipo de equipe educacional internacional foi criada sob os auspícios do BIRD [...]. Com suporte financeiro das fundações Ford e Rockefeller, o Banco criou o Instituto de Desenvolvimento Econômico em Washington com o objetivo de contribuir para a melhoria do gerenciamento econômico na esfera governamental e auxiliar os governos dos países subdesenvolvidos a qualificarem seus quadros para lidarem com os problemas práticos do desenvolvimento (BIRD, 1956, p. 25).

Ficou evidenciado, assim, que os objetivos a que o Banco se propunha não se alteraram desde sua fundação, mas as estratégias mudaram, com mais fatores sendo considerados, assim como com a inclusão de técnicas com vista à integração dos diversos atores segundo estes objetivos.

Ainda em 1956, foi criada a Corporação Financeira Internacional (CFI), um Banco afiliado ao BIRD com a finalidade de financiar o setor privado sem garantias governamentais. Esse organismo foi pensado como solução para um dos principais problemas que o BIRD encontrava desde sua fundação, pois a necessidade de garantias advindas dos países membros tornava difícil o financiamento direto ao setor privado, já que os governos das áreas onde se localizavam as empresas tomadoras temiam pela utilização de recursos que estavam fora de seu controle direto (BIRD, 1962).

O direcionamento de parte dos recursos do BIRD para o financiamento da atividade privada, principalmente vinculada às grandes empresas, reforçou um processo que foi, posteriormente, analisado por **Furtado** (1974) sob o signo do **mito do desenvolvimento**, segundo o qual as grandes empresas gradativamente teriam formatado uma superestrutura política que, com interesses e suporte econômico, condicionava as ações políticas em âmbito nacional. Nesse sentido, a ação discursiva do BIRD deu um passo significativo em direção à fragilização do poder dos Estados nacionais, justamente em um período no qual os países periféricos buscavam formas de se contrapor às estratégias predominantes ligadas à estabilização do mercado capitalista e das posições privilegiadas dali advindas.

A ação discursiva do BIRD, naquele período, pode ser entendida como recurso que adicionou à estratégia de promoção do crescimento econômico mundial instrumentos operacionais ligados à capacitação dos atores localizados nos países tomadores dos empréstimos com vista à produção de hábitos sócio-econômicos sob premissas definidas nessas mesmas nações, porém sintônicas com a estratégia macro-econômica dos países centrais.

A associação entre programas integrados de desenvolvimento em escala nacional e expansão e estabilidade do sistema econômico mundial passou a articular premissas

econômicas, políticas, técnicas e cognitivas que posicionaram as nações periféricas como deficientes não somente em termos financeiros e tecnológicos, mas de capacidades empreendedora e de gestão. O BIRD adicionou ao papel de financiador e planejador do desenvolvimento, a condição de promotor da capacitação no que tange à qualificação gerencial dos processos de desenvolvimento e à formação de empreendedores.

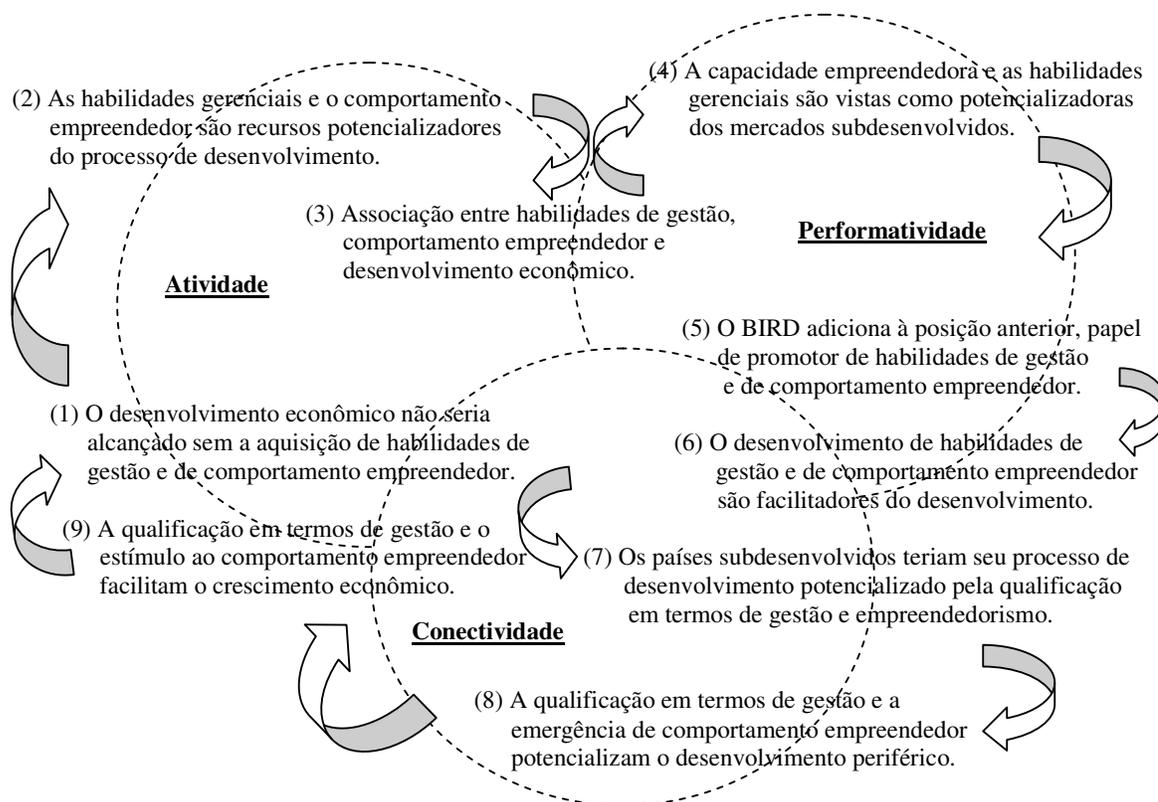


Figura 32 – O discurso da capacitação gerencial e de empreendedores

7.5 O DECLÍNIO DA PRODUÇÃO NORTE-AMERICANA E A FORMALIZAÇÃO DO GRUPO BANCO MUNDIAL

O crescimento observado no período do pós-guerra sofreu uma primeira reversão com o declínio da produção Norte-Americana, que se iniciou no final de 1957. Essa situação reduziu a demanda por mercadorias primárias e provocou queda nos preços de boa parte dos produtos dos países subdesenvolvidos que, ao não encontrarem paralelo nos preços dos produtos industrializados, passaram a experimentar déficits em suas balanças comerciais

(BIRD, 1958, 1959 e 1960). Por conseqüência, os “[...] efeitos combinados do crescimento dos débitos e da diminuição do valor recebido pelas exportações fez crescer o percentual de ganhos das exportações absorvido pelos serviços da dívida externa na maioria dos países subdesenvolvidos” (BIRD, 1959, p. 5). Essa situação em pouco tempo mostrou sua insustentabilidade, seja para as economias subdesenvolvidas, seja para o equilíbrio do mercado mundial.

A situação somente foi atenuada pelo aumento do crescimento nos países industrializados da Europa, que passaram a demandar produtos primários. Naquele contexto, os países desenvolvidos criaram um fundo de ajuda internacional para o desenvolvimento que se concretizou por meio de um movimento que elevou o capital do Banco em mais de 100% – através de aporte de capital advindo prioritariamente do Canadá, Alemanha e Japão, em um momento que os dois últimos países estavam impedidos de investir em atividades bélicas – e que deu origem, em 1960, à Associação Internacional para o Desenvolvimento

[...] como um instrumento com vista à promoção do desenvolvimento econômico, através do provimento financeiro sob regras mais flexíveis e com taxas menos onerosas na balança de pagamentos dos países recebedores do que os empréstimos tradicionais, direcionado aos objetivos desenvolvimentistas e de suplementação das atividades do Banco (BIRD, 1960, p. 6).

A relação estabelecida entre o BIRD e as duas instituições criadas para complementar suas ações (Corporação Financeira Internacional e Associação Internacional para o Desenvolvimento) “[...] deu origem a um grupo unificado de instituições que oferecem ajuda financeira e técnica com vista ao desenvolvimento econômico” (BIRD, 1962, p. 5). O relatório anual publicado em 1962 foi o primeiro em que o termo ‘Grupo Banco Mundial’ foi utilizado em referência ao conjunto desses três organismos.

O Banco Mundial emergiu como uma organização na qual o poder de decisão em relação às estratégias ligadas ao desenvolvimento já não poderia ser monopolizado pelos Estados Unidos, dado o contexto macro-econômico e a regra de que o capital disponibilizado ao Banco, para que este possa cumprir com seus objetivos, define o poder de influência sobre os rumos a seguir.

A ação discursiva predominante passou a caracterizar as nações para as quais os esforços do Banco Mundial se direcionaram como países em desenvolvimento²⁴, em vez de

²⁴ O termo países ‘em desenvolvimento’ foi localizado, pelo autor desta tese, pela primeira vez no relatório referente ao período de julho de 1961 a junho de 1962. Conceito que, mesmo sem ter sido explicitado, sugere uma conotação muito próxima da atual, anteriormente apresentada.

subdesenvolvidos, assim como o termo ‘ajuda’ ao desenvolvimento ganhou nova conotação na qual a alta rentabilidade exigida pelos investimentos feitos pelo BIRD, relacionada aos empréstimos aos países subdesenvolvidos, passou a ser vista como um fator potencialmente dificultador da sustentabilidade econômica desses países. Entretanto, se essa constatação gerou práticas em defesa da redução da taxa de juros, não foi priorizando o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, mas ratificando o processo de estabilização da economia mundial, principalmente, através da criação de condições que favorecessem o pagamento das dívidas contraídas junto aos centros de desenvolvimento.

Nesse aspecto, mesmo com a redução nos encargos dos empréstimos destinados aos países em desenvolvimento, a situação dessas nações continuava preocupante, uma vez que muitas delas se mantinham frente a graves dificuldades como “[...] resultado da pressão exercida por seus débitos externos, [...] desvantagem pela incerteza relativa a seus produtos de exportação; assim como pelo rápido crescimento da população que consome boa parte dos recursos do mundo subdesenvolvido” (BIRD, 1963, p. 5).

Naquele momento histórico, a correlação entre baixa produtividade individual e alta densidade demográfica (CLARK, 1953) ganhou nova ênfase no discurso do Banco, como fator que dificultaria o processo de desenvolvimento. Ela estava na base da construção de estratégias discursivas com vista à redução das taxas de crescimento populacional que ganhariam vigor nos anos seguintes; assim como na ênfase do Banco Mundial em defender o aumento dos fluxos de capital para as áreas em desenvolvimento, não somente com vista ao suporte econômico, mas, principalmente, ratificando os esforços em busca de capacitação em termos de gestão de negócios financeiros e serviços públicos, considerados pontos críticos para o sucesso dos processos de desenvolvimento.

Naquele momento, o discurso que predominou voltou a apresentar pontos de articulação com a ação discursiva de **Hirschman** (1961), ao salientar a importância da **capacidade empreendedora** dos atores econômicos; e de **Prebisch** (1949), em relação ao **planejamento estatal**, principalmente como meios para explorar as potencialidades endógenas, gerenciar os recursos existentes e, por consequência, reduzir a necessidade de investimentos externos que ocupariam uma posição cada vez mais complementar e direcionada àqueles pontos em que não houvesse formas internas de atendimento das demandas (BIRD, 1963).

A gradativa valorização de práticas ligadas ao incentivo de habilidades gerenciais e de **comportamento empreendedor** (HIRSCHMAN, 1961) levou o Banco Mundial a

defender os processos educacionais como fornecedores de níveis mínimos de habilidades requeridas pelo sistema produtivo, nos vários níveis de atividade. Entretanto, ao considerar que o Instituto de Desenvolvimento Econômico não apresentava as condições para exercer tais atividades, o discurso do Banco Mundial passou a defender a articulação de ações com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (BIRD, 1964).

Cabe destacar que o foco das ações do Banco Mundial passou a valorizar prioritariamente três esferas: a educacional, em parceria com a UNESCO; a produção de alimentos, em parceria com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO); e o fomento à atividade produtiva industrial, de forma integrada com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com as agências regionais de desenvolvimento (BIRD, 1964 e 1968).

Em 1964, foi criada a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Em sua primeira reunião emergiu o grupo dos 77 como uma organização política que fugia ao controle individual de qualquer nação, mas que se caracterizou pela articulação de um grupo de países do Sul com interesses em comum e que se dirigia para a busca de condições mais igualitárias em relação aos países do Norte (AMIN, 2008).

Em um contexto no qual os países periféricos tornavam-se protagonistas de movimentos organizados de resistência em relação à aceitação passiva dos padrões de desenvolvimento predominantes em escala mundial, o discurso do Banco Mundial enfatizou o retorno da preocupação com a segurança dos investimentos privados direcionados aos processos de desenvolvimento, ao considerar que o crescimento das exportações dos países em desenvolvimento, especialmente de produtos agrícolas, desacelerou em 1965 e que o rápido crescimento de suas populações era um grave problema (BIRD, 1966).

Sob o discurso da redução dos riscos ligados aos fluxos financeiros internacionais, em 1966, foi criada a quarta instituição que passou a compor o Grupo Banco Mundial: o Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CIADI), como uma instituição internacional autônoma direcionada para a conciliação e arbitragem em disputas sobre investimentos internacionais.

O CIADI (2008, s/p) foi criado com a função de

[...] remover impedimentos ao fluxo de investimentos privados internacionais com base em riscos advindos de atividades não-comerciais e na falta de métodos

especializados para intermediar disputas ligadas a investimentos internacionais. O CIADI foi criado [...] como um fórum internacional imparcial que provê suporte para a resolução de disputas legais entre partes, através de procedimento de conciliação ou arbitragem.

Em 1969, ratificando a busca por alternativas que aumentassem a segurança relacionada aos investimentos privados internacionais, o discurso do Banco Mundial estimulou a diversificação da produção nos países em desenvolvimento como meio de: i) reforçar a competitividade em relação aos preços de alguns produtos primários; ii) reduzir os riscos da produção nacional concentrada; e iii) estabilizar os preços dos produtos primários em termos internacionais (BIRD, 1969 e 1971).

Esta proposta, por um lado, indicou a abertura de novos mercados aos países que estavam às margens do sistema, por meio da diversificação produtiva; por outro, possibilitou o controle dos preços dos produtos primários com base em regras de mercado estabelecidas em escala internacional, ou seja, no aumento do número de fornecedores e na compra daqueles que oferecessem melhores vantagens financeiras. Por consequência, a troca com base no livre-mercado provocou redução dos preços com base na concorrência entre fornecedores, assim como tornou a produção de mercadorias com baixo valor agregado e com baixa especialização – predominantes nos países periféricos – facilmente disseminável e seus preços alvo de disputas que desfavoreciam os países exportadores.

Nesse sentido, a análise feita por **Marini** (1991) no que tange à **super-exploração do trabalho** é esclarecedora, pois, mesmo quando encoberta por variáveis ligadas à competição entre nações, o pano de fundo se mantém sendo a redução do valor do trabalho como componente do preço final, já que a equiparação em termos tecnológicos remeteria a possibilidade de redução do preço para práticas que desvalorizam o trabalho.

Assim como, o atendimento de interesses imediatos, ligados à exportação da produção interna, colocava os países produtores como concorrentes e provocava um afastamento do conflito entre países centrais e periféricos, já que os esforços direcionados para a efficientização da produção e criação de condições para o escoamento da produção num ambiente de competição entre países periféricos tende ao obscurecimento da situação de exploração pressuposta à relação centro-periferia (AMIN, 1976; DOS SANTOS, 1978).

A estratégia adotada pelo Banco Mundial no final da década de 1960 marcou a evolução e contínua adequação das diretrizes básicas que forneceram as bases para o processo de desenvolvimento defendido no período pós-guerra. Apesar das flutuações e problemas enfrentados, a lógica predominante não sofreu alterações significativas ao longo dos anos que

se passaram. A ênfase político-econômica que predominou desde a fundação do BIRD até o início da década de 1970 esteve direcionada para o aumento da capacidade produtiva e para a disseminação de padrões de consumo estimulados pelos países que primeiro se industrializaram (AFONSO e FERNANDES, 2005; DOS SANTOS, 2004; WALLERSTEIN, 2002).

A partir dessa lógica de desenvolvimento, o principal objetivo se direcionou para o fornecimento de recursos aos países em desenvolvimento de maneira a preencher lacunas (capital e conhecimento) e vencer os constrangimentos pré-existentes com vista à concretização de economias que dirigissem suas ações para a integração na divisão do trabalho do sistema de mercado predominante em escala mundial (AFONSO, 2005).

Cabe relembra, entretanto, que essas propostas ao direcionarem-se para a criação de condições favoráveis à promoção da industrialização e do comércio internacional nos países em desenvolvimento, almejavam dar estabilidade ao crescimento econômico em escala global. O Estado, por sua vez, ao funcionar como facilitador da evolução liderada pelos países desenvolvidos, tornou-se um ator com papel de planejamento e investimento (ROSENSTEIN-RODAN, 1943 e 1961; BIRD, 1951; ROSTOW, 1961; HIRSCHMAN, 1961; AFONSO, 2005; KOSHIMA, 2006; BANCO MUNDIAL, 2008).

No período entre o final da Segunda Guerra e o final da década de 1960, a ação discursiva ligada ao desenvolvimento foi fortemente influenciada pelas teses ligadas à modernização, pela promoção da industrialização como recurso de estabilização e ampliação do mercado mundial. As nações desenvolvidas incentivaram o processo de crescimento por meio do fornecimento de empréstimos financeiros e de conhecimentos específicos aos países subdesenvolvidos e, principalmente, do incentivo à reprodução de seus padrões de produção e consumo (ROSENTEIN-RODAN, 1961; ROSTOW, 1961; HIRSCHMAN, 1961).

A passagem do circuito da atividade para o da performatividade deu-se através da indicação de soluções para problemas considerados como pré-existentes: o estágio atrasado experimentado pelos países subdesenvolvidos e a falta de recursos financeiros e de conhecimentos capazes de provocar o caminhar rumo ao progresso, sempre tornando a trajetória já percorrida pelos países centrais como modelo. Já, o circuito da conectividade foi ativado pela articulação dessa última ação discursiva com as preocupações ligadas à expansão do mercado global, de forma a abrir novas possibilidades aos agentes econômicos nas várias escalas.

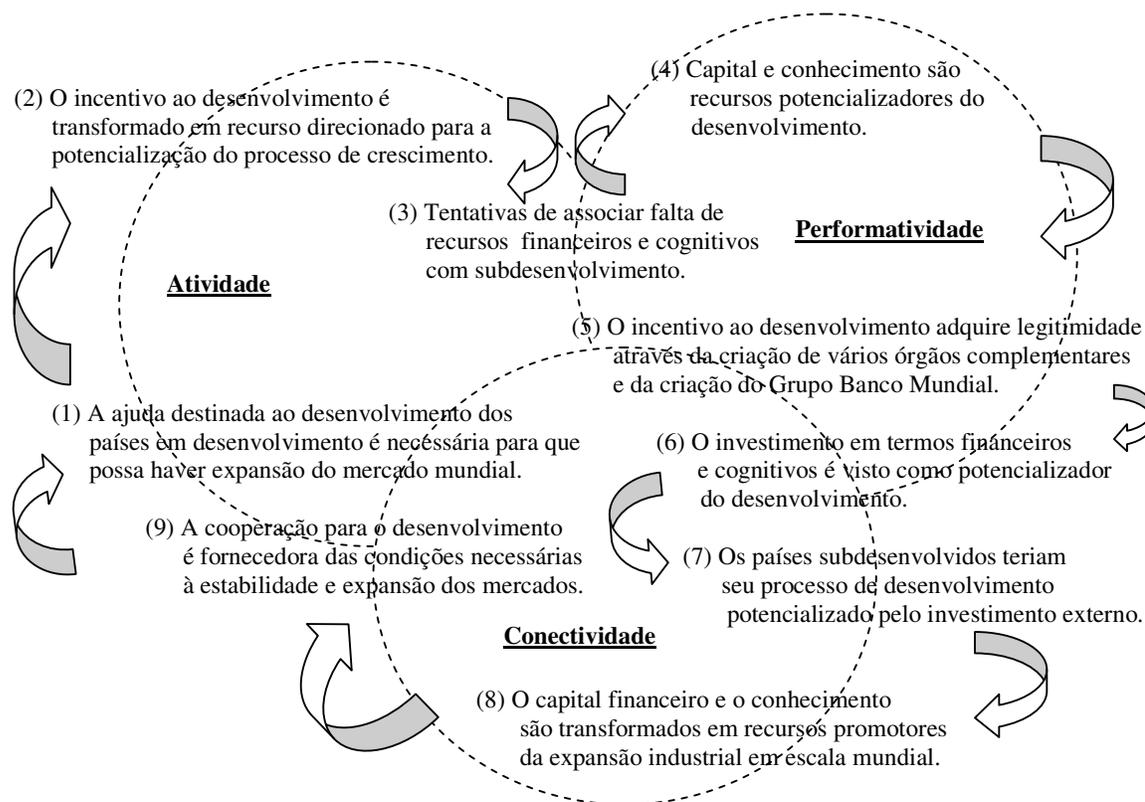


Figura 33 – O discurso da modernização

Apesar da relativa estabilidade em relação às estratégias político-econômicas dominantes ligadas ao desenvolvimento, para Dos Santos (2004), a estrutura do sistema capitalista no período do imediato pós-guerra até o final da década de 1960 passou por três mudanças significativas nos padrões de acumulação propostos. A primeira definiu as relações básicas de produção, que passaram a ser condicionadas pelo regime fordista, ou seja, por uma lógica inspirada em cadeias produtivas com base no trabalho especializado e na generalização do trabalho assalariado; a segunda foi a intervenção estatal que se disseminou para ampliar o consumo, crédito e investimento; assim como legitimar a ordem social e formar mão-de-obra, organizando-a e disciplinando-a através de um sistema de educação básica e profissional. A terceira se inscreveria na ação direta do Estado, ligada a um crescimento exponencial das atividades militares. Essa economia de guerra, que esteve na base da guerra fria entre EUA e URSS, ao se caracterizar como uma corrida armamentista vetada aos países que haviam composto o eixo remete esses últimos – principalmente a Alemanha e o Japão – para a construção de alternativas ligadas à tecnologia industrial com objetivo comercial. Essa

tecnologia iria influenciar decisivamente o contexto macro-econômico nas décadas seguintes (DOS SANTOS, 2004).

O período do pós-guerra foi marcado, ainda, pela emergência de vários países que se libertaram de sua antiga posição colonial, e cujas lideranças perceberam os limites sócio-econômicos impostos aos países subdesenvolvidos pelos sistemas que buscavam predomínio em escala mundial (capitalismo e comunismo). Essa percepção, como visto em capítulo anterior, esteve na base da conferência de Bandung e das organizações que dali surgiram em busca de condições menos desiguais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (AMIN, 2008; DOS SANTOS, 2000). Esse movimento articulado pelas nações do sul ganharia novas nuances no início da década de 1970.

7.6 A CONFLUÊNCIA ENTRE OS FATORES ECONÔMICO, AMBIENTAL E SOCIAL

O discurso sobre desenvolvimento que predominou ao final da Segunda Guerra sofreu alterações significativas no final da década de 1960 em virtude da percepção de que os recursos naturais utilizados como matéria-prima seriam escassos e esgotáveis (AFONSO e FERNANDES, 2005).

Ao avaliar as conseqüências das práticas ligadas ao crescimento econômico que predominavam naquele momento, no ano de 1972, o Clube de Roma emitiu um relatório – Limites ao Crescimento – com base em estudos realizados no *Massachusetts Institute of Technology*, no qual afirmou que, mantidos os mesmos padrões de produção e consumo experimentados à época, os recursos naturais se esgotariam em aproximadamente cem anos.

Em sintonia com o alerta emitido pelo Clube de Roma, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP (1975) salientou a importância do gerenciamento e eficácia no uso do petróleo, como recurso escasso, não-renovável e fundamental para o bem-estar das futuras gerações; assim como, em articulação com as resoluções do sexto período extraordinário de sessões da Assembleia Geral da ONU²⁵ – abril/maio de 1974 –, afirmou solidariedade com as nações atrasadas em sua luta para superar a situação de subdesenvolvimento, através da conquista de condições de troca menos desiguais entre os diversos países.

²⁵ Tal convocação extraordinária, em sua nota de abertura, deixa claro o problema enfrentado: “Nós, Membros das Nações Unidas, Convocamos um período extraordinário de sessões da Assembleia Geral para estudar, pela primeira vez, os problemas das matérias-primas e do desenvolvimento, e considerar as questões econômicas mais importantes, com as quais se defronta a comunidade internacional [...]”. (ONU, 1974, p. 3)

Cabe destacar que a posição assumida pela OPEP estava articulada com os objetivos do grupo dos 77, assim como expressava a influência, sobre alguns líderes, da ação discursiva de autores latino-americanos como **Frank** (1966) no que tange ao **desenvolvimento do subdesenvolvimento** e **Marini** (1991), em relação à **super-exploração do trabalho** experimentada nos países periféricos (DOS SANTOS, 2008).

Naquele mesmo período, **Furtado** (1974), ao defender a tese do **mito do desenvolvimento**, criticou a prática das grandes empresas que, ao dominarem as tecnologias ligadas à extração e exploração de recursos naturais, adotavam ações que escapavam ao controle dos Estados cujos territórios eram alvo de suas intervenções. Esse domínio tecnológico, somado ao poder econômico, estava na base de uma superestrutura política que condicionava as ações governamentais em praticamente todas as suas áreas de atuação, assim como ao buscar contínuo aumento da rentabilidade dos investimentos provocava situações de precariedade sócio-econômica nas populações dos países fornecedores de matéria-prima.

Naquele contexto, o relatório anual do Banco Mundial de 1972 salientou o acentuado aumento no preço do petróleo promovido pelos países exportadores. Aumento que, se, por um lado, era justificado como forma de reduzir a perda do valor relativo desse produto em relação aos produtos industrializados e, por conseqüência, de proporcionar condições de vida menos desiguais para as populações dos países produtores de petróleo em relação aos países industrializados (OPEP, 1975); por outro, foi responsabilizado como sendo o principal promotor de uma onda inflacionária em escala mundial (BIRD, 1972).

Em contraponto ao discurso da OPEP, a ação discursiva do Banco Mundial afirmou que era falso o argumento de que o mais baixo nível de vida era experimentado pelos países mais pobres em uma escala entre nações; já que a “[...] diversidade é a regra, e em todo lugar existem disparidades em relação à renda e ao crescimento, entre áreas e países; assim como entre regiões e grupos em cada país” (BIRD, 1972, p. 5).

Cabe destacar que posições similares àquela adotada pelo Banco Mundial já haviam sido defendidas por autores como **Hirschman** (1961) no que tange às desigualdades entre regiões (**cadeia de desequilíbrios**) e ao poder de influência dos **grupos privilegiados** em relação às políticas de Estado; assim como por autores Latino-Americanos, como **Cardoso e Faletto** (1969), que atribuíram ao desenvolvimento capitalista um caráter desigual, principalmente, com base em **alianças de classe ou grupos sociais** que visavam a manutenção dos próprios interesses.

O discurso do Banco Mundial, apesar de reconhecer que as diferenças relativas à pobreza entre nações industrializadas e primário-exportadoras tinham aumentado, atenuou a força desse argumento ao afirmar que suas causas não residiam na divisão internacional do trabalho, mas no

[...] rápido e contínuo crescimento da população, que dilui os benefícios do desenvolvimento. O agrupamento estatístico, em geral, esconde a gravidade de uma economia fraca e problemas sociais que se direcionam para distribuição desigual de renda, níveis excessivos de desemprego, altas taxas de mortalidade infantil, baixos níveis de instrução, desnutrição e, freqüentemente, doenças. (BIRD, 1972, p. 5)

Essa justificativa levou o Banco Mundial a incluir em sua agenda temas sociais, tratados como meio para favorecer o crescimento econômico das nações em desenvolvimento.

Naquele momento estavam se concretizando as bases de um discurso que, ao invés de buscar as causas da situação de precariedade de grande parcela das populações dos países periféricos na relação estabelecida entre nações, de forma articulada com as práticas capitalistas das grandes corporações (FURTADO, 1974), buscou reduzir as conseqüências desse processo de forma a manter o sistema econômico em escala mundial e a estabilidade das posições privilegiadas que dali emergiam (FONSECA, 1998).

Assim posicionado, o então presidente do Banco Mundial, Robert S. McNamara (1973), em encontro anual no qual foram apresentadas as metas do plano quinquenal do Banco Mundial que vigorariam a partir de 1974, fez uma avaliação dos resultados das estratégias desenvolvimentistas levadas a cabo até então. Se, por um lado, os investimentos para o desenvolvimento tinham atingido, nos últimos cinco anos, um volume maior do que todo o investimento anterior, por outro,

[...] nós devemos reconhecer que o alto grau de desigualdade existe não apenas entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento, mas, também, no interior das próprias nações. Estudos realizados pelo Banco Mundial, nos últimos anos, reforçam as conclusões preliminares que lhes foram apresentadas no último ano: crescimento da desigualdade na distribuição de renda nos países em desenvolvimento – maior do que nas nações desenvolvidas (MCNAMARA, 1973, p. 27).

Para McNamara (1973) a crescente diferença na distribuição da renda vinha produzindo pobreza em níveis variáveis naquela parcela da população que estava às margens das benesses do sistema. Nesse sentido, os pobres foram divididos em duas categorias: pobreza relativa e pobreza absoluta. A pobreza relativa era simplesmente, em comparação

com outros, o resultado da diferença para menos em termos de recursos, ou seja, determinadas pessoas possuíssem menos abundância que outros. Já pobreza absoluta foi definida como:

[...] a condição de vida tão limitada que impediria a realização do potencial dos genes com os quais uma pessoa teria nascido; uma condição de vida tão degradada que se caracteriza como um insulto à dignidade humana – condição comum a aproximadamente 40% das populações dos países em desenvolvimento (McNAMARA, 1973, p. 7).

A pobreza foi, assim, incluída no discurso sobre o desenvolvimento, sendo reconhecida como um problema e uma obrigação que deveria ser aceita pelos países/indivíduos mais abastados. A pobreza é considerada, além disso, o principal obstáculo para o crescimento das economias desenvolvidas. Assim, a elevação dos níveis de assistência com foco social, em relação aos países em desenvolvimento, poderia se traduzir em “[...] expansão do mercado, reforço da estabilidade mundial e redução da tensão social [...]” (McNAMARA, 1973, p. 8).

É relevante destacar que, para McNamara (1980, p. 19), desenvolvimento é considerado “[...] desenvolvimento humano, isto é, a realização individual do próprio potencial”. Com a introdução deste novo conceito, o discurso enfatiza dois objetivos mutuamente dependentes: a aceleração do crescimento econômico e a erradicação da pobreza absoluta, já que tais

[...] objetivos são intrinsecamente relacionados, embora os governos freqüentemente prestem mais atenção a um fator, em detrimento do outro. Sob o ponto de vista do desenvolvimento, tal abordagem sempre falha ao final, pois a priorização do crescimento sem uma preocupação adequada com a igualdade é socialmente desestabilizadora e, freqüentemente, violenta; já, a focalização da igualdade sem preocupação com o crescimento tende à estagnação econômica (McNAMARA, 1980, p. 17).

Assim, a ação discursiva do Banco Mundial, à época, apropriou os discursos das nações periféricas que lutavam por formas mais equitativas de distribuição das benesses das práticas capitalistas em escala mundial, e das nações desenvolvidas, que direcionavam seus esforços para práticas que propiciassem novas possibilidades ao crescimento. Entretanto, apesar da estratégia discursiva que dava espaço central aos temas da pobreza e do desenvolvimento humano, o objetivo final continua sendo claro: crescimento econômico, ainda que tratado como meio para a redução da pobreza.

Em 1972, a ONU criou uma agência especializada com foco em questões ligadas ao meio ambiente (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA) com o objetivo de dar eficácia ao uso de recursos naturais escassos e não-renováveis, qualificados como fundamentais para o bem-estar das futuras gerações (PNUMA, 2008; ONU, 2008; AFONSO e FERNANDES, 2005).

O PNUMA, de forma sintônica com o discurso pré-existente em defesa de práticas ligadas com a sustentabilidade ecológica – que foi, posteriormente, incorporado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMMAD), como visto em capítulo anterior –, forneceu elementos que estão na base do discurso do desenvolvimento sustentável.

O Banco Mundial, ao apropriar o discurso do PNUMA, de forma a valorizar aspectos sócio-ambientais e, ao mesmo tempo, focar seu discurso em ações que facilitassem o processo de crescimento (BIRD, 1973), passou a ocupar uma posição de articulador político entre os países financiadores e os países em desenvolvimento. Posição que foi se consolidando com o passar do tempo e que resultou no seu reconhecimento como órgão político central no campo discursivo do desenvolvimento (FONSECA, 1998).

Estavam lançados, assim, os alicerces para uma retomada das metas de crescimento com base na tecnologia e na redução da pobreza que direcionariam os esforços dos países em desenvolvimento para sua plena integração ao mercado mundial. Essas premissas, ao prevalecerem no cenário mundial, forneceram os principais argumentos do primeiro Relatório sobre Desenvolvimento Mundial, sob responsabilidade do Banco Mundial, em 1978. Cabe destacar que, desde 1978, esse relatório vem sendo publicado anualmente.

O discurso do Banco Mundial valorizou práticas ligadas ao aumento da produtividade dos pobres e da utilização racional dos recursos naturais. O primeiro fator facilitaria a participação dos pobres no mercado consumidor; já, o segundo favoreceria a utilização de novas tecnologias com vista à preservação do meio-ambiente, como fornecedor de matéria-prima imprescindível para a estabilidade dos padrões de produção e consumo.

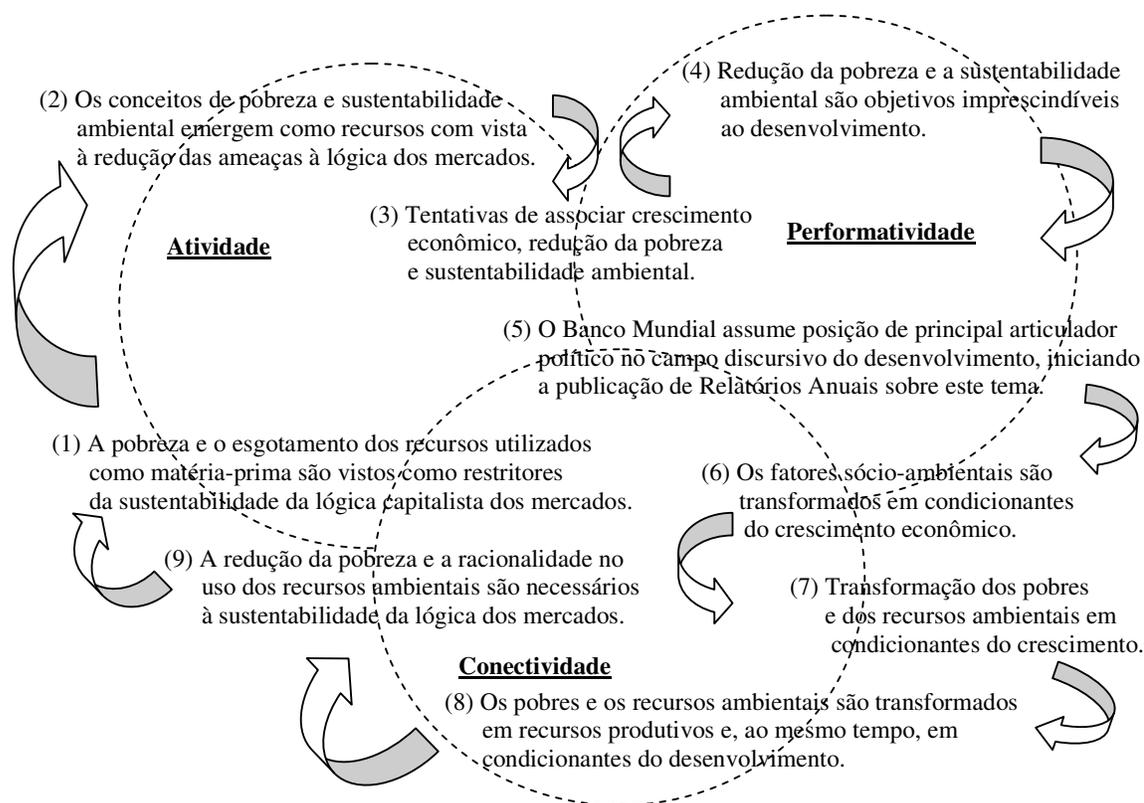


Figura 34 – O Discurso da confluência dos fatores econômicos e sócio-ambientais

Para Dos Santos (2004, p. 159) o final da década de 1960 se caracterizou pelo esgotamento da onda expansiva iniciada no pós-guerra e pelo início de uma conjuntura histórica caracterizada “[...] de um lado, pela perda de dinamismo da economia mundial e, de outro, pela tentativa das classes dirigentes de deter e, se possível, destruir as conquistas sociais e políticas alcançadas pelas classes, grupos e forças sociais e políticas subjugadas e dependentes”.

Em um período no qual o esgotamento de recursos naturais utilizados como matéria-prima industrial tornou-se um problema para a sustentabilidade do sistema econômico mundial e quando as práticas discursivas construídas nos países periféricos, direcionadas à redução das diferenças sócio-econômicas em escala mundial, alcançavam seu auge e se traduziam em decisões em nível governamental que influenciavam o contexto macro-econômico, emergiu o Grupo dos Sete, que uniu os esforços dos Estados Unidos, Europa e Japão com vista à estabilização das posições pré-existentes no cenário internacional (DOS SANTOS, 2004).

No início da década de 1970 ficou claro, também, que as economias que não se ocupavam com gastos militares – como a Alemanha e o Japão – desenvolviam produtos

comerciais que se destacavam pela inovação e demonstravam técnicas mais agressivas e com melhores resultados no que tange à conquista de mercados.

Em relação às estratégias adotadas pelos EUA:

O dólar que se expandia pelo mundo em inversões norte-americanas e no pagamento de seus exércitos que ocupavam a toda a Terra tornou-se demasiado abundante pressionando no sentido de sua desvalorização, de um déficit fiscal apoiado nos gastos militares e de um déficit cambial derivado em parte do movimento de capitais (as remessas de capitais para o resto do mundo só eram compensadas pela expansão das multinacionais norte-americanas nas zonas periféricas e semi-periféricas que continuavam produzindo lucros muito superiores aos seus investimentos) (DOS SANTOS, 2004, p. 161).

A conjunção entre déficits cambial e fiscal e, de forma contraditória, o aumento gradativo dos gastos militares aprofundaram ainda mais a crise financeira Norte-Americana e provocaram a escalada dos preços e a queda do crescimento econômico que estão na base da recessão mundial experimentada naquele período. Recessão que é agravada por uma ofensiva do Terceiro Mundo que teve no cartel do petróleo, promovido pela OPEP, um fator decisivo, já que mostrou o caminho por meio do qual as nações periféricas poderiam obter melhores preços para seus produtos de exportação (ONU, 1974; McNAMARA, 1973; OPEP, 1975; DOS SANTOS, 2000).

A gravidade dessa situação – reconhecida no princípio – foi ocultada logo em seguida por uma certa euforia econômica entre 1976 e 1979, quando começou a cair o preço do petróleo e os excedentes financeiros começaram a financiar um aumento do comércio mundial baseado em “grandes projetos” que absorveriam a maior parte desses recursos excedentes na forma de imensos processos de endividamento. (DOS SANTOS, 2004, p. 163)

Esses projetos promoveram a re-estruturação e, mesmo, a destruição de setores industriais inteiros – principalmente nos EUA e Europa – com base em uma **revolução científico-técnica** (DOS SANTOS, 1994) que provocou a emergência de insumos que passaram a se constituir em alternativas para a substituição de matéria-prima bruta por produtos mais elaborados, assim como na automação da produção. Por conseqüência, houve disseminação de padrões produtivos cada vez mais dominados pelos países desenvolvidos. Aos países periféricos, foi ratificada a estratégia que delegava a produção complementar aos padrões de produção e consumo vigentes no centro, tendo, inclusive, suas diretrizes operacionais definidas no exterior (DOS SANTOS, 2004).

Foi em meio a essa transição que o discurso do Banco Mundial apropriou várias práticas discursivas que influenciavam o campo discursivo do desenvolvimento, em torno dos temas da tecnologia e das necessidades básicas como fatores que deveriam orientar os esforços dos diversos países e, mais especificamente, dos periféricos, para sua plena integração no mercado mundial, em uma divisão internacional do trabalho definida por vantagens comparativas (BIRD, 1973; FONSECA, 1998; GONZALES, 1990; AMIN, 2008).

Assim contextualizado, o Banco Mundial, ao publicar o primeiro Relatório Anual sobre o Desenvolvimento Mundial defendeu estratégias de incentivo ao desenvolvimento de forma segmentada, conforme as características de cada país. Entretanto, a ênfase predominante se relacionou com a incorporação das várias nações ao sistema sócio-econômico predominante a partir de esforços próprios aos países que almejavam o crescimento, que poderiam ser complementados por recursos cognitivos, tecnológicos e/ou financeiros advindos de organismos internacionais ou de investidores privados (BANCO MUNDIAL, 1978).

Assim, a posição assumida pelo Banco Mundial, na década de 1970, foi resultado do direcionamento de sua ação discursiva que, desde sua fundação, se voltou para a abertura de possibilidades à expansão do mercado capitalista; assim como de uma espécie de síntese entre os discursos das nações às margens do sistema, que lutavam por formas mais equitativas de distribuição das benesses, e das nações desenvolvidas, que direcionavam seus esforços para práticas que fornecessem novas possibilidades ao crescimento, com clara vantagem para as últimas, mas valorizando temas críticos para as primeiras (DOS SANTOS, 2000; AMIN, 2008).

7.7 O BANCO MUNDIAL COMO ORGANIZAÇÃO CENTRAL NO CAMPO DISCURSIVO DO DESENVOLVIMENTO

O primeiro Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial ratificou a articulação entre crescimento econômico e redução da pobreza: o crescimento econômico “[...] é acompanhado por uma rápida expansão do sistema de educação, aumento dos níveis de alfabetização, melhorias nas condições nutricionais e de saúde”; em contrapartida, a melhoria dos indicadores sociais, de forma circular, facilitaria o crescimento econômico (BANCO MUNDIAL, 1978, p.1).

Foi a partir dessas premissas que a promoção de melhorias na qualidade de vida das populações ganhou valorização de forma integrada ao aumento da produtividade e da renda. Os programas de desenvolvimento – de forma sintônica com aspectos de diversas construções discursivas, como o incentivo à **industrialização** (**ROSENSTEIN-RODAN**, 1943 e 1961), o estímulo à transição das sociedades tradicionais para as **sociedades de consumo de massa** (**ROSTOW**, 1961), o **comportamento empreendedor** e os **encadeamentos produtivos** (**HIRSCHMAN**, 1961), e a valorização de **alianças de classe e grupos sociais** (**CARDOSO e FALETTO**, 1969) – deveriam ser adequados às características e potencialidades de cada país, assim como teriam por base esforços internos aos próprios países, complementados em termos financeiros ou técnicos advindos do exterior (**BANCO MUNDIAL**, 1978).

As principais diretrizes estratégicas articuladas ao longo do tempo pelo BIRD e pelas instituições posteriormente criadas para complementar suas ações são ratificadas e, nesse primeiro relatório, aprimoradas em um discurso que classifica as diversas nações em quatro categorias: i) em desenvolvimento; ii) exportadoras de petróleo; iii) industrializadas; e iv) planificadas.

As nações em desenvolvimento são aquelas que possuem renda *per capita* considerada como média ou baixa. Com base nos dados do ano de 1976, o grupo dos países com baixo nível de renda foi composto por aqueles que possuíam renda *per capita* anual de até US\$ 250,00; já, os de renda média possuíam renda *per capita* anual superior a US\$ 250,00. O conjunto dos países exportadores de petróleo foi composto por Kuwait, Líbia, Oman, Catar, Arábia Saudita e Emirados Árabes. Foram considerados países industrializados aqueles que compunham a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), com exceção da Grécia, Turquia, Espanha e Portugal considerados países em desenvolvimento em função da renda. Por último, o grupo das economias centralmente planificadas se referia ao bloco soviético.

Esta classificação se manteve até o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1989, no qual as novas categorias – que se mantém até o último relatório examinado, ou seja, de 2008 – passaram a ter por base exclusivamente a renda *per capita*. Os países foram qualificados, então, como em desenvolvimento, ao terem renda considerada média (*per capita* anual entre US\$ 480,00 e US\$ 6.000,00, com base em 1987) ou baixa (abaixo de US\$

480,00); e desenvolvidos, ao possuírem rendimentos *per capita* considerados altos (acima de US\$ 6.000,00)²⁶.

Apesar das variações em termos de categorias e de valores que caracterizaram as faixas de renda durante o período examinado nesta Tese, ao analisar o discurso do Banco Mundial, foram considerados os conceitos de países desenvolvidos e de países em desenvolvimento, assim como a diferenciação desses últimos entre países de renda baixa ou de renda média. Essa categorização se justifica pela própria ênfase do Banco Mundial em políticas diferenciadas para os grupos de nações em desenvolvimento consideradas de renda *per capita* baixa ou média.

Para os países com baixo nível de renda, o discurso do Banco Mundial defendeu que a redução da pobreza somente seria possível com o “[...] incremento da produtividade agrícola como meio de aumentar o poder de compra dos pequenos agricultores e da criação de emprego aos sem terra” (BANCO MUNDIAL, 1978, p. 1).

Nesse ponto, cabe destacar o contraponto oferecido por Amin (2004), segundo o qual a ênfase no aumento da produtividade agrícola teria provocado, ao longo do tempo, dificuldades à agricultura de subsistência em função do princípio do retorno de capital que, ao concentrar e modernizar a produção de alimentos, provocou a precarização das condições de vida dos camponeses e, conseqüentemente, a migração do campo para as áreas urbanas.

Já, os países de renda média compunham

[...] um grupo heterogêneo em suas estruturas econômicas, experiências em termos de desenvolvimento e nível de renda *per capita*. Em geral, seu crescimento econômico depende mais diretamente, do que os países de baixa renda, do mercado internacional. Por isso, as principais escolhas estratégicas deverão estar vinculadas às políticas industriais e de mercado que respondem às mudanças no contexto internacional. A pobreza nesses países é menos obstrutora da falta de recursos do que nos países de baixa renda, apesar disso, requer vigoroso esforço (BANCO MUNDIAL, 1978, p. 1).

O discurso do Banco Mundial (1978) afirmava, ainda, que as economias em desenvolvimento tinham se tornado importantes mercados importadores de produtos manufaturados e tomadores de empréstimos das nações industrializadas. Por conseqüência, havia se criado um processo de interdependência entre as políticas econômicas dos países industrializados e dos países em desenvolvimento.

²⁶ Os valores definidos no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1989 consideraram as rendas *per capita* referentes ao ano base de 1987, sendo corrigidos anualmente pelo Banco Mundial.

Interdependência no mundo econômico não é um fenômeno novo – ela vem crescendo em importância por décadas, se não por séculos. Mas ela, talvez, não tenha sido, ainda, completamente entendida da forma como vêm acontecendo, nem como irá ocorrer na próxima década. O aumento na demanda mundial por alimentos e suprimentos, e o aumento nos preços do petróleo nos anos recentes têm assinalado alguns dos seus mais dramáticos aspectos. (BANCO MUNDIAL, 1978, p. 13)

O discurso do Banco Mundial (1978) salientou a importância de tornar o processo de interdependência consciente, sob risco de perder de vista a estabilidade necessária ao funcionamento do mercado mundial e, por consequência, de expandir a capacidade industrial e disseminar os benefícios do progresso econômico. Assim como, ao ratificar a priorização do processo de crescimento dos países desenvolvidos, como pilar de sustentação do desenvolvimento em escala mundial, salientou a inter-relação entre crescimento, inflação, salários e equilíbrio na balança de pagamentos externos como definida por políticas que incluem o sistema monetário e comercial internacional.

No ano seguinte, em um contexto no qual os países em desenvolvimento aumentavam sua participação no mercado mundial e as nações desenvolvidas, ao verem suas taxas de crescimento anual se reduzirem, buscavam formas de proteger suas indústrias em relação à importação de produtos que concorressem com a produção nacional, o discurso do Banco Mundial salientou que a redução das importações advindas dos países em desenvolvimento dificultaria o equilíbrio de suas balanças de pagamentos. Nesse aspecto, em relação à importância das trocas feitas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, o discurso do Banco Mundial (1979, p. 4) argumentava que

As nações industrializadas são o principal mercado para exportação dos países em desenvolvimento, assim como sua principal fonte de capital externo e tecnologia. Em 1976 os países industrializados compraram dois terços de todas as mercadorias exportadas pelos países em desenvolvimento; a participação foi de 69% do petróleo; 65% de mercadorias primárias; e 61% das manufaturas.

A ação discursiva do Banco Mundial buscou, ao final da década de 1970, ratificar o esforço com vista à estabilização do crescimento econômico em escala mundial através da explicitação da divisão do trabalho entre países e da construção de uma prática comercial internacional com base no livre-comércio.

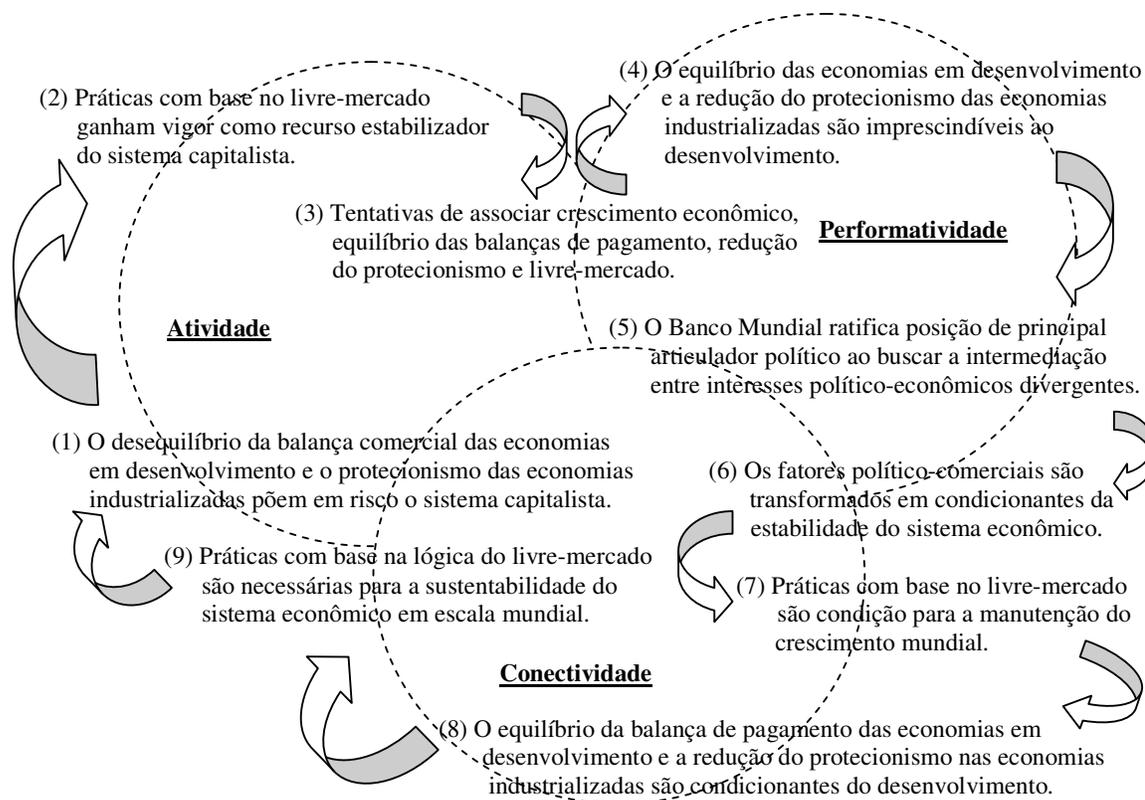


Figura 35 – O discurso do Banco Mundial como órgão central ligado ao desenvolvimento

Para Arrighi (1998), no mesmo período histórico em que foi publicado o primeiro Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial e que o Banco Mundial assumiu a posição de órgão central ligado ao desenvolvimento, os principais articuladores do sistema capitalista começaram a alterar a estratégia desenvolvimentista que predominava até então: os EUA (com a emergência da segunda crise do petróleo em 1979; as revoluções nacionalistas nos países do terceiro mundo; o endividamento Norte-Americano em função dos investimentos militares; e a ascensão econômica da Alemanha e Japão) perceberam que as políticas de incentivo ao desenvolvimento, adotadas até então, começaram a dar sinais de que saíam de seu controle. A resposta não tardou e se abateu sobre os países em desenvolvimento sob a forma da liberalização conservadora e global.

Os Estados Unidos, no período entre 1979 (segundo choque do petróleo) e 1983 (calote mexicano), incentivaram mudanças de foco: da doutrina do desenvolvimento para todos para a concentração dos esforços nos países em desenvolvimento com vista à reestruturação econômica, via ajustes estruturais. Essa última estratégia foi o meio de favorecer o pagamento do serviço das dívidas dos países em desenvolvimento, garantindo o fluxo de capitais para os países centrais. Simultaneamente, “[...] agências governamentais e empresas Norte-Americanas aumentaram seu próprio endividamento – nacional e

internacional – e começaram a competir agressivamente com Estados mais pobres no mercado financeiro mundial” (ARRIGHI, 1998, p. 271).

Um exemplo das dificuldades que necessitaram ser enfrentadas pelos países em desenvolvimento foram as taxas referentes aos serviços da dívida externa, pois “[...] entre 1975 e 1979 a taxa real de juros paga pelos países subdesenvolvidos por seus empréstimos bancários foi de 0,5%; já, entre 1980 e 1994 a taxa real sobre esses empréstimos se elevou para 8,3% em média” (SALGADO, 2006, p. 124).

Por conseqüência, no início da década de 1980, os países em desenvolvimento enfrentaram, segundo o discurso do Banco Mundial (1980), dois grandes problemas: a redução do crescimento econômico em um ambiente internacional recessivo que vinha se agravando e a situação de pobreza absoluta, em relação à qual o progresso alcançado até aquele momento pouco tinha minorado. Por estas razões, os esforços ligados ao desenvolvimento foram contestados tanto por razões políticas, pelos movimentos democráticos e de direitos humanos, quanto por sua ineficiência em promover o crescimento, em comparação com os tigres asiáticos²⁷. Esses últimos, então, passaram a ocupar uma posição de modelo da eficácia do livre mercado (DOS SANTOS, 2000).

Assim, posicionados entre pressões políticas e econômicas “[...] um número cada vez maior de governos dos países subdesenvolvidos foi forçado ou induzido a desistir de seus esforços desenvolvimentistas e a estabelecer-se – mais ou menos com relutância – numa posição subordinada na hierarquia global de riqueza” (ARRIGHI, 1998, p. 272).

Cabe destacar que, naquele contexto, em contraponto às ações indicadas aos países em desenvolvimento, os EUA passaram a direcionar suas práticas internas para uma forma de “[...] neoliberalismo do capitalismo monopolista do Estado, que consiste no aumento da intervenção estatal para garantir a sobrevivência do capital, sobretudo dos grandes monopólios e do capital financeiro” (DOS SANTOS, 2004, p. 176).

O aumento das taxas de juros ocorreu no início dos anos 80 e levou à crise da dívida externa. Esta resultou da exigência de que os países devedores pagassem os mesmos juros especulativos que o governo norte-americano pagava ao resto do mundo para atrair capitais com o intento de cobrir seu déficit público. Esses pagamentos escorchantes se fizeram em detrimento do desenvolvimento desses

²⁷ A valorização súbita dos tigres asiáticos (Hong Kong, Taiwan, Singapura e Coréia do Sul), prioritariamente, impulsionados pelo progresso japonês foi resultado de uma alternativa regional que fez emergir processos de descentralização da produção que possibilitaram o barateamento da mão-de-obra, num momento em que esse recurso produtivo, sob as premissas anteriores, provocava a desestabilização do sistema econômico mundial (ARRIGHI, 1998).

países e levaram à recessão e à miséria as suas populações, como ocorreu no Brasil e na América Latina em geral. (DOS SANTOS, 2004, p. 190)

A ação que teve por protagonista o Estado Norte-Americano se direcionou para a defesa do próprio mercado e dos privilégios adquiridos em termos internacionais, em um momento no qual a produção de base científico-técnica ligada às indústrias não-militares do Japão e Alemanha ameaçava a hegemonia econômica dos EUA. Nesse sentido, Dos Santos (2004, p. 177) transcreveu uma breve passagem de Robert Kuttner – economista Norte-Americano –, à época, e traçou comparativo com a produção teórica Latino-Americana:

‘As companhias japonesas desenham produtos de ultra-alta tecnologia que podem ser montados em grande parte por jovens mulheres asiáticas sem maior nível educacional. O coração da operação, contudo, fica no Japão, o conhecimento científico, a engenharia e o talento comercial, e a corrente dos lucros para capitalizar a próxima rodada de novas inovações’. Quantas vezes dissemos isto sobre o capital internacional nos nossos países dependentes?! Pois agora quem o descobre são os economistas Norte-Americanos. E arremata o nosso autor: ‘Se as empresas de alta tecnologia baseadas nos EUA são simplesmente postas fora dos negócios pelo mercantilismo de outras nações, nós iremos gradualmente assumindo a posição daquelas mulheres de baixos salários do leste da Ásia’.

7.7.1 O Ajustamento Estrutural

No contexto recessivo do início da década de 1980, a ação discursiva do Banco Mundial (1980) considerou que as perspectivas mundiais haviam se deteriorado. A inflação nos países industrializados, à qual se somou o aumento do preço do petróleo – de 80% em dois anos –, teria provocado desequilíbrios na balança de pagamentos e feito renascer as dúvidas em relação à capacidade do sistema econômico mundial em manter a produção e o comércio.

A ação discursiva do Banco Mundial (1980), em relação aos países em desenvolvimento, valorizou práticas relacionadas à sustentabilidade econômica considerando: (i) altos os custos advindos das ações sob responsabilidade dos governos; (ii) a emergência de dificuldades relacionadas às relações de troca, dada a recessão vivida pelos países industrializados; e (iii) as taxas referentes aos serviços da dívida externa.

A situação de insustentabilidade que dali adveio, para McNAMARA (1980, p. 33) era potencialmente perigosa ao equilíbrio mundial, pois:

O problema não é que os países em desenvolvimento tenham que conviver com déficits que não possam financiar. Se os déficits não forem financiados, eles desaparecerão. Mas, se eles desaparecerem por falta de financiamento, os programas de desenvolvimentos sofrerão sérias ameaças. Se isso acontecer o resto do mundo não poderá se isentar das pressões direcionadas a um colapso. Assim, o auto-interesse das nações industrializadas requer que tais financiamentos essenciais sejam feitos (McNAMARA, 1980, p. 33).

Naquele momento, apesar de considerar que a situação vivida pelas nações em desenvolvimento era fortemente influenciada pelo contexto econômico mundial, o discurso do Banco Mundial (1980) lhes atribuiu responsabilidades em relação a iniciativas direcionadas às adequações internas. Foram sugeridas ações ligadas a: i) políticas de preços para estimular a produção de bens comercializados em escala mundial, tanto com vista à exportação quanto à **substituição das importações (PREBISCH, 1949)**; ii) adoção de medidas de conservação e produção interna de energia; iii) melhoria nas práticas de gestão ligadas às políticas públicas; iv) aumento da produtividade (ROSENSTEIN-RODAN, 1943 e 1961); e v) uso eficiente dos recursos **endógenos** disponíveis (TAVARES, 1964).

Assim, o discurso predominante ligou-se à produção de regras que condicionaram as nações periféricas a formas de circulação de capitais e conhecimentos em escala mundial. Regras que deveriam ser observadas sob a justificativa de que o não alinhamento com as estratégias em escala mundial levaria à estagnação sócio-econômica (BANCO MUNDIAL, 1980).

No que tange ao social, foi mantida a ênfase na educação, capacitação, nutrição e saúde. De forma idêntica a outros tipos de investimentos,

[...] os realizados em recursos humanos podem não ser aproveitáveis a menos que sejam complementados com outros fatores produtivos e com políticas ligadas ao uso eficiente dos recursos. Além de que, os programas de desenvolvimento humano devem ser cuidadosamente selecionados e levados a cabo com eficiência. Apesar dessas ressalvas, existem provas claras que corroboram com a tese de sentido comum de que o desenvolvimento humano pode dar uma contribuição valiosa ao crescimento nacional (BANCO MUNDIAL, 1980, p. 11).

A perspectiva social assumida pelo Banco Mundial, naquele período, sob influência da construção discursiva de **Sen** (2000), em defesa do incentivo às **capacidades** como recursos viabilizadores do desenvolvimento, se, por um lado, representou um avanço ao tornar necessária a intervenção pública no âmbito social; por outro, reafirmou o predomínio do mercado na definição dos rumos a seguir.

O investimento já não era dirigido apenas à preparação de mão-de-obra, mas deveria fazer parte das formas mais básicas de formação da população, conformando seus hábitos de forma a moldar a vida aos padrões definidos em escala mundial. Esta proposta é evidenciada por uma das justificativas utilizadas pelo Banco Mundial (1980) para o investimento em educação primária e, principalmente, voltado aos agricultores e às mulheres: sensibilização para a importância da diminuição nas taxas de crescimento demográfico, como meio de aumentar a produtividade dos pobres, assim como reduzir gastos públicos e racionalizar o uso de recursos naturais.

[...] um rápido crescimento demográfico exacerba a dificuldade de escolher entre um maior consumo imediato e a inversão necessária para alcançar um maior consumo no futuro. Os recursos por pessoa são tanto menores quanto mais rápido cresce a população. Segundo, em muitos países o aumento demográfico representa uma ameaça para o que já é um equilíbrio precário entre os recursos naturais e as pessoas. Onde as populações dependem em alto grau da agricultura, e aumentam rápida e constantemente, podem contribuir para que haja um uso excessivo de recursos naturais limitados, comprometendo, assim, o bem-estar das gerações futuras. Por último, o rápido incremento demográfico torna difícil administrar os ajustes que acompanham e promovem a mudança econômica e social. (BANCO MUNDIAL, 1984, p. 4)

Essas premissas forneceram os elos de ligação no discurso que articula a melhoria na qualidade de vida das populações, através do incentivo ao desenvolvimento de **capacidades** individuais (SEN, 2000), com o aumento da produtividade e da renda. Os programas de desenvolvimento deveriam, ainda, ser adequados às características e potencialidades de cada país, assim como foi ratificada a ênfase nos esforços internos aos próprios países, coordenados pelo Estado e complementados em termos financeiros ou técnicos advindos do exterior (BANCO MUNDIAL, 1980).

Cabe destacar que, apesar das recomendações do Banco Mundial (1980) em relação ao incentivo necessário às exportações dos países em desenvolvimento, no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial do ano seguinte, o discurso do Banco Mundial (1981, p. 5) considerou que desde o ano anterior, “[...] as condições da economia mundial pioraram: os preços que os países em desenvolvimento pagam por seus produtos de importação, particularmente o petróleo, aumentaram; enquanto sua capacidade de pagar por eles diminuiu”.

Os países em desenvolvimento, ao terem suas exportações atingidas pela recessão e pelas barreiras comerciais dos países industrializados, passaram a conviver com déficits em suas balanças comerciais e de pagamentos externos. Esta situação foi agravada pela

estagnação dos fluxos de capital para os projetos de desenvolvimento (BANCO MUNDIAL, 1981). Naquele contexto, o discurso do Banco Mundial (1981) defendeu a necessidade de ajustes estruturais mais intensos em todos os países, assim como o incremento dos fluxos de capital às nações de renda média que, na falta de fluxos públicos, deveriam ser buscados junto ao sistema bancário comercial. Já, as nações com baixa renda *per capita* teriam problemas mais sérios em relação ao financiamento de seus projetos.

Apesar das ações propostas pelo Banco Mundial, em 1982, os países industrializados permaneciam experimentando situações recessivas e de aumento do desemprego, as taxas de juros dos empréstimos internacionais alcançavam índices inéditos e o mercado, em escala mundial, havia parado de crescer; já, os países em desenvolvimento passaram a lutar contra os altos juros cobrados por seus empréstimos em um momento em que caíam o volume e o valor de suas exportações (BANCO MUNDIAL, 1982).

Naquele contexto, as estratégias políticas ligadas ao liberalismo que desde a década de 1980 gradativamente passaram a predominar nos principais países industrializados, redirecionaram o discurso predominante ligado ao desenvolvimento. Os economistas de corte liberalizante colocaram em questão a tese de que o comércio internacional impedia o desenvolvimento nos países periféricos (NAHÒN, HENRIQUEZ e SCHORR, 2006). Em contraponto à produção discursiva de Prebisch (1949), argumentaram que os preços dos produtos primários não tendiam à desvalorização em relação aos produtos industrializados (TOYE, 1993; BRUM, 2005), e que o livre-mercado estimularia a adaptação tecnológica, a aprendizagem e o dinamismo industrial, principalmente, por meio da inversão internacional direta (BANCO MUNDIAL, 1982; 1984 e 1985).

A lógica que passou a predominar defendeu, ainda, que os altos custos e gargalos das políticas ligadas à industrialização substitutiva de importações (PREBISCH, 1949) tornariam esta prática pouco eficaz quando comparada com o desempenho das economias do sudeste asiático (BANCO MUNDIAL, 1984).

Entre os entraves para o desenvolvimento foi incluído o tamanho do setor público, assim como a ênfase excessiva na formação de capital e a proliferação de regras econômicas equivocadas. Esses fatores teriam sido responsáveis pela redução dos benefícios que políticas orientadas para a abertura dos mercados deveriam ter proporcionado (BANCO MUNDIAL, 1985).

Novamente, ao ser confrontado com evidências que mostraram os resultados de suas estratégias, o discurso do Banco Mundial é re-articulado e, como antes já havia acontecido,

fatores internos aos países são apontados como causas. Parte dessa nova estratégia discursiva, inclusive, definiu o desenvolvimentismo com presença do Estado como irrelevante e equivocado, além de intelectualmente corrupto.

As críticas sob o signo da corrupção, que logo ganharam ampla cobertura dos meios de comunicação, levaram ao enfraquecimento dos pressupostos da economia do desenvolvimento: i) a crença na intervenção pública como promotora do desenvolvimento em detrimento dos mecanismos do livre-mercado; ii) a desvalorização da micro-economia em favor das estratégias macro-econômicas; iii) as restrições ao comércio internacional; e iv) o alívio da pobreza e a melhoria da renda condicionados à intervenção do Estado e ligados à regulação e controle dos preços, seja de mercadorias ou de salários (NAHÓN, ENRIQUEZ e SCHORR, 2006).

Cabe destacar que a mudança na ação discursiva do Banco Mundial não ocorreu de forma brusca, mas gradativamente, num movimento de avanços e recuos, que em muitos momentos articulou premissas advindas de várias correntes de pensamento até chegar a atribuir maior ênfase à lógica da liberalização dos mercados e da redução do papel do Estado.

Naquele contexto, um dos principais problemas que direcionaram a agenda neoliberal²⁸ se relacionou com os grandes endividamentos de muitas nações em desenvolvimento. Os serviços da dívida – relativos à média dos países da América Latina – que em 1980 equivaliam a 33% dos ingressos com exportação, em 1982 passaram para 53%. Dada a insustentabilidade dessa situação, “[...] durante 1982 foram reprogramados os serviços da dívida de doze países e, no primeiro trimestre de 1983, estavam em negociação a reprogramação do serviço da dívida de outros treze” (BANCO MUNDIAL, 1983, p. 6).

Em conexão com a reprogramação das dívidas, o Banco Mundial (1983, p.8) passou a defender que

São necessárias reformas políticas para que todas as economias possam se adaptar melhor a suas vantagens comparativas, manter salários proporcionais à produtividade e eliminar distorções de preços. Isso será alcançado muito mais facilmente se os países resistirem às pressões exercidas sobre eles para aumentar o protecionismo e começarem a eliminar as atuais barreiras ao comércio, permitindo o retorno a um comércio mundial em rápida expansão e um aumento do comércio entre os países em desenvolvimento (BANCO MUNDIAL, 1983, p. 8).

²⁸ A lógica que emana do neoliberalismo posiciona a competição no mercado como melhor do que qualquer direcionamento dado pelo poder público. Defende, ainda, que os governos possuem papéis importantes mas limitados e que sua presença deve ser progressivamente reduzida (MISOCZKY, 2002).

Já, em 1984, em um contexto de recuperação das economias desenvolvidas que havia se iniciado no ano anterior, o discurso do Banco Mundial (1984) salientou que os países em desenvolvimento que orientaram suas políticas de investimentos para a produção, de forma articulada com o comércio mundial e de maneira a valorizar suas potencialidades locais, tinham alcançado taxas de crescimento econômico superiores às daquelas nações que direcionaram os esforços para práticas com base na substituição de importações. Defendeu, ainda, que os países em desenvolvimento somente conseguiriam recuperar ou acelerar as taxas de crescimento através do aumento dos fluxos de capital. Nesse sentido, o capital privado internacional, na forma de inversão direta ou empréstimo, foi ratificado como essencial ao processo de desenvolvimento, ou seja, conforme analisado por **Amin** (1976), ao articular os **fluxos de capital** com a estratégia de ampliação dos mercados.

Para garantir os fluxos de capital eram necessários mecanismos que reduzissem os riscos dos investimentos. Estes passaram a ser o norte das diretrizes políticas ligadas ao desenvolvimento.

Uma das características do financiamento externo requer que tanto investidores quanto tomadores considerem a sua insegurança. A melhor forma de fazê-lo é responder com flexibilidade às mudanças do ambiente externo. [...] Uma segunda aprendizagem é que as políticas requeridas para aproveitar melhor o financiamento externo são essencialmente as mesmas que servem para dar eficiência aos recursos nacionais. Um país deve obter um rendimento de sua inversão que seja maior que o custo dos recursos utilizados. [...] no caso do financiamento externo, o país tem que gerar divisas suficientes para cumprir com o pagamento do empréstimo e com seus lucros e dividendos. (BANCO MUNDIAL, 1985, p. 11)

Ao considerar o contexto econômico mundial, à época, a ação discursiva do Banco Mundial (1985) propôs cinco ações com vista à redução dos riscos ligados aos investimentos internacionais: i) aumento dos prazos de pagamento dos empréstimos intermediados ou realizados pelo Banco Mundial, mesmo que isso significasse redução dos fluxos privados; ii) utilização de instrumentos de proteção contra riscos; iii) participação nos riscos comerciais entre tomadores e investidores, no que tange às inversões estrangeiras diretas; iv) busca de mercados bancários secundários, diminuindo os riscos da concentração das carteiras de crédito; e v) aumento do volume e direcionamento da ajuda aos países de baixa renda, de forma combinada com os beneficiários.

Com tais medidas, a concessão de novos empréstimos em apoio aos países em desenvolvimento diminuiu sensivelmente (BANCO MUNDIAL, 1987). Em contrapartida, as taxas de inflação baixaram em quase todos os países industrializados, eram descendentes nas

nações em desenvolvimento e, principalmente, os países industrializados avançaram em relação a seu equilíbrio fiscal, possibilitando aumento do crescimento econômico sem provocar novos ciclos inflacionários (BANCO MUNDIAL, 1988).

Foi criada, então, a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (AMGI), quinto organismo que compõe o Grupo Banco Mundial, com a função de “[...] promover o investimento externo direto nos países em desenvolvimento, dando suporte ao crescimento econômico, redução da pobreza e melhoria dos padrões de vida de suas populações” (AMGI, 2008, s/p). Cabe destacar que este organismo foi criado de forma a ampliar os instrumentos de intermediação financeira entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, com clara orientação para o equilíbrio e estabilização do sistema econômico mundial.

Naquele contexto, o discurso do Banco Mundial (1989, p. 3) defendeu que

[...] os sistemas financeiros de muitos países em desenvolvimento são inadequados ou funcionam com menos eficiência do que poderiam. Isso tem conseqüências importantes para o desenvolvimento econômico em geral. Duas tendências, em particular, fazem com que a reforma dos sistemas financeiros seja uma prioridade nesses países. Em primeiro lugar, a retração das correntes de capital externo para esses países e a estagnação econômica põe em relevo a importância de adotar políticas que estimulem a poupança e a inversão nacional e que orientem o fluxo de recursos para as atividades mais rentáveis; em outras palavras, adotar políticas que melhorem o desempenho dos sistemas financeiros nacionais. Em segundo lugar, os acontecimentos dos anos oitenta levaram muitos países a reconsiderar suas estratégias de desenvolvimento. Conforme diminuía a intervenção governamental e a medida em que estabilizavam e reestruturavam suas economias, quase todos os países decidiram se apoiar mais no setor privado e nos sinais do mercado para orientar o destino de seus recursos. A fim de garantir todos os benefícios possíveis de uma maior dependência do processo decisório voluntário e determinado pelas condições do mercado, os países necessitam sistemas financeiros eficientes.

A reforma proposta para o sistema financeiro, em escala nacional, fechou um ciclo de ajustes estruturais que caracterizaram o discurso sobre desenvolvimento na década de 1980. Esses ajustes, que se disseminaram pelas nações em desenvolvimento, foram sintetizados no Consenso de Washington (WILLIANSOM, 1990), composto por dez reformas, inicialmente, indicadas aos países periféricos e, a partir da década de 1990, impostas como pré-condições aos programas de ajuda ao desenvolvimento.

As dez reformas são: i) disciplina fiscal: limitação dos gastos do Estado à sua arrecadação, tendo por resultado a eliminação do déficit público; ii) redução dos gastos públicos: priorização dos investimentos em áreas tidas como prioritárias ao crescimento econômico, como infra-estrutura, educação e saúde; iii) reforma tributária: ampliação da base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e,

progressivamente, menor nos impostos diretos; iv) liberalização financeira: fim das restrições que impedissem as instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade de condições com as nacionais, assim como afastamento do Estado do setor; v) taxa de câmbio competitiva; vi) abertura do mercado interno: liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando impulsionar a globalização da economia; vii) eliminação de restrições ao capital externo: permitir o investimento estrangeiro direto, eliminando as restrições a essas operações; viii) privatização: transferência de empresas estatais ao capital privado, assim como sua incorporação às regras do mercado global; ix) desregulamentação: redução da legislação ligada ao controle do processo econômico e das relações trabalhistas, com vista ao favorecimento do aumento da competitividade; e x) direito de propriedade: reconhecimento e respeito aos direitos de propriedade patrimonial e intelectual (WILLIANSOM, 1990).

Mesmo com as conseqüências sociais adversas da estratégia econômico-financeira em escala mundial, para as populações das nações em desenvolvimento, apontadas pelo próprio Banco Mundial (1987) ao argumentar sobre a proteção necessária aos mais pobres entre o período de implementação dos ajustes e a posterior disseminação de seus benefícios, o novo discurso sobre desenvolvimento se instalou como marco referencial a partir do qual foram definidas as prescrições para os países definidos como em desenvolvimento.

A visão que passou a predominar defendeu que o subdesenvolvimento era conseqüência de políticas equivocadas adotadas pelas nações em desenvolvimento e que seria suficiente corrigi-las para que essas economias fossem integradas em uma lógica que as levaria ao caminho do crescimento econômico. Foi essa premissa que forneceu o suporte para um novo diagnóstico sobre as razões da crise que se fixou na agenda dos governos dos países em desenvolvimento e que direcionou suas ações com base em um caminho único, definido em escala mundial, para a superação das situações de precariedade (NAHÒN, ENRIQUEZ e SCHORR, 2006).

Naquele contexto, as teorias produzidas nos países periféricos que buscavam analisar o subdesenvolvimento passaram a ser confrontadas por ações pontuais ligadas a uma estratégia direcionada para o reforço do crescimento econômico e da luta contra a pobreza, em escala mundial, de forma alinhada com os programas de ajuste. Nesse aspecto, o Banco Mundial (1987, p. 4) passou a argumentar que estava “[...] pronto para ocupar um papel revigorado nas tarefas fundamentais do desenvolvimento: promover o crescimento econômico

e combater a pobreza. Para isso, nós devemos fornecer suporte seguro aos esforços ligados aos ajustes de nossos países membros”.

A tarefa disciplinar, em relação à mão-de-obra, e de alinhamento ao contexto econômico mundial que havia ficado a cargo dos governos militares que ascenderam ao poder durante as décadas de 1960 e de 1970, foi, gradativamente, incorporada pela aceitação generalizada das diretrizes democráticas e macro-econômicas na década de 1980 (NAHÓN, ENRÍQUEZ e SCHORR, 2006).

Essa aceitação provocou, ainda, a ampliação das críticas às teorias nacional-desenvolvimentistas e da dependência de base marxista. Já, a construção de **Cardoso e Faletto** (1969) ao fornecer elementos à lógica predominante em defesa da articulação entre desenvolvimento e **dependência**, foi incorporada sob o signo do ajustamento estrutural defendido pelo Banco Mundial (NAHÓN, ENRIQUEZ e SCHORR, 2006).

Sob as premissas acima, no final da década de 1980, as agências internacionais ligadas ao desenvolvimento ampliaram sua atuação e importância no campo discursivo do desenvolvimento, principalmente, ao direcionar seus esforços para a minimização dos custos sociais do ajuste econômico. Nesse sentido, a ênfase foi na inserção produtiva dos pobres, assim como no aproveitamento de seu potencial.

O Banco irá aumentar os investimentos diretamente ligados ao incremento do acesso dos pobres a melhores alimentos, abrigos, cuidados de saúde e educação. Nós devemos lutar para proteger os pobres durante os períodos de ajustamento. Nós devemos promover mudanças políticas e institucionais para assegurar programas públicos mais eficientes e que direcionem seus benefícios para os pobres. Nesses investimentos sociais vitais, nós iremos trabalhar mais próximos com o setor privado e com organizações não-governamentais, como meio de multiplicar sua efetividade e direcioná-los para os pobres. (BANCO MUNDIAL, 1987, p. 5)

A ação discursiva do Banco Mundial, na década de 1980, direcionou-se para a defesa de práticas com vista ao incentivo de uma lógica neoliberal em defesa do livre mercado de forma a fornecer estabilidade e possibilidade de superação das crises de estagnação do sistema capitalista em escala mundial. Foi estimulado, ainda, um processo de centralização das estratégias sociais de forma articulada com o condicionamento econômico, entretanto, operacionalizado com base em redes com a finalidade de disseminar essas mesmas estratégias, assim como incentivá-las em escala local de forma a fugir ao controle estrito dos Estados nacionais. Além disso, a incorporação e ênfase em temas sociais (pobreza, educação, meio ambiente), ainda que subordinados à lógica econômica, garantia a performatividade necessária para o novo discurso.

Os governos dos países em desenvolvimento foram mantidos em posição operacional e de principais provedores dos serviços assistenciais que seriam oferecidos para os pobres excluídos do mercado, além de mantenedores de regras necessárias para o fluxo de capitais.

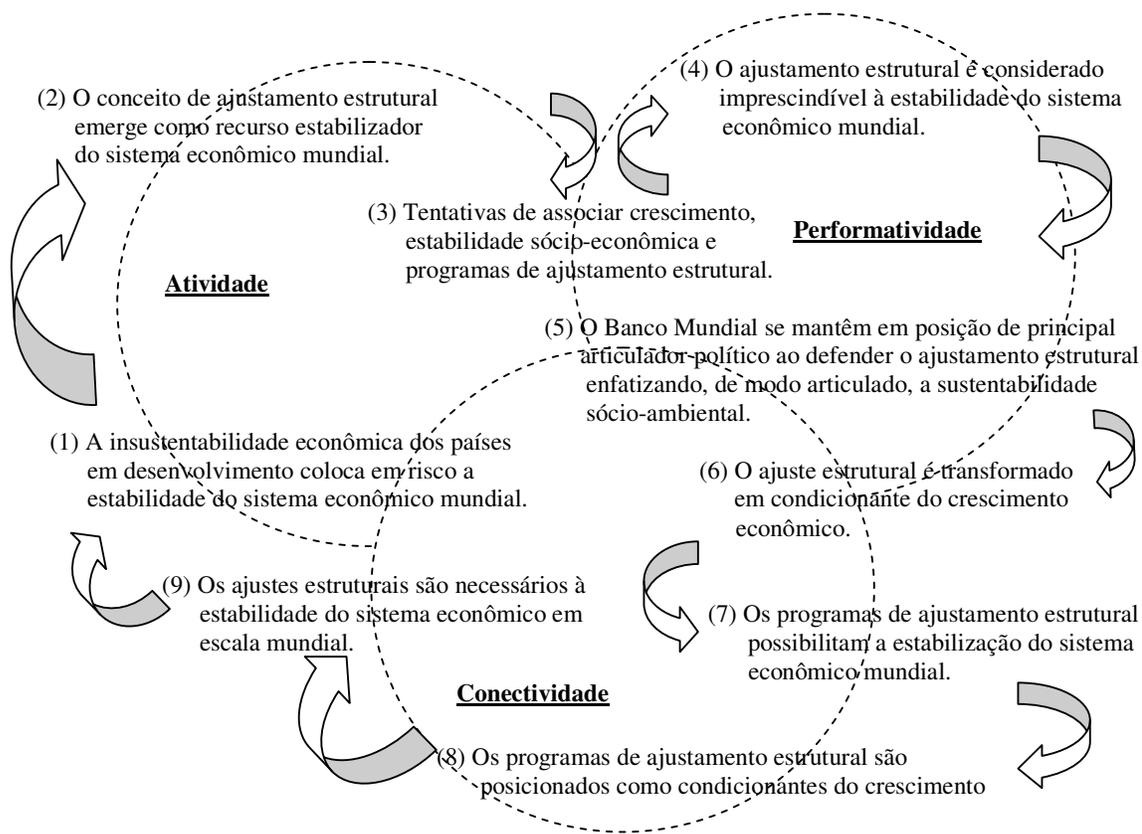


Figura 36 – O discurso dos programas de ajustamento estrutural

7.7.2 A Macro-Estrutura Política

É necessário salientar que a estratégia de incentivo ao desenvolvimento delineada pelo Banco Mundial para os países em desenvolvimento, ao longo da década de 1980, ao incentivar o ajuste estrutural como indispensável para superar as dificuldades econômicas, conviveu com mecanismos de proteção dos mercados internos exercidos pelos países industrializados que, gradualmente – conforme suas economias iam se estabilizando –, foram abrindo espaço para as propostas neoliberais em defesa do livre mercado (BANCO

MUNDIAL, 1980; 1982; 1983; 1984 e 1985; NAHÓN, ENRIQUEZ e SCHORR, 2006; DOS SANTOS, 2000).

No início da década de 1990, em um momento no qual a abertura econômica era incentivada pelos países desenvolvidos, nas economias em desenvolvimento coexistiam processos de ajustamento estrutural e aumento da pobreza (BANCO MUNDIAL, 1991). Foi nesse contexto que emergiu a primeira edição do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), uma publicação anual do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que tinha por base o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O PNUD buscou, através do IDH, oferecer um indicador que servisse de contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB) como fator único de mensuração do desenvolvimento.

O IDH se mostra uma sofisticação discursiva, um meio para evidenciar a importância da articulação entre o econômico e o social, tendo sido criado pelo economista paquistanês Mahbub Ul Haq, com a colaboração direta do economista indiano Amartya Sen, com a pretensão de ser uma “[...] medida geral, sintética do desenvolvimento humano” (PNUD, 2008, s/p).

Além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um. (PNUD, 2008, s/p)

Cabe destacar que o IDH tornou-se um indicador chave para a elaboração, posterior, das Metas do Milênio, sendo usado, por exemplo, no Brasil para a identificação dos níveis de qualidade de vida, assim como dos pontos e regiões merecedoras de maior atenção por parte dos agentes públicos, principalmente, através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) (POCHMANN e AMORIM, 2003).

Em relação ao IDH, ficou evidenciado que, mesmo considerando o enorme avanço em integrar em mesmo nível de importância fatores ligados à longevidade e educação, o PIB foi mantido como indicador da qualidade de vida, provocando um processo de alinhamento entre os indicadores, ou seja, o aumento da renda *per capita* auferida possui igual importância que o aumento da expectativa de vida, em anos, ou que o acréscimo do número de anos na escola (PNUD, 2008).

De forma sintônica com a proposta do PNUD, naquele mesmo ano, o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial foi dedicado ao exame da pobreza como fator que restringe o potencial nacional ligado ao crescimento econômico.

Mais de 1 bilhão de pessoas – aproximadamente um terço da população total dos países em desenvolvimento – vivem em situação de pobreza; quer dizer, que seu consumo anual *per capita* é inferior a US\$ 370,00. Ser pobre significa não ter um nível de vida minimamente aceitável e não ter dinheiro suficiente para adquirir alimentos suficientes, roupa adequada e uma residência digna. Pobreza significa, ainda, baixa expectativa de vida ao nascer, elevadas taxas de mortalidade infantil e poucas oportunidades de acesso à educação, inclusive básica. (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 3)

O acentuado aumento demográfico foi ratificado, no discurso do Banco, como o principal dificultador da melhoria na qualidade de vida das populações pobres e da redução dos custos das políticas públicas; assim como a produtividade agrícola se manteve como resposta prioritária às nações com baixo nível de renda. De forma articulada, ao considerar as conseqüências sociais da migração do campo para as cidades, os esforços do Banco se direcionaram para a redução da pobreza urbana, principalmente na América Latina, e para a redução dos obstáculos enfrentados pelas mulheres à conquista de posições sociais mais valorizadas (BANCO MUNDIAL, 1990).

Em relação ao aumento da pobreza urbana na América Latina, torna-se relevante retomar a afirmação de Amin (2004, p. 1), segundo o qual, as modernas técnicas agrícolas incentivadas pelo capitalismo, que foram se estabelecendo geograficamente ao longo do tempo, “[...] estão localizadas quase exclusivamente na América do Norte, Europa, Austrália e no Cone Sul da América Latina”. Ou seja, a concentração produtiva propiciada pela mecanização provocou migração dos pequenos agricultores para as cidades que, ao aumentarem o excedente de mão-de-obra urbano nos países periféricos, passaram a conviver com situações de precariedade em função da não qualificação às poucas vagas existentes no setor produtivo urbano. Desta forma, o incentivo às políticas de redução da pobreza urbana assumiu um caráter de compensação das conseqüências advindas da lógica econômica, entretanto, aplicadas de forma proporcional aos riscos sociais à estabilidade da lógica predominante, conforme analisado anteriormente.

Sob os mesmo pressupostos, o foco nas mulheres pobres ligou-se a uma estratégia de fragilização do papel das mulheres como ativas na resistência em defesa de formas de produção ligadas à agrícola de subsistência, assim como de sua incorporação no mercado capitalista como potenciais produtoras e consumidoras (ESTEVA, 2007).

O discurso do Banco Mundial (1990) defendia, ainda, que os países bem sucedidos em relação à diminuição a pobreza, na década anterior, foram aqueles que adotaram medidas ligadas a dois fatores: i) promoção da capacidade de trabalho dos pobres; e ii) fornecimento de serviços sociais básicos, como saúde, planejamento familiar, nutrição e, principalmente, educação básica. A ação discursiva do Banco ratificou a tese segundo a qual as políticas sociais seriam potencializadoras de situações de crescimento econômico e, de forma circular, a melhoria das condições econômicas estaria na base de novos investimentos necessários ao atendimento da população pobre, enfatizando práticas de focalização²⁹.

Por esta razão, o discurso do Banco Mundial atribuiu ao Estado práticas ligadas à desregulamentação das relações de trabalho, à adoção de procedimentos alinhados com o funcionamento dos mercados e ao estímulo às inversões privadas em escala mundial. A partir dessas premissas, cabe destacar a avaliação do Banco Mundial (1990, p. 6) quanto à relação entre o ajuste proposto na década anterior e as políticas de redução da pobreza:

As condições dos primeiros anos da década de 1980 colocaram quase todos os países em desenvolvimento em uma situação na qual foi necessário o ajuste de suas economias. A médio e longo prazo, a reestruturação – incluindo o ajuste das políticas fiscais, a reordenação do câmbio, a liberalização dos regimes comerciais, a desregulamentação governamental das indústrias e a privatização de empresas estatais – está integrada com a adoção de um modelo de crescimento e formação de capital humano que sirva para reduzir a pobreza. Sem dúvida, em curto prazo alguns dos mais necessitados podem sair perdendo. Isso pode acontecer, especialmente, no caso dos habitantes pobres das cidades, caso diminua a demanda por trabalho. A estabilização, em curto prazo, também pode pôr em perigo os serviços sociais, as transferências de renda e as redes de seguridade que protegem os pobres.

Assim posicionado, o discurso do Banco Mundial argumentou que os ajustes necessários deveriam ser feitos com a máxima brevidade possível, pois quanto mais demorado fosse o início do processo de readequação econômica, assim como sua plena execução, maior seria o tempo necessário para que os pobres obtivessem melhores condições de vida (BANCO MUNDIAL, 1990).

No ano seguinte, o Banco Mundial (1991) voltou a argumentar que as economias em desenvolvimento somente poderiam crescer nas situações em que houvesse incremento de

²⁹ A diretriz de focalização das políticas sociais tem origem na tese de que, sob condições de limitação de recursos, o investimento público é mais eficaz quando direcionado a porções do território nacional ou subgrupos populacionais para os quais esse benefício resulte maior impacto positivo. Essa orientação implica o rompimento do princípio da universalidade dos direitos e conduz à segmentação das políticas sociais, que assumem progressivamente a configuração de programas compensatórios destinados a mitigar a pobreza. (DI PIERRO, 2001, p. 325)

capital e de mão-de-obra e, principalmente, aumento da produtividade de ambos. Já, a produtividade seria impulsionada pelo progresso técnico que é resultado da história, da cultura, da educação, das instituições e da abertura ao mercado externo.

Por estas razões, as intervenções estatais deveriam se voltar para quatro esferas: i) inversões em recursos humanos, ii) promoção de um ambiente competitivo que desse suporte às empresas; iii) integração com a economia mundial; e iv) manutenção de base macroeconômica. Em relação ao último aspecto, o discurso do Banco Mundial (1991, p. 10) salientou que

Na atualidade a manutenção de um fundamento macroeconômico estável é uma das obrigações mais importantes dos governos. Se o aumento dos gastos públicos é rápido demais, o resultado será custosos déficits, inflação e desinteresse por parte dos investidores privados. Os países com antecedentes de instabilidade macroeconômica necessitam restabelecer a estabilidade se desejam recuperar a confiança do setor privado.

Nesse ponto, é imprescindível ressaltar o papel complementar que foi adotado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). A partir do final da década de 1960 as mudanças no contexto político-econômico internacional provocaram um re-posicionamento do FMI, que passou a ocupar uma posição de agência de desenvolvimento, com a conseqüente alteração no foco de suas ações dos países desenvolvidos, até a década de 1970, para os em desenvolvimento, a partir de 1980.

Essa mudança decorre da junção de dois processos. O primeiro é o desenvolvimento dos mercados internacionais de capitais, uma fonte de recursos que leva os países centrais a deixar de recorrer ao Fundo. O segundo decorre do retrocesso econômico dos países africanos aliados à transição para a economia de mercado dos países que compunham o antigo bloco soviético, colocando o FMI como grande fonte de recursos externos para estes dois conjuntos de países (BUENO, 2006, p. 30).

Naquele contexto, o FMI direcionou seus esforços para a redução dos riscos dos investimentos dirigidos aos países em desenvolvimento envolvidos na crise da dívida externa, de forma diretamente condicionada pelos interesses dos grandes bancos e pelo governo Norte-Americano (BUENO, 2006). As condicionalidades³⁰ dali advindas foram influenciadas pela avaliação de que a solução para o endividamento externo dependia do aumento das divisas

³⁰ Condicionalidade é definida como a vinculação explícita do desembolso de recursos do Fundo à implementação de políticas econômicas acordadas nos planos de ajuste (GUITIÁN, 1992, p. 27).

para honrar a renegociação das dívidas, levando à imposição de compromisso dos devedores com reformas estruturais e produtivas.

Assim posicionado, o FMI impôs um número crescente de condicionalidades que, na década de 1990, se objetivaram nas diretrizes definidas no Consenso de Washington com o objetivo de criar um ambiente favorável aos investidores internacionais, ou seja, que combinasse altos rendimentos e baixo risco (BUENO, 2006).

São dois os sentidos das importantes mudanças de foco teórico e prático do FMI na globalização financeira. O primeiro sentido é uma clara tentativa de enquadrar as economias nacionais a um comportamento de longo prazo de sua política econômica, de forma a proporcionar tanto um maior grau de previsão que não frustre as expectativas dos investidores de ativos financeiros, como a atender aos parâmetros de funcionamento de uma economia de mercado que o circuito financeiro internacional julga correto. O *modus operandi* deste enquadramento, que elimina as possibilidades de discricionariedade da política econômica pela alteração da ordem institucional dos países, se dá pelo uso de condicionalidades estruturais que perpetuam os parâmetros de política econômica dos planos de ajuste indefinidamente, transcendendo os ciclos políticos eleitorais. É neste processo de enquadramento institucional das políticas econômicas que o FMI estimula o *ownership* dos países como estratégia para diminuir as resistências à tutela da política econômica.

O segundo sentido das mudanças de foco teórico e prático do FMI na globalização financeira é a convergência dos Estados nacionais sob plano de ajuste para o modelo de financiamento [...] baseado nas finanças diretas internacionalizadas, reforçando a centralidade do dólar e, conseqüentemente, a hegemonia política americana. (BUENO, 2006, p. 37)

Cabe ressaltar o estímulo do FMI em relação à práticas sob o signo do ‘*ownership*’, que, segundo Bueno (2006, p. 33) se caracterizam pela “[...] adoção, por um país, das políticas impostas pelo FMI com se suas fossem [...] ou ainda, o grau em que um país implementa reformas independentemente de qualquer incentivo provido pelo Fundo [...]”, com base no pressuposto de que os países “[...] são mais comprometidos com aquilo que é percebido como sendo próprio”.

Essa idéia, relacionada à importância dos atores nacionais em assumirem como suas as estratégias advindas da esfera econômica em escala mundial, ao ser apropriada pelo discurso do Banco Mundial e interconectada com a produção de Sen (2000), no que tange ao estímulo de **capacidades**, está na base de discursos em defesa da boa governança e das boas instituições como recursos para ratificar a articulação entre as esferas econômico-financeira, em escala mundial, e social-ambiental, em escala nacional.

Assim, o discurso do Banco Mundial, no início dos anos 1990, apesar de identificar as conseqüências sociais dos programas de ajustamento estrutural nos países em desenvolvimento, assumiu uma posição de incentivo às práticas do livre-mercado sob os

pressupostos da lógica neoliberal. Entretanto, ao supor que o estágio experimentado pelos países em desenvolvimento seria uma etapa rumo a uma forma de capitalismo com distribuição mais equânime de seus benefícios, por um lado, atribuiu a essas economias um caráter de incompletude (NAHÓN, ENRÍQUEZ e SCHORR, 2006); por outro, voltou a atenuar a lógica desigual erigida pelo sistema capitalista (McNAMARA, 1973; SERRA e CARDOSO, 1978).

É, nesse contexto, que as políticas incentivadas pelos organismos internacionais ligados ao desenvolvimento, e articuladas pelo Banco Mundial, iriam ganhar ênfase progressivamente maior, através de estratégias discursivas individualizadas aos diversos contextos nacionais. Essas estratégias passaram a integrar ações e atores públicos e privados, em escalas nacional e internacional.

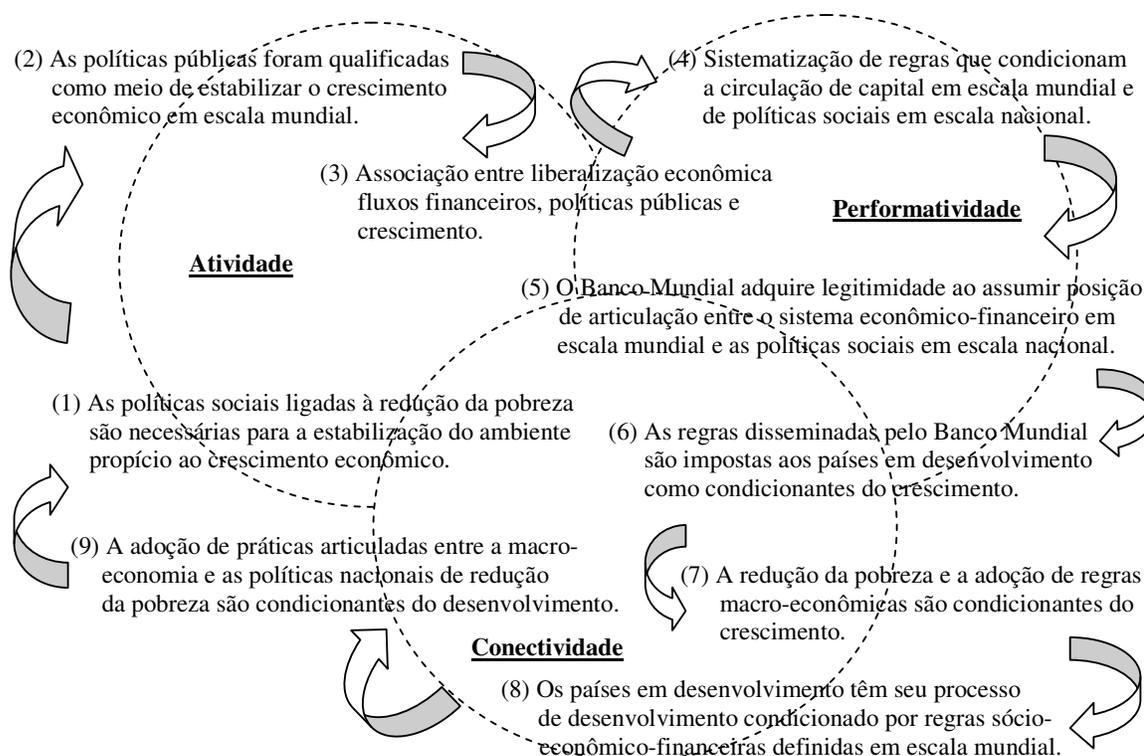


Figura 37 – O discurso sobre as políticas nacionais

No que tange à ação discursiva do Banco Mundial, a estratégia que integrou as esferas econômica, política e sócio-ambiental, a partir de diretrizes estabelecidas em escala macro, nortearam os Relatórios Mundiais sobre o Desenvolvimento de 1992 e dos anos

seguintes, que enfatizaram estudos e esforços específicos, principalmente, de incentivo à ações em escala nacional.

Em 1992, o eixo temático do Banco se direcionou para o meio-ambiente. Ao articular crescimento, pobreza e meio-ambiente, o então presidente do Banco Mundial ratificou a tese de que o crescimento econômico seria essencial em qualquer estratégia “[...] de luta contra a pobreza e cria os meios para melhorar o meio-ambiente. A medida em que os países prosperam, melhoram as condições sanitárias, os agricultores podem aumentar sua produtividade e, normalmente, diminuem os níveis de contaminação do ar” (PRESTON, 1992, p. 6).

De forma articulada com as práticas incentivadas sob o signo do **desenvolvimento sustentável** (CMMAD, 1988) foi estimulada a adoção de ações racionais em relação ao uso de recursos naturais. Por conseqüência, ganhou ênfase a transferência de tecnologia como recurso facilitador de processos produtivos mais eficazes em relação ao uso de matéria-prima e mão-de-obra, assim como em relação à redução de dejetos produtivos potencialmente contaminadores do meio-ambiente.

Nesse aspecto, a ação discursiva do Banco Mundial (1992, p. 114) enfatizou que “[...] tecnologias limpas e não-poluentes são capazes de reduzir sensivelmente os níveis de poluição local na medida em que se expandem”. Assim como, a responsabilidade pelo incentivo à adoção dessas tecnologias foi remetida aos governos, já que esses deveriam estimular políticas ligadas com a efficientização da produção de forma a proteger o ambiente ecológico.

Nesse ponto, cabe salientar a crítica de Escobar (1995), segundo o qual, sob influência do discurso do desenvolvimento sustentável, por um lado, foi buscada a redução do impacto ambiental e/ou compensação da deterioração provocada pelo progresso econômico; por outro, as atividades consideradas com desempenho inferior ou não alinhadas com os objetivos sistêmicos do mercado global foram qualificadas como irracionais e sentenciadas à alteração. Para o autor, à semelhança do processo de criação de indicadores ligados à mensuração da pobreza, as práticas relacionadas com o desenvolvimento sustentável foram acompanhadas por técnicas e instrumentos que monitoravam a degradação provocada em busca de práticas compensatórias, mais do que estimulava a produção de alternativas que impedissem o aumento da degradação provocada pelo ciclo econômico.

Por esta razão, as populações pobres e supostamente irracionais dos países em desenvolvimento foram responsabilizadas por sua falta de consciência ambiental, seja em

função da degradação das florestas, seja pelas práticas predatórias ligadas a sua forma de viver, conforme afirmado pela CMMAD (1988) no Relatório Brundtland. Dessa maneira, as práticas alinhadas com o discurso da sustentabilidade criaram certa regularidade em relação às premissas pré-existentes, relacionadas ao crescimento econômico, ao controle das populações e das fontes de recursos, à tecnologia, entre outras (ESTEVA, 2007).

As práticas supostas como ambientalmente insustentáveis foram facilmente relacionadas com a pobreza, que se torna objeto de controle e gerenciamento (CMMAD, 1988). Já, a tecnologia, é apontada pelos discursos predominantes como propulsora da ampliação dos limites ambientais ao crescimento em função da efficientização e redução dos danos ligados à produção, reconciliando assim, crescimento econômico e sustentabilidade ambiental (ESCOBAR, 1995).

Em 1993, a ênfase do Relatório Sobre Desenvolvimento Mundial, ao definir como eixo temático os investimentos em saúde, incentivou os governos a elaborarem políticas públicas direcionadas para três eixos:

- a) propiciar um ambiente que habilite as famílias a melhorar a saúde, com base em um trabalho de informação ligado à prevenção de doenças contagiosas e de redução das taxas de natalidade, qualificadas como ações que poderiam reduzir os custos dos serviços públicos em médio e longo prazo;
- b) melhorar o gasto governamental em saúde, concentrando os recursos na compensação das falhas existentes no mercado de forma a beneficiar, particularmente, os mais pobres;
- c) promover a diversidade e a competição, através das quais o financiamento governamental da

[...] saúde pública e de um pacote essencial de serviços clínicos, nacionalmente definido, deixaria o restante dos serviços clínicos para serem financiados privadamente ou por seguro social [...]. Os governos podem promover a diversidade e a competição na provisão de serviços de saúde e seguros, ao adotar políticas que: encorajem os seguros privados e social (com incentivos regulatórios para acesso equânime e contenção de custos) para os serviços clínicos fora do pacote essencial; encorajem os provedores (públicos e privados) a competirem, tanto pelo fornecimento dos serviços clínicos quanto pela de *inputs*, como medicamentos; gerem e disseminem informações sobre o desempenho dos provedores, de equipamentos essenciais e medicamentos, sobre custos e efetividade das intervenções, e sobre a situação de acreditação das organizações e provedores (BANCO MUNDIAL, 1993, p. 6).

No Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial de 1993, de forma articulada com o discurso que predominava em relação à eficiência das políticas públicas – sob premissas definidas pelos programas de ajuste estrutural –, foram priorizados aspectos ligados à eficiência dos investimentos em saúde, assim como esse investimento deveria estar focado em saúde pública, em serviços básicos e para aquela parcela da população que não tinha outra forma de acesso aos serviços. Já, a parcela populacional em condições de pagar pelos serviços, principalmente por aqueles não qualificados como básicos, deveria ser encaminhada para o mercado de seguros (BANCO MUNDIAL, 1993), de modo coerente com a lógica da **liberdade** como **capacidades** de Sen (2000).

As políticas focalizadas nos pobres deveriam, ainda, ser direcionadas, prioritariamente, para aquela parcela da população em idade economicamente ativa, com vista ao aumento da produtividade, possibilitando condições para a inserção no mercado de produção e consumo (BANCO MUNDIAL, 1993), novamente, de modo coerente com as proposições de Sen (2000).

Assim, a ênfase atribuída à saúde manteve por premissa básica o direcionamento dos esforços para práticas supostas como potencialmente redutoras da pobreza, conforme definida pelo discurso em defesa do IDH.

Entretanto, é necessário salientar, a posição do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), no que tange à defesa de práticas que fugissem à visão predominantemente econômica do Banco Mundial, principalmente, em defesa da universalização dos serviços de saúde. Resistência à qual a ação do Banco Mundial impôs a construção de um discurso consensual com base na formação de “[...] redes de profissionais com legitimidade na sua área de atuação” (MISOCZKY, 2002, p. 100), que incluiu técnicos da própria OMS; assim como em sua capacidade de financiar programas de desenvolvimento (seja com recursos próprios ou de terceiros).

Naquele mesmo ano, o discurso do Banco Mundial (1993) argumentou, ainda, que as conseqüências da abertura econômica dos países do bloco socialista se fizeram sentir: a ampliação do mercado mundial provocada pelo movimento de inserção das ex-economias planejadas teria acelerado o processo de crescimento em escala mundial. Naquele contexto, o crescimento das economias industrializadas provocou a ampliação da demanda por produtos importados dos países em desenvolvimento. Por conseqüência, as ações do Banco Mundial ganharam novas variáveis.

Segundo o então presidente do Banco Mundial,

[...] o suporte ao desenvolvimento dos recursos humanos triplicou nos últimos três anos; projetos ligados ao meio-ambiente vêm tendo um rápido crescimento; e uma nova geração de empréstimos está focada no crescimento do setor privado, que é complementado pela corporação Financeira Internacional e pela Agência Multilateral de Garantia de Investimento (PRESTON, 1993, p.8).

Em 1994, no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, a infra-estrutura econômica foi qualificada como composta por: i) serviços públicos, que incluem energia elétrica, tele-comunicações, abastecimento de água, saneamento, eliminação de dejetos sólidos e fornecimento de gás; ii) obras públicas, como construção de estradas, represas e canais para regar e drenar; iii) outros setores de transportes, que incluíam ferrovias urbanas e interurbanas, transporte urbano, portos, vias navegáveis e aeroportos.

Naquele momento, o discurso do Banco Mundial (1994) salientou que a melhoria na infra-estrutura poderia aportar benefícios para as metas de crescimento econômico, redução da pobreza e sustentabilidade ambiental, desde que os investimentos fossem realizados de forma a responder à demanda real e com eficiência.

Para assegurar que os investimentos adquirissem formas eficientes e sensíveis às necessidades, a partir do discurso do Banco Mundial (1994), seriam necessárias ações governamentais que incentivassem a gestão comercial, a formação de competências e a participação dos interessados nas decisões. Ênfase especial foi atribuída ao desenvolvimento de **capacidades** (SEN, 2000), já que seria justamente a competência técnico-cognitiva que forneceria os elementos para que fosse possível fazer escolhas coerentes com as necessidades experimentadas, por consequência, gerando pressão sobre o Estado para que esse conduzisse suas decisões com eficácia e responsabilidade.

Nesse aspecto, com base na defesa do desenvolvimento de **capacidades** como pressuposto da **liberdade** substantiva (SEN, 2000), a lógica macro-econômica encontrou as condições para se disseminar através do esforço dos atores localizados que, articulado com a idéia de *ownership* estimulada pelo FMI, havia tornado o crescimento econômico não somente um objetivo próprio das nações, mas dos indivíduos ali inseridos.

Entretanto, é necessário salientar que as idéias oferecidas pelo Banco Mundial, à época, também encontraram resistências em parte de alguns governos dos países periféricos, dadas as consequências sociais advindas dos programas de ajustamento estrutural. Em resposta a essas resistências, assim como buscando diminuir a ineficiência e a corrupção então diagnosticada em relação a muitas das ações governamentais, o discurso do Banco Mundial

ênfatezou estratégias de descentralização e controle do poder de Estado nos países em desenvolvimento, através do discurso da boa governança, que será examinada a seguir.

Antes, porém, cabe destacar que a legitimação da posição central ocupada pelo Banco Mundial, no campo discursivo do desenvolvimento, desde aquele período histórico, deu-se através da construção de um discurso abrangente e consensual desdobrado em termos setoriais e que teve por base dois fatores decisivos: a construção de redes de profissionais reconhecidos em sua área de atuação, e a capacidade de mobilização de recursos com vista ao financiamento de programas de desenvolvimento com as condicionalidades dali advindas (BANCO MUNDIAL, 1990 e 1991; MISOCZKY, 2002; BUENO, 2006).

Foi a partir dessa estratégia que o Banco Mundial legitimou uma posição de produção e oferta de idéias consensuais direcionadoras dos esforços das diversas agências ligadas ao desenvolvimento, assim como lhe possibilitou uma inserção de forma privilegiada nos diversos tópicos considerados relevantes para a superação dos problemas e resistências à evolução da lógica dos mercados capitalistas. Cabe lembrar, ainda, que a posição conquistada pelo Banco Mundial foi possível através de uma estratégia discursiva que defendeu a articulação entre fatores econômicos e sociais (à época, sintetizados no IDH) como indispensáveis ao processo de crescimento.

7.7.3 A Boa Governança

O termo governança emergiu no discurso do Banco Mundial, em 1989, em um documento que, ao valorizar políticas econômicas ligadas ao ajustamento em países da África, identificou a legitimidade política e o consenso como pré-condições básicas ao desenvolvimento sustentável. (BANCO MUNDIAL, 1989a; WILLIANS e YOUNG, 1994).

A legitimidade política envolvia uma base legal, que desse suporte ao desenvolvimento, e a construção de **capacidades** (SEN, 2000) a partir das quais foram sugeridas leis, regras e um sistema judiciário independente, com base em princípios de equidade, justiça e liberdade. Em relação ao consenso, a

[...] governança está relacionada com a sociedade civil. Esta envolve suporte para organizações voluntárias e ONG's, as economias formais e informais, assim como grupos da sociedade civil como universidades, associações comerciais e organizações profissionais. Envolve a construção de uma estrutura institucional plural e a criação de intermediários entre o governo e a população (WILLIANS e YOUNG, 1994, p. 87).

Foram estimuladas, ainda, práticas relacionadas com *accountability* com vista à transparência relacionada com a alocação e uso dos recursos públicos, tanto em escala local quanto em escala macro, de forma a proporcionar avaliação em relação ao desempenho econômico e às oportunidades de participação e interferência por parte dos diversos atores sociais imersos no território nacional, principalmente, dos pobres (WILLIAMS e YOUNG, 1994).

Apesar de o termo governança jamais ter sido claramente definido pelo Banco Mundial (WILLIAMS e YOUNG, 1994; AMIN, 2006), Wolfensohn (1996, p. 13) – então presidente do Banco Mundial – afirmou que

[...] para o avanço econômico, necessitamos avanço social [...]. Para o Banco, isso significa que necessitamos assegurar que os programas e projetos aos quais fornecemos suporte tenham fundamentos sociais:

- pelo desenho mais participativo nas estratégias e programas nacionais – refletindo a discussão não somente com governos, mas também com grupos comunitários, ONGs e empresas privadas.
- pela ênfase em aspectos sociais, culturais e institucionais, e em sua interrelação com assuntos econômicos, em nossos projetos e trabalhos analíticos.
- pela aprendizagem sobre a forma como as mudanças na dinâmica entre instituições públicas, mercados e sociedade civil afetam o desenvolvimento econômico e social.

A estratégia articulada pelo Banco Mundial foi de incentivo à criação de redes que envolvessem os vários atores com vista à disseminação de discursos erigidos em escala macro, porém, objetivados sob formas individualizadas e participativas que buscavam reduzir as resistências ao crescimento econômico e, principalmente, responsabilizar os atores locais pelos resultados de suas ações (WOLFENSOHN, 1996; BORGES, 2003).

Ao Estado foi atribuída uma posição de instrumento estratégico com a função de fomentar a inclusão social, definida por Wolfensohn (1997, p. 8) como incorporação “[...] na vida econômica de um número cada vez maior de pessoas [...]”, com a finalidade de “[...] promover a igualdade de acesso aos benefícios do desenvolvimento independentemente da nacionalidade, da raça ou de sexo”.

O discurso do Banco Mundial (1997, p. 4) defendeu, ainda, que

[...]o desenvolvimento não consiste apenas em obter os insumos econômicos e técnicos apropriados. Inclui também o contexto institucional subjacente: as normas e costumes que determinam a utilização desses insumos. [...] a compreensão do papel desempenhado pelo Estado nesse contexto – por exemplo, a sua capacidade de aplicar a lei para apoiar as transações do mercado – será essencial para levá-lo a

contribuir de maneira mais eficaz para o desenvolvimento. Os caminhos que levam a um Estado efetivo são múltiplos e variados.

Na indicação de caminhos possíveis, a ação discursiva do Banco Mundial (1997) enfatizou duas macro-estratégias: i) ajustar as ações do Estado a sua possibilidade de atendimento, priorizando as atividades públicas essenciais ao desenvolvimento; e ii) melhorar a capacidade do Estado mediante o revigoramento das instituições públicas, ou seja, através do incentivo à melhoria do desempenho dos servidores e, em contraponto, coibir a arbitrariedade e a corrupção.

A partir das premissas acima, seria com o aprimoramento das **capacidades** (Sen, 2000) que o Estado poderia exercer com eficiência um papel facilitador e potencializador do “[...] desenvolvimento econômico e social de um país e sobre a sustentabilidade desse desenvolvimento”. (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 166).

Para Williams e Young (1994), o conceito de boa governança estimulado pelo Banco Mundial focava na sociedade civil como recurso para alcançar o desenvolvimento por meio da descentralização do poder. Ao incentivar a participação dos diversos atores na definição das políticas públicas pressupunha uma lógica com base na valorização das **liberdades** individuais (SEN, 2000), sob o pano de fundo da lógica econômica.

Esse condicionamento estrutural foi confirmado por Wolfensohn (1996, p. 10) ao argumentar que “[...] em um mundo de mercados abertos [...] os investimentos ligam-se a boas políticas e boa governança – regime liberal de mercado e altas taxas de rentabilidade, combinados com sistemas legais e judiciais [...]”.

Assim, a ação discursiva do Banco Mundial valorizou aspectos como legitimidade, participação, transparência, pluralismo e imprensa livre como fatores que descentralizariam o poder e forneceriam recursos para o controle das ações governamentais, principalmente, com vista à construção de sociedades eficientes e integradas ao sistema liberal de mercado.

Cabe destacar, entretanto, que essa ênfase foi problematizada na “Conferência sobre o Pensamento e a Prática do Desenvolvimento”, organizada pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) em setembro de 1996. Os participantes dessa Conferência argumentaram que as práticas desenvolvimentistas da primeira metade da década de 1990 propiciaram: a) ações que aceleraram o processo de globalização via aumento dos fluxos financeiros; b) foi eficaz na desregularização da economia e no aumento dos fundos privados; e c) incrementou o comércio mundial. Entretanto, não obteve o mesmo sucesso em relação à

aceleração do crescimento econômico ou à redução da desigualdade social nos países da América Latina (TACHINARDI, 1996).

As práticas estimuladas pelo Consenso de Washington, e que ganharam novas variáveis através da boa governança, teriam fornecido as bases para a construção de um modelo mundial que, ao supostamente valorizar as características histórico-culturais das diversas sociedades, impunha a alteração gradual dessas mesmas culturas com vista à adequação de características que poderiam dificultar o crescimento econômico. Razão pela qual, “[...] os países em desenvolvimento [...] devem ter cautela na implantação de suas políticas. [...] não devem aceitar apenas ser terreno de testes para os países desenvolvidos continuarem suas políticas econômicas baseadas no paradigma neoclássico ou neoliberal (TACHINARDI, 1996, p. 5).

Novamente, a ação discursiva adotada pelo Banco Mundial, por um lado, buscou atenuar as conseqüências sócio-ambientais da lógica dos mercados capitalistas em escala mundial; por outro, ratificou a ênfase compensatória das políticas públicas, porém, sob formas participativas que progressivamente inserissem e comprometessem um volume maior de indivíduos; fossem construídas com base na articulação entre estratégias macroeconômicas e político-social em escala nacional; fossem operacionalizadas de forma individualizada conforme as características dos vários contextos; e, principalmente, abrangessem as várias esferas que influenciavam as formas de organização da vida.

A lógica da boa governança, em articulação com as práticas ligadas à estabilização do crescimento econômico que predominavam à época, levou a uma progressiva confluência entre os fluxos de capital público e privado (internos e externos) com vista à aplicação eficaz em atividades diretamente produtivas ou em setores para os quais não havia mercado, mas que servissem de suporte para políticas destinadas ao crescimento econômico em médio ou longo prazo e, por conseqüência, oferecessem maior segurança aos investimentos internacionais (BANCO MUNDIAL, 1997; WOLFENSOHN, 1997; OCDE, 2008).

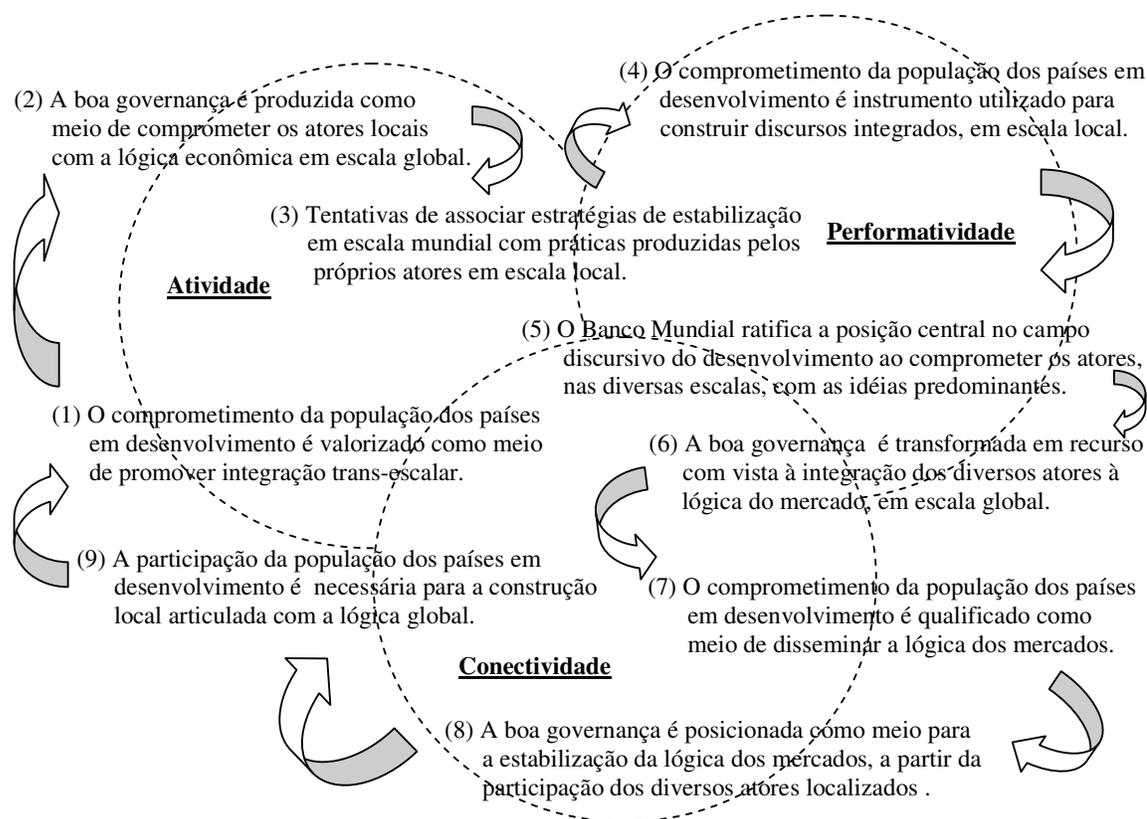


Figura 38 – O discurso da boa governança

No final do século XX, o Banco Mundial passou por uma avaliação em relação às práticas desenvolvimentistas estimuladas desde a criação do BIRD e foram definidas quatro precondições básicas ao desenvolvimento: i) estabilidade macro-econômica; ii) atendimento das necessidades humanas; iii) enfoque integral; e iv) valorização das instituições sociais.

Essas idéias resumem a visão do Banco Mundial sobre sua missão no século XXI e seu enfoque para abordar os principais desafios do desenvolvimento. Há, ainda, a redução da pobreza, as questões relacionadas com a segurança alimentar, escassez de água, envelhecimento da população, as perdas culturais e a degradação do meio-ambiente. Essas últimas temáticas terão que ser abordadas ao mesmo tempo em que o panorama do desenvolvimento se altera, sob a ação de numerosos fatores: inovação tecnológica, difusão de conhecimentos, crescimento da população e sua concentração nas cidades, integração financeira em escala mundial e novas reivindicações de direitos políticos e humanos. (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 1)

Naquele mesmo ano, o discurso do Banco Mundial ganhou novas variáveis com o lançamento, pela ONU, das Metas do Milênio. Os oito objetivos que compuseram essas metas passaram a influenciar toda a produção discursiva sobre desenvolvimento até o momento atual. Razão pela qual serão especificados a seguir.

7.7.4 As Metas do Milênio

Em setembro de 2000 a ONU lançou as Metas do Milênio sob o discurso da responsabilidade “[...] para com todos os habitantes do planeta, em especial para com os mais desfavorecidos [...]” (ONU, 2000). Naquela oportunidade, os 191 países membros foram estimulados a reafirmarem a adesão às propostas da ONU e a se comprometerem com o direcionamento de suas ações para o atingimento, até o ano de 2015, dos oito objetivos que compõem as Metas do Milênio (ONU, 2000; AMIN, 2006; PNUD, 2008).

Esses objetivos rapidamente assumiram uma posição central nas discussões que influenciaram as políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento econômico e social, principalmente, através de reuniões promovidas pela própria ONU e que levaram a avaliações anuais e à ratificação das metas em 2005 (AMIN, 2006).

Os objetivos que compõem as Metas do Milênio foram assim definidos (PNUD, 2008):

- a) Erradicar a pobreza extrema e a fome: diminuir em cinquenta por cento a população mundial com renda per capita inferior a US\$ 1,00/dia, com vistas ao aumento do consumo e à redução da fome.
- b) Atingir o ensino básico fundamental: garantir que todas as crianças de ambos os sexos, concluam ao menos o ciclo básico de educação, objetivando a formação de “[...] adultos alfabetizados e capazes de contribuir para a sociedade como cidadãos e profissionais” (PNUD, 2008, s/p.).
- c) Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres: superar as disparidades entre meninos e meninas no acesso à escola, em todos os níveis de ensino, como forma de capacitação feminina possibilitando, assim, o acesso a atividades mais ativas, seja no mundo econômico ou político.
- d) Reduzir a mortalidade infantil: diminuir em dois terços a mortalidade de crianças com menos de cinco anos.
- e) Melhorar a saúde materna: reduzir em três quartos a mortalidade materna.
- f) Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças: ter detido a propagação do HIV/AIDS e a incidência de malária e de outras doenças importante.
- g) Garantir a sustentabilidade ambiental: proporcionar a integração entre os princípios do desenvolvimento sustentável e as políticas e programas nacionais, assim como reverter a perda de recursos ambientais; reduzir em 50% a proporção

da população sem acesso permanente e sustentável a água potável segura; ter alcançado em 2020 melhora significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados.

- h) Estabelecer parceria mundial para o desenvolvimento: desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras e não discriminatório; atender as necessidades especiais dos países menos desenvolvidos, assim como dos países sem acesso ao mar e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento; tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento, mediante medidas nacionais e internacionais de modo a tornar a sua dívida sustentável em longo prazo; estabelecer práticas de cooperação com os países em desenvolvimento, objetivando a formulação e execução de estratégias que permitam que os jovens obtenham um trabalho digno e produtivo; estabelecer práticas de cooperação com as empresas farmacêuticas que proporcionem acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis, nos países em desenvolvimento; e, em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e de comunicação.

Se, por um lado, as Metas do Milênio conquistaram uma posição predominante no campo discursivo do desenvolvimento ao ratificar a ênfase no **desenvolvimento sustentável** (CMMAD, 1988); por outro, para Amin (2006) e Dos Santos (2004), elas se traduziram em objetivos vagos e inalcançáveis e mantiveram a estratégia que predominava até então, buscando a conciliação entre a manutenção da lógica neoliberal e a compensação de suas conseqüências, via políticas públicas.

Amin (2006, s/p) argumentou, ainda, que a manutenção da estratégia vigente foi objetivada mediante a alteração na balança de poder em escala mundial:

As Metas do Milênio foram adotadas por aclamação em setembro de 2000, por meio de uma resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas denominada 'Declaração do Milênio das Nações Unidas'. Essa inovação em termos de procedimentos, chamada 'consenso', contrastou com a tradição da ONU que sempre requeria que esses textos fossem cuidadosamente preparados e discutidos em seus comitês internos. Isso simplesmente reflete a mudança na balança de poder mundial. Os Estados Unidos e seus aliados europeus e japoneses tornaram-se capazes de manifestar hegemonia sobre uma ONU domesticada.

Cabe destacar que, segundo Amin (2006), os discursos dos países do Sul e do Norte divergiram em muitos pontos, razão pela qual os primeiros rejeitaram muitas das propostas

contidas nas Metas do Milênio. Entretanto, essas discordâncias foram frequentemente ignoradas no discurso que predominou.

A base das resistências, levantadas por parte de países periféricos, se relacionou com as contradições apresentadas pelo discurso das Metas do Milênio e que poderiam ser visualizadas no conflito existente entre os dois principais objetivos – redução da pobreza e incentivo ao crescimento econômico das nações em desenvolvimento – e o contexto no qual esses objetivos eram propostos, já que “[...] o debate sobre as condições requeridas ao alcance das metas é freqüentemente dispensado. Assume-se sem questionar que o liberalismo é perfeitamente compatível com o alcance desses objetivos” (AMIN, 2006, s/p.).

Nesse aspecto, por exemplo, o primeiro objetivo, de redução em 50% da pobreza extrema e da fome, não seria mais do que “[...] magia enquanto as políticas que geram a pobreza não forem analisadas, denunciadas e forem propostas políticas alternativas [...]” (AMIN, 2006, s/p.); assim como os processos de cooperação para o desenvolvimento, ao serem pensados de forma articulada com os princípios do livre-mercado, tornam-se sinônimo “[...] de submissão às demandas do poder imperialista. A integração no mercado é mensurada pela participação das exportações no produto interno bruto (um acréscimo nesse indicador é muitas vezes sinônimo de crescimento sem consideração com seu preço social!) (AMIN, 2006, s/p.).

Amin (2006, s/p.) afirmou, ainda, que para “[...] levar adiante essa ‘parceria liberal’ é necessário, ao final, nada mais do que a luta contra a pobreza (o único objetivo ‘social’ tolerado)”. Razão pela qual, argumentou que as Metas do Milênio se constituíram como parte de um discurso que buscava legitimar e tornar consensuais políticas direcionadas à expansão dos mercados capitalistas, assim como manter as posições privilegiadas dali advindas.

Nesse sentido, os oito objetivos estimulados pela ONU estariam, em última instância, direcionados para a defesa de cinco práticas ligadas ao crescimento econômico: i) privatização extrema, mirando na abertura de novos mercados; ii) generalização da apropriação privada das áreas agrícolas; iii) abertura comercial, em um contexto de desregulamentação máxima; iv) desregulamentação e abertura aos fluxos de capital; e v) interdição da interferência do Estado nas transações comerciais (AMIN, 2006).

A ação discursiva que prevaleceu no campo discursivo do desenvolvimento, ao valorizar práticas defendidas no discurso do **desenvolvimento sustentável** (CMMAD, 1998), preservou os programas de ajustamento estrutural com os condicionantes dali advindos e defendeu a redução da pobreza, entendida sob premissas definidas no IDH.

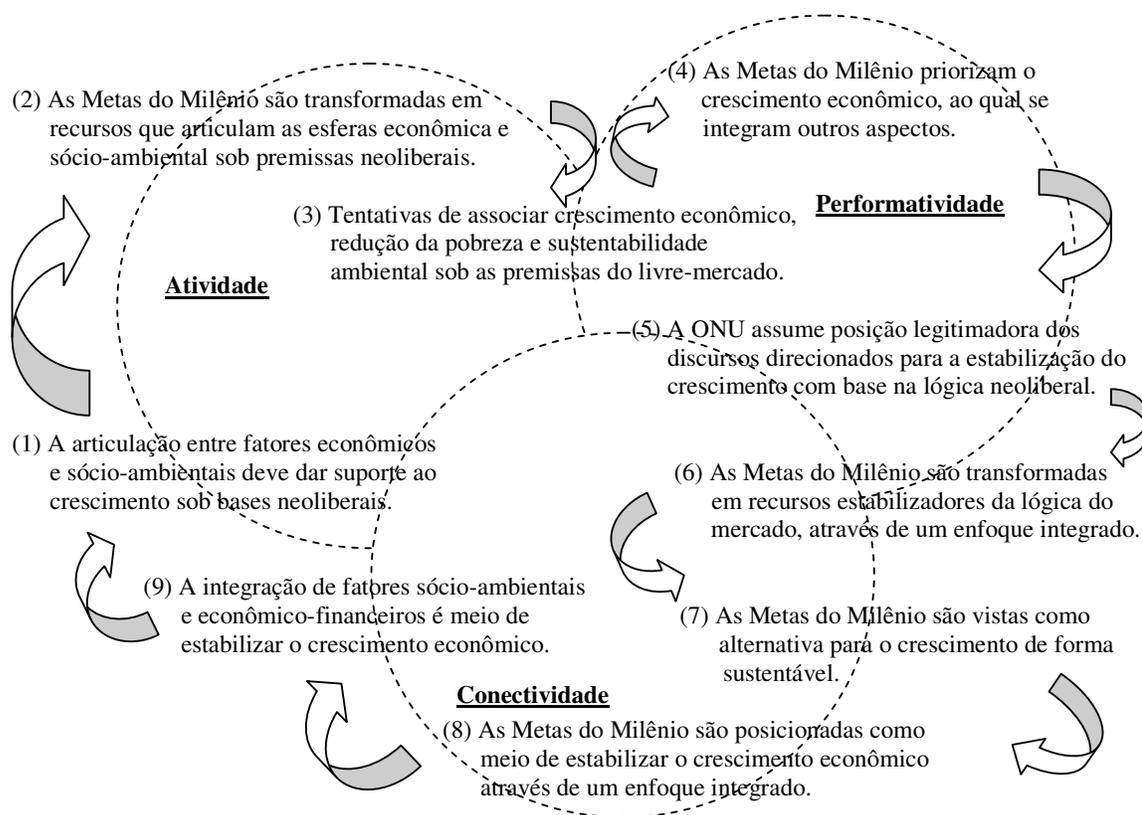


Figura 39 – O discurso das Metas do Milênio

7.7.5 A Estratégia Discursiva Adotada pelo Banco Mundial a partir da Elaboração das Metas do Milênio

Ao analisar o contexto sócio-econômico que se desenhou na segunda metade da década de 1990, Dos Santos (2004) salientou que a estratégia neoliberal, apoiada por organismos internacionais ligados ao desenvolvimento, que buscava fortalecer o discurso do livre-mercado e atribuir ao Estado a responsabilidade pelo alívio de suas conseqüências era inviável.

É evidente que os efeitos negativos das políticas neoliberais não podem ser corrigidos pelo Estado por duas razões. Primeiro porque os recursos públicos para políticas sociais são escassos no contexto das políticas de equilíbrio fiscal promovidas pelo pensamento neoliberal. Segundo, porque este pensamento leva necessariamente ao corte dos gastos públicos sociais que atendem aos pobres. Ao mesmo tempo, restringem a distribuição de renda como *condição econômica* para lograr o desenvolvimento. (DOS SANTOS, 2004, p. 211)

Assim, não seria possível conciliar a estratégia vinculada ao ajuste estrutural com a redução da pobreza, ou seja, não seria sensato pensar práticas que, por um lado, geravam resultados ligados, por exemplo, ao aumento da precariedade social e à desigualdade de renda; e, por outro, buscavam corrigir essas mesmas conseqüências (DOS SANTOS, 2004).

Essa contradição se manteve presente no discurso Banco Mundial ao enfatizar a pobreza como principal obstáculo ao desenvolvimento, assim como atribuir ao Estado responsabilidade em relação aos riscos dali advindos através do “[...] gerenciamento dos processos de ajustamento e pelo reforço dos sistemas social, estrutural e financeiro” (WOLFENSOHN, 2000, p. 6).

Em um discurso que integrou ao conceito de pobreza variáveis advindas do discurso da governança, o Banco Mundial (2001, p. 5)

[...] aceita a visão estabelecida da pobreza, que engloba não só renda e consumo baixos, mas também níveis baixos de educação, saúde, nutrição e outras áreas do desenvolvimento humano. Com base no que a pobreza significa para a maioria das pessoas, amplia essa definição para incluir a falta de poder e voz e a vulnerabilidade ao medo.

Foi a partir desses pressupostos que a ação discursiva do Banco Mundial (2001) estimulou o fortalecimento e a articulação das organizações estatais e sociais privadas, como fatores promotores da participação e de um crescimento inclusivo.

O conceito de pobreza, então explicitado pelo Banco Mundial e que predominou no campo discursivo do desenvolvimento, ao incorporar premissas participativas com vista à descentralização do poder em relação à definição das políticas públicas, impôs aos governos ações que limitavam o seu próprio poder. Mais, a partir do estímulo macro-estrutural que atribui à esfera econômica o norte, os governos foram transformados em instrumento de estabilização da lógica predominante em escala mundial.

Com base nessas premissas, o Estado foi incitado a elaborar as próprias estratégias de redução da pobreza. Para o Banco Mundial (2001, p. 6) “[...] as decisões sobre as prioridades devem ser tomadas no âmbito nacional, para refletir as prioridades nacionais. Mas as ações devem ser realizadas com liderança local, para refletir a realidade local”, assim como enfatizou as instituições sociais, entendidas como “sistemas de parentesco, organizações comunitárias e redes informais” (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 121).

Cabe destacar, ainda, que o processo estimulado tinha por premissa a valorização de boas instituições, isto é, ligadas à eficiência do mercado (WILLIAMS e YOUNG, 1994). Por

esta razão, o discurso do Banco Mundial (2001) salientou a necessidade de conter valores e normas que obstaculizassem a disseminação de práticas locais articuladas com a lógica macro-econômica.

Assim, de forma a reproduzir a ênfase com vista à segurança dos fluxos de investimento, os esforços sob o signo das organizações sociais privadas não se direcionaram para a valorização de laços informais, comunitários ou de parentesco de forma a preservar a cultura pré-existente, mas oscilavam entre ações de reforço ou de desestímulo das organizações sociais prévias de maneira a direcioná-las para a integração com o sistema econômico mundial.

Cabe ressaltar, ainda, que a partir do incentivo às **liberdades** substantivas (SEN, 2000) os indivíduos foram transformados em agentes econômicos, posição da qual emanam tendências individualistas cada vez mais profundas, através da incorporação e reprodução individual de valores difundidos a partir da lógica macro-estrutural (WILLIANS e YOUNG, 1994).

No que tange à função instrumental do Estado, em relação às organizações sociais privadas, o discurso do Banco Mundial (2001) lhe atribui a contenção de valores e normas ineficientes ou, mesmo, obstaculizadores da disseminação de práticas locais articuladas com o mercado capitalista, assim como de promotor de instituições facilitadoras da eficiência das organizações sociais privadas, através de três estratégias articuladas entre si: promoção de oportunidades, facilitação da autonomia e aumento da segurança.

A promoção de oportunidades se referiu ao estabelecimento de políticas e de organizações públicas com vista ao estímulo do crescimento geral, assim como o incentivo ao acesso dos pobres a bens e serviços que aumentassem sua produtividade, que deveriam ser, prioritariamente, fornecidos pelo mercado e complementados pelo Estado.

A facilitação da autonomia se referia à responsabilidade das organizações estatais em relação à redução da pobreza. Tinha por premissas a escolha e implementação de políticas públicas que, ao mesmo tempo, fossem sensíveis às necessidades dos pobres e os responsabilizassem pela integração de esforços com o âmbito macro-econômico.

Para o Banco Mundial (2001, p. 7), essa responsabilização era considerada

[...] um esforço intrinsecamente político que requer uma colaboração ativa entre os pobres, a classe média e outros grupos da sociedade. A colaboração pode ser facilitada por mudanças no modo de governar que tornem a administração pública, as instituições jurídicas e a prestação de serviços públicos mais eficientes e responsáveis perante todos os cidadãos, bem como pelo fortalecimento da participação dos pobres nos processos políticos e nas decisões locais. Também é

importante eliminar as barreiras sociais e institucionais que resultam de distinções baseadas no sexo, etnia e condição social. Instituições sólidas e sensíveis são não só importantes para beneficiar os pobres, mas também fundamentais para o processo de crescimento geral.

Por último, as ações ligadas ao aumento da segurança foram entendidas como uma série de medidas dirigidas para a redução da “[...] vulnerabilidade dos pobres a doenças, crises econômicas, perda de colheitas, desemprego, catástrofes naturais e violência, bem como ajudá-los a enfrentar choques adversos” (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 6).

O aumento da segurança impunha uma ação governamental que ampliasse os bens e serviços que os pobres dispunham, assim como criasse instrumentos que reduzissem os riscos experimentados em termos sociais, econômicos, políticos e ambientais. Nesse sentido, o “[...] fortalecimento das organizações de pobres pode ajudar a assegurar a prestação de serviços e adoção de políticas sensíveis às suas necessidades, assim como pode reduzir a corrupção e a arbitrariedade das ações do Estado” (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 7).

Cabe destacar, que a estratégia discursiva adotada pelo Banco Mundial (2001) se auto-reforçava em resultado da ação sintônica entre as organizações sociais privadas, os organismos internacionais ligados ao desenvolvimento, a iniciativa empresarial e o Estado.

É necessário salientar, ainda, que as ações estimuladas em escala nacional encontravam similares em escala mundial, já que

[...] a ação no âmbito nacional e local não será suficiente para obter uma rápida redução da pobreza. Muitas áreas exigem ação internacional, especialmente por parte dos países industrializados, de modo a assegurar que os países pobres e as populações pobres nos países em desenvolvimento sejam beneficiados. (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 11)

Sob tais premissas, foram estimuladas ações dos países industrializados com vista: i) à criação de oportunidades, principalmente, via abertura de seus mercados aos produtos advindos dos países em desenvolvimento; assim como pelo aumento dos fluxos de assistência ao desenvolvimento; ii) à participação das populações dos países em desenvolvimento nos foros de discussão política, em escala nacional e internacional, como meio de: assegurar a difusão de conhecimentos; assegurar maior autonomia decisória e responsabilidade em relação aos resultados dos programas incentivados; e promover pressão popular direcionada para a cobrança de práticas transparentes em relação à gestão dos governos; e iii) ao aumento da segurança, através de ações com a finalidade de reduzir os riscos provocados por forças internacionais adversas ao sistema econômico mundial (BANCO MUNDIAL, 2001).

O discurso produzido pelo Banco Mundial, à época, ofertou idéias que mantiveram o foco na pobreza – sob premissas definidas no discurso do IDH, ao qual foram acrescentadas variáveis ligadas ao aumento do poder político – e no crescimento econômico, através da valorização do comprometimento dos atores, nas várias escalas, com os objetivos macroeconômicos, assim como da responsabilização dos atores localizados no que tange aos resultados econômicos e custos ambientais de suas ações.

A evolução da lógica analisada acima levou, no ano seguinte, o Banco Mundial (2002) à defesa de um processo de aprofundamento da eficácia das instituições, com vista à promoção de mercados integrados e inclusivos:

[...] instituições eficazes podem representar uma grande diferença no resultado das reformas de mercado. Sem instituições que acreditem e garantam os títulos de propriedade da terra, os pobres não podem investir em ativos valiosos em busca do crescimento da renda. Sem instituições judiciais sólidas que obriguem a cumprir os contratos, os empresários consideram que muitas atividades são muito arriscadas. Sem instituições eficazes que controlem o comportamento dos diretores, as empresas põem em risco os recursos dos acionistas. Além do mais, as instituições frágeis são especialmente nocivas para os pobres. (BANCO MUNDIAL, 2002, p. 3)

O Banco Mundial continuava a defender a tese de que a promoção do **desenvolvimento sustentável** somente seria possível através de instituições que: i) protegessem os direitos de propriedade e o Estado de direito; ii) coordenassem e assegurassem uma oferta suficiente de ativos que os mercados não provêm espontaneamente; iii) captassem os sinais de problemas e conduzissem a formação e execução de políticas de forma responsável; e iv) assegurassem a participação e voz dos grupos menos favorecidos.

Nos Relatórios sobre o Desenvolvimento Mundial dos anos seguintes, a ênfase na governança voltou a ser ratificada e aprofundada no que tange: à posição central dos pobres em relação à prestação de serviços públicos (BANCO MUNDIAL, 2004); ao incentivo de um clima no qual, empresas e empresários, “[...] tenham oportunidades e incentivos para investir de maneira produtiva, criar empregos, crescer e dessa forma contribuir para o crescimento e para a redução da pobreza” (BANCO MUNDIAL, 2005, p. 48); e à abertura de oportunidades relacionadas ao desenvolvimento e aproveitamento de **capacidades** (SEN, 2000), que seriam condicionadas por fatores como raça, região de nascimento, nível de escolaridade e profissão dos pais (BANCO MUNDIAL, 2005a).

Esses fatores foram, ainda, levados em consideração no direcionamento dos esforços do Banco Mundial (2006) para a preparação da próxima geração de trabalhadores, empresários, pais, cidadãos ativos e, principalmente, líderes. Para o Banco Mundial (2006),

os jovens, em função da queda na taxa de natalidade, poderiam vir a impulsionar o crescimento através do aumento na parcela da população que estava trabalhando e melhorando a economia familiar. Por conseqüência, poderiam vir a ter o mais alto grau de crescimento econômico já alcançado, assim como possuiriam o potencial de reduzir sensivelmente, senão eliminar, em longo prazo as situações de pobreza absoluta.

Entretanto, para que os jovens tivessem seu potencial estimulado foi ratificada a necessidade de ações imediatas ligadas à melhoria no clima de investimentos e à participação das pessoas de baixa renda. Sob tais premissas os investimentos governamentais deveriam ser direcionados para cinco áreas fundamentais ao desenvolvimento do capital humano: educação, saúde, exercício da cidadania, trabalho e renda, e formação de vínculos de família (BANCO MUNDIAL, 2006).

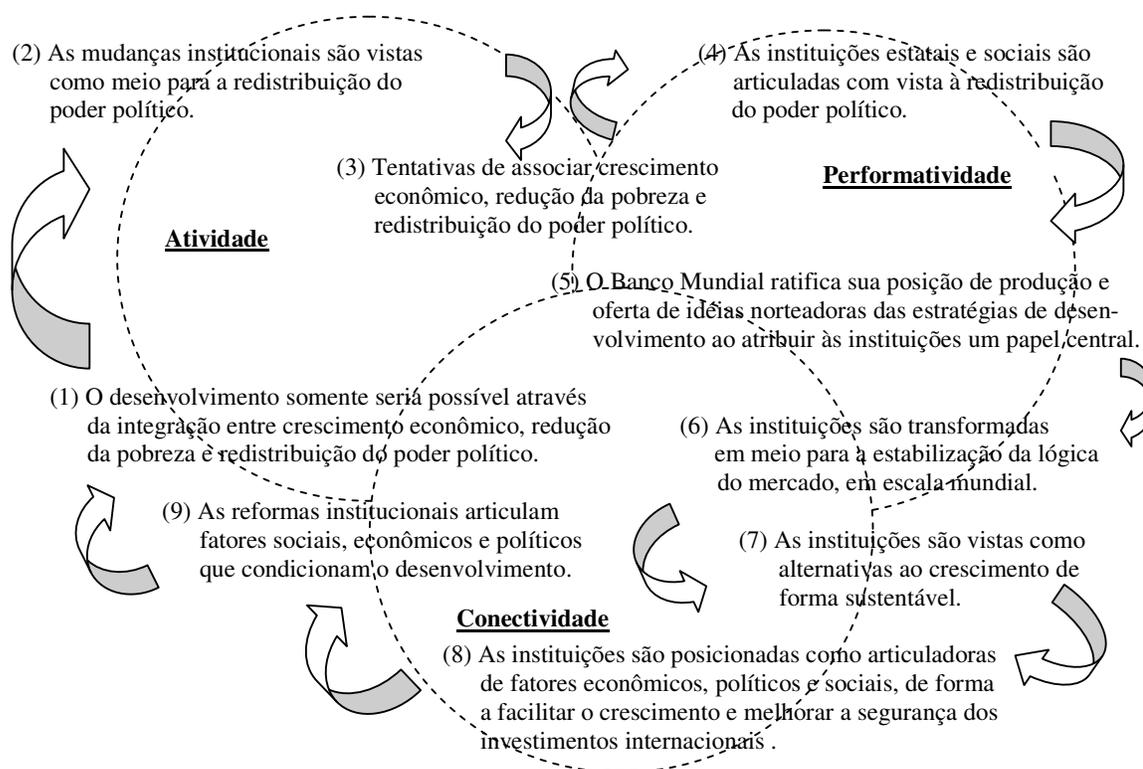


Figura 40 – O discurso sobre as instituições

A ação discursiva do Banco Mundial, na primeira década do século XXI, vem se direcionando para o alcance dos objetivos estabelecidos nas Metas do Milênio e pela ênfase nas reformas institucionais. Essa ênfase atingiu seu ápice em 2006, ao incentivar práticas através das quais fosse possível influenciar as novas gerações a trilhar caminhos que

articulassem fatores sócio-ambientais e políticos sob o norte de condução do **desenvolvimento sustentável** e que oferecessem estabilidade ao crescimento e segurança aos investimentos internacionais.

Nesse contexto, o foco do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2008, ao considerar a pressão provocada pelo aumento da demanda por alimentos que se desenhava em escala mundial, retomou a produtividade agrícola como instrumento essencial para o cumprimento das Metas do Milênio. Reforçando a estratégia histórica da divisão internacional do trabalho com base nas vantagens comparativas, o discurso do Banco Mundial (2007) ofereceu orientações diferenciadas aos governos das diversas nações em desenvolvimento, tendo por objetivo a superação das dificuldades locais relacionadas com a produção e exportação de alimentos.

Entretanto, apesar das diferenças entre as várias nações, o discurso do Banco considerou que a crescente escassez de água e terra eram características comuns à praticamente todos os países. Por conseqüência, voltou a salientar a necessidade de investimentos direcionados para a preservação do ambiente ecológico e, principalmente, para a proteção das bacias hidrográficas e da biodiversidade. A partir dessas premissas, a ação discursiva do Banco Mundial (2007, p. 5) defendeu que

[...] a ampla expansão dos mercados interno e global; as inovações institucionais nos mercados, finanças e ação coletiva; e as revoluções na biotecnologia e tecnologia da informação oferecem oportunidades que estimulam o uso sustentável da agricultura [...]. Mas o aproveitamento dessas oportunidades exigirá o avanço da vontade política com reformas que melhorem a governança da agricultura.

Novamente, a estratégia discursiva propôs o aumento da produtividade a partir de premissas do **desenvolvimento sustentável** (CMMAD, 1988), ou seja, através da evolução tecnológica, da efficientização da produção e da integração ao mercado das formas produtivas ligadas à agricultura de subsistência (BANCO MUNDIAL, 2007), com as conseqüências sociais que já lhe eram conhecidas: migração para o meio urbano e precarização das condições de vida (AMIN, 2004). Não por mera coincidência, a ONU (2009) informou que, em 2007, pela primeira vez, a população urbana passou a predominar sobre a população rural em escala mundial. Não por mera coincidência o PNUD (2008a) informou que o número de pobres nos países em desenvolvimento, em 2008, era maior do que se previa anteriormente.

Cabe salientar, que a produtividade agrícola, ao ser retomada pela ação discursiva do Banco Mundial (2007), incorporou conceitos estratégicos que foram construídos ao longo do

tempo – governança, instituições, difusão de conhecimento, entre outros –, sendo essa uma das principais características da produção discursiva do Banco Mundial, ou mesmo do BIRD, desde a sua fundação.

O BIRD e, posteriormente, o Banco Mundial adquiriram legitimidade e poder de influência no campo discursivo do desenvolvimento ao, continuamente, buscar soluções para os problemas que surgiram à estabilização do crescimento econômico. Assim direcionados, a princípio, apropriaram discursos ou conceitos localizados que pudessem ser transformados em recursos sintônicos com a lógica do sistema econômico mundial.

Essa estratégia inicial de apropriação de idéias, muitas vezes, desconsiderou o contexto de produção dos conceitos ou, mesmo, seus objetivos originais. Por exemplo, a industrialização substitutiva de Presbich (1949) que, de conceito integrado a um projeto de fortalecimento das economias periféricas com vista à melhoria das condições de troca, foi transformada em recurso pró-industrialização sob a lógica predominante, ou seja, em instrumento com vista ao atendimento das demandas internas aos países em desenvolvimento de forma articulada com a estratégia financeira em defesa dos ajustes estruturais do início da década de 1980.

Foi essa estratégia discursiva de apropriação seletiva que possibilitou ao Banco Mundial, na década de 1970 – em um contexto de críticas em relação às conseqüências do desenvolvimento estimulado pelos países centrais e de percepção dos limites dos recursos naturais utilizados como matéria-prima –, assumir uma posição central no campo discursivo do desenvolvimento, através de práticas que estimularam a redução da pobreza e a utilização racional dos recursos naturais de forma articulada com estratégias ligadas ao crescimento econômico.

Mantendo o foco de suas ações em práticas que facilitassem o crescimento, em meio a crise econômica da década de 1980, o discurso Banco Mundial defendeu o ajuste estrutural como recurso direcionado para a estabilização do sistema econômico e para o aumento da segurança dos investimentos externos.

Entretanto, ao identificar resistências às propostas de ajuste – novamente, com base em críticas ligadas às suas conseqüências sócio-ambientais –, advindas tanto de governos dos países em desenvolvimento, quanto de agências internacionais ligadas ao desenvolvimento, a estratégia discursiva do Banco Mundial, entre as décadas de 1980 e 1990, foi articulada sobre dois eixos principais: a formação de redes de profissionais legitimados em suas áreas de

atuação e a sua capacidade de mobilizar recursos financeiros para os programas de desenvolvimento.

Essa nova estratégia discursiva, centrada no **desenvolvimento sustentável** (CMMAD, 1988) e no desenvolvimento humano, possibilitou ao Banco Mundial ser preservado como principal produtor e ofertante de idéias ligadas ao desenvolvimento e, principalmente, construir um discurso consensual que, desde então, passou a nortear os esforços das principais organizações internacionais ligadas ao desenvolvimento. Já, em resposta à resistência apresentada por governos dos países periféricos, sob a justificativa de conversão de práticas governamentais ineficazes ou corruptas, o discurso do Banco Mundial estimulou ações sob os signos da boa governança e das boas instituições como recursos dirigidos para a redistribuição do poder político, de forma articulada com as premissas macro-estruturais.

Diferentemente do momento anterior, a estratégia não é mais a apropriação seletiva de discursos, mas a formulação de idéias que passariam a nuclear a ação coerente de agências internacionais e de governos nacionais.

Os conceitos examinados neste capítulo e que forneceram os principais argumentos para o discurso do Banco Mundial são apresentados de forma sintética abaixo:

Estratégia	Conceitos Principais
Apropriação Seletiva de Categorias e de Argumentos Discursivos	Industrialização, Disponibilidade Limitada de Capital e de Conhecimento, Excesso de Mão-de-Obra, Países Subdesenvolvidos (ao mesmo tempo qualificados como fornecedores de produtos primários e em estágio inferior de desenvolvimento).
Produção e Oferta de Idéias	Sustentabilidade, Pobreza, Desenvolvimento Humano, Livre Mercado, Países em Desenvolvimento.

Quadro 4 – Principais argumentos do discurso do Banco Mundial

A figura 41, a seguir, busca demonstrar algumas das relações entre os principais conceitos que ofereceram suporte ao discurso do Banco Mundial:

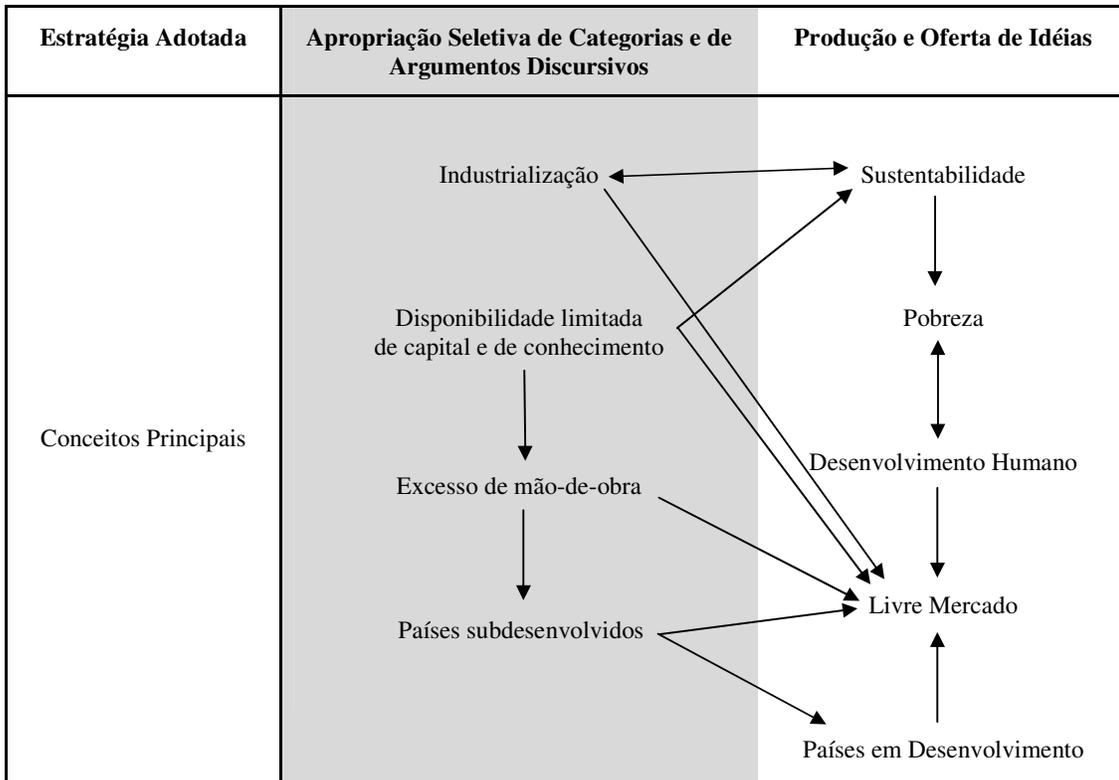


Figura 41 – Relações entre os principais conceitos que oferecem suporte ao discurso do Banco Mundial

CONCLUSÃO

A tese que orientou este trabalho considerava que o **discurso do desenvolvimento do Banco Mundial foi construído a partir da apropriação seletiva de categorias e de argumentos extraídos de discursos proferidos em diversos contextos históricos e em diferentes formações sociais. Essa estratégia de apropriação seletiva é um dos fatores que possibilita ao Banco Mundial tornar-se, na atualidade, a organização hegemônica no campo discursivo do desenvolvimento, no cenário internacional.** Para explorá-la foi necessário percorrer uma longa trajetória de revisão e análise dos **discursos sobre desenvolvimento**, entendidos como **recursos políticos e estratégicos**.

Ao concluir o estudo pode-se dizer que a tese foi **parcialmente confirmada**. No período do imediato pós-guerra, a estratégia discursiva do Banco Mundial, como uma das agências do sistema ONU, incluía a apropriação de argumentos e categorias discursivos selecionados pela sua não contradição com o objetivo de estabilização e disseminação dos mercados capitalistas. Essa estratégia de apropriação seletiva possibilitou que o Banco Mundial, na década de 1970, fosse gradativamente assumindo uma posição muito importante no campo discursivo do desenvolvimento. Graças a esta posição e à ação articulada entre as várias agências internacionais envolvidas com o tema e os governos nacionais dos países centrais, e à incorporação desse discurso pelos grupos dirigentes dos governos nacionais dos países periféricos, discursos políticos de oposição foram marginalizados e tiveram reduzido impacto.

No entanto, no momento em que alguns países periféricos se articularam de modo mais autônomo e, logo a seguir, quando ações estimuladas pelo Banco e seus parceiros começaram a evidenciar conseqüências perversas para as populações dos países periféricos foi necessário mudar a estratégia político discursiva. Isto foi feito pela ação propositiva de novas

categorias que passaram a nuclear o campo discursivo do desenvolvimento, com destaque para o tema da sustentabilidade e da pobreza, inicialmente, e na seqüência do desenvolvimento humano focado nas liberdades e capacidades individuais. Esta nova ação discursiva, na condição não mais de apropriador de discursos que circulavam no campo, mas como formulador e ofertante de idéias, contribuiu para que o Banco assumisse a posição central no campo discursivo do desenvolvimento. O discurso originado em institutos e por acadêmicos comissionados organizou-se em torno da sustentabilidade sócio-ambiental, da redução da pobreza e da eficiência no uso de recursos naturais escassos, sempre como possibilidade para a manutenção do crescimento econômico.

Esta nova estratégia política do Banco teve por base dois eixos indissociáveis: a formação de redes de especialistas legitimados em sua área de atuação como formuladores do discurso a ser ofertado e a sua disseminação através da mobilização de recursos financeiros (próprios ou de parceiros, em especial do FMI) para os programas associados. Foi essa articulação que forneceu as condições para que o Banco Mundial se constituísse como a principal organização produtora e disseminadora de idéias originais ligadas ao desenvolvimento.

A estratégia discursiva que passou a vigorar, entre as décadas de 1980 e 1990, já não dependia, portanto, da apropriação e utilização de conceitos selecionados que seriam articulados à estratégia macro, mas da produção e disseminação de idéias que deveriam ser aceitas, tanto pelos decisores dos países centrais quanto dos periféricos, de modo que se tornassem articuladoras e norteadoras dos esforços das demais agências internacionais e dos governos nacionais.

Assim, a tese que norteou esse estudo foi confirmada em relação à construção do discurso do desenvolvimento do Banco Mundial a partir da apropriação seletiva de categorias e de argumentos extraídos de discursos proferidos em diferentes contextos histórico-sociais até um determinado momento. Entretanto, o Banco Mundial tornou-se a organização hegemônica no campo discursivo do desenvolvimento, a partir da década de 1980 quando, contraditoriamente, mais críticas recebia, utilizando-se da produção de discursos originais e que conferiram maior coerência e força aos seus propósitos.

Já, a escolha por analisar as estratégias discursivas, com base em Hardy, Palmer e Phillips (2000), mostrou-se acertada em função da inseparabilidade entre a produção lingüística, sua possibilidade de apropriação em determinado campo e sua influência sobre o contexto pré-existente, bem como sobre as produções futuras ligadas ao campo discursivo do

desenvolvimento.

Cabe destacar que esse estudo não se caracterizou pela análise aprofundada das teorias que buscam compreender ou propor discursos ligados ao desenvolvimento, ou se opor a esses, já que o entendimento destas ações discursivas tinha como propósito considerar sua relação com o discurso atualmente dominante sobre o tema: o do Banco Mundial.

Para estudos futuros, sugere-se o exame de programas específicos ligados ao desenvolvimento, localizados espacialmente, com o intuito de analisar as formas como o discurso é apropriado e/ou resistido nos âmbitos de sua aplicação.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Maria Manuela. A Evolução da Cooperação para o Desenvolvimento In: AFONSO, Maria Manuela; FERNANDES, Ana Paula. **abCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento**. Lisboa: Instituto Marquês de Vallle Flôr, 2005. p. 23-42.
- AFONSO, Maria Manuela; FERNANDES, Ana Paula. **abCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento**. Lisboa: Instituto Marquês de Vallle Flôr, 2005.
- AGARWALA, A. N; SINGH, S. P. A Economia do Desenvolvimento. In: AGARWALA, A. N; SINGH, S. P. **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. pp. 9-14.
- AMGI. **About MIGA**. Disponível em <<http://www.miga.org>>. Acesso em 10dez2008.
- AMIN, Samir. **O Desenvolvimento Desigual – Ensaio sobre as Formações Sociais do Capitalismo Periférico**. Rio de Janeiro: Forense, 1976.
- AMIN, Samir. O Capitalismo e a Renda Fundiária (A Dominação do Capitalismo sobre a Agricultura). In: AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A Questão Agrária e o Capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 9-42.
- AMIN, Samir. The Millenium Development Goals: A Critique from the South. **Monthly Review**. New York: Março/2006. v. 57, nº 10. Disponível em <<http://www.monthlyreview.org>>. Acesso em 02jan2009.
- AMIN, Samir. **The Conditions for an Alternative Global System Base on Social and International Justice**. In: World Social Forum, 2004, Mumbai. Disponível em <<http://next.u-paris10.fr>>. Acesso em 05jul2007.
- AMIN, Samir. Samir Amin – 50º Aniversário da Conferência de Bandung. **Entrevista concedida a Rémy Herrera**. Disponível em <<http://www.mra.org.br>>. Acesso em 10out08.

- AMORIM, Celso Luiz Nunes. Perspectivas da Cooperação Internacional. In: MARCOVITCH, Jacques (org). **Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão**. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 149-164.
- ARRIGHI, Giovanni. **A Ilusão do Desenvolvimento**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ARRIGHI, Giovanni. **Capitalism and the Modern World-System: Rethinking the Non-Debates of the 1970s**. 1997. Disponível em <www.binghamton.edu>. Acesso em 05jul2007.
- BANCO MUNDIAL. **World Development Report 1978**. Washington DC: World Bank, 1978. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BANCO MUNDIAL. **World Development Report 1979**. Washington DC: World Bank, 1979. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BANCO MUNDIAL. **World Development Report 1980**. New York: Oxford University Press, 1980. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BANCO MUNDIAL. **World Development Report 1981**. New York: Oxford University Press, 1981. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BANCO MUNDIAL. **World Development Report 1982**. New York: Oxford University Press, 1982. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BANCO MUNDIAL. **World Development Report 1983**. New York: Oxford University Press, 1983. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BANCO MUNDIAL. **World Development Report 1984**. New York: Oxford University Press, 1984. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BANCO MUNDIAL. **World Development Report 1985**. New York: Oxford University Press, 1985. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BANCO MUNDIAL. **World Development Report 1986**. New York: Oxford University Press, 1986. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BANCO MUNDIAL. **World Development Report 1987**. New York: Oxford University Press, 1987. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BANCO MUNDIAL. **World Development Report 1988**. New York: Oxford University Press, 1988. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BANCO MUNDIAL. **World Development Report 1989**. New York: Oxford University Press, 1989. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BANCO MUNDIAL. **Sub-Saharan África: From Crisis to Sustainable Growth**. Washington DC: World Bank, 1989a.

- BANCO MUNDIAL. **World Development Report 1990 – Poverty.** New York: Oxford University Press, 1990. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BANCO MUNDIAL. **World Development Report 1991 – The Challenge of Development.** New York: Oxford University Press, 1991. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BANCO MUNDIAL. **World Development Report 1992 – Development and the Environment.** New York: Oxford University Press, 1992. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BANCO MUNDIAL. **World Development Report 1993 – Investing in Health.** New York: Oxford University Press, 1993. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BANCO MUNDIAL. **World Development Report 1994 – Infrastructure for Development.** New York: Oxford University Press, 1994. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BANCO MUNDIAL. **World Development Report 1995 – Workers in an Integrating World.** New York: Oxford University Press, 1995. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BANCO MUNDIAL. **World Development Report 1996 – From Plan to Market.** New York: Oxford University Press, 1996. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BANCO MUNDIAL. **World Development Report 1997 – State.** New York: Oxford University Press, 1997. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1998 – Conhecimento para o Desenvolvimento.** New York: Oxford University Press, 1998. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BANCO MUNDIAL. **Education Sector Strategy.** Washington DC: World Bank, 1999.
- BANCO MUNDIAL. **World Development Report 1999/2000 – Entering the 21th Century.** Washington DC: World Bank, 2000. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001 – Luta contra a Pobreza.** Washinton DC: World Bank, 2001. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BANCO MUNDIAL. **Informe sobre el Desarrollo Mundial 2002 – Instituciones para los Mercados.** Washinton DC: World Bank, 2002. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.

- BANCO MUNDIAL. **Informe sobre el Desarrollo Mundial 2003 – Desarrollo Sostenible em um Mundo Dinámico.** Washinton DC: World Bank, 2003. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BANCO MUNDIAL. **Informe sobre el Desarrollo Mundial 2004 – Servicios para los Pobres.** Washinton DC: World Bank, 2004. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2005 – Um Melhor Clima de Investimento para Todos.** São Paulo: Singular, 2005. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BANCO MUNDIAL. **Informe sobre el Desarrollo Mundial 2006 – Equidad y Desarrollo.** Washinton DC: World Bank, 2005a. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BANCO MUNDIAL. **Informe sobre el Desarrollo Mundial 2007 – El Desarrollo y la Nueva Generación.** Washinton DC: World Bank, 2006. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BANCO MUNDIAL. **World Development Report 2008 – Agriculture for Development.** Washinton DC: World Bank, 2007. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BANCO MUNDIAL. **About Us.** Disponível em <<http://www.worldbank.org>>. Acesso em 01nov2008.
- BARAN, Paul. **A Economia Política do Desenvolvimento.** São Paulo: Zahar, 1964.
- BEIGEL, Fernanda. Vida, Muerte y Resurrección de las “Teorias de la Dependencia”. In: BEIGEL, Fernanda *et al.* **Crítica y Teoría en el Pensamiento Social Latinoamericano.** Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 287-326.
- BIELSCHOWKY, Ricardo. Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL – Uma Resenha. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL.** v. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 13-68.
- BIRD. **First Annual Report by the Executive Directors.** Washington DC: BIRD, 1946. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BIRD. **Second Annual Report.** Washington DC: BIRD, 1947. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BIRD. **Third Annual Report.** Washington DC: BIRD, 1948. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BIRD. **Fourth Annual Report.** Washington DC: BIRD, 1949. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.

- BIRD. **Fifth Annual Report.** Washington DC: BIRD, 1950. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BIRD. **The Basis of a Development Program for Colombia: Report of a Mission.** Washington DC: BIRD, 1950a. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BIRD. **Sixth Annual Report.** Washington DC: BIRD, 1951. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BIRD. **Seventh Annual Report.** Washington DC: BIRD, 1952. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BIRD. **Eighth Annual Report.** Washington DC: BIRD, 1953. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BIRD. **Ninth Annual Report.** Washington DC: BIRD, 1954. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BIRD. **Tenth Annual Report.** Washington DC: BIRD, 1955. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BIRD. **Eleventh Annual Report.** Washington DC: BIRD, 1956. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BIRD. **Twelfth Annual Report.** Washington DC: BIRD, 1957. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BIRD. **Thirteenth Annual Report.** Washington DC: BIRD, 1958. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BIRD. **Fourteenth Annual Report.** Washington DC: BIRD, 1959. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BIRD. **Fifteenth Annual Report.** Washington DC: BIRD, 1960. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BIRD. **Sixteenth Annual Report.** Washington DC: BIRD, 1961. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BIRD. **Seventh Annual Report.** Washington DC: BIRD, 1962. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BIRD. **Eighteenth Annual Report.** Washington DC: BIRD, 1963. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BIRD. **Annual Report: 1963-1964.** Washington DC: BIRD, 1964. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.

- BIRD. **Annual Report: 1964-1965**. Washington DC: BIRD, 1965. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BIRD. **1965-1966 - Annual Report World Bank and IDA**. Washington DC: BIRD, 1966. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BIRD. **Annual Report 1968**. Washington DC: BIRD, 1968. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BIRD. **Annual Report 1969**. Washington DC: BIRD, 1969. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BIRD. **Annual Report 1970**. Washington DC: BIRD, 1970. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BIRD. **Annual Report 1971**. Washington DC: BIRD, 1971. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BIRD. **Annual Report 1972**. Washington DC: BIRD, 1972. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BIRD. **Annual Report 1973**. Washington DC: BIRD, 1973. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BIRD. **Annual Report 1974**. Washington DC: BIRD, 1974. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BIRD. **Annual Report 1975**. Washington DC: BIRD, 1975. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BIRD. **Annual Report 1976**. Washington DC: BIRD, 1976. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BIRD. **Annual Report 1977**. Washington DC: BIRD, 1977. Disponível em <<http://wordlbank.org>>. Acesso em 10dez2007.
- BOISIER, Sérgio. **Política Económica, Organización Social y Desarrollo Regional**. Santiago: ILPES, 1982.
- BOISIER, Sérgio. El Desarrollo Territorial a partir de la Construcción de Capital Sinérgico. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Recife, nº 2, Nov/1999, p. 39-54.
- BORGES, André. Governança Participativa e Política Educacional: A Agenda Recente do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, nº 52, v. 18, 2003, p. 125-217.
- BOUDEVILLE, Jacques R. **Os Espaços Econômicos**. São Paulo, Difel, 1973.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1993.

- BOURDIEU, Pierre. **Las Estructuras Sociales de la Economía**. Barcelona: Anagrama, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **A Produção da Crença**. São Paulo, Zouk, 2004.
- BOUTROS-GHALI, Boutros. **ONU: Uma Agenda para o Desenvolvimento**. Palestra proferida na sala do conselho universitário da USP, 28fev1996. Disponível em <<http://www.iea.usp.br>>. Acesso em 24jan2008.
- BRAUDEL, Fernand. **La Dinámica del Capitalismo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1977.
- BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a História**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. **Estudo Sobre o Conceito de Região**. Porto Alegre: FEE, 1988.
- BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 24ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BUENO, Fábio Marvulle. As Condicionais do Fundo Monetário Internacional. **Economia Política Internacional: Análise Estratégica**. Campinas, nº 9, p. 29-39, jul-dez/2006.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Economia Planejamento e Nacionalismo**. Rio de Janeiro: APEC, 1983.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. (1969). In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.) **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. V.2. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 495-520.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Notas sobre o Estado Atual dos Estudos sobre Dependência. In: SERRA, José (org.). **América Latina: Ensaio de Interpretação Econômica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 364-393.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Perspectivas, Idéias e Atuação Política**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- CARVALHO, F. The Changing Role and Strategies of the IMF and the Perspectives for the Emerging Countries. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 20, n. 1, jan./mar. 2000.
- CASANOVA, Pablo Gonzáles. Sociologia da Exploração (1976). In: CASANOVA, Pablo Gonzáles. **Exploração, Colonialismo e Luta pela Democracia na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 110-135.
- CASANOVA, Pablo Gonzáles. Quando Falamos de Democracia, Do Que Falamos? (1986). In: CASANOVA, Pablo Gonzáles. **Exploração, Colonialismo e Luta pela Democracia na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 167-171.

- CASANOVA, Pablo Gonzáles. A Exploração Global (1998). In: CASANOVA, Pablo Gonzáles. **Exploração, Colonialismo e Luta pela Democracia na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 136-159.
- CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CEPAL. Estudo Econômico da América Latina, 1949. (1949) In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. v.1. São Paulo: Record, 2000. p. 137-178.
- CEPAL. Transformação e Crise na América Latina e no Caribe, 1950-1984. (1985) In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. v.2. São Paulo: Record, 2000. p. 817-850.
- CEPAL. **O Que é a Cepal?** Disponível em <<http://www.eclac.org>>. Acesso em 10set2008.
- CHANG, Há-Joon. **Chutando a Escada – A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica**. São Paulo: UNESP, 2004.
- CIADI. **About ICSID**. Disponível em <<http://icsid.worldbank.org>>. Acesso em 10out2008.
- CLARK, Collin. A Expansão Demográfica e os Padrões de Vida. (1953). In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 41-61.
- CMMAD. **Nuestro Futuro Comum**. Madrid: Alianza Editorial, 1988.
- CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE CIDADES. **Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Cidades**. Disponível em <<http://www.cmdc2008.com.br>>. Acesso em 24fev2008.
- DI PIERRO, Maria Clara. Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, nº 1, p. 321-337, jul./dez. 2001.
- DOS SANTOS. Theotônio. **Imperialismo y Dependencia**. México: Era, 1978.
- DOS SANTOS, Theotônio. **Economia Mundial – Integração & Desenvolvimento Sustentável**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DOS SANTOS, Theotônio. **A Teoria da Dependência – Balanço e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- DOS SANTOS, Theotônio. **Do Terror à Esperança – Auge e Declínio do Neoliberalismo**. Aparecida: Idéias & Letras, 2004.
- DOS SANTOS, Theotônio. **Economia Política Marxista: Um Balanço**. Disponível em <<http://www.reggen.org.br>>. Acesso em 21out2007.

- DOS SANTOS, Theotônio. **Sistema Econômico Mundial: Gênese e Alcance Teórico de um Conceito**. Disponível em <<http://www.reggen.org.br>>. Acesso em 09nov2008.
- DUARTE, Ivonaldo Ferreira; MORETTI, Edvaldo César; ALMEIDA, Maria Geralda de. **Desenvolvimento Local: Uma Contribuição de Goiânia ao Turismo de Municípios Próximos**. In: IX EREGEO – Encontro Regional de Geografia. Novas Territorialidades, 2005, Porto Nacional. Disponível em <<http://www.observatoriogeogoiias.com.br>>. Acesso em 10jan2007.
- DUROZOI, Gérard. ROUSSEL, André. **Dicionário de Filosofia**. Campinas: Papyrus, 1993.
- ESCOBAR, Arturo. **Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World**. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- ESCOBAR, Arturo. Planning. In: SACHS, Wolfgang. **The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power**. 12ª ed. New York: Zed Books Ltd, 2007. p.132-145.
- ESTEVA, Gustavo. Development. In: SACHS, Wolfgang. **The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power**. 12ª ed. New York: Zed Books Ltd, 2007. p. 6-25.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: UNB, 2001.
- FALERO, Alfredo. El Paradigma Renaciente de América Latina: Una Aproximación Sociológica a Legados y Desafíos de la Visión Centro-Periferia. In: BEIGEL, Fernanda *et al.* **Crítica y Teoría en el Pensamiento Social Latinoamericano**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 217-286.
- FONSECA, Marília. O Banco Mundial como Referência para a Justiça Social no Terceiro Mundo: Evidências do Caso Brasileiro. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n.1, p.37-69, jan-jun/1998
- FOSTER, John Bellamy. Marxismo e Imperialismo. **Entrevista concedida a João Aguiar**. 08jul2007. Disponível em <<http://asvinhasdaira.wordpress.com>>. Acesso em 01jun2008.
- FOUCAULT, Michel. **O Pensamento do Exterior**. São Paulo: Princípio, 1990.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro, Nau, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FRANK, André Gunder. The Development of Underdevelopment. **Monthly Review**. New York, v. 18, nº 4, p. 17-31, September/1966.
- FRIEDEN, Jeffry A. **Capitalismo Global: História Econômica e Política do Século XX**. São Paulo: Zahar, 2008.

- FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. São Paulo: Rocco, 1992.
- FURTADO, Celso. Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico. (1954). In: AGARWALA, A. N; SINGH, S. P. **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. pp. 314-341.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. (1961). In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. v. 1. São Paulo: Record, 2000. p. 239-262.
- FURTADO, Celso. **A Pré-Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. **Criatividade e Dependência na Civilização Industrial**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, Celso. **O Capitalismo Global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- FURTADO, Celso. **O Longo Amanhecer – Reflexões sobre a Formação do Brasil**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- FURTADO, Celso. **Introdução ao Desenvolvimento – Enfoque Histórico-Estrutural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 2000a.
- FURTADO, Celso. **A Economia Latino-Americana: Formação Histórica e Problemas Contemporâneos**. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FURTADO, Celso. Entrevista com Celso Furtado. In: VIEIRA, Rosa Maria. **Celso Furtado: Reforma, Política e Ideologia (1950-1964)**. São Paulo: Educ, 2007a. p. 409-432.
- GONZALEZ, Manuel José Forero *et al.* **O Brasil e o Banco Mundial: um Diagnóstico das Relações Econômicas**. Brasília: IPEA, 1990.
- GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GUITIÁN, M. **The Unique Nature of the Responsibilities of the International Monetary Fund**. Washington, DC: IMF, 1992.
- HARDY, Cynthia; PALMER, Ian; PHILLIPS, Nelson. Discourse as a Strategic Resource. **Human Relations**. London, v. 53, nº 9, p. 1227-1248, 2000.

- HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Extremos. O Breve Século XX. 1914-1991**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOSELITZ, Bert F. **Sociological Aspects of Economic Growth**. Glencoe: The Free Press, 1962.
- ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT - Comentadas para Trabalhos Científicos**. 3ª ed. Curitiba, Juruá, 2008.
- KOCHER, Bernardo. **De Bandung a Bagdá: Cinquenta Anos de História e Economia Política do Terceiro Mundo**. Disponível em <<http://www.redem.buap.mx>>. Acesso em 10jun2008.
- KOSHIMA, Karin Satsuki Lima. **Cooperação Internacional e Políticas Públicas: A Influência do POMMAR/USAID na Agenda Pública Brasileira de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Salvador, 2005. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal da Bahia.
- KRAYCHETE, Elsa Souza. **O Banco Mundial e o Desenvolvimento das Microfinanças em Países da Periferia Capitalista**. Salvador, 2005. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal da Bahia.
- LEWIS, W. Arthur. O Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão-de-Obra. (1954). In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. pp. 406-456.
- MAGNOLI, Demétrio. A Onu e o Sistema Internacional. In: RODRIGUES, Thiago; ROMÃO, Wagner de Melo (orgs). **A ONU no Século XXI: Perspectivas**. São Paulo: Desatino, 2006.
- MANTEGA, Guido. **Modelos de Crescimento e a Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo, 1998. Relatório de Pesquisa. Núcleo de Pesquisas e Publicações da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. Disponível em <<http://www.eaesp.fgvsp.br>>. Acesso em 07jan08.
- MARINI, Ruy Mauro. La Acumulación Capitalista Mundial y el Subimperialismo. **Cuadernos Políticos**. México, nº 12, abr-jun/1977. Disponível em <<http://www.marini.unam.mx>>. Acesso em 30abr2008.
- MARINI, Ruy Mauro. Las Razones del Neodesarrollismo – Respuesta a F.H. Cardoso y J. Serra. **Revista Mexicana de Sociología**, México, Número Especial, 1978. Disponível em <<http://www.marini.unam.mx>>. Acesso em 30abr2008.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la Dependencia**. México: Ediciones Era, 1991. Disponível em <<http://www.marini.unam.mx>>. Acesso em 30abr2008.

- MARINI, Ruy Mauro. **Desenvolvimento e Dependência**. Brasília, 1992. Arquivos Pessoais de Ruy Mauro Marini. Disponível em <<http://www.marini.unam.mx>>. Acesso em 30abr2008.
- MARINI, Ruy Mauro. **La Crisis del Desarrolismo**. México, 1994. Arquivos Pessoais de Ruy Mauro Marini. Disponível em <<http://www.marini.unam.mx>>. Acesso em 30abr2008.
- MARINI, Ruy Mauro. **Memória**. Disponível em <<http://www.marini-escritos.unam.mx>>. Acesso em 20abr2008.
- MARQUES, Moisés da Silva. A Política Externa Brasileira e as Nações Unidas. In: RODRIGUES, Thiago; ROMÃO, Wagner de Melo. **A ONU no Século XXI: Perspectivas**. São Paulo: Desatino, 2006.
- MARTINS, Carlos Eduardo. O Pensamento Latino-Americano e o Sistema Mundial. In: BEIGEL, Fernanda *et al.* **Crítica y Teoría en el Pensamiento Social Latinoamericano**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 153-216.
- McNAMARA, Robert S. **Address to the Boards of Governors**. Washington DC: World Bank, 1973. Disponível em <www.worldbank.org>. Acesso em 20mai2008.
- McNAMARA, Robert. S. **Address to the Boards of Governors**. Washington DC: World Bank, 1980. Disponível em <www.worldbank.org>. Acesso em 20mai2008.
- MILANDO, João. **Cooperação sem Desenvolvimento**. Lisboa: ICS, 2005.
- MISOCZKY, Maria Ceci Araujo. **O Campo da Atenção à Saúde após a Constituição de 1988: Uma Narrativa de sua Produção Social**. Porto Alegre: Dacasa Editora/PDGSaúde, 2002.
- MISOCZKY, Maria Ceci Araujo. O Banco Mundial e a Reconfiguração do Campo das Agências Internacionais de Saúde: Uma Análise Multiparadigmática. **Revista Brasileira de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 75-97, 2003.
- MONTHLY REVIEW. History. **Monthly Review**. Disponível em <<http://www.monthlyreview.org>>. Acesso em 10fev2008.
- NAHÓN, Cecilia; ENRÍQUEZ, Corina Rodriguez; SCHORR, Martín. El Pensamiento Latinoamericano en el Campo del Desarrollo. In: BEIGEL, Fernanda *et al.* **Crítica y Teoría en el Pensamiento Social Latinoamericano**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 327-388.
- NURKSE, Ragnar. Alguns Aspectos Internacionais do Desenvolvimento Econômico. (1953). In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 263-277.
- NURKSE, Ragnald. **Problems of Capital Formation in Underdevelopment Countries**. Oxford: Oxford University Press, 1953a.

OECD. **History of the OECD**. Disponível em <<http://www.oecd.org>>. Acesso em 18abr2008.

OLIVO, Vânia Maria F; MISOCZKY, Maria Ceci Araujo. **As Estratégias Discursivas Presentes na Origem do Referencial para o Desenvolvimento Sustentável: Uma Análise Crítica do Relatório de Brundtland**. In: XXVII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração, 2003, Atibaia. **As Estratégias Discursivas Presentes na Origem do Referencial para o Desenvolvimento Sustentável: Uma Análise Crítica do Relatório de Brundtland**. Atibaia: ANPAD, 2003.

ONU. **Resoluciones Aprobadas por la Asamblea General durante o Sexto Período Extraordinario de Sesiones**. In: Asamblea General de las Naciones Unidas en el sexto período extraordinario de sesiones, 1974, New York. Disponível em <www.un.org>. Acesso em 19abr08.

ONU. **Declaração do Milênio**. Lisboa: ONU, 2000.

ONU. **Sobre a ONU**. Disponível em <<http://www.onu-brasil.org.br>>. Acesso em 11abr2008.

ONU. **Pela Primeira Vez, População Urbana Supera a Rural no Mundo**. Disponível em <<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/detail/155399.html>>. Acesso em 10jan2009.

OPEP. **Solemn Declaration**. In: Conference of Sovereigns and Heads of State of OPEC Member Countries, 1975, Algeria. Disponível em <www.opec.org>. Acesso em 19abr08.

PAULA, João Antônio de. Caio Prado Júnior e o Desenvolvimento Econômico Brasileiro. **Pesquisa & Debate**. São Paulo, v.17, nº 1 (29), p. 1-19, 2006.

PERROUX, François. O Conceito de Pólo de Crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia Regional – Textos Escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

PINTO, Aníbal. A América Latina entre Duas Crises. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 12, nº 3 (47), p. 16-29, jul-set/1992.

PNUD. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em 10abr2008.

PNUD. **Relatório de desenvolvimento Humano 2007/2008**. New York: PNUD, 2008a. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em 10abr2008.

PNUMA. **Sobre o PNUMA**. Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br/agencias_pnuma.php>. Acesso em 01jan2009.

- POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo Gomes. **Atlas da Exclusão Social no Brasil**. v.1. São Paulo: Cortez, 2003.
- PREBISCH, Raúl. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Problemas Principais (1949). In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). **Cinqüenta Anos de Pensamento na CEPAL**. v. 1. São Paulo: Record, 2000. p. 69-136.
- PREBISCH, Raúl. Problemas teóricos e Práticos do Crescimento Econômico. (1952). In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). **Cinqüenta Anos de Pensamento na CEPAL**. v. 1. São Paulo: Record, 2000. p. 179-216.
- PREBISCH, Raúl. Por uma Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano. (1963). In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). **Cinqüenta Anos de Pensamento na CEPAL**. v. 1. São Paulo: Record, 2000. p. 451-488.
- PRESTON, Lewis T. **Address to the Boards of Governors**. Washington DC: World Bank, 1992. Disponível em <www.worldbank.org>. Acesso em 20mai2008.
- PRESTON, Lewis T. **Address to the Boards of Governors**. Washington DC: World Bank, 1993. Disponível em <www.worldbank.org>. Acesso em 20mai2008.
- REGUEIRA, Krongnon Wailamer de Souza. **O Setor Imobiliário Informal e os Direitos de Propriedade: O que os Imóveis Regularizados Podem Fazer pelas Pessoas de Baixa Renda dos Países em Desenvolvimento**. Curitiba, 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Federal do Paraná.
- RICARDO, David. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Abril, 1985.
- ROCHA, Antônio Penalves. Tempo Histórico e Civilização Material. In: LOPES, Marcos Antônio (Org.). **Fernand Braudel: Tempo e História**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 21-34
- ROSENMANN, Marcos Roitman. Introdução: Exploração, Colonialismo e Democracia na Obra de Pablo Gonzáles Casanova. In: CASANOVA, Pablo Gonzáles. **Exploração, Colonialismo e Luta pela Democracia na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 7-40.
- ROSENSTEIN-RODAN, Paul N. Notes on the Theory of the Big Push. In: ELLIS, Howard S. **Economic Development for Latin America**. New York: St. Martin Press, 1961.
- ROSENSTEIN-RODAN, Paul N. Problemas da Industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental. (1943). In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 251-262.
- ROSTOW, Walter Whitman. A Decolagem para o Desenvolvimento Auto-Sustentado. (1956). In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 159- 193.

- ROSTOW, Walter Whitman. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- SABEL, Charles F. Los Cambiantes Modelos de Eficiencia Económica y sus Implicaciones para la Industrialización del Tercer Mundo. In: FOXLEY, Alejandro; McPHERSON, Michael S.; O'DONNELL, Guilherme. **Democracia, Desarrollo y el Arte de Traspasar Fronteras**. México: Fondo de Cultura Económica, 1989. p. 33-63.
- SALGADO, José G. Gandarilla. América Latina en la Conformación de la Economía-Mundo Capitalista: Las Transferencias de excedente en el Tiempo Largo de la Historia y en la Época Actual. In: BEIGEL, Fernanda *et al.* **Crítica y Teoría en el Pensamiento Social Latinoamericano**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 77-152.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. **Theory of Economic Development**. Londres: Transaction PUB, 1983.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SERRA, José; CARDOSO, Fernando Henrique. **As Desventuras da Dialética da Dependência**. Princeton, p. 34-80, 1978. Disponível em <www.cebrap.org.br>. Acesso em 09nov2008.
- SHEAHAN, John. El Elusivo Equilibrio entre Estímulos y Restricciones en el Análisis del Desarrollo. In: FOXLEY, Alejandro; McPHERSON, Michael S; O'DONNELL, Guilherme. **Democracia, Desarrollo y el Arte de Traspasar Fronteras**. México: Fondo de Cultura Económica, 1989. p. 179-201.
- SILVA, Jorge Antônio Santos. **Turismo, Crescimento e Desenvolvimento: Uma Análise Urbano-Regional Baseada em Cluster**. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.
- SILVA, Joysinett Moraes da; FAÉ, Rogério; SILVA, Fabiane da Costa e. **Possibilidades de Resistência e Luta a Partir da Leitura Foucaultiana de Poder**. In: Colóquio Internacional sobre Poder Local, 2006, Salvador. **Possibilidades de Resistência e Luta a Partir da Leitura Foucaultiana de Poder**. Salvador: UFBA, 2006.
- SINGER, Hans W. O Mecanismo do Desenvolvimento Econômico. (1952). In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 387-405.
- SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 2007.
- TACHINARDI, Maria Helena. Consenso de Washigton adota a Banda. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 2set1996, p. 5.
- TAVARES, Maria da Conceição. Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil (1964) In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. v.1. São Paulo: Record, 2000. p. 217-238.

- TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. Além da Estagnação: Uma Discussão sobre o Estilo de Desenvolvimento Recente do Brasil (1972). In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. v. 2. São Paulo: Record, 2000. p. 589-608.
- TOYE, J. 1993. **Dilemmas of Development: reflections on the counter-revolution in development economics**. London: Blackwell, 1993.
- TRUMAN, Harry S. **Inaugural Address**. 1949. Disponível em <<http://www.bartleby.com>>. Acesso em 04fev2008.
- VIEIRA, Rosa Maria. **Celso Furtado: Reforma, Política e Ideologia (1950-1964)**. São Paulo: Educ, 2007.
- VINER, Jacob. A Economia do Desenvolvimento. (1953). In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 17-39.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **The Capitalist World-Economy**. New York: Cambridge University Press, 1979.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo Histórico & Civilização Capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Após o Liberalismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- WILLIAMSON, John. **Latin American Adjustment**. Washington: Institute of International Economics, 1990.
- WILLIAMS, David; YOUNG, Tom. Governance, the World Bank and Liberal Theory. **Political Studies Review**. Sheffield, v. 42, nº 1, p. 84-100, 1994.
- WOLFENSOHN, James D. **New Directions and New Partnerships - Address to the Boards of Governors**. Washington DC: World Bank, 1995. Disponível em <www.worldbank.org>. Acesso em 20mai2008.
- WOLFENSOHN, James D. **People and Development - Address to the Boards of Governors**. Washington DC: World Bank, 1996. Disponível em <www.worldbank.org>. Acesso em 20mai2008.
- WOLFENSOHN, James D. **El Desafío de la Inclusión - Discurso Ante la Junta de Gobernadores**. Washington DC: World Bank, 1997. Disponível em <www.worldbank.org>. Acesso em 20mai2008.
- WOLFENSOHN, James D. **Building an Equitable World - Address to the Boards of Governors**. Washington DC: World Bank, 2000. Disponível em <www.worldbank.org>. Acesso em 20mai2008.